

HADES

Revista Interdisciplinar

Grupo de Pesquisa Conflitos Armados,
Massacres e Genocídios na Era Contemporânea
da Universidade Federal de São Paulo

HADES - Revista Interdisciplinar - UNIFESP - Vol. 01 - Julho / Dezembro de 2017

O LUGAR DAS GUERRAS, DOS MASSACRES E DOS GENOCÍDIOS NA HISTÓRIA





SOBRE A REVISTA

A Revista Hades - Revista Interdisciplinar do Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea da Universidade Federal de São Paulo - destina-se à publicação de trabalhos referentes a conflitos armados, massacres e genocídios, do binômio guerra/paz, do binômio tolerância/intolerância, desdobrando-se nos temas do imperialismo, nacionalismos e guerras mundiais; totalitarismos, guerra total e a industrialização dos processos de morte; Guerra Fria, descolonização e regimes militares; Nova Ordem Mundial, terrorismos e novos processos genocidários; crimes de genocídio, de guerra, de agressão e contra a humanidade e a atuação do Tribunal Penal Internacional; teoria e historiografia das guerras e dos genocídios; desastres humanitários, diásporas e migrações forçadas.

HADES

Revista Interdisciplinar

Grupo de Pesquisa Conflitos Armados,
Massacres e Genocídios na Era Contemporânea
da Universidade Federal de São Paulo

2017 | Vol. 1 | N° 1

APRESENTAÇÃO

O projeto de criação da revista interdisciplinar do Grupo de Pesquisa *Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea* da Universidade Federal de São Paulo, encabeçado pelos pesquisadores do grupo e levado a cabo por seu Conselho Editorial e secretários, ora chega ao público leitor com os resultados de seus primeiros esforços.

A revista, pensando suas temáticas de forma inter e multidisciplinar, apresenta-se como veículo de comunicação acadêmica no qual estudiosos do binômio guerra & paz, dos massacres de populações civis e de processos genocidários podem divulgar os resultados parciais ou finais de suas pesquisas, difundindo à comunidade acadêmica os saberes erigidos no âmbito de suas respectivas áreas de conhecimento e ambientes institucionais.

Trata-se, com isso, de um importante veículo de difusão e de intercâmbio de conhecimento, compondo esforços para a tarefa primal da compreensão do mundo contemporâneo a partir de seus momentos mais dramáticos, quando o pior e o melhor do homem foi vertido ao próprio homem.

Nas próximas páginas, consta o resultado inicial desses esforços, que já se caracteriza como contínuo.

Inauguramos a revista com nove artigos que versam sobre distintos e importantes processos históricos em curso na era moderna e contemporânea, a começar, pela importantíssima tradução, feita por Artur Attarian C. Camarero, do texto de Vahakn N. Dadrian, historiador consagrado pelas contribuições que dera às investigações sobre o Genocídio Armênio, o Holocausto e aos aspectos teóricos dos estudos sobre processos genocidários; o texto em tela leva o título de “Modelo teórico de Genocídio, com referência particular ao caso armênio” e foi publicado, originalmente, em fevereiro de 1979 pela *The Armenian Review*.

Em seguida, Renata Summa, professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, no artigo “Complexificação e desafios das operações de paz no pós Guerra Fria: uma análise do *peacebuilding* na Bósnia-Herzegovina” procede uma análise das operações de paz na Bósnia e Herzegovina para além de uma ótica instrumentalista de solução de problemas, propondo uma perspectiva crítica da atuação das forças de paz na Bósnia.

Já Marcos Vinícius Mesquita Antunes de Figueiredo, professor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercados do Rio de Janeiro, no trabalho intitulado “Inação e Intervenção Humanitárias no Mundo do Pós-Guerra Fria: Dilemas de Ruanda e do Kosovo” dá conta de uma questão fulcral para os anos 1990 e o tempo presente: por que os genocídios em Ruanda e no Kosovo foram tratados de formas tão distintas pela ONU? O flagrante fracasso de seu Conselho de Segurança, em aprovar medidas coercitivas para solucionar violações aos direitos humanos, é contemporizado à atuação vista nos casos da Somália e da Bósnia-Herzegovina, bem como pela intervenção da OTAN no Kosovo, ao passo de sua paralisia e negligência da comunidade internacional no caso ruandês.

João Victor Pinto Dutra, se debruça sobre o processo constitutivo da disciplina de Relações Internacionais, bem como sobre os estudos de segurança e teoria política, a fim de analisar o entrelaçamento entre a violência e a exceção e como elas estão contidas e inscritas nos corpos dos indivíduos; os resultados de sua investigação são apresentados no artigo “A política do corpo: entre a violência e exceção” e que desbrava uma novíssima senda nos estudos de Relações Internacionais.

Os problemas latino-americanos ganham lugar nas linhas de “Buenaventura: violência e crise humanitária contra a população negra na Colômbia”, da lavra de Guilherme Bertolino Nunes, que analisa os modos de violências que afetam a população negra na cidade de Buenaventura, região da costa pacífica colombiana, causada por grupos armados paramilitares.

Recuando até a conquista das Américas e o empreendimento de expansão da fé cristã, com o processo de evangelização do novo mundo, Rebeka Leite Costa, no artigo “Guerras santas são guerras justas?”, analisa a partir da tradição cristã os usos políticos de duas categorias clássicas para justificar as guerras: a guerra santa e a guerra justa.

“O silencioso drama da República Democrática do Congo: Narrativas de refúgio em São Paulo”, de autoria da historiadora e antropóloga Fernanda Gallo, por sua vez, dá voz a refugiados congolezes que vêm construindo redes de solidariedade em torno da Igreja da Boa Nova Mensagem, em São Paulo, colhendo memórias, sentidos e significados do conflito vivenciado na República Democrática do Congo, derivado da disputa de territórios ricos em minerais e que já resultaram na morte de 6 milhões de pessoas.

O antropólogo Pedro Bogossian-Porto, no trabalho intitulado “É o renascimento de uma identidade nacional! A relevância da Guerra e do Genocídio no nacionalismo

armênio”, lança luzes sobre as problemáticas relações entre Armênia e Azerbaijão, que desde 1988 travam um conflito em torno do Nagorno-Karabakh, região reivindicada pelas duas ex-repúblicas soviéticas, enfocando o papel desempenhado pela Guerra do Karabakh na construção de uma identidade nacional na Armênia.

Por fim, Rodrigo Medina Zagni, docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, no artigo “Primavera de sangue: os massacres das praças Tahrir e Rabaa e seus desdobramentos para a nova revolução egípcia” analisa a violência política perpetrada por forças governamentais no decurso da “nova revolução egípcia”, durante os anos de 2011 e 2013 e que tiveram lugar nas praças Tahrir e Rabaa, fundamentalmente, bem como o papel que os massacres tiveram no processo de transformações políticas que culminaram na situação política egípcia atual.

Com isso, apresentamos ao leitor a proposta inicial desta revista, que passa a necessitar cada vez mais da contribuição da comunidade acadêmica para irradiar o conhecimento que cotidianamente erigimos, tentando dar a ele uma tarefa hercúlea: humanizar esta densa humanidade, a começar por nossas áreas de conhecimento.

O EDITOR EXECUTIVO





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Soraya Soubhi Smaili – Reitora

Nelson Sass – Vice-Reitor

Tânia Mara Francisco – Pró-Reitora de Administração

Andrea Rabinovici - Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Raiane Patrícias Severino Assumpção - Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Murched Omar Taha - Pró-Reitor de Gestão com Pessoas

Isabel Marian Hartmann de Quadros - Pró-Reitora de Graduação

Pedro Fiori Arantes – Pró-Reitor de Planejamento

Esper Abrão Cavalheiro – Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

Luciana Massaro Onusic – Diretora Acadêmica

Júlio Cézar Zorzenon Costa – Vice-Diretor Acadêmico



REVISTA HADES – REVISTA ELETRÔNICA DO GRUPO DE PESQUISA CONFLITOS ARMADOS, MASSACRES E GENOCÍDIOS NA ERA CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Editor Executivo

Rodrigo Medina Zagni

Conselho Editorial

Amanda Pilon Barsoumian

Antonio Roberto Espinosa

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro – Rede Municipal de São Paulo

Ines Soares

Marcos Alexandre Coelho Zilli

Mylenna Souza Lírio

Conselho Consultivo

Ana Nemi – Universidade Federal de São Paulo

Andrea Borelli – Universidade Cruzeiro do Sul

Antonio Paulo David Silva Duarte – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Bruna Angotti – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Carlos Antaramian Sallas – Centro de Investigaciones Superiores en Antropologia Social (México)

Celi Nelza Zulke Taffarel – Universidade Federal da Bahia

Daniel Feierstein – Universidad Nacional Tres de Febrero – Argentina

Dilma de Mello e Souza – Universidade de São Paulo

Esther Solano Gallego – Universidade Federal de São Paulo

Fábio Borges – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Fábio Luiz Barroso – Universidade Federal de São Paulo
Fernando Perlato Bom Jardim – Universidade Federal de Juiz de Fora
Flávio Vilas-Boas Trovão – Universidade Federal do Tocantins
Gabriel Passetti – Universidade Federal Fluminense
Henrique Carneiro – Universidade de São Paulo
Ismara Izepe de Souza - Universidade Federal de São Paulo
Janes Jorge – Universidade Federal de São Paulo
Joana Pedro – Universidade Federal de Santa Catarina
José Menezes Gomes – Universidade Federal do Maranhão
Luiz Bernardo Pericás – Universidade de São Paulo
Marina Gusmão de Mendonça - Universidade Federal de São Paulo
Milton Pinheiro – Universidade Estadual da Bahia
Muniz Gonçalves Ferreira – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Murilo Leal Pereira Neto – Universidade Federal de São Paulo
Oswaldo Luiz Angel Coggiola – Universidade de São Paulo
Paulo Gustavo Pellegrino Correa – Universidade Federal do Amapá
Pietro de Jesús Lora Alarcón – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Rafael Marquese - Universidade de São Paulo
Silvio Pinto Ferreira Júnior – Universidade Cruzeiro do Sul

Secretários

Diógenes Belotti Dias
Natalia Simão Horrocks
Polyana Arthur

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Rodrigo Medina Zagni
Tatiana Medina Boudakian

Secretaria

Fone: +55 11 3099-0150 - VOIP 5640
e-mail: massacres.e.genocidios@gmail.com

Comentários aos artigos? Fale com o Editor Executivo.

rodrigo.medina.unifesp@gmail.com



GRUPO DE PESQUISA CONFLITOS ARMADOS, MASSACRES E GENOCÍDIOS NA ERA CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

O Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres e Genocídio na Era Contemporânea é um órgão integrado da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), vinculado à Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), funcionando como órgão de apoio à pesquisa, à difusão de conhecimento e a prestação de serviços à comunidade.

Coordenador

Rodrigo Medina Zagni

Vice-Coordenador

Heitor de Andrade Carvalho Loureiro

Conselho Científico

André Lopes Loula, Antonio Roberto Espinosa, Flávio Leão Bastos Pereira, Ismara Izepe de Souza, Luciana Garcia de Oliveira, Marina Gusmão de Mendonça, Mylenna Souza Lírio, Patrícia Nabuco Martuscelli, Rogério do Nascimento Carvalho.

SUMÁRIO

Modelo teórico de Genocídio, com referência particular ao caso armênio Vahakn N. Dadrian	14
Complexificação e desafios das operações de paz no pós Guerra Fria: uma análise do <i>peacebuilding</i> na Bósnia-Herzegovina Renata de Figueiredo Summa	42
Inação e Intervenção Humanitárias no Mundo do Pós-Guerra Fria: Dilemas de Ruanda e do Kosovo Marcos Vinícius Mesquita Antunes de Figueiredo	64
A política do corpo: entre a violência e exceção João Victor Pinto Dutra	91
Buenaventura: violência e crise humanitária contra a população negra na Colômbia Guilherme Bertolino Nunes	115
Guerras santas são guerras justas? Rebeka Leite Costa	132
O silencioso drama da República Democrática do Congo: Narrativas de refúgio em São Paulo Fernanda Gallo	144
É o renascimento de uma identidade nacional! A relevância da Guerra e do Genocídio no nacionalismo armênio Pedro Bogossian-Porto	168
Primavera de sangue: os massacres das praças Tahrir e Rabaa e seus desdobramentos para a nova revolução egípcia Rodrigo Medina Zagni	190

Modelo teórico de Genocídio, com referência particular ao caso armênio*

A Theoretical Model of Genocide, With Particular Reference to the Armenian Case
Modelo teórico del Genocidio, con particular referencia al caso armenio

Vahakn N. Dadrian**

Tradução por Artur Attarian C. Camarero***

Resumo: Este trabalho busca descrever e enfatizar os componentes teóricos preponderantes nos estudos de genocídio – assim aplicados ao caso armênio. Apesar de sua rara incidência, o fenômeno do genocídio se presta a uma idealização teórica no propósito de resumir princípios gerais; de fato, as características cardiais do caso armênio podem ser utilizadas para o discernimento daquilo que pode ser visto como determinantes específicos do genocídio em geral. Em outras palavras, o objetivo é verificar alguns fatores específicos como algo central ao genocídio, descrever o último em um padrão de interação único e integrá-lo em um modelo baseado a partir de tipos ideais. O modelo é oriundo da perspectiva das duas maiores escolas do pensamento na sociologia, sendo estas o estruturalismo [Smelser] e a interacionismo simbólico [Blumer] e busca sintetizar sua estrutura conceitual pelo caminho de tratar um problema histórico sociológico e sócio-psicologicamente.

Palavras-chave: genocídio armênio, estruturalismo, interacionismo simbólico.

Abstract: This work seeks to outline and stress the salient theoretical components in the study of genocide – as applied to the Armenian case. In spite of its rare incidence, the phenomenon of genocide does lend itself to a theoretical idealization for the purpose of abstracting general principles; indeed, the cardinal features of the Armenian case might be utilized for the discernment of what may be viewed as the specific determinants of genocide in general. In other words, the objective is to ascertain some specific factors as central to genocide, depict the latter in a unique pattern of interplay, and integrate them in a model based upon ideal types. The model draws from the perspectives of the two major schools of thought in sociology, viz., structuralism [Smelser] and symbolic interactionism [Blumer] and seeks to synthesize their conceptual frameworks by way of treating a historical problem sociologically and social-psychologically.

Keywords: armenian genocide, structuralism, symbolic interactionism.

Resumen: Este trabajo pretende describir y enfatizar los componentes teóricos preponderantes en los estudios sobre el genocidio – por lo tanto aplicados al caso armenio. A pesar de su incidencia inusual, el fenómeno del genocidio se presta a una idealización teórica con el fin de resumir los principios generales; en realidad, las características cardinales del caso armenio se pueden utilizar para discernir lo que puede ser visto como determinantes específicos de genocidio en general. En otras palabras, el objetivo es verificar algunos factores específicos como elemento central de genocidio, que describe el último de una pauta de interacción única e integrarlo en un modelo basado de tipos ideales. El modelo se plantea desde la perspectiva de las dos principales escuelas de pensamiento en sociología, y estos estructuralismo [Smelser] y la interacción simbólica [Blumer] y trata de sintetizar su marco

* Publicado originalmente na revista “*The Armenian Review*” em fevereiro de 1979. Volume 31, Nº 2-122. Agradecemos ao Dr. Dikran M. Kaligian e a *The Armenian Review* por ceder os direitos de publicação do presente artigo.

** Professor de História e Sociologia. Um dos maiores pesquisadores sobre o genocídio armênio no mundo.

*** Graduado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, mestrando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER). Email: artur.attarian@gmail.com

Latência estrutural

Um elemento crucial no conceito de genocídio é a condição de bipolaridade envolvendo duas categorias distintas de grupo, nomeadamente, a do perpetrador e a da vítima. Genocídio de qualquer tipo e qualquer maneira sempre e absolutamente pressupõe essas duas categorias de grupo; na ausência de alguma delas a ideia de genocídio torna-se sem sentido e, portanto, irrelevante. Mais importante, de todo modo, são as denotações e conotações que esses dois termos carregam com eles e o que especifica e delimita a condição de bipolaridade. O fato do genocídio envolver dois ou mais grupos não é o bastante; mais importante é o tipo de antagonismo que os separa culturalmente, de um lado, e os prende a um conflito, de outro. Para o ato de perpetração pressupõe-se, dentre outras coisas, um ato unitário (i) dotado de uma ideologia própria e atributos estruturais, (ii) com acesso a uma gama de recursos apropriados e (iii) com possibilidade de reunir ocasiões que favorecem sua consecução. Tais características do grupo perpetrador pressupõem vulnerabilidade correspondente e fraqueza de um grupo subordinado cujo *status* inferior o impele à submissão e implica, nesse sentido, em responsabilidade pela vitimização. Assim, perpetrador e vítima em potencial são vistos em um inter-relacionamento específico, provido de condições latentes e, portanto, são um eventual fator contributivo para o genocídio.

Uma característica notável nessa latência é o impacto desproporcional na escala de desigualdade sobre a posição de cada um desses grupos. Assumindo a paridade no status de igualdade, qualquer desequilíbrio pode, por um lado, aumentar as vantagens do grupo preponderante no sentido da extensão ou incremento dessas e, por outro, minar a posição social e aumentar as responsabilidades atribuídas ao grupo em desvantagem. Assim, o grupo mais poderoso não apenas desfrutará da ascendência de poder, mas se beneficiará mais adiante do correspondente declínio de status do grupo menos poderoso, por conta da reciprocidade e condicionamento mútuo em respectivos *status*.

O termo *status* é ordinariamente associado ao termo “estrutura”. Nesse sentido, o argumento supramencionado sugere um problema estrutural em relação aos dois principais componentes no fenômeno do genocídio. O ônus desse argumento é que a distribuição dos papéis do potencial perpetrador e da vítima no genocídio estão ligados com os *status* correspondentes incorporados ou introduzidos em um dado sistema social. Tal sistema social pode ser tomado como certo? Obviamente não.

Assim, a questão se coloca em virtude de que tipo de processos sociais se formam ou emergem certos status, os quais não são somente bipolarizados ou contrapostos um ao outro dentro de um sistema, mas facilitam certos tipos de interações, culminando eventualmente nos papéis gêmeos de perpetrador e vítima.

O caráter heterogêneo do sistema social no qual dois ou mais grupos étnicos ou nacionais estão envolvidos pode ser visto como um fator incipiente para tal desenvolvimento. Essa noção implica que heterogeneidade é mais um fator de bipolaridade latente do que homogeneidade. A lógica dessa suposição implícita reside no reconhecimento do princípio de conflito como possibilidade cardeal na heterogeneidade. Obviamente, não são todas as sociedades heterogêneas que se prestam a tais desenvolvimentos, nem podem todas passar imunes a esse princípio. Faz-se necessário distinguir os elementos específicos da heterogeneidade, a ação combinada na qual, em certas circunstâncias, a estrutura do sistema social torna-se potente para certos tipos de conflitos intergrupos, capazes de serem consumados através de genocídio.

No geral, heterogeneidade é um conceito dual. Um de seus aspectos refere-se à diversidade cultural de grupos englobados em um dado sistema; o outro se refere a um arranjo social no qual essa diversidade é reconhecida, legitimada e expressada. Esse é o ato de institucionalização da heterogeneidade. Ele envolve a atribuição de *status*, papéis, a distribuição do poder e autoridade, e a designação de normas, leis e sanções reguladoras e, entre outras coisas, o inter-relacionamento entre grupos diversos. Os critérios de tais atribuições, distribuições e designações não são sempre independentes das disparidades culturais. Sob certas circunstâncias, elas podem ser diretamente resultantes desse fato. O que deve ser considerado é o tipo de distinção de cada unidade de cultura em si e o tipo associado a diferenças existentes entre as unidades. Essa dupla condição que em verdade é a combinação dos elementos de distinção cultural e disparidades interculturais pode ser considerada como *locus* do critério acima descrito. Especificamente, isso se refere a alguns traços culturais peculiares a cada cultura e ao igualmente peculiar modo pelo qual cada um desses traços interage entre si como um resultado da incidência do contato cultural das unidades.

O contato cultural tem basicamente duas características: 1. as circunstâncias do contato; 2. a relação entre cada uma das unidades culturais em termos de afinidades e aversões umas com as outras – não obstante a incidência de gradações de intervenção ou combinações das duas categorias. Nem todos os disparates culturais resultam em uma aversão unilateral ou recíproca ao entrar em contato com outra. Assim, distinção cultural enquanto tal ou em si, não é necessariamente um fator latente de conflito intergrupos. Também não se pode sustentar que

unidades culturais estruturalmente compatíveis ou, de outra forma, agradáveis impeçam a possibilidade de conflito. Uma fonte crucial que influencia a latência a esse respeito pode ser a circunstância do contato inicial e a persistência do princípio determinando o resultado desse contato.

Para ser mais específico, se parte das disparidades culturais envolve atitudes marciais e atendendo a tendência por conquista, de um lado, e traços “culturais”, comerciais e de agricultura de outro lado, é provável que o começo do contato cultural entre as duas unidades conduza-as a um inter-relacionamento único. A natureza da disparidade é um subproduto não apenas do fato de haverem duas culturas distintas, mas é resultado da combinação e inter-relacionamento delas. É o tipo de combinação que está apto a produzir o princípio da dominação, com os seus componentes bipolares entre um grupo dominante e a minoria. Além disso, a própria natureza da discrepância pode tender para convidar ou precipitar o tipo de contato cultural, resultado que é determinado pelos elementos relevantes dessa discrepância, nomeadamente, a preponderância de aptidões marciais e a concomitante dominação do grupo que as possui. Aqui, contato cultural é idêntico à conquista, com as subseqüentes relações refletindo esse fato fundamental.

Em termos abstratos, logo, a heterogeneidade adquire significado nessas diferenças cultural-tipológicas, encontrando expressão nas diferenças sociais particulares. Ademais, devido ao caráter especial da heterogeneidade, essas diferenças sociais podem tornar-se critérios de estratificação no que tange às relações de poder. É isso que a ideia de bipolaridade de superordenação-subordinação sugere.

Afirmamos anteriormente que, para que esta condição de bipolaridade seja crítica, alguns elementos responsáveis pelo contato cultural inicial e os resultados imediatos de tais contatos têm que persistir em seu domínio. Assim, conquistar perde importância a menos que a sua razão, assim sentida pelo conquistador, seja sustentada através do papel da dominação do conquistado. A fim de manter esse status, todavia, a lógica da conquista deve encontrar apoio nessas fontes que representam e acentuam as disparidades culturais existentes. Deste modo, certas características selecionadas da heterogeneidade, tais como a religião, são funcionais no sentido de que a elas são concedidos papéis cruciais na tarefa de manter a supremacia que flui do ato e do fato da conquista.

Por séculos, religião e discrepância religiosa provaram ser os principais fatores da heterogeneidade nas relações intergrupos, engendrando uma série de incursões e conquistas e resultando em uma larga escala de atrocidades unilaterais ou mútuas. A continuidade desse processo social ganhou um *momentum*, com a força do qual, em certas partes do mundo

contemporâneo, continua a operar um ânimo formidável a pôr em perigo o conjunto das relações intergrupos. Um exemplo de particular relevância é o maometismo. Convém sublinhar, mais uma vez, que a referência geral a ele aqui é como um fator latente ou potente.

O contato da cultura turco-armênia enquanto condição de latência

Movendo-se do geral ao específico, a discussão deve focar-se no regime Otomano, por meio do qual o genocídio dos armênios foi promovido durante a I Guerra Mundial. As incursões turcas da Ásia Central à Anatólia culminaram na derrubada do Império Bizantino em 1453 e a consequente conquista de um território vasto, incluindo a península Balcânica, que fora uma instância de contatos culturais múltiplos, acompanhado por eventuais subjugações de uma série de nacionalidades, que então foram reduzidas ao status de minorias sujeitadas. Esse status e suas correlações foram promovidos do grupo dominante por meio de característica particular das discrepâncias culturais envolvidas. Essa característica foi o Islã em contraposição às minorias não-muçulmanas. Ela foi a ancoragem do sistema social otomano, resultando na autossustentação da heterogeneidade daquele sistema; a institucionalização foi assegurada pela aplicação do princípio da teocracia. Em outras palavras, os respectivos *status*, as relações sociais mútuas, a administração da justiça legal e a especificação dos direitos políticos foram todos subordinados à lei muçulmana, assim entendida, interpretada e praticada por diversas autoridades muçulmanas do Império Otomano, encarregado dessas tarefas.

O resultado líquido foi que os não-muçulmanos eram, por regra, em grande parte socialmente degradados, legalmente incapacitados, politicamente desprivilegiados e, em termos gerais de poder, próximos da castração completa. Com tal margem de uma dominação ótima, padrões de tratamentos abusivos foram estabelecidos e eventualmente arraigaram-se como compulsórios, preferidos, típicos e permissivos padrões de cultura, até o ponto em que importava ao grupo dominante. Esse processo de abuso tornou-se um aprendizado para as sucessivas gerações, um processo pelo qual as minorias eram identificadas por meio de rótulos que variam, em substância, a partir do desprezo veemente até converter-se em desdém. Um fator comum nessas rotulações foi a ideia de “infiel”, o equivalente turco para *giavur*, o qual englobava todos os tipos de variação em denotações e conotações, refletindo o inferior, desprezível e vulnerável *status* dos não-muçulmanos. Deve-se fazer referência a outro rótulo, um corolário de infiel, nomeadamente, *raja*, que deriva do termo gado. A atitude nas entrelinhas desse processo de rotulações eventualmente passou a ser a de uma unidade dominante na sociedade otomana através da qual elementos heterogêneos desta unidade foram integrados

de maneira frouxa. As rotulações forneceram o cenário para uma série de definições padronizadas que adquiriram uma história cumulativa e a força da motivação interativa, até o ponto que importava ao grupo dominante. Deve ser claramente entendido que a mola propulsora desse tipo de motivação não é individual-psicológica, mas a relação intergrupo, sendo assim, sociológica. Um aspecto crucial dessa integração atitudinal foi o gradual condicionamento do grupo minoritário para aceitação ou entendimento para o negativo, inibindo e gerando, pelo grupo dominante, imagens incapacitantes. Essa acomodação implicava a formação de uma personalidade coletiva que, em interação com o grupo dominante, tendia, mais ou menos, a refletir a dominação última, atitudes degradantes e abusivas. Como resultado, a interação era em larga medida confinada a desenvolver padrões nos quais grupos polares estavam aptos, por assim dizer, a antecipar corretamente expectativas mútuas associadas aos respectivos *status*. Por um lado, expressados através de rótulos e, por outro lado, aceitação ou consentimento de tal rotulação. Em resumo, um tipo particular de bipolaridade interacional se cristalizava ao ponto de ser tomada como natural pelos antagonistas. Trata-se daquela parte da estrutura latente que pode conduzir à formação de um perpetrador e uma vítima em potencial.

Como entendido ou definido atualmente, os conceitos de preconceito e discriminação nas relações de raça podem mostrar-se bastante inadequados para retratar os fatos da heterogeneidade fomentada na sociedade otomana, que pode ser vista como eminentemente bipolar. Ambos os conceitos assistidos, por um lado, na promoção de contatos sociais coesos entre os muçulmanos em termos de comunicação e aprendizado sobre a imagem negativa e valores expansíveis das minorias e, por outro lado, mais ou menos estes últimos isolados das próprias minorias. O padrão todo foi reforçado nos termos de utilidade e legitimidade a ambos quando em numerosas ocasiões, particularmente durante o reino de Abdul-Hamid II (1876-1908), foram encenados massacres bem-sucedidos, especialmente contra os armênios. Esses episódios estabeleceram não somente precedentes, mas também ajudaram a identificar atores potenciais no relacionamento bipolar de perpetrador e vítima em relação a um genocídio em perspectiva. Um elemento chave de reforço foi o teste de vulnerabilidade da vítima e a relativa segurança do perpetrador na medida em que a ausência de dissuasão prévia ou posterior retribuição estava sendo considerada.

Os argumentos supracitados têm um único e limitado propósito que é retratar a estrutura latente como determinante do genocídio. Por definição, tal determinante pode ser vista somente como fator específico em meio a uma série de outros fatores, o acréscimo e a interação dos quais ainda estão a ser discutidos. O termo latência, como aqui usado, refere-se a uma gama de possibilidades e capacidades do sistema social, o que pode não culminar em genocídio. Isto

indica porque e como um tal sistema pode ser mais inclinado do que outro e sob que circunstâncias os elementos da latência podem então alcançar e atravessar o limite da realidade. Tal latência pode permitir mais adiante desenvolvimentos na direção de um genocídio real, mas não garante sua incidência nem se opõe à possibilidade de diferentes desenvolvimentos em outras direções. Tampouco é seguro assumir que a condição de latência não possa persistir sem qualquer desenvolvimento posterior para dados períodos.

Com relação ao específico caso em questão, há uma série de problemas que pedem por mais elaborações:

a) Não são todos os conflitos intergrupo em sociedades heterogêneas que se canalizam em direções que se provam cataclísmicas. Portanto, a questão é: que tipo de conflitos?

b) Não são todas as relações entre o status de grupo dominante e minorias que têm uma matriz potencial de genocídio. Dominação pode tomar forma numa supressão de conflito bem-sucedida ao invés de permitir a consumação da violência; ou, isso pode envolver concessões limitadas na antecipação de um conflito;

c) Bipolaridades hostis podem emergir numa conflagração incluindo atrocidades, mas não em uma escala de genocídio;

d) Quando a heterogeneidade inclui um grupo dominante e uma série de minorias, quais são os processos pelos quais a lista de vítimas em potencial é suficientemente delimitada até o ponto de culminar em uma escolha particular; ou, por que a intenção genocida e seus desígnios são focados especificamente naquele grupo-vítima?

e) Conflitos intergrupos podem persistir indefinidamente, sem qualquer intensificação e ampliação significativa. De tal maneira, eles apresentam uma estrutura latente durável em um sistema heterogêneo;

f) Finalmente, e principalmente, conflito latente ou agudo não é necessariamente totalmente explosivo; pode vir a incluir possibilidades e gamas de cooperação e até mesmo amizade em certas áreas; determinadas situações entre certos estratos nas quais membros do grupo dominante e a minoria interagem, relacionando-se uns com os outros e podendo até identificar-se com o outro.

Portanto, a questão se coloca a respeito de quando e como os tipos de discórdias, tensões, conflitos e hostilidades são estabelecidos com uma tendência a antecipar ou eclipsar os elementos de acordo, harmonia e cooperação. Ou, mais precisamente, quando e como um excesso de elementos antagônicos fazem a balança pender a favor da erupção de um conflito.

Essas e outras possíveis questões podem claramente indicar que, como mera fonte de permissividade, latência estrutural é o fator mais rudimentar em ordem das determinantes de

genocídio.

Manifestações estruturais de conflito

Assim que o conceito de genocídio é considerado, a latência estrutural só é significativa na medida em que possa evoluir de um estágio germinal e adentrar em um estágio de crise aguda. Os fatores suscetíveis a facilitar tal desenvolvimento são as relações intergrupo que estruturalmente facilitam tais desenvolvimentos. E assim, a atenção deve se voltar para o princípio de heterogeneidade. Quais são os processos pelos quais certos elementos heterogêneos em um sistema social são convertidos em resíduos de tensão? Particularmente, como tal tensão evolui e eventualmente se aloca em áreas de heterogeneidade aparentando ameaçar todo um sistema social?

Essas questões são subsidiárias na busca pelo discernimento da matriz estrutural na qual as unidades gêmeas do genocídio, isto é, perpetrador e vítima, originam-se e cristalizam-se nos termos dos papéis que o genocídio pressupõe, mas também em termos de sintonia entre si destes papéis.

Sempre que heterogeneidade envolve uma situação de multigrupos, para que ocorra bipolaridade são necessários dois instrumentos. Um refere-se à necessidade e um tipo de propensão do grupo dominante em combater a heterogeneidade, em favor de uma desejada homogeneidade. O segundo diz respeito ao critério e aos processos pelos quais o grupo dominante, pelo expediente de eliminação de outros grupos ou em virtude de um alvo preferencial, começa a se concentrar em uma minoria em particular como arqui antagonista e, desse modo, como vítima potencial.

Assim, o fato da dominação é visto aqui em uma nova fase de desenvolvimento, pelo qual adquire a propriedade de instrumentalização em direção à uma mudança estrutural, isto é, em direção à menor heterogeneidade e maior homogeneidade para o sistema social. A instrumentalidade é oferecida através de latitudes de iniciativa inerentes ao princípio da dominação. A iniciativa visa reduzir ainda mais o status, os recursos e a condição psíquica da minoria, visto não como um mero elemento discordante, mas uma ameaça distinta para o sistema. De toda forma, ainda mais importante é o significado atrelado a tal ameaça, que pode ser real, imaginário ou compulsório. Em outras palavras, o desejo de uma homogeneidade ótima ou absoluta está ligado com uma percepção do elemento heterogêneo desempenhando um papel de obstrução e o significado atrelado a essa obstrução pode ser bastante latente, frágil e/ou resultado de uma estrutura de barreira de assimilação real. Noutras palavras, a

percepção e a interpretação pelo grupo dominante de algum grau de etnocentrismo atribuído à minoria pode ser considerado como um fator crítico de tensão. Contraposto à imagem do etnocentrismo está um novo valor crescente que redefine a assimilação enquanto requerida absolutamente; sendo o espectro do etnocentrismo visto enquanto uma clara negação, se não rejeição, daquele valor, o grupo dominante procederá para a redução do conflito a um conceito radical de alternativas, isto é, assimilação ou homogeneização coercitiva.

Mas, como tal percepção se configura e por quais medidas é avaliada? As implicações sócio-psicológicas dessas questões gêmeas tocam substancialmente na discussão deste texto. Elas envolvem as condições da agitação social geral e os mecanismos subjetivos intrincados pelos quais os grupos constituintes respondem a essas condições. Como dito anteriormente, as consequências a esse respeito são, de todo modo, os padrões de resposta do grupo dominante.

O princípio subjacente a esse argumento é geral. Como em casos de relações interindividuais, em que vários graus de ansiedade individual servem para acossar relações concomitantes, assim, em um sistema social, formas de ansiedade na vida do grupo tendem a introduzir elementos de instabilidade naquele sistema. Em um sistema social heterogêneo, de todo modo, tais ansiedades podem gravitar em torno de certas áreas de relação do grupo heterogêneo, carregando-as com especial dinamismo.

Os mecanismos para tais gravitações são providos pela distribuição estrutural das relações de poder que se expressam através do status de dominante e minoria. Quando a agitação social é intensa e penetrante, mas ao mesmo tempo vaga em suas manifestações, as frustrações subsequentes dessas condições são particularmente inquietantes ao grupo dominante que assim precisa de saídas para liberação. Isso exige considerar novos níveis de iniciativa e de ação que podem ser improvisados através das alavancas que a dominação origina. Em resumo, tendências sócio-psicológicas de agressão deslocada combinam com o recurso sociológico de poder para intensificar a tensão no relacionamento entre grupo dominante e a minoria. Até este ponto, talvez valha a pena retratar e detalhar o complexo processo sócio-psicológico pelo qual os membros do grupo dominante podem proceder para transformar suas necessidades pessoais em soluções do grupo e uma atitude individual em um direcionamento coletivo.

Assumindo a ansiedade ser a manifestação concreta da agitação social em um nível individual, sua característica principal é a amorfia, produzindo comportamentos aleatórios e erráticos. Porém, assim que a ansiedade é redefinida pela linha de um grupo ou coletividade, ela tende a assumir forma e conteúdo. O tipo particular de ansiedade que é crucial para os

padrões de conflitos aqui discutidos refere-se a um senso de desafio por um “exogrupo”¹, sentido primeiramente em um plano individual. Tal ansiedade é frequentemente composta por emoções gerais envolvendo depravações, medos, desejos futuros, ânimos vingativos, ou novas ambições despertadas. Essa ansiedade também não se opõe ao anseio por ideais sublimes do “endogrupo”² e romantismo ideológico, transpostos para um nível impessoal. Além disso, o desafio do “exogrupo” não necessita de um assunto advindo das circunstâncias presentes. Ele pode ter seu resíduo no passado, constituindo um fator de conflito adormecido, mas potencial e suscetível à ativação sob condições favoráveis.

Posteriormente, todavia, esse senso de desafio pode desenvolver um senso de ameaça étnica. Assim, ocorre uma sutil redefinição do alvo da ameaça. O indivíduo primeiramente tenta mentalmente renegar a ameaça, não entendida enquanto destinada a ele pessoalmente; concomitante, ele a desloca para um endogrupo vagamente concebido como alvo pretendido. Uma vez concluída a transferência, ele então procede à reapropriação da ameaça enquanto dirigida contra sua figura. Nesse momento, ele não se entende como um mero indivíduo, mas enquanto um membro de um endogrupo em particular posto na posição de disputa. No mesmo grau em que ele tende a ampliar a ameaça, ele também se liga ao *pathos* para seu próprio grupo. Aqui, o perceptível etnocentrismo é correspondido e superado pelo nacionalismo militante, bem como é facilitado pela dominação e preponderância de poder.

A finalidade do processo dual de transferência e reapropriação é, portanto: a) reduzir o impacto da ameaça sobre si através do compartilhamento com outros; b) delinear o apoio do grupo, a fim de ser mais eficaz na consumação da disputa; c) mitigar o medo em antecipação do desastre tido como distinta ou remota possibilidade; d) resultar em um senso geral de solidão e a bem-vinda oportunidade de sentir reforçado o “pertencimento” de um modo dinâmico; e) ventilar ou satisfazer impulsos de força maior por destrutividade, bem como o seu, mais ou menos, equivalente natural, para a criatividade aplicada a seu próprio grupo; e f) compartilhar culpa e redenção em caso de excessos.

A conversão de atitudes do plano individual para o coletivo sempre acarreta em seletividade e polarização em certos assuntos de conflito. Conseqüentemente, a minoria pode vir a ser reconhecida pelo grupo dominante enquanto dotada de atributos que podem até ser vistos como benéficos ao último. Mas eles são dispensados e descartados, a atenção é polarizada no etnocentrismo perigoso atribuído ao grupo minoritário. Pode ser enganoso sugerir a essa altura que a percepção de etnocentrismo é inteiramente ficcional. Ela pode ser

¹ “*Out-group*”, no original (nota do editor).

² “*In-group*”, no original (nota do editor).

distorcida, seu valor pode ser inflado além de qualquer senso de proporção, ou ela pode ser generalizada no sentido de ser atribuída a um grupo inteiro indiscriminadamente; mas sua incidência, de uma forma ou de outra, não pode ser negada ou negligenciada. Por essa razão, o desenvolvimento de um conflito agudo é de fato ancorado na incidência de alguma forma ou grau de etnocentrismo em nome de um grupo minoritário.

Para resumir, o fardo do argumento supracitado é relacionar a introdução de um elemento de tensão em um sistema heterogêneo com a percepção e interpretação subjetiva do etnocentrismo atribuído à minoria pelo grupo dominante, com o desejo concomitante do último de lidar com o primeiro na busca do estabelecimento da homogeneidade. Além disso, na mesma medida em que esse objetivo implica ou necessita de uma mudança estrutural, também a própria a crise é estrutural. Mas aqui estão outras dimensões para o problema. Uma tal dimensão para o grupo dominante está na questão de delinear uma minoria particular como antagonista ou arqui-antagonista. Isto é particularmente pertinente em um sistema de heterogeneidade multifacetada. Sociologicamente falando, isto é, mais uma vez, primariamente, um problema estrutural envolvendo o lugar da minoria no sistema social, bem como sua distribuição demográfica e concentrações, as quais podem afetar o critério de vulnerabilidade e disponibilidade, bem como seus laços externos a um grupo de origem, por exemplo, que podem determinar o grau de controle por meio do potencial de dissuasão oriundo de fora do sistema dado.

De qualquer forma, na seleção e determinação realizada pelo grupo dominante do grupo minoritário devem ser considerados a história do conflito entre ambos os grupos, os padrões de resolução de conflito do passado, os critérios estabelecidos culturalmente para tais soluções e, de maneira mais importante, em que grau essas resoluções foram bem-sucedidas, mas, acima de tudo, o grau de consciência para esse sucesso. O último aspecto é novamente parte daquele ingrediente fundamental na consumação de conflitos, nomeadamente, os elementos da interação simbólica. Em resumo, assim, o aumento e a maturação do conflito são em larga medida afetados estruturalmente e simbolicamente dirigidos. Em termos de categorias específicas nas manifestações daquele conflito, entretanto, duas áreas particulares estão envolvidas: 1) os determinantes na definição do conflito; 2) a consideração de métodos para a resolução do conflito. Ambos dizem respeito principalmente, se não exclusivamente, às disposições e recursos do grupo dominante.

Os determinantes na definição do conflito

Esforços primários vão se focar no estabelecimento da natureza do conflito em relação a categorias amplas, tais como segurança nacional, interesses políticos, clivagens econômicas, ortodoxia religiosa, etc. Em cada uma dessas categorias, o grupo dominante é propenso a enxergar a si mesmo como prejudicado ou como colocado em risco em termos de projeções e extrapolções. As frustrações emanando dessa autoimagem coletiva são aptas a pressionar por uma próxima formulação de determinante de definição. Isso refere-se aos esforços em localizar a fonte do conflito. Aqui, a consideração é suscetível de implicar tal autojulgamento como uma história de permissividade excessiva, tolerância ou aceitação e outras formas de indulgência por parte do grupo dominante vis-à-vis com as minorias. Consequentemente, um senso de ter sido abusado, iludido ou explorado pode crescer com resultante raiva contra a dada minoria. A necessidade de descarregar e canalizar essa raiva prepara o terreno para o próximo estágio de definição, que é um determinante crucial em toda área de definição. Isso se refere ao ato deliberado de destacar o vilão, assim concebido pelo grupo dominante. A necessidade de fazê-lo fluir decorre, principalmente, do reconhecimento de que o problema da responsabilidade tem de ser identificado. Assim, frustrações, dificuldades, dilemas e outras coisas quaisquer que possam ser associadas à tensão são agora diretamente e inexoravelmente relacionadas com uma minoria específica. Com uma atenção hostil sendo assim polarizada, várias incertezas, ambivalências e noções vagas em relação a esses assuntos do conflito começam a tomar forma e direção. Pela mesma razão, a posição da minoria é avaliada em termos de suas capacidades e passivos no papel de um culpado, papel cuja atribuição é ser contemplado. Com a eminência desse papel, o processo de definição atinge seu auge ao entrar no estágio final, no qual a necessidade por medidas punitivas é originada. Como sugerido, essa necessidade está sintonizada essencialmente com a avaliação feita pelo grupo dominante sobre a gama de vulnerabilidades e capacidades da minoria visada. Aqui, experiências passadas, habilidades acumuladas e redefinidas para manipular minorias no geral e a minoria em particular, e as resultantes para o grupo dominante nos benefícios e despojos passados, previstos e imprevisos, são fatores que são levados em conta³.

³ Em uma abordagem inovadora sobre a violência no comportamento coletivo, três sociólogos focalizaram esse problema das experiências passadas como um fator-chave de instigação na agressividade coletiva que definem como “os resultados das ações experimentadas no passado, seja direta ou indiretamente”. Eles veem a violência como um subproduto do “contágio social em que as unidades são instigadas e inibidas pela informação que recebem ao longo do tempo sobre o comportamento uns dos outros e suas consequências”. Nessa perspectiva, os conceitos de estrutura social, organizações políticas, conflitos sociais e “diferentes estímulos psicoculturais da violência, tais como privação relativa, expectativas crescentes, alienação-impotência, controle interno-externo e conflitos normativos ou de valor” são inadequados, na medida que negligenciam “o tempo relacionado aos processos de aprendizagem social que mediam o impacto desses fatores”. Os autores argumentam,

Métodos de resolução de conflitos

Como regra, pode-se assumir certo grau de consonância entre os modos de definição de conflito e resolução de conflito na medida em que são levados em conta a localização e avaliação da oposição e dos últimos resultados, alocação de recursos e direção dos esforços. Atenção e esforço podem ser focados, por exemplo, no assunto da excessiva permissividade. Se, ao definir o conflito, o grupo dominante se convence de que a ameaça etnocêntrica atribuída à minoria é o subproduto de permissividade excessiva ou tolerância em um passado em que aquela minoria tomava parte do grupo dominante, então a resolução de conflito é apta a refletir essa convicção. Como resultado, o fato da heterogeneidade é reexaminado e seu termo é desejado e resolvido enquanto solução chave. Ademais, o grupo dominante pode se culpar por ter cometido uma tolice histórica ao permitir a persistência da heterogeneidade em primeiro lugar ao invés de sua erradicação em seu início. Uma consequência dessa autculpa é acentuar a hostilidade em relação à minoria como um acessório frente ao frustrante sentimento de autculpa. Assim, a busca por dispositivos de resolução de conflito tende a começar severa e agravada pela amargura e fúria, de tal maneira que o grupo dominante possa bancar.

O processo de definição pelo grupo dominante tende a concentrar grande importância sobre a oposição, sendo, portanto, menos propenso a revelar as suas próprias contribuições para o conflito. Na análise dos métodos e dispositivos proposta para a resolução do conflito, entretanto, dicas significativas podem ser obtidas nesse sentido. Por exemplo, se a minoria é acusada de recusar assimilação, parcial ou totalmente, em que medida este é o resultado do etnocentrismo como uma variável independente e em que medida pode ser que um fato na omissão, ou compulsório? Nomeadamente, se, por uma razão ou outra, o grupo dominante restringe ou prescreve integração sociocultural com a minoria, não seria resultante de formas e graus de etnocentrismo da parte da minoria ser a função negativa de tais restrições e prescrições?

O principal canal de resolução de conflito sob revista é a formulação e articulação de uma ideologia enquanto uma arma voltada ao combate da minoria, mas ao mesmo tempo para também estimar e definir suas próprias necessidades. As ideias que avançam a esse respeito

no mesmo sentido, que os cálculos de “benefícios e custos” identificados com episódios passados de perpetração tendendo a inibir ou instigar “imitações” subsequentes por outros como parte dos “processos geradores” de violência que eles chamam de forma “cultural difusão”. (PITCHER, Brian L.; HAMBLIN, Robert L.; MILLER, Jerry L. L.; “The diffusion of collective violence”; *American Sociological Review*, UK, Vol. 43, N. 1, Fevereiro de 1978, pp. 23-33).

podem impugnar a motivação etnocêntrica da minoria ao degradar sua origem cultural, à qual o grupo dominante pode contrapor seus atributos culturais como superiores, sacrossantos e absolutos. A ideologia serve aqui como um amplo quadro de referência que incorpora doutrinas, crenças, mitos que podem se combinar para obtenção de um estímulo poderoso ao nacionalismo militante, racismo ou imperialismo baseados em um senso de exclusividade, supremacia e missionarismo.

A lógica e a expressão empirista desta inclinação ideológica pode ser a formação de um partido político dotado de todos os atributos de um movimento coesivo e disciplinado. Quanto mais rigidamente organizado e controlado, maior a margem de manobra para providenciar métodos drásticos e radicais de resolução de conflito. Os aspectos corolários são agitação e propaganda, o recurso a táticas que podem ser destinadas a desviar, esconder, enganar o inimigo e a garantia de cobertura via cooperação e tolerando aliados.

Toda essa tendência tem um duplo caráter. Por um lado, busca aumentar a solidariedade e a autoestima do endogrupo, a remoção daquilo que a partir do sistema é procurado como condição primordial da esforçada homogeneidade. A ligação faz a conexão entre os duplos padrões é o entendimento de que o compromisso ou é inconcebível ou impossível e que, portanto, o grupo dominante tem de afirmar-se absolutamente na extensão da minoria, cujo direito de existir pode ser assim colocado em perigo. Na medida que o conflito amadurece, avançando mais para estágios de intensificação e ampliação, esse entendimento pode vir a se tornar uma obsessão por parte do grupo dominante.

O conflito turco-armênio no Império Otomano

As abstrações supracitadas são mais ou menos diretamente derivadas do tratamento dos armênios, enquanto minoria-alvo, dado pelos turco-otomanos enquanto grupo dominante. Não é necessário dizer que a ativação do conflito que culminou em genocídio, pressupôs o fator de latência anteriormente discutido. Muitas das tensões que a heterogênea sociedade otomana abrigava em si, principalmente na forma do subjugo, encontraram uma canalização peculiar e uma eventual personificação nos antagonismos turco-armênios.

Como apontam muitos estudiosos do Império Otomano, a última desintegração gradual veio acompanhada por duradouros conflitos sociais e políticos. Externamente, o Império continuou a sofrer atrofia por meio da dizimação e fragmentação, impondo a emancipação de uma série de nacionalidades sujeitadas, particularmente nos Balcãs. Algumas dessas perdas foram seguidas por derrotas militares nos campos de batalha. A situação de apuro do Império

foi acentuada pelo papel contributivo desses reveses e desastres das grandes potências, que persistiam em seu intenso desejo acerca das vantagens territoriais, militares e econômicas na extensão do que eles consideravam ser um Estado decadente. As capitulações, pelas quais essas e outras potências aproveitaram de privilégios especiais dentro da soberania territorial do Império Otomano, foram ambos uma expressão e um lembrete doloroso aos turcos dessa atitude degradante. Internamente, teocracia, suborno e corrupção combinados com a tirania dos sultões hospedeiros, particularmente Hamid II (1876-1908), tornou o sistema otomano sujeito a crises de todos os tipos.

Uma das manifestações disso foi a discordância entre os líderes empenhados em evitar um desastre total e aqueles esperançosos em uma regeneração. Panislamistas, panturquistas e panturanistas entraram em confronto uns com os outros em combinações variadas. O fato de o otomanismo ter sido descartado enquanto panaceia provou-se mais sério para as minorias, particularmente aos armênios. De fato, um denominador comum para todos esses “ismos” foi a resolução em terminar pela violência, se necessário, o caráter heterogêneo do Estado e introduzir uma homogeneidade ideal a partir dos princípios denotados e conotados nesses “ismos”. A razão principal para isso foi o padrão de interpretação através do qual as enfermidades do Império foram atribuídas ao papel perturbador das minorias sujeitadas. A secessão do Estado otomano aos gregos, búlgaros, sérvios, etc. assombrava esses líderes em relação aos perigos dos grupos étnicos enquanto resíduos de um etnocentrismo em desintegração, na medida em que o grupo dominante era considerado.

A configuração de alguns fatores facilitou a singularização dos armênios como o alvo mais adequado ao procedimento dos desígnios por homogeneidade. Em virtude de sua religião, origem étnica, passado histórico e cultural, eles foram definidos como um risco para os três movimentos mencionados acima. Outras minorias, tais como curdos, árabes e até os albaneses em alguma medida não estavam imunes de definições similares, mas, sendo principalmente maometanos, revelou-se difícil a eles serem alvos. A vulnerabilidade foi mais um fator que para os armênios teve um duplo aspecto. A distribuição demográfica desses, particularmente nas províncias orientais da Turquia – a matriz real da Armênia histórica – dava a condição de isolamento ideal para lidar com eles. Ademais, não tendo um Estado-mãe capaz de retaliação, eles se prestaram ao status e ao papel de vítima em potencial. Porém, o começo de um etnocentrismo reativo por parte dos armênios pode ser visto como o fator mais decisivo na cristalização das ansiedades turcas existentes, alojando tensão nas relações entre si e os turcos dominantes, ajudando a ativar padrões de conflito definidos.

Havia dois componentes particulares nesse etnocentrismo reativo que tiveram primordial

importância e consequência. Um foi o surgimento de movimentos revolucionários e sua gama de métodos e atividades. O outro foi o movimento de reforma que buscou assegurar direitos fundamentais para os armênios nas províncias onde os abusos eram infligidos sobre eles, assumindo proporções insuportáveis, particularmente ao envolver assassinatos caprichosos, abduções, pilhagem e tributação incapacitante. Isso foi facilitado por meio da deficiência legal, incluindo a negação do direito de porte de armas para autoproteção até 1908 e por meio de uma ordem de regulações administrativas que maximizavam as margens de abuso. O movimento armênio de reformas tinha como objetivo corrigir tais injustiças sem a intenção de emancipação. Porém, o sentido atribuído a esse movimento de reforma pelos otomanos e subsequentemente pelos líderes dos Jovens Turcos era discrepante e altamente subjetivo. Totalmente alheio à tarefa de verificar os seus méritos ou deméritos, o movimento foi castigado como um projeto arrojado para fragmentar a Turquia, castrar a sua força geral e criar o espectro de uma ameaça futura para a Turquia via autonomia. Essas respostas foram agravadas pelo papel interventor das Grandes Potências em todo movimento de reformas, particularmente a Rússia. Outrossim, devido à mera conjuntura, o movimento coincidiu com os paralisantes golpes que o Império Otomano estava recebendo por meio das guerras nos Bálcãs e Norte da África.

Assim, a configuração e a interação desses fatores formaram o cenário para o grupo dominante apoiar a ideia de uma mudança estrutural via ativação e consumação de um tipo particular de conflito. Os medos auto gerados e o concomitante senso de ameaça foram envolvidos e atestados por Enver, Ministro da Guerra e o segundo mais importante organizador do genocídio dos armênios. Na contabilização para a “deportação” em massa dos armênios, ele admitiu ao embaixador Morgenthau: “É a nossa experiência com revoluções que nos faz temer os armênios. Se duzentos turcos podem derrubar o governo, então algumas centenas de armênios brilhantes e educados podem fazer a mesma coisa”⁴.

Ao discutir esse senso de ameaça, que é mais uma função para o estrato de liderança e é parte das dinâmicas do etnocentrismo da minoria, reativo ou de outra forma, outro fator importante, mais estrutural, não pode ser negligenciado quando consideradas a conversão da ansiedade e as privações vitais nas hostilidades intergrupo. Após indicar a relativa prosperidade dos armênios, em particular daqueles que eram comerciantes e artesãos nas grandes cidades da Turquia Otomana, quando comparados com a esmagadora pobreza e miséria do resto dos armênios no Império Otomano, o autor Williams oferece esse comentário:

⁴ “It is our own experience with revolutions which makes us fear the Armenians. If two hundred Turks could overturn the Government, then a few hundred bright, educated Armenians could do the same thing”. (MORGENTHAU, Henry. *Ambassador Morgenthau's Story*. Garden City, NY: Doubleday, 1918, p. 367)

Onde desprezo é a atitude do superior e mais poderoso, desprezo hereditário, imemorial, constante, prevenção de casamentos mistos, relações sociais e quase todos os contatos pessoais da vida e esse desprezo são baseados em raça e religião, fatores praticamente imutáveis no Oriente, a prosperidade das raças menos poderosas é embalada com dinamite⁵.

Temos aqui dois pontos que precisam ser salientados antes de procedermos ao próximo determinante. Primeiro, a manifestação do conflito não deve apenas envolver mudanças estruturais, mas isso deve ser algo que emerge diretamente da condição de latência desse conflito. Em termos práticos isso significa, entre outras coisas, a exclusão da consideração da cultura de contato a partir da qual esses grupos possam ter laços de parentesco e, portanto, culturalmente compatíveis uns com os outros. Qualquer instância de tensão no seu relacionamento que leve a um conflito tem um caráter diferente e outras implicações. Segundo, o fato da manifestação do conflito, ao longo das linhas de latência, está longe de ser necessariamente e imediatamente conducente ao genocídio. Assim, outros determinantes devem ser discernidos a fim de estabelecer sequência necessária e interação causadora para a real e específica consumação desse conflito.

A eclosão de uma grande crise inaugurando a decisão de realizar o processo

Como mencionado anteriormente, a mera manifestação de um conflito bipolar não assegura necessariamente sua consumação violenta. O conflito pode manter-se manifestadamente, de forma aguda e durante um longo período de tempo antes de retroceder ou se diferenciar em forma e conteúdo. Dadas certas condições, os antagonistas podem se tornar acostumados às tensões geradas pela estirpe e, assim, reverter em dificuldades que fluem dessa tensão⁶. O ponto pode ser tomado mais ou menos como certo e assim se consente sem recorrer a métodos drásticos de enfrentamento. Até verbalizar ameaças para tais métodos drásticos, incluindo ameaça de massacres, pode ser parte de um caráter estacionário e limitado do conflito. Em resumo, um conflito agudo entre um grupo dominante e uma minoria pode assumir proporções de volatilidade e potencial explosivo e permanecer nesse estado sem

⁵ “Where contempt is the attitude of the superior and more powerful, contempt hereditary, immemorial, constant, preventing intermarriage, social relations, and nearly all personal contacts of life and this contempt is based on race and religion, factors practically unchangeable in the East, the prosperity of the less powerful race packs the situation with dynamite”. (WILLIAMS, Talcott. *Turkey: a world problem of today*. Nova York: Doubleday, 1921, p. 292)

⁶ O termo “*strain*” aparece várias vezes ao longo do texto e pode ter diversas conotações na língua inglesa. Optou-se pelo uso de palavra “estirpe” quando o autor descreve a assim chamada “manifestação de um conflito bipolar” na qual se intensificam processos de diferenciação de cunho étnico-racial entre os grupos dominante e minoritário (nota do tradutor).

necessariamente entrar em erupção ou explosão.

Todo o nexos potente entre essa condição estacionária da manifestação do conflito e o subsequente recurso aos métodos drásticos de consumação são a ocorrência de um evento que pode ter a força impetuosa refletida na crise gerada. Isso não é para ser visto como crise padrão no sentido de um conflito em andamento entre grupo dominante e minoria, infestado de crises desse tipo. Pode ser uma consequência, ou o resultado líquido de uma tensão cumulativa gerada por esse conflito. Mas, também pode ser totalmente não relacionado com o último. Sua significância reside no seu impacto sobre o grupo dominante. O delicado balanço de uma sintonização estática para com o outro pelo inimigo é virada de maneira crucial. Abruptamente, tensões existentes tornam-se amplificadas e convidam a ações radicais. Porém, antes de tais ações serem iniciadas, a crise precisa não apenas ser percebida, mas também definida, particularmente por parte do grupo dominante que considera a si como a parte mais adversamente afetada na crise. Essa definição se centra mais uma vez na noção de perigo nacional e sua correlativa imagem de um exogrupo como *locus* desse perigo. Consequentemente, existindo imagens de ameaça, o concomitante vilipêndio do grupo minoritário é renovado na medida em que a crise é interpretada como ponto alto e confirmador dessas noções existentes.

Intimamente ligado a esse reconhecimento está a noção de que as antecipações e estimativas em relação às intenções reais da minoria etnocêntrica foram reivindicadas. O grupo dominante se sente agora reforçado em suas atitudes *vis-à-vis* o último e compelido a um novo nível de ação contra isso. Isso, todavia, exige adequada tomada de decisão. A decisão em si de decretar genocídio é raramente precipitada. Como regra, tem uma história cumulativa envolvendo uma série de conflitos e conflagrações, mas também desejos suprimidos por violência genocida. Por isso, quando a decisão é tomada, o seu contexto é tão importante quanto os mecanismos sócio-psicológicos animando as deliberações e os conduzindo para a culminação. O contexto que pode se provar mais efetivo e funcional a esse respeito é o produzido pela larga escala de conflagrações, que podem ter se desenvolvido ou irrompido por outras razões. Estão envolvidas guerras civis, limitadas guerras externas ou as assim chamadas guerras mundiais.

A importância de tal contexto traz questões de latitudes que são intrínsecas à condição de guerra ampla e que permitem a mobilização de métodos radicais e drásticos de ação. Como consequência, a crise ou a combinação de crises engendradas pela guerra tendem a definir o cenário, levando em conta a opção do genocídio. Mais uma vez, deve-se enfatizar que, para que uma opção como essa tenha qualquer pertinência, o procedimento de mais dois outros

determinantes deverá favoravelmente combinar e amadurecer para posterior acréscimo. Outra variável no contexto da tomada de decisão é de que maneira a origem, curso ou resultado desejado da guerra estão ligados com a crise que se tem à mão, ou melhor, com os pressentimentos estimados dessa crise. Sob certas condições, portanto, inesperadas e decisivas vitórias podem então oprimir o grupo dominante de forma que esse possa sentir-se tentado a considerar a decisão genocida em relação à minoria. Talvez a característica mais significativa no contexto de guerra no sentido de tomada de decisão seja a gama de poderes extraordinários acordados ou autoconferidos ao estrato da liderança encarregado da condução da guerra. Na medida em que esses poderes são otimizados e permitem seu exercício arbitrário, o processo de tomada de decisão será facilitado.

Nesse sentido, um senso de urgência ditado pelas exigências globais da guerra, o impacto desordenado da crise particular em questão e a aura de responsabilidade que circunda os escritórios dos líderes envolvidos são combinados a aumentar o feitiço da autoridade deles, o grau de sua persuasão e as margens de suas manobras, bem como subordinando *vis-à-vis* os co-líderes menos poderosos. A importância desse fator pode ser melhor entendida contra as possibilidades de dissidência e oposição dentro dos órgãos de alto escalão de liderança em se dedicar ao genocídio. Na medida em que o segredo absoluto é condição de um rápido sucesso, solidariedade entre aqueles que tomam decisões torna-se matéria de urgência máxima. Conseqüentemente, dissidência e oposição são resolvidos resolutamente. Para maximizar tal solidariedade e por meio dela assegurar o clima mais favorável para tomada de decisão unânime, o papel de um partido monolítico como quadro de referência, bem como a facilidade institucional não devem ser subestimados. De fato, pode-se argumentar que, quando o grupo dominante e o partido monolítico encarregado da perseguição da guerra são um e o mesmo, as chances de alcançar a decisão pelo genocídio tende a ser consideravelmente promovida.

Exigências da I Guerra Mundial

No caso da Turquia Otomana, toda a sequência da Primeira Guerra Mundial foi uma sucessão de enormes crises. Apesar da assistência alemã em grande escala, fiscal, material e consultiva, com exceção de duas instâncias, isto é, o front de Dardanelos na primavera de 1915 e a batalha em Kut, na primavera de 1916 no Iraque, os turcos sofreram derrotas enquanto tributavam pesadamente a economia e os magros recursos do país e instituíram miséria e desespero por todos os seus domínios. Como descreveu, no dia 18 de março de 1915, o Embaixador Morgenthau:

De fato, todo o estado otomano... estava à beira da dissolução. Em toda a Turquia surgiram chefes ambiciosos os quais estavam momentaneamente esperando sua queda ... para aproveitar suas partes da herança... As condições financeiras e industriais existentes pareciam tornar a revolução inviável. Muitos agricultores entraram em greve... Quanto a Constantinopla, a população ali e os melhores elementos entre os turcos, longe de se oporem à chegada da frota aliada, a acolheriam com alegria...⁷

Foi durante esse período que em uma longa entrevista, Enver, o Ministro da Guerra, em um esforço para justificar o genocídio, retorquiu ao mesmo Embaixador: “Nossa situação é desesperada, eu admito isso, e nós estamos lutando como um homem desesperado luta”⁸.

Quando alguém considera que o genocídio dos armênios foi *formalmente* iniciado no dia 24 de abril de 1915, isto é, durante o mesmo período, a importação da anomia na Turquia durante a guerra torna-se mais acentuada.

Porém, talvez o episódio mais importante convidando a fúria oficial da Turquia contra os armênios enquanto elemento perigoso merecedor de exterminação envolveu um dos maiores desastres militares que os turcos sofreram durante a Primeira Guerra Mundial. Este tomou lugar na batalha de Sarikamış próximo à fronteira russa no mês de dezembro de 1914, quando estima-se que 90.000 soldados turcos pereceram e uma grande empreitada turca em direção e além do Cáucaso foi severamente frustrada. O papel dos voluntários armênios, majoritariamente sujeitos ao Czar, lutando para e pela Rússia nesta campanha, foi descrita como o maior fator na contribuição para a derrota. A escala da participação dos contingentes armênios do Império Otomano foi igualmente exagerada.

O resultado líquido desse ciclo de frustração-agressão foi a determinação de infligir um duro golpe sobre a população armênia da Turquia. A “revolta de Van”, na qual os armênios da área forçaram os turcos a fugir, ocorreu *depois* do início do genocídio e, como tal, foi única e exclusivamente uma tentativa desesperada de resistir à chacina generalizada. Esse fato tem sido atestado pelas contas de observadores europeus e americanos e até mesmo um comandante sul-americano que havia sido voluntário do serviço da Turquia otomana⁹. As indicações são que, ao voltar a Constantinopla, Enver, que havia concebido e executado a

⁷ “As a matter of fact, the whole Ottoman state... was on the brink of dissolution. All over Turkey ambitious chieftains had arisen who were momentarily expecting its fall...to seize their parts of the inheritance...The existing financial and industrial conditions seemed to make revolution inevitable. Many farmers went on strike...As for Constantinople, the populace there and the best elements among the Turks, far from opposing the arrival of the Allied fleet, would welcome it with joy...” (MORGENTHAU, Henry. *Ambassador Morgenthau's Story*. Garden City, NY: Doubleday, 1918, pp. 227-228)

⁸ “Our situation is desperate, I admit it, and we are fighting as desperate men fight”. (MORGENTHAU, Henry. *Ambassador Morgenthau's Story*. Garden City, NY: Doubleday, 1918, p. 348)

⁹ NOGALES, Rafael de. *Four Years Beneath the Crescent*. Nova York: Scribner, 1925. Cf. capítulos VI e VII.

desastrosa campanha militar contra o conselho de sua aliada Alemanha, culpou os armênios e foi instrumental ao ativar a decisão que provavelmente foi feita de forma tentada durante os encontros ultrassecretos do Partido União e Progresso em Salônica, em 1911. O papel desse partido na concepção, desígnio e execução do genocídio foi parte integrante de sua conduta na I Guerra Mundial, cujas exigências constituíam o cenário para a tomada de decisões. Aqui, partido monolítico, aparato partidário, disciplina, segredo, confiança no desafio e a ousadia ao designar, tudo combinou em favor da decisão final *vis-à-vis* aos armênios. Contudo, a tomada de decisão é ainda mais um elo na cadeia de determinantes que está sendo discutida neste capítulo. Cabe dizer, portanto, que as decisões são fúteis, a menos que sejam implementadas. Mas, a implementação deve seguir o curso traçado pelo caminho da decisão e, no presente caso, necessariamente em conjunção com a latência e os elementos manifestos do conflito.

Mobilização Instrumental

Alcançar uma decisão formal traz todas as vantagens endêmicas para a autoridade formal. Em tempos de guerra, o último pode vir a se tornar o maior recurso da autoridade informal por causa do acúmulo de poderes extraordinários ao homem no poder. Quanto mais central a autoridade, maior o instrumento que se opera, e maior a força com a qual se obriga. Assim, os órgãos do Estados são reestruturados de tal modo que eles refletem esse rearranjo de prioridades. Naturalmente, o princípio dominante desse duplo rearranjo é a mobilização para a tarefa do genocídio real. A ordem marcial de recursos necessários, humanos e materiais, exige uma máquina administrativa que deve ser orientada para os detalhes da implementação do genocídio. Esses detalhes não são independentes, todavia, e vêm de um sistema social dentro de uma estrutura na qual a configuração administrativa deve funcionar. Em outras palavras, genocídio não é um princípio abstrato, invariável em forma e conteúdo e aplicável a qualquer situação, independente de certas latitudes culturais e sociais que são permissivas em relação a isso.

Uma das condições mais essenciais que torna o genocídio operacional dá-se quando esse se prova funcional para o grupo dominante. Ser funcional significa, nesse sentido, que deve servir a dadas ou emergentes necessidades da vasta maioria do grupo dominante, se essa maioria tem que ser alistada para a implementação da decisão. Isso clama pelo reconhecimento de necessidades prevaletentes da multitudine de participantes potenciais e a indicação de oportunidades de cumprir essas necessidades. Esse é o nível da mobilização popular. Nem o administrativo nem o nível popular de mobilização podem, sozinhos ou

combinados, sustentar ou aumentar o impulso do genocídio. A não ser que esses níveis integrem neles conceitos das supostas atitudes ameaçadoras ou vis da minoria vítima, regras e regulações e necessidades agudas sentidas de maneira ampla podem não ser adequadas para a tarefa.

Por conta disso, é necessário um terceiro nível que tem a ver com padrões de incitamento e degradação do grupo alvo. Um senso de obrigação e conveniência pode ter uso limitado. Mas, quando ambos são misturados ao senso de justificação, o resultado pode ser uma formidável alavancagem para mobilização. O aspecto de justificação, incorporando incitamento e degradação, pode ser subsumido sob a categoria de nível imaginário. O que se refere ao grupo minoritário não é apenas negativo, mas destrutivo. Isto anima impulsos limítrofes para uma compulsão em obliterar a vítima; tal como um fim é visto como a única alternativa para resolver o conflito e solucionar os problemas associados ao conflito. Na medida que esses padrões de mobilização são destinados a um fim específico, eles são instrumentais. Aqui, mobilização instrumental é um novo nível de ação entendida como um remédio. A mobilização é improvisada através dos canais da autoridade e dentro de uma configuração sociocultural de heterogeneidade na qual o grupo dominante e a minoria estão inter-relacionados.

No nível da operação real do genocídio, talvez o fator mais importante seja o recrutamento e engajamento de uma grande massa de pessoas como participantes. O entendimento completo desse processo requer uma compreensão dos mecanismos sociais envolvidos nas formas elementares de comportamento coletivo. A referência a tais conceitos como reação circular, despedaçamento, sugestão aumentada através da interestimulação, excitação coletiva e contágio social é pertinente. Esses conceitos resumem situações não estruturadas que têm um caráter emergente, tendendo a reduzir as inibições, prejudicando os julgamentos racionais, críticos ou discriminatórios, realçando impulsividade, ajudando a liberar frustrações, facilitando agressividade e em conjunto chamam por um comportamento improvisado. Estes contribuem para a formação de agrupamentos, multidões, tumultuosos encontros, etc., todos impulsionados por desejos destrutivos com a minoria enquanto alvo principal¹⁰. Pouco importa as formas de improvisação, o objetivo é onipresente e constante, isto

¹⁰ Em outra nova abordagem do comportamento coletivo, um sociólogo considera esses mecanismos, incluindo o que se refere às “normas emergentes”, como uma condição necessária, mas suficiente para a explicação dos resultados. Depois de assinalar que há muitas vezes lacunas entre as disposições e preferências individuais, impelindo as pessoas a participarem no comportamento coletivo e os resultados reais de tal comportamento, o autor expõe um modelo de “limiars comportamentais que contabilizam resultados coletivos por simples princípios de agregação”. Nesses modelos, os atores são vistos como calculadoras de consequência que são apresentadas quando “os benefícios líquidos começam a exceder os custos líquidos para o ator em particular”. O excesso de benefício sobre o custo é determinado por “processos de agregação” envolvendo “a dinâmica de situações (...) Os

é, a aniquilação do alvo. Assim, mudar os padrões de destruição são adaptações frente às condições variáveis nas quais a destruição está para ser empreendida. A incidência de resistências esporádicas e não esperadas por parte de qualquer unidade da minoria, recorrendo à autodefesa desesperada, frequentemente serve para amplificar os impulsos destrutivos dos perpetradores que, em fases rotineiras do genocídio, têm de assumir um papel submisso como dado e são capazes de considerar essa resistência como uma prova adicional de ameaça.

Em casos semelhantes de administração de violência em massa, assim como no genocídio, os recursos de incitação são residuais na cultura do grupo dominante e são principalmente canalizados através dos meios de comunicação. Histórias de sabotagem, espionagem, deserção, mercado negro, altos lucros ilegais em tempos de guerra, profanação religiosa, perversões sexuais podem ser promovidas em combinações variadas para incitar, para condenar, bem como para degradar todo o grupo minoritário. Isso é parte de um elaborado e persistente padrão de formação de imagem como um fator crítico para a chacina indiscriminada. Para complementá-lo, sempre que apropriado ou necessário, o recurso também pode ser levado a certos rituais, cerimônias e atos de violência isolados. Estes incluem pendurar os vilões escolhidos em lugares públicos, com ou sem julgamentos, desfilando nas ruas com o mesmo em condições que possam suscitar e também proporcionar gratificações vicárias aos espectadores, queimando vivos em seus suspeitos refúgios de fugitivos presumidos, na chacina das vítimas tidas como objetos sacrificiais ao simbolismo religioso, prisões notáveis, individualmente ou em grupo e a manipulação de condutas eróticas distribuindo publicamente vítimas selecionadas para serem livremente arruinadas.

Quando o grupo dominante é permeado por provisões espirituais militantes e letais do Islã, o ciclo de incitamento-degradação encontra um estímulo poderoso nas exigências de uma guerra, sendo a minoria não-muçulmana. A heterogeneidade é convertida sem demora em um símbolo da minoria a quem se dirige a violência, administrada pelo grupo dominante através do recurso de Guerra Santa. Aqui, a matança não é apenas uma mera compulsão, mas um incentivo para cobiçadas recompensas, realizada adiante pelo chefe do sistema religioso para os perpetradores. Isto adquire um impulso de autossustentação por meio da sanção oficial que difere das sanções seculares em termos do sacrossanto e, portanto, confere suprema legitimidade sobre tais matanças. Para os muçulmanos otomanos que eram exaustivamente socializados nas normas hostis do Islã, a diferença entre matar por um homem e matar por Alá,

atores se comportam de maneiras contingentes uns aos outros". O ponto é ilustrado da seguinte forma: "O limite de uma pessoa para se juntar a um motim é definido como a proporção do grupo que ele teria que ver juntar antes de fazê-lo". Os radicais têm um baixo, conservadores um limiar alto, o limiar mais baixo pertence aos instigadores e principais perpetradores. (GRANOVETTER, Mark. Threshold Models of Collective Behavior; *American Journal of Sociology*, Vol. 83, N. 6).

isto é, Deus, é a diferença entre a busca por segurança e um investimento para a vida eterna. Consequentemente, o valor da vítima atinge seu ponto mais baixo quando ela ainda está viva e atinge seu ponto mais alto quando essa vítima é abatida.

Todo esse argumento em relação à mobilização se baseia na noção de que uma vez que a decisão foi alcançada pela autoridade central e formal, sua implementação torna-se mais ou menos uma questão de curso. A incidência e seu cálculo com estes e, a maneira de lidar com eles para eventualmente superá-los é o assunto do próximo item, que pode ser visto como o último em uma cadeia de ligações na qual os determinantes do genocídio são vistos como entrelaçados inextricavelmente.

O controle e a estrutura de oportunidade

A tarefa de executar toda uma nação ou nacionalidade enquanto um grupo minoritário é um vasto empreendimento. Não importa quão impiedoso pode vir a ser o grupo dominante na tomada de decisão, capaz de manter segredo, habilidoso em termos de organização e administração e inexorável na perpetração, dificuldades deverão ser antecipadas, obstáculos inesperados reconhecidos e recursos reunidos para confrontar e mitigar essas dificuldades. A fonte e os resíduos de tais dificuldades podem ser múltiplos, incluindo: a) vazamento de notícias da decisão secreta, o que pode privar o grupo dominante de sua grande influência que o elemento de surpresa tem. É uma responsabilidade que pode prejudicar a rapidez da ação; b) a antecipação pela vítima do genocídio sob certas circunstâncias e a preparação secreta para tal eventualidade. Esse desenvolvimento pode conduzir à frustração de um genocídio completo ou em grandes níveis e pode também exigir um preço ao perpetrador em termos de casualidades graves; c) assumindo a incidência de uma guerra em andamento, rápida ou abrupta derrota pode prevenir ou interromper o curso do genocídio. Nesse caso, a intenção genocida pode ser realizada, mas de maneira limitada a um massacre ou a uma série de massacres; d) o impacto cumulativo de reveses, crises econômicas e desastres naturais ou epidemias podem tensionar e tributar o resto do grupo dominante, cuja ira e fúria podem tender a convergir sobre seus próprios líderes, produzindo, deste modo, agitação interna ou rebelião. Dependendo dos resultados desse choque interno, o genocídio pode ser suspenso, postergado ou interrompido completamente; e) a possibilidade de retaliação por uma nação parente ou de um parentesco em uma posição passível de fazê-la pode torna-se um fato. O ritmo e o escopo do genocídio em curso podem ser aumentados mutuamente, unilateralmente ou o compromisso pode ser alcançado; f) a ameaça implícita de interferência de uma Grande Potência pode ser realizada

com consequências desastrosas para o perpetrador.

A lista pode ser prolongada. O sentido central de todas essas provisões de dificuldades, quer implícitas ou explícitas, é a de que a liderança que toma as decisões deve considerar todas elas e tentar reduzir a chance de materialização das mesmas. Uma das razões cardeais do porquê o genocídio é mais provável de ocorrer durante grandes guerras é que, da maneira como as guerras foram travadas até aqui, a probabilidade da maioria dessas dificuldades é reduzida ou eclipsada por emergências de dada guerra. Na medida que os obstáculos internos são considerados, por exemplo, vários tipos e graus de poderes emergentes habilitam as autoridades dadas a localizar e isolar possíveis causadores de problemas. Se resistirem, o recurso à coerção e, se necessário, ao terror e à intimidação, pode efetivamente conter essa tendência. Técnicas de vigilância podem inclusive aumentar a detecção de novos suspeitos. A expansão do aparato de serviço secreto pode deter consideravelmente a ascensão de qualquer oposição significativa. Tudo isso é parte da função de controle interno, o rigor é em larga medida proporcionado pelos empenhos e exigências da guerra. A esse respeito, a característica mais relevante desse fator de controle interno é que o alcance e a penetração deste último são aumentados na proporção em que um grande número de homens aptos estão envolvidos nos serviços armados. A ausência deste último tende a facilitar a tarefa. Assim, os fatores de oportunidade e controle tornam-se interdependentes.

Essa ideia é melhor expressada com a referência direta às capacidades das forças armadas durante a guerra. Sua vantagem principal é a vasta rede de comunicação e a função auxiliar de comando e controle. Na medida em que as forças armadas são subsidiárias ou subserviente à autoridade do grupo dominante, executando a decisão de genocídio, os fatores de oportunidade e controle se reforçam mutuamente, facilitando assim a execução da decisão. As maiores facilidades emanam desses recursos combinados, com os quais as forças armadas podem rapidamente e efetivamente sufocar qualquer resistência por parte de qualquer segmento da minoria marcado por destruição, mas de fato recusando-se a ser destruído sem oposição. O período psicológico e o trauma associados com tamanho golpe de devastação é suficiente para desencorajar qualquer vítima potencial de considerar a resistência. Na linha desse argumento, há que salientar que o fato da mobilização precedente a uma guerra e os procedimentos de recrutamento dela resultantes podem, porém, em conjunto reduzir a minoria a uma ovelha a ser abatida. Pois, quando os mais corpóreos são recrutados, sob o pretexto, de serviço militar ao país, isso quase não castra completamente o grupo, mas o golpe psicológico infligido faz com que as crianças, idosos e mulheres restantes sejam uma coleção lamentável de pessoas assustadas passível a qualquer manipulação; de fato, a minoria

se transforma em uma presa fácil para o extermínio. O controle dos militares, exercido de modo ostensivamente legítimo, aumenta a oportunidade para os executores em prosseguir em sua perpetração do genocídio. Pelo mesmo motivo, um eventual extermínio do segmento recrutado da minoria é afetado através do sistema de comando e controle.

Seria muito enganoso transferir a maior parte do fardo para os militares em termos de controle e/ou oportunidade. As incômodas e pesadas tarefas de retirar as vítimas de suas casas, aldeias, vilas e cidades, sem alertar o destino que as aguarda, o seu recolhimento em pontos centrais, a sua deportação a pé ou de outra forma, a sua pacificação quando cresciam suspeitos ou relutantes, a prevenção da fuga, a precaução ou minimização de esconderijos e escapadas para dentro de florestas ou montanhas de dadas áreas, a eliminação de traços de atrocidades e de cadáveres resultantes, tudo isso requeria uma medida de controle por meio de supervisão, que pode desafiar a competência e os recursos dos militares para tal. Mais uma vez, a incorporação do poder nas mãos do grupo dominante em um grupo específico, partido político monolítico, pode se revelar um bem de primeira magnitude. Primeiro, a questão do segredo máximo e duradouro, pelo menos até o momento em que a fase de implementação é iniciada, é de importância crítica para o grau e forma do sucesso. Como indicado no começo dessa seção, o elemento de surpresa é de importância primordial para aumentar as chances de uma execução rápida. A vítima não deve ser apenas pega de surpresa, mas, se possível, ela deve estar embalada pela amizade, sua atenção desviada ou defletida e até mesmo a cooperação organizada em certos empreendimentos. Ademais, o tipo traidor pode ser garantido, recompensado e mobilizado para otimizar as táticas de manobra. Na mesma linha, espiões são requisitados com urgência dentro das fileiras da minoria para reportar, alertar e ajudar a preparar listas, para um maior controle na prevenção da obstrução e para uma maior oportunidade de promover extermínio. Essas medidas preparatórias e consumatórias são melhor servidas quando a plataforma oficial e os estatutos do partido permitem o pluralismo e não são exclusivos em termos de acessibilidade apenas aos membros do grupo dominante.

A tarefa de supervisão é uma tarefa organizacional na medida em que implica a seleção e implantação de membros do partido treinados e confiáveis nos locais das operações. O controle envolve a aplicação de sanções aos administradores que, por razões de consciência, rancor pessoal, ortodoxia religiosa ou medo de retaliação subsequente possa decidir por recuar, resistir e até mesmo desafiar abertamente as ordens da central de governo em relação ao esquema do genocídio. Pelo mesmo motivo, eles se esforçam para recompensar os administradores que se provam ávidos e eficientes em atender suavemente tais ordens.

Considerando o controle, o princípio de uma dupla sanção, isto é, positiva e negativa,

tem uma importância suprema no que diz respeito aos membros do grupo dominante. Em ambas as variações, o princípio envolve uma relação com o grupo-vítima. Quando negativo, todas as medidas punitivas, seja reposição, rebaixamento, transferência, corte marcial e eventual execução são, de alguma forma, pressupostos sobre a identificação da minoria. O sujeito é vilipendiado como simpático aos inimigos do Estado ou da nação, assim qualificando para o tratamento de um inimigo próprio. Esse tipo de denúncia em tempos de guerra pode ser ao mesmo tempo debilitante e ameaçador. Reciprocamente, o aspecto positivo das sanções não apenas implica reconhecimento ou promoção pelos pares dominantes e superiores, mas uma parcela proporcional dos espólios obtidos a partir da riqueza da vítima. Em ambos os casos, as sanções em tempo de guerra destinadas a facilitar o genocídio nesse contexto podem ser levadas a uma decisão sobre a conformidade ótima em quase todos os escalões do aparato administrativo, particularmente quando conformidade se configura enquanto um padrão estabelecido entre o alto escalão administrativo e quando o genocídio está em pleno andamento.

Finalmente, a estrutura de oportunidade e o controle estão intimamente ligados com o problema das restrições externas. Um grupo dominante só pode realizar perpetrções quando as chances de interferência externa, sanções e ameaças críveis de aplicar força forem mínimas ou praticamente inexistentes. Assim, a implementação deve coincidir com circunstâncias em que a dissuasão não é prática ou é ineficaz. Isso requer um estado de alerta e uma espera oportuna para o momento de atacar. Isto pode ser manipulado segurando um aliado ou aliados considerados como um contrapeso a qualquer potencial desafiador. Isto pode envolver a seleção de uma vítima para quem as chances de ajuda vinda de fora são praticamente nulas. Isto pode envolver acordos temporários através de concessões por meio das quais a dissuasão vinda de fora é neutralizada.

Ainda que os componentes estruturais do sistema tenham um papel na geração de controle e oportunidade, os componentes situacionais e sua combinação dinâmica não são menos importantes.

Bibliografia

GRANOVETTER, Mark; "Threshold Models of Collective Behavior"; *American Journal of Sociology*, Vol. 83, N. 6.

MORGENTHAU, Henry. *Ambassador Morgenthau's Story*. Garden City: Doubleday, 1918.

NOGALES, Rafael de. *Four Years Beneath the Crescent*. Nova York: Scribner, 1925.

PITCHER, Brian L.; HAMBLIN, Robert L; MILLER, Jerry L. L.; “The diffusion of collective violence”; *American Sociological Review*, UK, Vol. 43, N. 1, Fevereiro de 1978.

WILLIAMS, Talcott. *Turkey: a world problem of today*. Nova York: Doubleday, 1921.

Complexificação e desafios das operações de paz no pós Guerra Fria: Uma análise do *peacebuilding* na Bósnia-Herzegovina

Complexification and challenges of post-Cold War peace operations: an analysis of peacebuilding in Bosnia-Herzegovina
Complejización y desafíos de las operaciones de paz de la post Guerra Fria: un análisis de la construcción de la paz en
Bosnia y Herzegovina

Renata de Figueiredo Summa*

42

Resumo: Este artigo analisa as operações de paz na Bósnia e Herzegovina. Partimos do convite lançado por Bellamy para tentarmos enxergar as operações de paz para além de uma ótica instrumentalista de solução de problemas, adotando uma posição normativa e crítica em relação à atuação das forças de paz na Bósnia. Para isso, iremos analisar, na primeira parte, quais as transformações ocorridas na teoria e prática das operações de paz com o fim da Guerra Fria e após grandes fracassos da ONU durante os anos 1990, e como a missão de paz do pós-guerra na Bósnia se insere nesse contexto. Na segunda parte, analisaremos mais precisamente como essas mudanças de paradigma afetaram a política e economia da Bósnia.

Palavras-chave: Operações de Paz; Bósnia e Herzegovina; *Peacebuilding*.

Abstract: This article analyzes the peacekeeping operations in Bosnia and Herzegovina. We start from Bellamy's (2004) invitation to look at peace operations beyond an instrumentalist and problem solving approach, adopting, instead, a normative and critical position regarding the role of peacekeepers in Bosnia. Therefore, we will analyze, in the first part, the transformations that took place in theory and practice of peace operations with the end of the Cold War, and after major UN failures during the 1990s. We will discuss the ways in which the peace operation in Bosnia falls within that context. In the second part, we analyze more precisely how these paradigm shifts have affected politics and economy in Bosnia.

Keywords: Peace operations; Bosnia-Herzegovina; *Peacebuilding*.

Resumen: Este artículo analiza las operaciones de mantenimiento de la paz en Bosnia y Herzegovina. Partimos de la llamada lanzada por Bellamy para tratar de las operaciones de paz bajo una posición normativa y crítica sobre el papel de las fuerzas de paz en Bosnia. Para ello, vamos a examinar, en la primera parte, las transformaciones en la teoría y la práctica de las operaciones de paz con el final de la Guerra Fría y después de los fallos principales de las Naciones Unidas durante la década de 1990, y como la misión de la paz después de la guerra en Bosnia cae dentro de ese contexto. En la segunda parte, se analizan con mayor precisión cómo estos cambios de paradigma han afectado a la economía y política en Bosnia.

Palabras-clave: Operaciones de Paz; Bosnia y Herzegovina; *Peacebuilding*.

Os acordos de Dayton, conduzidos pelo secretário de Estado americano Warren Christopher e assinados em 14 de dezembro de 1995 em Paris pelos então presidente sérvio, Slobodan Milosevic, croata, Franjo Tudjman e bósnio, Alija Izetbegovic,

* Doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio, e professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. E-mail: renatasumma@gmail.com.

colocaram fim a mais de três anos e meio de conflitos etnonacionais na Bósnia-Herzegovina. Os acordos previam a partilha da Bósnia-Herzegovina¹ em dois territórios praticamente semelhantes em extensão: a Federação da Bósnia e da Herzegovina, comandada por bósnios-muçulmanos (Bosniaks) e bósnios croatas, e a República Srpska, comandada pelos sérvios. Além de consolidar geograficamente o processo de limpeza étnica² realizado nos precedentes anos de guerra, os acordos de Dayton previam o envio de uma operação de paz³ multinacional composta por quatro pilares, cada qual responsável por diferentes tarefas: a UNMIBH (*United Nations Mission for Bosnia-Herzegovina*), força da ONU responsável por garantir a lei e a ordem, promover a reconstrução econômica e resolver a questão dos refugiados; a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação da Europa), encarregada de fazer respeitar os direitos humanos e organizar eleições; a União Europeia, responsável sobretudo pelo *statebuilding* do pós-guerra, e a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), encarregada de garantir a segurança e a implementação do Anexo Militar dos Acordos de Dayton por meio da IFOR,⁴ em substituição à missão da ONU UNPROFOR (*United Nations Protection Force*), presente naquele país desde junho de 1992. Segundo os Acordos de Dayton, essas quatro missões trabalham de forma coordenada com o Alto Representante para a Bósnia–Herzegovina, dotado de amplos poderes e responsável pela tarefa da implementação civil dos tratados.

Este artigo pretende analisar se, na instalação dessa ampla operação de paz e de um governo transnacional na Bósnia, o qual chegou a ser chamado de “autocracia benevolente”⁵, é possível considerar que a “santíssima trindade”⁶ das missões de paz –

¹ Usaremos neste artigo, sobretudo, o termo “Bósnia”.

² A expressão pode designar ações que vão desde a discriminação econômica e legal à prisão, execução ou outras formas de violência contra um determinado grupo étnico.

³ Neste artigo, o uso do termo “operação de paz” vai além do envio de forças armadas (policial e militar) para prevenir, limitar e gerenciar o conflito violento em um determinado país, mas, sobretudo atentamos para o trabalho de reconstrução na fase de pós-conflito, que envolve também atores civis, organizações internacionais, grupos regionais e instituições financeiras internacionais, como no caso da Bósnia, a OTAN, a OSCE, ONU e Banco Mundial, por exemplo, além de companhias militares privadas contratadas pelos americanos para atuarem no país, como a *Dyncorp*.

⁴ *Implementantion Force*. Esta força, criada para atuar apenas durante um ano, foi substituída em 1996 pela SFOR, *Stabilization Force*, também comandada pela OTAN. Em 2004, a SFOR foi substituída pela EUFOR Althea, comandada pela União Europeia e vigente até os dias de hoje.

⁵ WILLIAMS, Paul; Review article: International peacekeeping--the challenges of state-building and regionalization; *International Affairs* v. 81, nº 1; 2005. p.166.

⁶ Alex J. Bellamy, and Paul Williams, 'Introduction: Thinking anew about peace operations', *International*

consentimento das partes envolvidas, imparcialidade e uso mínimo da força – esteve presente, ou mais precisamente, como essa concepção foi alterada. Quais foram as consequências para a Bósnia, após cerca de 50 anos de socialismo e de política do não-alinhamento dentro da Iugoslávia, da mudança de uma missão de manutenção de paz mais tradicional – a UNPROFOR – para uma missão de paz mais complexa, envolvendo um governo transnacional? Como a presença dessas forças internacionais afetou as questões etnonacionais no novo país? E, por fim, podemos considerar sólida a paz resguardada por essas missões?

Neste artigo, partimos do convite lançado por Bellamy⁷ para tentarmos enxergar as operações de paz para além de uma ótica instrumentalista de solução de problemas, adotando uma posição mais normativa e crítica em relação à atuação das forças de paz na Bósnia. Assim, partimos de duas suposições que servirão de lente para analisar a atuação dessa missão: 1) não há uma divisão clara e distinta entre o agente que intervém e seu objetivo, ou seja, o próprio objetivo a ser alcançado pelas missões de paz depende do agente que o percebe como tal; 2) diferentemente do que sustentam os instrumentalistas, o objetivo e a duração da intervenção não é individualmente separado e distinto e delimitado no tempo; ele é impactante devido à diferença de poder entre as partes, e durador devido ao forte caráter liberalizante da agenda da comunidade internacional. Além disso, os “interventores” e a população local que recebe ajuda estão ligados por relações complexas, cujas consequências vão além dos limites estipulados pela missão em questão.⁸

Para isso, iremos analisar, na primeira parte deste artigo, quais as transformações ocorridas na teoria e prática das operações de paz com o fim da Guerra Fria e após grandes fracassos da ONU nessa questão durante os anos 1990, e como a missão de paz do pós-guerra na Bósnia se insere nesse contexto. Em seguida, na segunda parte, analisaremos mais precisamente como essas mudanças de paradigma afetaram a política e economia da Bósnia. Para analisarmos com mais precisão o caso da Bósnia, em alguns momentos a análise se preocupará com a missão multinacional

Peacekeeping, Vol. 11, nº 1, 2004. p. 3.

⁷ BELLAMY, Alex J.; The ‘next stage’ in peace operations theory?; *International Peacekeeping*. v, 11, nº 1; 2004. pp. 17-38.

⁸ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul; Introduction: Thinking anew about peace Operations. *International Peacekeeping*, V. 11, nº 1, jan. 2004. p. 8.

enviada ao país no pós-guerra como um tudo, o “pacote completo”, composto pelas diversas organizações e agentes que dela participaram (ou participam), e em outros momentos destacaremos a atuação de um organismo em específico, como por exemplo as forças enviadas pela OTAN ou a ação da OSCE.

O fim da Guerra Fria, a paz liberal e as operações na Bósnia

Com o fim da Guerra Fria e do desbloqueio do Conselho de Segurança durante a década de 1990, o princípio que passou a nortear a construção ou reconstrução de Estados destruídos pela guerra foi o da “Paz liberal”, baseado na ideia de uma democratização ao estilo ocidental, isto é, “governança efetiva”, direitos humanos, respeito à lei e uma economia de mercado desenvolvida.⁹ A noção de “paz liberal” tornou-se um enquadramento central nas missões de paz desse período, constituindo um elemento fundamental de todas as intervenções internacionais chanceladas pelas Nações Unidas.¹⁰ Neste contexto, o uso do termo *peacebuilding*, ou construção da paz, é mais apropriado para descrever esses esforços realizados pela comunidade internacional.

Apesar de muitas vezes os termos serem empregados sem o devido cuidado, não se pode considerar sinônimos os conceitos de *peacekeeping*, ou seja, manutenção da paz, e *peacebuilding*. Neste artigo, adotaremos a definição de *peacebuilding* sugerida por Boutros-Ghali, como a “ação de identificar e apoiar estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz de modo a evitar a recorrência do conflito”.¹¹ Ele

⁹ GINTY, Roger Mac & RICHMOND, Oliver; Myth or Reality: Opposing Views on the Liberal Peace and Post-war Reconstruction; In: *Global Society*, v. 21, nº 4, 2007.

¹⁰ Há um forte embate no campo das Relações Internacionais entre os defensores da Paz Liberal e os críticos a essa ideia. Entre os defensores, prevalece a ideia de que a intervenção internacional nesses moldes é vital para manter a ordem em locais recém-saídos de conflitos, e assim garantir a liberdade dos indivíduos que neles vivem. Por sua vez, os críticos afirmam que o conceito de paz liberal mascara os interesses dos Estados ocidentais nesses países; criticam a insistência numa resposta Estatal ao conflito; e argumentam que atores externos não são capazes de resolver problemas internos sem causar consequências inesperadas. Entre estes dois polos localizam-se os pensadores cosmopolitas, que defendem um aperfeiçoamento da corrente liberal por meio de um processo de harmonização dos procedimentos de acordo com normas comuns ou universais da sociedade internacional. Ver: GINTY, Roger Mac & RICHMOND, Oliver; Myth or Reality: Opposing Views on the Liberal Peace and Post-war Reconstruction; In: *Global Society*, v. 21, nº 4, 2007. p. 492.

¹¹ BOUTROS-GHALI, Boutros. An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping. Report of the Secretary-General. United Nations Document A/47/277-S/24111. 1992.

se diferencia do *peacekeeping* sobretudo pela amplitude de suas atividades, transformando o componente militar dessas missões em apenas uma parte dos esforços para alcançar uma paz duradoura e dando destaque também a atividades civis como a realização das eleições, reformas econômicas, apoio à formação de partidos políticos, treinamento de funcionários do governo, bem como do aparato de segurança do Estado, etc. Desta forma, o *peacebuilding* é uma atividade presente fundamentalmente no período de pós-conflito.¹²

Aliado à ideia de paz liberal, o *peacebuilding* desenvolvido a partir dos anos 1990, então, objetiva a construção da segurança humana, um conceito que inclui a governança democrática, os direitos humanos, o respeito à lei e o desenvolvimento sustentável.¹³

Formulado levando em conta noções teóricas e práticas anteriores de administração e resolução de conflitos, o *peacebuilding* liberal é desenvolvido pelas principais potências ocidentais, organizações internacionais e instituições financeiras, promovendo ou impondo políticas com finalidade de construir democracias ao estilo ocidental e economias de mercado, coordenadas por um Estado ao estilo vestfaliano.¹⁴ Ou seja, o *peacebuilding* liberal também pode resultar num *statebuilding*, isto é, como o Estado moderno - caracterizado pela existência de um aparato político dotado de autoridade sobre um território delimitado, sustentada por um sistema legal e a capacidade de usar a força legítima para levar a cabo suas políticas¹⁵ - ganha existência.

O caso da Bósnia é considerado um dos mais ilustrativos desse fenômeno. Até o início dos anos 1990, a Bósnia-Herzegovina era uma das seis repúblicas que formavam a então Iugoslávia, ao lado de Eslovênia, Croácia, Sérvia, Montenegro e Macedônia.

Disponível em: < <http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 15 de Set. 2016.

¹² PARIS, Roland; Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism; *International Security*, v. 22, n. 2, Set.1997. pp. 54-89.

¹³ Ver B BARNETT, Michael e ZÜRCHER; "The peacebuilder's contract: how external statebuilding reinforces weak statehood"; in PARIS, Roland e SISK, Timothy (orgs.), *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. New York: Routledge, 2009. pp. 23-52.

¹⁴ O'REILLY, Maria. "Muscular Interventionism: Gender, Power and Liberal Peacebuilding in Post-Conflict Bosnia-Herzegovina". Paper apresentado na *International Studies Association Conference*, Montreal, Mar 2011.

¹⁵ BARNETT, Michael e ZÜRCHER; "The peacebuilder's contract: how external statebuilding reinforces weak statehood"; in PARIS, Roland e SISK, Timothy (orgs.), *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. New York: Routledge, 2009; P 26.

Em 1992, com a iminência da independência da Bósnia do restante da Iugoslávia nos mesmos moldes adotados pela Eslovênia e Croácia, a guerra eclodiu com base em linhas etnonacionais, na qual bósnios-sérvios (31,4% da população), bosniaks (44,3%) e croatas (17,3%) se enfrentaram,¹⁶ num conflito que se estendeu até dezembro de 1995, deixando cerca de 200 mil mortos, 1,9 milhão de deslocados internamente ou refugiados e ao menos 20 mil mulheres vítimas de violência sexual.

Apesar de as repúblicas que compunham a Iugoslávia terem funcionado durante décadas como mini-Estados, dotadas de instituições como Exército próprio, Parlamento, polícia, etc, a guerra destruiu boa parte da infraestrutura existente. Além disso, era preciso construir um novo Estado independente segundo a lógica vestafiliana, assentado na tríade soberania, território e população. Mas o novo Estado foi completamente construído baseado em linhas etnonacionais e nas novas configurações territoriais definidas pela guerra, e legitimadas pelos Acordos de Dayton, que dividiu o território em duas sub-unidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina governada por bósnios e croatas, e a República Srpska comandada pelos sérvios. As duas entidades foram dotadas de suas próprias instituições políticas, governadas por representantes eleitos democraticamente,¹⁷ supervisionadas pelo Alto Representante da ONU para a Bósnia. O acordo também previa eleições nacionais para a presidência, órgão formado pelos representantes eleitos dos três principais grupos étnicos, e para o Parlamento, bicameral.¹⁸ Com isso, o objetivo era transformar a Bósnia num Estado estável, multiétnico, pluralista, liberal e democrático.¹⁹

A associação entre paz e democracia no caso da Bósnia, no entanto, é questionada por diversos autores, que lembram que, sob a Iugoslávia comunista, a república havia vivido durante décadas em paz. Desta forma, fica clara a ausência de divisão distinta entre o agente interventor (o *peacebuilder* estrangeiro e ocidental) e o objetivo da missão de paz levada a cabo pela OTAN. Ou seja, a noção da paz liberal, baseada na necessidade de democracia e livre-mercado, não existe como objeto

¹⁶ GARDE, Paul. *Vie et mort de la Yougoslavie*. Paris: Fayard, 2000.

¹⁷ Acordos de Dayton, 1995. Disponível em: < <http://www.nato.int/ifor/gfa/gfa-home.htm>>. Acesso em: 10 de Dez. 2016.

¹⁸ Acordos de Dayton, 1995. Disponível em: < <http://www.nato.int/ifor/gfa/gfa-home.htm>>. Acesso em: 10 de Dez. 2016.

¹⁹ RICHMOND, Oliver and FRANKS, Jason. *Liberal Peace Transitions: Between Statebuilding and Peacebuilding*. Edinburgh University Press, 2009. pp.22-23

independente, separado dos atores que assim a concebem. Ele é construído, e a importância dada a ele é moldada por fatores ideológicos, pelas circunstâncias materiais e pela própria visão de mundo dos agentes em questão em relação ao local de onde vêm e no qual atuam.²⁰

A “paz liberal” e as operações de paz “pós-Vestfalianas”

Essa ideia de que a construção de instituições democráticas é essencial para a manutenção da paz em antigas colônias ocidentais ou antigos Estados socialistas serviu como base para a formulação de uma nova abordagem das operações de paz, que podem ser classificadas como pós-Vestfalianas.²¹ Após o fim da Guerra Fria, muitas autoridades, sobretudo ocidentais, argumentaram que, assim como a democracia trouxe paz e prosperidade para o Ocidente, a promoção da democracia e da economia de mercado seria a melhor maneira de garantir a paz no resto do mundo. Em seu discurso do Estado da União de 1994, o presidente Bill Clinton, que ocupou o cargo durante a maior parte da Guerra da Bósnia e nos primeiros anos do pós-guerra, formula essa ideia com clareza:

... a melhor estratégia para garantir nossa segurança e construir uma paz duradoura é apoiar o avanço da democracia nos outros lugares. Democracias não se atacam. Elas são parceiras melhores no comércio e na diplomacia. É por isso que nós apoiamos, vocês e eu, as reformas democráticas na Rússia e em outros Estados do antigo bloco soviético. Eu aplaudo o apoio que este Congresso providenciou no ano passado a iniciativas para ajudar a Rússia, a Ucrânia e outros Estados por meio de transformações épicas²²

Seguindo esta lógica, governos ocidentais, organizações não-governamentais, agências de ajuda e instituições financeiras passaram a se envolver cada vez mais nas tentativas de resolução de conflito pelo mundo, uma ação bem-vinda pelas Nações Unidas, que também passaram a pressionar mais as organizações regionais por ajuda

²⁰ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul; Introduction: Thinking anew about peace Operations. *International Peacekeeping*, V. 11, nº 1, jan. 2004. p. 9.

²¹ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul; Introduction: Thinking anew about peace Operations. *International Peacekeeping*, V. 11, nº 1, jan. 2004. p. 4

²² Discurso do Estado da União pronunciado pelo presidente americano Bill Clinton, em 25 de janeiro de 1994, diante do Congresso americano. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50409#axzz1wmiNgnAP>>.

nas missões de paz.²³ As operações de paz pós-Vestfalianas, que atentam sobretudo à questão da segurança do indivíduo, desenvolvimento e ajuda humanitária, representam uma importante mudança em relação às missões de paz tradicionais, também chamadas de Vestfalianas.²⁴ As fronteiras soberanas são cada vez menos importantes para a primeira,²⁵ e o enfoque principal passa a ser no indivíduo, e não mais no Estado. Com o declínio do número de guerras interestatais e o predomínio de guerras intraestatais no pós-Guerra Fria, as ameaças deixam de ser externas, militares e territoriais e passam a ser relacionadas à existência de um ser humano ou de seu grupo. Questões que antes haviam sido relegadas ao segundo plano, ou que não eram nem mesmo consideradas de interesse da comunidade internacional, como a segurança alimentar, saúde e posse de armas leves, passaram a ocupar um grande espaço na agenda das missões de paz.²⁶

As missões de paz do pós-guerra na Bósnia estão incluídas nesse contexto. Com a assinatura dos acordos de Dayton, a IFOR (Implementation Force), uma operação de paz multinacional liderada pela OTAN, recebeu um mandato de um ano para atuar no país, substituindo a UNPROFOR, as forças de paz da ONU que atuaram no país entre 1992 e 1995 e se tornaram objeto de muitos estudos na literatura de operações de paz por ser um dos “três grandes fracassos” da ONU nos anos 1990.²⁷

Pela definição de Kenkel, a UNPROFOR pode ser considerada uma operação de paz de segunda geração, dotada de um mandato mais ambicioso em relação à maior parte de missões da ONU que atuaram durante a Guerra Fria. A principal novidade em

²³ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul; Introduction: Thinking anew about peace Operations. *International Peacekeeping*, V. 11, nº 1, jan. 2004. p. 3.

²⁴ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul; Introduction: Thinking anew about peace Operations. *International Peacekeeping*, V. 11, nº 1, jan. 2004. p. 3.

²⁵ Essa ideia foi cristalizada por Kofi Annan durante seus anos como secretário-geral da ONU (1997-2007)

²⁶ Ver: BOUTROS-GHALI, Boutros. An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping. Report of the Secretary-General. United Nations Document A/47/277-S/24111. 1992. Disponível em: < <http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 15 de Set. 2016.

²⁷ Ver, por exemplo, KENKEL, Kai Michael; Five generations of peace operations : from the « thin blue line » to painting a country blue » ; *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 56, nº 1, Jan-Jun 2013. pp. 122-143 ; NAMBIAR, Satish. “UN peacekeeping operations in the former Yugoslavia —from UNPROFOR to Kosovo”. In THAKUR R and SCHNABEL A (orgs.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*, Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2011. pp. 167-181; SCHNABEL, Albrecht e THAKUR, Ramesh. “From *An Agenda for Peace to the Brahimi Report: Towards a new era of UN peace operations?*”. In T In THAKUR R and SCHNABEL A (orgs.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*, Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2011. pp. 238-255

relação a essas missões de segunda geração é a inclusão de tarefas civis relacionadas à transição política de uma situação de conflito, sem, no entanto, estarem dotadas de um aumento na permissão de uso da força militar.²⁸ Diferente das missões da chamada primeira geração, que entravam em cena num momento de cessar-fogo, a UNPROFOR atuou durante a guerra, desempenhando um elevado número de funções sem, no entanto, receber o mandato ou os meios materiais para poder lidar de forma eficaz com o conflito.²⁹ Foram justamente esse acúmulo de funções e a ausência de meios para executá-las que levaram ao fracasso da UNPROFOR em proteger tanto os civis quanto a própria missão de paz, resultando nos maiores massacres em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial, como o de Srebrenica, em 1995.

Após os “três grandes fracassos”,³⁰ é possível notar duas grandes mudanças em relação às operações de paz. A primeira delas é o aumento de forma vertiginosa do uso do Capítulo VII da Carta da ONU, que confere ao Conselho de Segurança “todos os meios necessários” para cumprir com seus deveres, inclusive o uso da força, como base dos mandatos das operações de paz.³¹ Outra tendência crescente é o envolvimento de organizações regionais nas operações com base no capítulo VIII da Carta da ONU.³² Por trás desse fenômeno reside a ideia de que, em situações de emergência complexa como as apresentadas nessas “novas guerras”,³³ a ONU necessita da ajuda de outros parceiros para conseguir alcançar sucesso nas operações.

A crescente participação das organizações regionais nas missões de paz também é decorrente da hesitação do Conselho de Segurança em arcar com novas

²⁸ KENKEL, Kai Michael; Five generations of peace operations : from the « thin blue line » to painting a country blue » ; *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 56, nº 1, Jan-Jun 2013. p. 20.

²⁹ Ver: NAMBIAR, Satish. “UN peacekeeping operations in the former Yugoslavia —from UNPROFOR to Kosovo”. In THAKUR R and SCHNABEL A (orgs.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*, Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2011. pp. 167-181.

³⁰ Além da Bósnia, as missões de paz na Ruanda e na Somália, também no início dos anos 1990, foram consideradas fracassadas.

³¹ KENKEL, Kai Michael; Five generations of peace operations : from the « thin blue line » to painting a country blue » ; *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 56, n. 1, Jan-Jun 2013, P. 8.

³² BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010. p. 93.

³³ Ver KALDOR, Mary. *New and Old wars: Organized violence in a global era*. Cambridge: Polity, 2006; HOLSTI Kalevi J. *State, War and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996; DUFFIELD, Mark. *Global Governance and the New Wars*. London & New York: Zed Books, 2001.

operações do tipo após os fracassos do início da década de 1990, num claro recuo à tendência de proliferação dessas missões após o fim da Guerra Fria. Desta forma, entre 1995 e 2005, a ONU passou a evitar o uso da força em conflitos civis, deixando esse papel à OTAN e outras organizações regionais como a ECOWAS.³⁴

IFOR, SFOR, EUFOR e as mudanças na “Santíssima Trindade” das operações de paz

Como vimos acima, com o final da guerra, as forças da OTAN foram chamadas a substituir a UNPROFOR na Bósnia, sob o nome de IFOR. A criação da IFOR, nesse contexto de questionamentos sobre a atuação da ONU nos “três grandes fracassos do início dos anos 1990”, no entanto, vai seguir uma lógica bem diferente da UNPROFOR, sendo classificada por alguns autores como uma operação de apoio à paz.³⁵ Apesar de este conceito ter sido formulado apenas *a posteriori* da criação da IFOR, podemos notar que as principais características desta força são mencionadas pelo relatório da Comissão da ONU de Operações de Paz, conhecido como Relatório Brahimi, em 2000,³⁶ e também pela doutrina da manutenção de paz britânica.³⁷ Esta última define as operações de apoio à paz como:

... operações multifuncionais envolvendo forças militares e agências diplomáticas e humanitárias. Elas são moldadas para alcançar objetivos humanitários ou um acordo político de longo prazo, e são conduzidas imparcialmente com o apoio de mandatos da ONU ou da OSCE. Isso inclui *peacekeeping*, *peace enforcement*, *peacemaking*, *peacebuilding* e operações humanitárias”.

Observamos então que, a fim de evitar novos fracassos, as operações de paz sofrerão mudanças significativas, que vão afetar inclusive o conceito de “Santíssima

³⁴ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010.. p. 112.

³⁵ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010. p. 280.

³⁶ Ver: SCHNABEL, Albrecht e THAKUR, Ramesh. “From *An Agenda for Peace to the Brahimi Report: Towards a new era of UN peace operations?*”. In T In THAKUR R and SCHNABEL A (orgs.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*, Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2011. pp. 238-255.

³⁷ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010. p. 279.

Trindade” estabelecido nos primórdios dessa operação, ou seja, consentimento, neutralidade e não uso de força (ou uso mínimo da força). As três operações de apoio à paz que se sucederam na Bósnia do pós-conflito – IFOR (1995-1996), SFOR (1996-2004) e EUFOR (2004-hoje) – apresentaram novos padrões em termos de princípios nos quais operam.

Tomemos o caso da IFOR como exemplo. Esta força dotada de 60 mil soldados – que incluía a presença de 15 mil americanos e cerca de 2 mil russos – foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU por meio da resolução 1031, em 15 de dezembro de 1995 com base no capítulo VII da carta, que possibilita o uso da força pela missão como meio para cumprir seu mandato. As principais missões da IFOR eram.³⁸

1. Assegurar as fronteiras internas da Bósnia para evitar confrontos entre as duas entidades estabelecidas no país pelos Acordos de Dayton
2. Supervisionar a retirada de tropas estrangeiras e irregulares atuando dos dois lados do conflito
3. Coordenar um programa de desarmamento
4. Proteção dos civis
5. Captura de acusados de crime de guerra

Para isso, foi necessário rever o conceito de **consentimento** e cooperação das partes envolvidas no conflito em termos absolutos, e adotar uma abordagem mais maleável em relação a esse princípio. Assim, apesar de a criação da IFOR ter sido acordada pelas partes ao final da guerra e prevista nos Acordos de Dayton, ela também foi aprovada pelo Conselho de Segurança sob o capítulo VII da Carta, possibilitando uma posição mais assertiva e robusta por parte da missão caso as partes não cooperassem.

Outra importante mudança de abordagem ocorreu no princípio do **não uso da força** (ou uso mínimo da força). Quando da implementação da IFOR, já havia uma opinião quase consensual entre analistas que o uso da força pela UNPROFOR havia sido pouco eficaz justamente porque ele não fazia parte da estratégia da missão, e havia sido usado, sobretudo, em caráter emergencial e defensivo. Assim, na operação

³⁸ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010. p, 284.

de apoio à paz, a ação militar é repensada de forma que o uso da força faça parte de um projeto mais amplo, sem, no entanto, ferir o princípio de imparcialidade.³⁹

A terceira mudança de abordagem ocorreu justamente em relação ao princípio de **neutralidade**, que caiu em desuso, sendo substituído pelo princípio da imparcialidade, considerado mais apropriado para lidar com situações mais complexas. Essa mudança é baseada no entendimento de que uma operação de paz neutra não desempenha nenhum papel político, enquanto uma operação imparcial significa tratar todos os lados de acordo com os princípios estabelecidos pelo mandato⁴⁰. Dessa forma, a imparcialidade pode exigir o uso da força, quando grupos de um dos lados ameaçam a estabilidade do país e o cumprimento do acordo. Um exemplo disso pôde ser visto durante a captura por parte das tropas da OTAN (SFOR) de quatro transmissoras de televisão controladas pelo bósnio-sérvio radical Rodovan Karadzic, em outubro de 1997, que se recusava a pôr fim aos ataques verbais contra as organizações internacionais presentes na Bósnia.

O impacto das missões de *Peacebuilding* na Bósnia

Levando em conta as características das missões de paz na Bósnia no pós-guerra discutidas acima, é praticamente impossível de se corroborar com a ideia de que o objetivo e a duração da intervenção são discretos, pontuais e delimitados no tempo. Ao contrário, mostraremos aqui o profundo impacto que a intervenção na Bósnia surtiu para a população do país, analisando alguns casos de interação entre os atores internacionais e os atores locais, e procurando entender quais foram as consequências dessas ações para o país. Neste caso, destacaremos aspectos políticos e econômicos da Bósnia. Além disso, sustentamos que os “interventores” e a população local que recebe ajuda estão ligados por relações complexas, resultando em consequências não previstas no momento da elaboração dos mandatos. Aqui, analisaremos as consequências dessas relações para as questões étnicas, e como isso influenciou, por

³⁹ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010. p. P 280.

⁴⁰ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010. p. 281.

sua, vez, as operações de paz na Bósnia do pós-guerra.

Para isso, é necessário identificar exatamente quem são os principais atores internacionais envolvidos no *Peacebuilding* da Bósnia, e quais são suas atribuições estipuladas pelos Acordos de Dayton. As quatro organizações que compõem os pilares dessa iniciativa são:

1. A ONU, por meio, sobretudo, da UNMIBH (United Nations Mission in Bosnia-Herzegovina), responsável pelo respeito da lei e da ordem por meio da reforma das forças policiais do país, pela assistência humanitária, realização de eleições, reconstrução da infraestrutura e economia e questões envolvendo os refugiados. O mandato da UNMIBH foi encerrado em 2002, após sua missão ter sido considerada bem-sucedida.

2. A OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), encarregada dos assuntos de direitos humanos, realização de eleições, democratização do país e cooperação em matéria de segurança

3. União Europeia, responsável pela estabilização do país e figura-chave na reconstrução econômica e no *statebuilding*

4. OTAN, por meio da IFOR e, posteriormente, da SFOR, responsável pelas questões militares e pela perseguição de criminosos de guerra.

Esses quatro pilares constituíram o Peace Implementation Council (PIC), designado para monitorar a aplicação dos Acordos de Dayton.

Além disso, as partes concordaram com a criação de um Alto Representante dotado de amplos poderes, como a invalidação de representantes eleitos que fossem considerados um empecilho para a implementação dos acordos. Entre 1998 e 2003, o escritório do Alto Representante desautorizou 100 representantes eleitos tanto do baixo como do alto escalão do governo.⁴¹ Um dos políticos afetados por essa decisão foi o então presidente da República Srpska, Nicola Poplasen, destituído pelo Alto Representante por se recusar a aceitar um candidato moderado como primeiro-ministro da República Srpska.⁴²

⁴¹ BELLAMY e WILLIAMS, Anexo online “Transitional Administration in Bosnia”. In: http://www.politybooks.com/up2/casestudy/Transitional_Administration_in_Bosnia_case_study.pdf p. 3.

⁴² BELLAMY e WILLIAMS, Anexo online “Transitional Administration in Bosnia”. In: http://www.politybooks.com/up2/casestudy/Transitional_Administration_in_Bosnia_case_study.pdf p. 3.

O Alto Representante também tem a última palavra em caso de disputas envolvendo a aplicação dos anexos civis dos Acordos de Dayton, estando inclusive acima das autoridades da Bósnia-Herzegovina e de suas entidades.⁴³ O Alto Representante, no entanto, não tinha autoridade sobre a IFOR.⁴⁴ Em consequência desses poderes e da maneira como foram aplicados ao longo do ano, surgiram críticas sobre o caráter “colonialista” do cargo de Alto Representante para a Bósnia.⁴⁵

A precipitada organização de eleições e o fortalecimento dos nacionalistas

Como já observado nas seções precedentes deste artigo, a realização de eleições livres e justas era considerada pela comunidade internacional responsável pela reconstrução da Bósnia como uma das principais medidas para a consolidação da paz no país. Porém, é possível notar que, da maneira como esse processo foi conduzido, os resultados obtidos foram bem diferentes do que o esperado, ou até mesmo opostos, privilegiando o fortalecimento dos partidos nacionalistas.

Os acordos de Dayton previam a realização das primeiras eleições em até nove meses após sua assinatura. As primeiras eleições parlamentares, realizadas em setembro de 1996, deram 86% dos votos para partidos nacionalistas, e estão longe de ser consideradas uma vitória para a democracia. Sob forte pressão externa para realizar o pleito antes do fim do mandato da IFOR, a OSCE, sem meios nem experiência para coordenar uma eleição com base nas regras complexas estabelecidas pelos acordos de paz, decidiu dar sinal verde não apenas para as eleições parlamentares de setembro, como para municipais em novembro. Em junho daquele ano, o próprio responsável pela missão da OSCE na Bósnia, Flavio Cotti, admitiu que não havia as condições mínimas necessárias para a realização de eleições livres e justas, mas ainda sim autorizou o pleito.

Além de terem sido marcadas por irregularidades, como por exemplo a soma de

⁴³ ONU, Resolução 1088, 1996. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/026/19/PDF/N9702619.pdf?OpenElement>>. Acesso em 10 Dez. 2016.

⁴⁴ Ver Acordos de Dayton, Anexo Civil X. Acordos de Dayton, 1995. Disponível em: <<http://www.nato.int/ifor/gfa/gfa-home.htm>>. Acesso em: 10 de Dez. 2016.

⁴⁵ CHANDLER, David. *Faking Democracy after Dayton*. London: Pluto Press, 2000.

votos de todos os candidatos ultrapassando a barreira dos 100% dos eleitores, outro importante fator ajudou a minar os esforços internacionais para a construção da democracia no país. Com pouco tempo e sem meios financeiros suficientes para se organizarem, os partidos moderados foram sancionados pelo processo político, que acabou por legitimar os grupos que levaram o país à guerra. Uma vez no poder, esses nacionalistas atrasaram ou boicotaram os Acordos de Dayton de diversas formas, enfraquecendo o poder central, impedindo o retorno de refugiados às suas casas e ignorando os mandados de prisão contra criminosos de guerra.⁴⁶ Esse é um forte exemplo de como a intervenção internacional nem sempre consegue produzir os resultados esperados, mas também de como a OSCE falhou ao não levar em conta as especificidades locais no momento de marcar eleições num país onde os nacionalistas haviam se apropriado do cenário político.

Do lado da OSCE, nem sempre sua estratégia no país foi considerada democrática. Além de proceder com as desautorizações/destituições de representantes eleitos considerados prejudiciais ao processo de paz, como foi mostrado anteriormente, a OSCE interveio claramente em favor dos partidos moderados, mudando regras eleitorais para que estes pudessem obter maior representatividade, e destinando mais recursos a esses partidos.⁴⁷ Essas práticas prejudicaram a imagem do órgão no país, que acabou sendo substituído por uma comissão Bósnia trabalhando conjuntamente com o Alto Representante.

O impacto dessa intervenção é ainda de longa duração. Um caso específico citado por Bellamy e Williams retrata um exemplo de como a interferência dos atores internacionais em 1996-1997 contribuiu para a uma crise política instalada na Bósnia no ano passado. Então aliada do criminoso de guerra e ex-presidente da República Srpska Radovan Karadzic, que não podia concorrer às eleições por ser procurado pela Justiça internacional, a ultranacionalista Biljana Plavsic foi eleita primeira-ministra da República Srpska em 1996 graças ao apoio de Karadzic. Mas, percebendo o início de

⁴⁶ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul, "Transnational Administration in Bosnia". Disponível em: <http://www.politybooks.com/up2/casestudy/Transitional_Administration_in_Bosnia_case_study.pdf>. Acesso em: 11 de Jun. 2016. p. 4.

⁴⁷ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul, "Transnational Administration in Bosnia". Disponível em: <http://www.politybooks.com/up2/casestudy/Transitional_Administration_in_Bosnia_case_study.pdf>. Acesso em: 11 de Jun. 2016. p. 4

tensões entre ela e Karadzic, as diversas organizações, agências e governos ocidentais envolvidos no *Peacebuilding* da Bósnia passaram a apoiar Plavsic, na tentativa de enfraquecer Karadzic. Para isso, as tropas da OTAN capturaram transmissoras de televisão e postos policiais aliados a Karadzic e entregaram a Plavsic. A OTAN também apoiou as eleições do candidato de Plavsic, Milorad Dodik, a primeiro-ministro em 1998, sob a promessa deste último de que respeitaria os Acordos de Dayton.⁴⁸

A longo prazo, no entanto, essa tática se revelou questionável e mesmo uma fonte de ameaças para a estabilidade e integridade da Bósnia. O mesmo Dodik que prometeu respeitar os Acordos de Dayton voltou ao poder como primeiro-ministro após alguns anos na oposição sob a bandeira “A República Srpska é a melhor parte da Bósnia-Herzegovina”. Em 2010, Dodik se tornou presidente da República Srpska, e desafiou o Alto Representante para a Bósnia, afirmando que ele não tinha legitimidade para interferir na sua entidade. Em 2011, Dodik chegou a convocar um referendo que questionava a atuação das cortes bósnias e a legitimidade do Alto Representante, mas acabou cancelando a iniciativa após a promessa da responsável pela diplomacia da União Europeia, Catherine Ashton, de que o sistema judicial bósnio seria reformulado. A atitude de Dodik, que chegou ao poder pela primeira vez graças ao apoio da comunidade internacional, no entanto, continua a representar uma ameaça para a estabilidade da Bósnia.

Dessa forma, podemos concluir que uma das consequências inesperadas das ações do *peacebuilding* na Bósnia, da maneira como ele foi feito, é justamente o aprofundamento das divisões etnonacionais.

Reconstrução econômica

Um ano após a assinatura dos Acordos de Dayton, ao final de 1996, a Bósnia já recebia uma avalanche de ajuda para a reconstrução econômica do país que, considerada per capita, faz com que a ajuda recebida pela Alemanha e Japão no âmbito do Plano Marshall, para a reconstrução do pós-Segunda Guerra Mundial pareça

⁴⁸ BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul, “Transnational Administration in Bosnia”. Disponível em: <http://www.politybooks.com/up2/casestudy/Transitional_Administration_in_Bosnia_case_study.pdf>. Acesso em: 11 de Jun. 2016. pp. 5-6.

modesta.⁴⁹ Envolvidos nessa construção estavam 17 governos estrangeiros, 18 agências da ONU, 27 organizações intergovernamentais, 200 organizações não-governamentais, sem contar com os dezenas de milhares de militares e policiais enviados sob o comando da OTAN e da ONU.⁵⁰

Além da violência física, a Guerra da Bósnia infligiu profundos danos na infraestrutura (inclusive estradas, ferrovias, pontes, fábricas, escolas e hospitais) e economia do país, acentuados pela fuga de profissionais qualificados, como, por exemplo, 80% dos professores universitários, muitos dos quais não retornaram depois da guerra.⁵¹ Em 1995, o PIB per capita do país fora reduzido a um quinto do seu nível do pré-guerra.⁵²

Nos primeiros dez anos após a guerra, a Bósnia recebeu cerca de US\$ 5 bilhões em ajuda de projetos do Banco Mundial, para uma população de aproximadamente 4 milhões de pessoas. No entanto, a economia ficou estagnada, e atualmente 43% da população economicamente ativa está desempregada.⁵³

Como sustentam Tzifakis e Tsardanidis, o fracasso da reconstrução econômica se dá em grande parte pelas profundas divisões políticas instaladas no país. Os autores destacam o paradoxo criado pela reconstrução pós-conflito:

Enquanto uma grande quantidade de assistência econômica foi destinada com a finalidade de facilitar a reconciliação política, a natureza da estrutura política e administrativa que foi construída no pós-guerra dificultou a recuperação econômica e a criação de uma economia unificada entre as duas entidades que compõem o país. A fragmentação política e o progresso lento da recuperação econômica se transformaram numa relação mutualmente constitutiva, na qual a existência de uma contribuiu à manutenção da outra.⁵⁴

Dessa forma, fica claro que não é possível considerar a reconstrução econômica

⁴⁹ McMAHON, Patrice & WESTERN; John; The Death of Dayton: how to stop Bosnia from falling apart; *Foreign Affairs*. V. 88, Set-out. 2009.

⁵⁰ McMAHON, Patrice & WESTERN; John; The Death of Dayton: how to stop Bosnia from falling apart; *Foreign Affairs*. V. 88, Set-out. 2009.

⁵¹ TZIFAKIS, Nikolaos & TSARDANIDIS; Charalambos; Economic Reconstruction of Bosnia and Herzegovina: The Lost Decade; *Ethnopolitics*, v. 5, nº 1, pp. 67–84, mar. 2006.p. 67.

⁵² TZIFAKIS, Nikolaos & TSARDANIDIS; Charalambos; Economic Reconstruction of Bosnia and Herzegovina: The Lost Decade; *Ethnopolitics*, v. 5, nº 1, pp. 67–84, mar. 2006.p. 67.

⁵³ CIA World Factbook, Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 10 Mar 2017.

⁵⁴ TZIFAKIS, Nikolaos & TSARDANIDIS; Charalambos; Economic Reconstruction of Bosnia and Herzegovina: The Lost Decade; *Ethnopolitics*, v. 5, nº 1, pp. 67–84, mar. 2006.

como algo separado ou secundário em relação à reconstrução política do país no pós-guerra. Como o então Alto Representante para a Bósnia Paddy Ashdown admitiu em 2002, a comunidade internacional cometeu este erro no país:

Nós achamos que a democracia era a prioridade mais alta, e que nós poderíamos medi-la pelo número de eleições que pudéssemos organizar. O resultado é que, sete anos depois, a população da Bósnia ficou cansada de votar. Além disso, o foco nas eleições retardou nossos esforços em atacar o crime organizado e a corrupção, que acabaram por ameaçar a qualidade de vida e afugentaram os investimentos estrangeiros.⁵⁵

Outro problema que diz respeito a essa conexão entre política e economia é a influência dos doadores na política Bósnia. Alguns dos principais países doadores utilizaram-se de sua influência para criar impacto nas formações governamentais pós-eleitorais. Além disso, o Banco Mundial e o FMI nunca chegaram a consultar as autoridades bósnias no momento de formular seus programas e reformas, e estas últimas também não foram envolvidas na coordenação desses programas. Sem estar presentes nas tomadas de decisão de algumas das principais políticas que afetam o país, os bósnios passaram a se considerar amplamente dependentes da comunidade internacional para algumas das questões mais básicas do governo.⁵⁶ Essa dependência é também geradora de ressentimento por parte de alguns bósnios, gerando tensões entre a população local e os representantes da comunidade internacional no país.

Conclusão: “Em direção a uma paz sustentável e duradoura”?

Enquanto os Acordos de Dayton foram bem-sucedidos em colocar fim aos violentos conflitos na Bósnia-Herzegovina, eles também instalaram uma nova ordem no país baseada na descentralização do poder, comprometendo o funcionamento das dinâmicas políticas da Bósnia. Com a ajuda das operações comandadas pela OTAN (IFOR e SFOR) e da União Europeia (EUFOR), a missão multinacional de

⁵⁵ ASHDOWN, Paddy *apud* BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul, “Transnational Administration in Bosnia”. Disponível em: <http://www.politybooks.com/up2/casestudy/Transitional_Administration_in_Bosnia_case_study.pdf>. Acesso em: 11 de Jun. 2016.

⁵⁶ TZIFAKIS, Nikolaos & TSARDANIDIS; Charalambos; Economic Reconstruction of Bosnia and Herzegovina: The Lost Decade; *Ethnopolitics*, v. 5, nº 1, pp. 67–84, mar. 2006.P. 67.

peacebuilding na Bósnia foi bem-sucedida ao aplicar e garantir boa parte dos Acordos de Dayton, prevenindo assim o retorno da guerra. No entanto, a paz resguardada por essa missão parece frágil.

As divisões etnonacionais, sobretudo no plano político e territorial, continuam a dominar as relações no país, contribuindo não apenas para um governo fragilizado, mas também para uma economia estagnante e dependente da comunidade internacional. Vinte anos após a assinatura dos acordos de Dayton, a comunidade internacional ainda se pergunta “como impedir que a Bósnia se desintegre”.⁵⁷

Qual seria a solução então para o problema? A resposta para essa pergunta, além de não constituir o escopo deste artigo, é difícil de ser dada, e talvez não exista uma fórmula universal para ela, mas podemos concluir que o problema não está tanto na iniciativa da comunidade internacional em tentar promover a paz na Bósnia, mas sim na maneira como ela foi feita. Richmond (2009) e Paris (2002), por exemplo, afirmam que ao invés de responder a problemas objetivos, a missão esteve mais preocupada em reproduzir uma ordem liberal aos moldes ocidentais no país. Dessa forma, ao intervir na Bósnia, essas forças estariam ajudando a reforçar as fragilidades já existentes, como é possível observar no exemplo da organização das eleições e a vitória de grupos nacionalistas.

Outro foco de possíveis complicações é a presença prolongada de autoridades internacionais no país, o que pode alimentar a sensação de frustração da população local, reforçando ainda mais as alas radicais do país. Esta última questão – de como as figuras políticas na Bósnia se constroem em relação à presença da comunidade internacional – é de extrema importância para os estudos da evolução das operações de paz, e pode ser analisada numa pesquisa futura.

Bibliografia

Acordos de Dayton, 1995. Disponível em: < <http://www.nato.int/for/gfa/gfa-home.htm>>. Acesso em: 10 de Dez. 2016.

⁵⁷ McMAHON, Patrice & WESTERN; John; The Death of Dayton: how to stop Bosnia from falling apart; *Foreign Affairs*. V. 88, Set-out. 2009.

AOI, Chiyuki, DE CONING, Cedric e THAKUR, Ramesh Thakur, orgs. *Unintended Consequences of Peacekeeping Operations*. New York: United Nations University Press, 2007.

BARNETT, Michael e ZÜRCHER; “The peacebuilder’s contract: how external statebuilding reinforces weak statehood”; in PARIS, Roland e SISK, Timothy (orgs.), *The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations*. New York: Routledge, 2009; pp. 23-52.

BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul, “Transnational Administration in Bosnia”. Disponível em: <http://www.politybooks.com/up2/casestudy/Transitional_Administration_in_Bosnia_case_study.pdf>. Acesso em: 11 de Jun. 2016.

BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul. *Understanding peacekeeping*. 2nd ed. Malden: Polity Press, 2010

BELLAMY, Alex e WILLIAMS, Paul; Introduction: Thinking anew about peace Operations. *International Peacekeeping*, V. 11, nº 1, jan. 2004

BELLAMY, Alex J.; The ‘next stage’ in peace operations theory?; *International Peacekeeping*. v., 11, nº 1; 2004. pp. 17-38.

BILL CLINTON, Address Before a Joint Session of the Congresso n the Untied States. 25 de jan. 1994. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=50409#axzz1wmiNgnAP>>. Acesso 17 de Out. 2016.

BOUTROS-GHALI, Boutros. An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, Peacemaking and Peacekeeping. Report of the Secretary-General. United Nations Document A/47/277-S/24111. 1992. Disponível em: < <http://www.un.org/docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 15 de Set. 2016.

Carta das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/uncarta.htm>>. Acesso em 17 de Out. 2016.

CHANDLER, David. *Faking Democracy after Dayton*. London: Pluto Press, 2000.

DAALDER, Ivo H. Getting to Dayton. *The making of America’s Bosnia policy*. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2000.

DUFFIELD, Mark. *Global Governance and the New Wars*. London & New York: Zed Books, 2001.

- GARDE, Paul. *Vie et mort de la Yougoslavie*. Paris: Fayard, 2000.
- GINTY, Roger Mac & RICHMOND, Oliver; Myth or Reality: Opposing Views on the Liberal Peace and Post-war Reconstruction; In: *Global Society*, v. 21, nº 4, 2007.
- HANDRAHAN, Lori; Conflict, Gender, Ethnicity and Post-Conflict Reconstruction; *Security Dialogue*, v. 35, nº 4, dez. 2004.
- HOLSTI Kalevi J. *State, War and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KALDOR, Mary. *New and Old wars: Organized violence in a global era*. Cambridge: Polity, 2006.
- KENKEL, Kai Michael; Five generations of peace operations : from the « thin blue line » to painting a country blue » ; *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 56, nº 1, Jan-Jun 2013. pp. 122-143.
- MAZURANA, Dyan, RAVEN-ROBERTS, Angela and PARPART Jane, LAUTZE Sue; “Introduction: Gender, Conflict and Peacekeeping”; In: MAZURANA, Dyan, RAVEN-ROBERTS, Angela and PARPART Jane (orgs.), *Gender, Conflict and Peacekeeping*. New York: Rowman and Littlefield, 2005. pp. 1-26.
- McMAHON, Patrice & WESTERN; John; The Death of Dayton: how to stop Bosnia from falling apart; *Foreign Affairs*. V. 88, Set-out. 2009.
- MILLS, Kurt; Neo-Humanitarianism: The Role of International Humanitarian Norms and Organizations in Contemporary Conflict. *Global Governance*; 11, Jan-mar. 2005. pp. 161-183.
- NAMBIAR, Satish. “UN peacekeeping operations in the former Yugoslavia —from UNPROFOR to Kosovo”. In THAKUR R and SCHNABEL A (orgs.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*, Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2011, pp. 167-181.
- O'REILLY, Maria. “Muscular Interventionism: Gender, Power and Liberal Peacebuilding in Post-Conflict Bosnia-Herzegovina”. Paper apresentado na *International Studies Association Conference*, Montreal, Mar 2011.
- ONU, Resolução 1088, 1996. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/026/19/PDF/N9702619.pdf?OpenElement>. Acesso em: 17 de Out. 2016.

PARIS, Roland; International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'. *Review of International Studies*, v. 28, nº 4, 2002. pp. 637–656

PARIS, Roland; Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism; *International Security*, v. 22, n. 2, Set.1997.pp. 54-89

RICHMOND, Oliver and FRANKS, Jason. *Liberal Peace Transitions: Between Statebuilding and Peacebuilding*. Edinburgh University Press, 2009; 230 pp.

SCHNABEL, Albrecht e THAKUR, Ramesh. "From An Agenda for Peace to the Brahimi Report: Towards a new era of UN peace operations?". In T In THAKUR R and SCHNABEL A (orgs.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*, Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press, 2011. pp. 238-255.

SIMONSEN, Sven Gunnar; Addressing Ethnic Divisions in Post-Conflict Institution-Building: Lessons from Recent Cases; *Security Dialogue* v. 36, nº 3, Set. 2005.

TZIFAKIS, Nikolaos & TSARDANIDIS; Charalambos; Economic Reconstruction of Bosnia and Herzegovina: The Lost Decade; *Ethnopolitics*, v. 5, nº 1, pp. 67–84, mar. 2006.

WALTER, Barbara; SNYDER, Jack (ed.). *Civil Wars, Insecurity and Intervention*. New York: Columbia University Press, 1999.

WILLIAMS, Paul; Review article: International peacekeeping--the challenges of state-building and regionalization; *International Affairs* v. 81, n..1; 2005. pp. 163-174.

Inação e Intervenção Humanitárias no Mundo do Pós-Guerra Fria: Dilemas de Ruanda e do Kosovo

Humanitarian Intervention and Inaction in the Pos-Cold War World: Dilemmas of Rwanda and Kosovo
Intervención y Inacción Humanitaria en el Mundo del Pos-Guerra Fria: Dilemas de Ruanda y Kosovo

Marcos Vinícius Mesquita Antunes de Figueiredo*

64

Resumo: Os anos 1990 foram marcados pela segurança humana e os dilemas da intervenção humanitária. Se em algumas situações a ONU teve sucesso ao aprovar medidas coercitivas para solucionar violações aos direitos humanos, como na Somália e na Bósnia-Herzegovina, em outros casos, como em Ruanda e no Kosovo, seu Conselho de Segurança fracassou em cumprir este objetivo. Todavia, a inação no Kosovo foi suprida pela intervenção da OTAN, ao passo que a paralisia frente a Ruanda foi marcada pela negligência da comunidade internacional quanto aos seus mortos. Neste artigo, visa-se a entender o porquê desses dois genocídios terem sido tratados de formas tão distintas. A perspectiva teórica construtivista, em que não somente fatores materiais, mas também sociais, contribuíram para esta discrepância, é aqui utilizada.

Palavras-chave: Genocídio; Ruanda; Kosovo.

Abstract: The 1990's was characterized by human security and the dilemmas of humanitarian intervention. If in some situations the UN succeeded in approving enforcement measures in order to solve human rights violations, as in Somalia and Bosnia-and-Herzegovina, in other cases, such as Rwanda and Kosovo, its Security Council failed to fulfill this aim. However, the void of the UN in Kosovo was filled by a NATO's intervention, whereas the deadlock concerning Rwanda was marked by the international community negligence over its dead people. In this article, one aims at understanding why both these genocides were treated in such different ways. The constructivist perspective according to which not only material elements but also social ones contributed to such a difference is here applied.

Keywords: Genocide; Rwanda; Kosovo.

Resumen: Los años 1990 fueron marcados por la seguridad humana e los dilemas de la intervención humanitaria. Sí en algunas situaciones la ONU tuvo suceso en aprobar medidas coercitivas para sanar violaciones de derechos humanos, como en la Somália y en la Bósnia-Herzegovina, en outros casos, como en Ruanda y en el Kosovo, su Consejo de Seguridad ha fracasado en realizar tal finalidad. Sin embargo, la inacción en el Kosovo fue sustituida por la intervención de la OTAN, mientras que la paralisia frente a Ruanda resultó en sus muertos sendo olvidados por la comunidade internacional. El objeto deste artículo es comprender las razones de estos dos genocídios seren tratados de formas tan distintas. Si toma aqui la perspectiva constructivista de que non solamente elementos materiales, pero también sociales, llevaron la comunidad de Estados a esta discrepância.

Palabras-clave: Genocidio; Ruanda; Kosovo.

Em 24 de março de 1999, sem obter autorização do Conselho de Segurança da

* Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) e professor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercados do Rio de Janeiro (IBMEC-Rio). E-mail: mfigueiredo5@ibmec.edu.br.

Organização das Nações Unidas (CSNU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) iniciou bombardeamento da então República Federal da Iugoslávia (RFI)¹. O motivo que se alegou foi a tentativa de impedir que o governo de Belgrado continuasse a promover uma “limpeza étnica” contra a população muçulmana e albanesa da província de Kosovo². Essa intervenção da OTAN deve ser vista como uma espécie de continuação de outra operação militar sua, juntamente com a ONU, para impedir violações de direitos humanos por parte de Belgrado contra os bósnio-muçulmanos nos Balcãs no início da década de 1990. Nesta última, porém, houve aprovação pelo CSNU, ao passo que no Kosovo a ONU interveio à revelia da necessária aprovação desse órgão. Tornou-se clara a convicção da aliança ocidental para impedir coercitivamente graves violações aos direitos humanos no Pós-Guerra Fria.

Apenas cinco anos antes desses acontecimentos, porém, quando, após a morte do presidente de Ruanda, Juvénal Habyarimana, os hutus deram início ao massacre dos tutsis e hutus moderados nesse país, a ONU reduziu drasticamente as tropas da respectiva operação de paz, chamada *United Nations Assistance Mission in Rwanda* (UNAMIR), sem que qualquer Estado ou organização regional ocupasse o vácuo deixado ali pelas Nações Unidas. Este artigo tem como objetivo compreender o que “causou” diferentes respostas da sociedade internacional para essas duas crises humanitárias de similaridades tão significativas, ainda que uma tenha ocorrido no “centro”³ e a outra na periferia do sistema internacional. Essa pergunta é relevante pois o *Responsibility to Protect* foi criado em 2005 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)⁴ para lidar com esses dilemas da intervenção humanitária da década

¹ O que comumente se entende por “antiga Iugoslávia” teve oficialmente o nome de República Federativa Socialista da Iugoslávia (RFSI) e durou de 1943 até 1992. Todavia, após o início de sua desintegração, o que restou desse Estado, ainda sob a liderança de Belgrado, recebeu o nome de República Federal da Iugoslávia (RFI), durando de 1993 a 2003. Neste último ano, o que restou da antiga Iugoslávia, também sob a liderança de Belgrado, passou a se chamar de Sérvia e Montenegro até 2006, quando, por um referendo, estabeleceu-se a separação desses dois Estados. A partir de então restou a Sérvia, tendo como províncias o Kosovo, e Voivodina.

² ROBERTS, Adam; “NATO’s Humanitarian War in Kosovo”; *Survival*, Vol 41, No. 3, Autumn 1999, pp. 102-123.

³ Considera-se, aqui, os Balcãs como zona de influência dos países centrais europeus.

⁴ O *Responsibility to Protect*, também conhecido como R2p, surgiu originalmente em 2001, como relatório da *International Commission on Intervention and State Sovereignty*. Posteriormente, a AGNU o aprovou, numa reunião de cúpula, em 2005, transformando-se em recomendação desse órgão. Ver <http://www.un.org/en/preventgenocide/adviser/pdf/World%20Summit%20Outcome%20Document.pdf#page=30> e ver também http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/63/677.

de 1990 sem que, na prática, esses dilemas estejam plenamente resolvidos. Ademais, recentemente, em 2014, completou-se vinte anos do genocídio de Ruanda, intensificando a discussão sobre este tema e contribuindo para que o mesmo não caia em esquecimento. Na passagem para este século, relevantes dados foram liberados graças à atuação da organização sem fins lucrativos norte-americana *National Security Archive* (www.nsarchive.org), sob a lei de liberdade de informação norte-americana, que possibilitou o provimento de importantes informações para a compreensão da falência de uma ação humanitária eficaz em Ruanda⁵.

A teoria construtivista das Relações Internacionais (RI's), onde os interesses dos atores e a estrutura internacional não são tidos nem como apenas materiais, tampouco como estáticos, mas sim ideacionais e construídos nas interações sociais, é utilizada neste artigo para compreender essas diferentes reações da comunidade internacional a dois semelhantes crimes contra a humanidade. O construtivismo reconhece a possibilidade de haver mudanças quanto ao foco dos interesses dos atores internacionais. Aprendizado com experiências pretéritas, persuasão promovida por diferentes atores e proximidades geográfica e/ou funcional⁶ podem contribuir para a ocorrência de transformações relativas às identidades dos atores internacionais e, portanto, da maneira como Estados e organizações internacionais interpretam processos políticos e percebem seus próprios objetivos.

Pretende-se demonstrar que, embora as normas de direitos humanos desenvolvidas durante a Guerra Fria⁷ tenham modificado as concepções de Estados e de organizações internacionais sobre o conceito de segurança, essas normas não se difundiram de maneira idêntica e em igual intensidade pelo planeta. Ademais, a proximidade geográfica e a finitude social entre interventores e vítimas são elementos necessários, ainda que não suficientes, para compreender essa discrepância. A

⁵ Power, Samantha. *Bystanders to Genocide*. The Atlantic, September, 2001, issue I.

⁶ Em seu livro *The Purpose of Intervention*, Martha Finnemore estabelece uma distinção entre duas formas de afinidade: geográfica e funcional. Enquanto que na primeira os atores afinam-se por sua proximidade regional, na segunda ela ocorre por laços culturais. Cf.: FINNEMORE, Martha. *The Purpose of Intervention: changing beliefs about the use of force*. United States of America: Cornell University Press, 2003, p. 155.

⁷ Embora a década de 1990 seja conhecida como a década da “segurança humana”, os principais tratados de direitos humanos da ONU surgiram durante o período bipolar. Para uma discussão mais aprofundada sobre este tema Cf.: DONNELLY, Jack. *Universal Human Rights in Theory and Practice*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2013.

combinação desses fatores teria ocasionado reações díspares por diferentes atores do sistema internacional quanto a genocídios ocorridos em países situados em diferentes regiões da sociedade internacional⁸.

Entendendo a Segurança Coletiva das Nações Unidas: o Surgimento de uma Relação entre Segurança Internacional e Direitos Humanos

Crises humanitárias, como as de Ruanda e do Kosovo, não são percebidas de forma idêntica pelos atores internacionais. A região em que elas ocorrem, o grau de empatia entre vítimas e interventores e a maneira pela qual o genocídio é praticado influenciam as percepções dos Estados sobre a necessidade de medidas coercitivas visando ao impedimento de tais crimes. Nem sempre, porém, os Estados consideraram que uma violação aos direitos humanos é uma razão para se utilizar a coerção para impedi-la, mediante as Nações Unidas. Inicialmente, o sistema de segurança coletiva dessa organização foi pensado para lidar com agressões territoriais interestatais, embora a carta da ONU seja suficientemente ampla para conferir ao CSNU a possibilidade de uso da força quando este órgão, por 3/5 de seus membros, incluindo os votos afirmativos de seus cinco membros permanentes (P-5), considerar a ocorrência de ameaça à paz, uma ruptura da paz e um ato de agressão⁹.

A carta constitutiva desta organização, aprovada na Conferência de São Francisco em outubro de 1945, incluiu como objetivo de seus Estados-membros não

⁸ Diferente disso, há importantes perspectivas críticas que interpretam as intervenções humanitárias dominadas pelo ocidente permeadas em relações de poder. Uma visão mais estruturalista é fornecida por Peter Gowan em “A Roleta Global”, em que a atuação da OTAN nos Balcãs é tida como uma forma de manutenção da ordem global neoliberal. Para tanto, Cf.: GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. São Paulo: Record, 2003. Noam Chomski fornece uma análise crítica política ao que ele chamou de “novo intervencionismo do Ocidente” e sua hipocrisia, visto que o Ocidente agiria de forma profundamente desigual nessas intervenções, Cf.: CHOMSKY, Noam. *Uma Nova Geração Define o Limite: o verdadeiro critério das políticas ocidentais para as intervenções humanitárias*. São Paulo: Editora Record, 2003. Por outro lado, numa visão pós-estruturalista, Nizar Messari defende que a atuação da OTAN no Kosovo foi uma forma de construção e afirmação da identidade iluminista do ocidente, mediante a construção do “outro” como bárbaro, representado na figura do líder sérvio Slobodan Milosevic, em MESSARI, Nizar; “Kosovo e o Ocidente: exercícios na construção da identidade ocidental”; *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, Vol. 22, No. 1, janeiro/julho de 2000, pp.193-225.

⁹ No capítulo VII da carta da ONU, o seu art. 39 estabelece que, em caso de uma ameaça à paz, uma ruptura da paz e um ato de agressão, o CSNU pode se valer das medidas coercitivas previstas nesse mesmo capítulo para restabelecer a ordem política. Cf.: JUNIOR, Inis Claude. *Swords into Plowshares – the problem and progress of international organization*. New York: Random House, 1983.

apenas responsabilidades sobre a administração da segurança internacional, mas também sobre a promoção dos direitos humanos¹⁰. O pós-Segunda Guerra Mundial consistiu em período de enorme proliferação dessas normas humanistas, pois três anos após a criação da ONU, sua AGNU aprovou resolução contendo a Declaração Universal dos Direitos do Homem¹¹. No mesmo ano, assinou-se também a Convenção para Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, onde os Estados signatários, majoritariamente europeus e americanos, concordaram com a criminalização internacional do genocídio e com a obrigação de repreendê-lo. Jack Donnelly se refere a este período como a “primeira onda global de direitos humanos”. Outras duas gerações, a segunda vinculada ao processo de descolonização e às decorrentes transformações na composição política da AGNU e a terceira relacionada à “Era Carter” tornaram ainda mais complexo o regime de direitos humanos das Nações Unidas¹². Em escala regional europeia, foi criado o Conselho da Europa, no ano de 1949, primeira organização do continente cujo objetivo foi a defesa de direitos individuais na Europa do pós-Guerra. No mesmo ano, foi assinada também a Quarta Convenção de Genebra, regulamentando o direito internacional da guerra e assegurando a proteção de populações civis em conflitos armados de natureza internacional e doméstica¹³.

A bipolaridade geopolítica e ideológica que se formou após a declaração da “Doutrina Truman” fez arrefecer esse relativo consenso humanitário que se seguiu ao imediato pós-Guerra¹⁴. A divisão do mundo em esferas de influência antagônicas prejudicou a relativa harmonia dos Estados vencedores deste conflito (EUA, Reino Unido, França, URSS e China, os membros permanentes do CSNU), fazendo com que o sistema de segurança coletiva das Nações Unidas, que, como dito anteriormente, exige unanimidade entre estes cinco grandes estados¹⁵, se encontrasse praticamente

¹⁰ Cf.: Carta das Nações Unidas, artigos 1º, 2º, 55º e 56º.

¹¹ Trata-se da resolução 217 da AGNU de 1948.

¹² DONNELLY. Op. Cit.

¹³ Ainda que haja uma distinção no Direito Internacional Público entre Direitos Humanos e Direito Humanitário, onde o primeiro regulamenta os direitos individuais em tempos de paz, ao passo que o segundo, em tempos de guerra, pode-se coloca-los na mesma onda humanista de Donnelly, uma vez que seus objetivos são os mesmos: proteger os seres humanos, *Ibidem*.

¹⁴ KEYLOR, William R. *The Twentieth-century World: an international history*. New York: Oxford University Press, 1992.

¹⁵ Além de mais quatro votos entre os membros não permanentes, totalizando nove votos dos quinze membros do CSNU. Ver art. 23 da Carta das Nações Unidas.

em condição de travamento. Salvo a idiossincrática questão coreana de 1950, as Nações Unidas não intervieram coercitivamente em qualquer conflito interestatal durante a Guerra Fria devido às dificuldades de se obter unidade no principal órgão da organização¹⁶.

A ONU, porém, não permaneceu inativa, no período bipolar, por esse motivo. A organização reinventou sua forma de participar nos conflitos internacionais mediante operações de paz que atuavam no limiar do capítulo VI de sua carta constitutiva, onde se encontram as soluções pacíficas de controvérsias, e o capítulo VII, que trata especificamente de medidas coercitivas¹⁷. Essas operações surgiram no contexto da Guerra do Suez (1956)¹⁸, como solução ao congelamento do CSNU, e foram inspiradas nas antigas missões de observação de paz da ONU no imediato pós Segunda Guerra¹⁹.

Formaram-se, assim, os principais conjuntos de normas no sistema ONU - direitos humanos e operações de paz – que, no período pós-bipolar, não por acaso, vieram a se fundir. Após repressão multilateral aprovada com sucesso pelo CSNU à invasão do Iraque ao Kuwait e o relativamente bem-sucedido ressurgimento das operações de paz ao final da década de 1980, as Nações Unidas perceberam que poderiam utilizar essas revigoradas missões de paz para lidar também com crises humanitárias que surgiram no mundo após o desmanche do bloco socialista, o que levou essas operações a abandonar seu tradicional princípio da neutralidade. No imediato pós-Guerra Fria, a ONU, na esteira do descongelamento do CSNU, do relativo sucesso da Guerra do Golfo Pérsico, promoveu um sistema de sanções com base no capítulo VII da carta para proteger o povo do Curdistão iraquiano dos abusos do ditador sunita Saddam Hussein. Isso se deu mediante a famosa resolução 688 do CSNU, que

¹⁶ Ainda dividido pela lógica bipolar, no conflito da Coreia, o sistema de Segurança Coletiva funcionou relativamente bem, em razão da temporária retirada da URSS do CSNU. Quando, em 1950, a Coreia do Norte atravessou o paralelo 38, invadindo a Coreia do Sul, este órgão se encontrava transitariamente livre da divisão bipolar. A URSS boicotava o Conselho, pois a representação do governo comunista da China se encontrava substituída pelo governo de Taiwan. Veja BAEHR, Peter R. & GORDENKER Leon. *The United Nations in the 1990s*. Princeton University, 1990. pp 65-6.

¹⁷ WEISS, Thomas G. FORSYTHE, David. & COATE, Roger. *The United Nations and Changing World Politics*. S/l: Westview Pres, 1994, p. 54.

¹⁸ No Caso deste conflito, também chamado de Segunda Guerra Árabe-Israelense, criou-se a *United Nations Emergence Force I* (UNEF I), experiência tida pela literatura especializada como a primeira em que a ONU implementou seus capacetes-azuis. Cf.: WEISS; FORSSYTHE; COATE, *Op. Cit.*, 1994.

¹⁹ DIEHL, Paul. *International Peacekeeping*. London: John Hopkins University Press, 1994, p.26.

estabeleceu um vínculo entre segurança coletiva e direitos humanos²⁰. Soma-se a isso o ressurgimento de operações de paz da ONU após hiato de dez anos²¹, que progressivamente passaram a promover intervenções humanitárias em regiões de pouco ou nulo interesse econômico e geopolítico, como na Somália e na Bósnia-Herzegovina. O complexo esforço de construção do regime de direitos humanos, que atravessou todo o período bipolar, exerceu enorme influência quanto à associação entre crises humanitárias e ameaça à paz e à segurança internacional nos anos 1990. Livre do bloqueio no processo decisório do CSNU em razão de divisões político-ideológicas, a ONU implementou operações de segurança que muito se distanciaram do clássico princípio da neutralidade que norteava a atuação das Nações Unidas na Guerra Fria²².

A euforia dos principais estadistas quanto à utilização da força, por intermédio da ONU, após a Guerra do Golfo, passou por sua primeira prova na crise da Somália de 1991-1993. Neste período, o CSNU aprovou resoluções que autorizaram a missão de paz neste país a utilizar de força para garantir provimento de ajuda humanitária à população somaliana, após a queda de seu longevo presidente Siad Barre²³. O capítulo VII foi acionado para este fim, prova inequívoca da ligação estabelecida entre direitos humanos e ameaça à paz. Todavia, o consenso humanitarista entre os membros das Nações Unidas, em particular os Estados Unidos, arrefeceu quando dezoito soldados *rangers* deste país foram mortos por guerrilheiros apoiados pelo senhor da guerra, o opositor de Barre, general Mohamed Aidid. Seguiu-se a este fato verdadeiro ponto de inflexão na política externa norte-americana para intervenções humanitárias²⁴ pelas Nações Unidas. Aparentemente os Estados Unidos consideraram, no início da intervenção na Somália, que a realização de uma operação militar desse tipo num dos Estados mais empobrecidos do mundo não apresentaria grandes dificuldades estratégicas, mas eles se enganaram.

Com a exposição televisiva dos cadáveres de soldados norte-americanos sendo

²⁰ WELSH, Jennifer M (Ed). *Humanitarian Intervention and International Relations*. New York: Oxford University Press, 2004.

²¹ MINGST, Karen. KARNIS, Margaret. *The United Nations in the Post-Cold War Era*. S/l: s/ed, 2000, p. 89.

²² WEISSE; FORSYTHE; COATE, *Op. Cit.* 1994.

²³ Siad Barre governou a Somália ditatorialmente, como foi comum no período bipolar, de 1969 a 1991.

²⁴ Cf.: *Presidential Directive Decision* (PDD-25), de maio de 1994.

vilipendiados em Mogadíscio, os custos políticos do conflito aumentaram de forma significativa, o que levou o governo Clinton a anunciar a retirada do apoio norte-americano à operação das Nações Unidas neste país. O receio dos principais Estados de enfrentar estes custos ficou conhecido na literatura de operações de paz como “síndrome da Somália”²⁵ e tiveram significativo impacto na opção da ONU por manter a UNAMIR como uma operação de paz tradicional, sem uso da força²⁶. Entretanto, a *United Nations Protection Force* (UNPROFOR), a “missão de paz” para a guerra da Bósnia-Herzegovina, “cruzou a linha de Mogadíscio”²⁷ desde de seus primórdios até o término deste conflito com Acordos de Dayton de 1995²⁸.

A partir da crise somaliana, não apenas os países membros da ONU se tornaram receosos de arriscar as vidas de seus soldados em conflitos internos de outros países de pouco ou nulo interesse estratégico para seus governos. A ONU, na qualidade de organização autônoma dotada de sua própria “cultura burocrática” independente de seus membros, também se tornou relutante quanto à intervenção humanitária, pois já havia experimentado problemas semelhantes, especialmente no Congo belga, no início da década de 1960²⁹. Em uma visão institucional-sociológica que atribui autonomia às organizações internacionais, as Nações Unidas aprenderam com experiências traumáticas, passando a perceber com extremadas reservas a prática deste tipo de intervenção³⁰. O princípio da neutralidade que viria a comprometer tanto a reação da ONU à crise de Ruanda, como ao genocídio no Kosovo, tem origens inegáveis da crise

²⁵ WEISSE; COATE; FORSYTHE. Op. Cit. 1994

²⁶ POWER, Samantha; “Bystanders to Genocide”; *The Atlantic*, September, 2001, issue I.

²⁷ Esta expressão, que também ficou consagrada na literatura especializada sobre operações de paz da ONU, refere-se à circunstância em que a organização ultrapassa o escopo de uma atuação diplomática, previstos no capítulo VI de sua carta, e adentra na esfera coercitiva, com sanções econômicas e/ou militares, tal como previsto no capítulo VII.

²⁸ Este acordo de paz celebrado em Dayton, Ohio, Estados Unidos, foi responsável por finalizar a Guerra da Bósnia-Herzegovina, em 1995. Por ele, instituiu-se uma federação entre bósnios, croatas, que ficaram com 49 % do território desta antiga república da Iugoslávia, ao passo que os sérvios ficaram com o controle dos 51% remanescentes.

²⁹ O Congo Belga passou a se chamar Zaire em meados dos anos sessenta, após o ditador nacionalista Mobutu Sese Seko assumir o controle do país. Somente em 1998 é que o país volta a ter o nome de Congo, no contexto da Primeira Guerra Civil da década de 1990 deste país.

³⁰ Martha Finnemore e Michael Barnett atribuem forte ênfase ao papel da ONU como burocracia autônoma, especialmente de seu secretariado, neste processo. Mas o recuo dos estados-membros da organização quanto à intervenção humanitária possui maior influência do que a considerada por esses autores. Cf.: BARNETT, Michael. FINNEMORE, Martha. *Rules for the World*. New York: Cornell University Press, 2004.

somaliana³¹.

Sabe-se que a construção do regime de direitos humanos da ONU exerceu influência significativa sobre as percepções dos atores internacionais quanto às reações adequadas a uma crise humanitária. Mas as experiências em operações problemáticas como as promovidas pela ONU na Somália e, de certa forma, na Bósnia-Herzegovina, também exerceram influência no sentido oposto. As guerras genocidas de Ruanda e de Kosovo têm em comum a abstenção das Nações Unidas quanto ao uso de meios coercitivos com base no capítulo VII da carta da ONU que impedissem tentativas de supressão de determinado grupo étnico por outro. A dimensão intraestatal destes conflitos também é mais um ponto comum entre essas duas guerras. O que as diferencia, porém, é o fato de que inação da ONU em Ruanda resultou em negligência da sociedade internacional quanto ao extermínio dos tutsis e hutus moderados pelos hutus radicais, enquanto que a crise humanitária do Kosovo foi reprimida com veemência pela OTAN³², conduzindo à operação de bombardeamento aéreo das forças sérvias, conhecida como *Operation Allied Force*, à revelia da autorização do CSNU.

Por que os estados reagiram de formas diferentes quanto a genocídios tão semelhantes? Por que a retração da ONU em Ruanda não foi suprida por outros atores? A teoria construtivista é usada nesse artigo para responder a essas questões.

O Construtivismo de normas: atores internacionais e a redefinição de seus interesses

Defende-se, aqui, que a não intervenção na crise humanitária de Ruanda e a intervenção da OTAN ocorrida no genocídio do Kosovo, malgrado a menor gravidade deste³³, deve-se a quatro fatores, contemplados pela teoria construtivista: os interesses e comportamento dos Estados são influenciados por diferentes normas que constituem suas identidades³⁴; essas normas, no caso, as liberais de direitos humanos, possuem

³¹ Cf.: Boutros-Boutros Ghali, *Supplement to An Agenda for Peace, documento A/50/60-S/1995*.

³² Cf.: DALAIRE, Roméo. *Shaking Hands with the Devil: the failure of humanity in Rwanda*. New York: Caroll & Graff Publishers, 2004.

³³ No Kosovo morreram em torno de 11 000 pessoas, ao passo que em Ruanda morreram 800 000.

³⁴ FINNEMORE, Martha. *Paradoxes in Humanitarian Intervention*. S/I: University of California at Irvine, 2000.

uma aderência heterogênea ao longo da sociedade internacional, sendo maior nos países ditos “ocidentais”; a proximidade entre interventor e vítima, seja ela regional ou funcional, afeta a vontade política para esse tipo de intervenção; por fim, a coexistência com algum caso traumático pode estimular ou desestimular a vontade política para a ação humanitária. Juntamente com esses quatro fatores ideacionais, o construtivismo não nega a existência de fatores materiais, como a influência que o grande contingente de refugiados dos Balcãs para a Europa teve para pressionar uma resolução do conflito³⁵. Todos eles reunidos atuaram sobre as reações às crises humanitárias de Ruanda e do Kosovo. A compreensão da complexa interação entre eles é essencial para se entender reações tão discrepantes por parte da sociedade internacional frente aos crimes humanitários da região dos Grandes Lagos da África Subsaariana e da Península Balcânica no final do século passado.

Em seu livro, *National Interest in International Society*, Martha Finnemore³⁶ sustenta que as teorias racionalistas das RIs possuem um sério problema teórico: por causa da incorporação de modelos microeconômicos em suas teorias, os autores racionalistas da disciplina consideram os interesses dos estados como exógenos. Não haveria, portanto, espaço para problematização sobre a formação desses interesses. Finnemore propõe que estes devam ser, ao contrário, considerados de forma endógena. Não estaria dado quais seriam os interesses dos atores nas relações internacionais. Eles seriam construídos socialmente e, portanto, mutáveis. O desenvolvimento do regime de direitos humanos das Nações Unidas através da Guerra Fria e sua repercussão sobre a maneira como Estados e organizações internacionais identificam uma “ameaça à paz, uma “ruptura da paz” ou um “ato de agressão”, são também exemplos dessa transformação. A perspectiva teórica construtivista possibilita entender o elo entre violação aos direitos humanos e ameaça à segurança internacional feita pelo CSNU em crises humanitárias como as da Somália e da Bósnia-Herzegovina.

Esta ligação seria resultante de amplas e complexas discussões realizadas pelos Estados, nas Nações Unidas, sobre a necessidade de se criar um regime internacional³⁷ de direitos individuais. Afinal, os Estados que promoveram a criação

³⁵ Em torno de 700.000 pessoas tiveram de abandonar seus lares na Guerra do Kosovo.

³⁶ FINNEMORE, Martha. *National Interests in International Society*, Ithaca: Cornell University Press, 1996.

³⁷ A expressão “regime internacional” é aqui usada no sentido que ficou consagrado por Stephen Krasner

deste regime são os “mesmos” que tomam as decisões sobre o uso da força no CSNU sobre intervenções humanitárias. Estes atores passariam a se guiar não somente por seus interesses materiais, mas também pela “lógica do comportamento mais apropriado”³⁸ (Wendt, 2001). Supor que os Estados que criaram as normas de direitos humanos as esqueceriam quando se deparassem com uma violação aos mesmo direitos em casos concretos, dentro do CSNU, seria ilógico. A isso Wendt chama de “inferência” pelo melhor argumento³⁹, que é o método adotado neste artigo.

Seria razoável supor que essas normas indicadoras de “comportamentos apropriados” não se difundem em igual intensidade pelo sistema internacional? Haveria diferentes níveis de aceitação dessas normas pelos atores do sistema internacional? Para responder à primeira questão, utiliza-se o conceito de “convergência cultural”, proposto por Jeffrey Checkel em *Norms, Institutions, and National Interest in Contemporary Europe*⁴⁰. Quanto à segunda questão, a ideia de “ciclo de vida” da norma, desenvolvida por Martha Finnemore e Kathryn Sikinki chamado *International Norm Dynamics and Political Change*⁴¹, será utilizada para tentar respondê-la.

Convergência Cultural

Jeffrey Checkel defende que o construtivismo possui duas fragilidades teóricas: negligência sobre a maneira como as normas atingem a esfera doméstica, o que implica problemas em especificar mecanismos de difusão dessas normas, e dificuldade em explicar o porquê de determinadas normas terem impacto em uns Estados, mas não sobre outros⁴². Checkel considera que a difusão acontece quando ocorre transferência da informação de uma população ou região para outra⁴³. Segundo ele, grande parte dos autores construtivistas explicam esse processo de difusão de normas de “fora para

na disciplina de Relações Internacionais: “regime é um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão em torno do qual as expectativas dos atores convergem. Ver KRASNER, Stephen. *Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: regimes como variáveis intervenientes*. Re. Sociol. Polit, Curitiba, Vol. 20, n. 42, p 93-110, Jun de 2012.”

³⁸ WENDT, *Op. Cit.* 2001.

³⁹ WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. S/I: Cambridge University Press, 1999.

⁴⁰ CHECKEL, *Op. Cit.*

⁴¹ FINNEMOE & SIKINKI. *Op. Cit.*

⁴² CHECKEL. *Op. Cit.*p. 85.

⁴³ *Ibid.*

dentro”, excluindo a relevância exercida pelas populações dos Estados, de “dentro para fora”⁴⁴. Seria preciso, então, que autores construtivistas resgatassem a importância de análises que focam no nível dos agentes, não da estrutura.

Neste nível, Checkel indica que sociólogos passaram recentemente a incorporar um nítido elemento social e cultural para os modelos dominantes sobre estudos de difusão de normas, defendendo sua necessidade, ao usar a ideia de difusão, para se estudar a “construção social da identidade”. Este modelo também estabelece que o nível de “convergência cultural” entre normas globais e práticas domésticas é de extrema relevância para se determinar o padrão e o grau de difusão de uma norma internacional. Este autor conclui defendendo que recentes avanços em pesquisa social sobre difusão de normas são importantes recursos teóricos para construtivistas, pois estes têm revelado que o processo de difusão de normas para as populações dos estados que as adotam depende, em grande medida, das características sociais e culturais de suas respectivas populações⁴⁵. Para Checkel, o programa de pesquisa construtivista sugere que as preferências dos agentes domésticos, num ambiente de difusão global de normas, são modeladas, em grande parte, pelo contexto de normas internas. Por isso, seria relevante resgatar a importância dos agentes nesta perspectiva teórica⁴⁶.

Essa “convergência cultural” não deve ser entendida de maneira dicotômica ou maniqueísta. Pode haver variações, segundo Checkel, de uma condição onde exista ampla convergência entre normas internacionais e normas domésticas até seu extremo oposto, onde não há qualquer convergência entre as duas esferas. Apesar das especificidades de cada país, a difusão de normas é facilitada quando há maior “convergência cultural” entre normas internacionais e normas internas⁴⁷. É o que ocorre no caso do regime de direitos humanos das Nações Unidas e o contexto normativo doméstico de grande parte dos países da OTAN. Nesta organização, os Estados-membros não apenas são portadores de uma identidade liberal, como muitas das populações destes países foram promotoras do liberalismo político que se difundiu pelo

⁴⁴ Ibid, p. 86.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid, p. 87.

⁴⁷ Ibid.

mundo a partir da Revolução Francesa. Os regimes, hoje globais, para a repreensão de práticas de violação do direito na guerra e de genocídio surgiram de experiências traumáticas basicamente europeias, como as guerras de unificação da Itália e o holocausto promovido pelos nazistas, respectivamente.

Checkel recorre a dois mecanismos de difusão fortalecedores de normas no ambiente doméstico existentes nas literaturas de Ciência Política, de Sociologia e de Direito Internacional: o primeiro atua “de baixo para cima”⁴⁸; o segundo, “de cima para baixo”⁴⁹. No primeiro caso, típico de sociedades liberais, atores privados se unem para conferir suporte às normas internacionais. As elites políticas assumem posição consideravelmente passiva, sendo constrangidas pela sociedade civil a mudar suas políticas públicas. O segundo mecanismo funciona no sentido oposto. Neste, a aprendizagem social das próprias elites, não a pressão política interna, exerce papel relevante no processo de internalização das normas internacionais⁵⁰. Estes mecanismos de difusão de normas sofrem significativas influências das estruturas políticas domésticas. Checkel identifica quatro formas possíveis dessas estruturas: “liberal”, “corporativista”, “estatista” e “estado acima da sociedade”. No modelo liberal, as elites políticas são fortemente constrangidas pela sociedade civil; no extremo oposto, o “estado acima da sociedade”, o governo é independente da sociedade e exerce significativo controle sobre ela; no modelo corporativista, há semelhanças com o modelo liberal, mas os tomadores de decisão também exercem influências relevantes; e, no modelo estatista, as elites políticas são os atores predominantes, havendo liberdade da sociedade civil apenas de forma moderada⁵¹.

Todas essas categorias propostas por Checkel facilitam o entendimento da difusão dos direitos humanos e do direito humanitário mais fortemente entre os países da OTAN. Há enorme índice de “convergência cultural” entre essas normas e o ambiente social doméstico de grande maioria dos países desta organização, como descrito anteriormente. O modelo “liberal”, estrutura política dominante em seus Estados membros, representa baixa autonomia das elites frente à sociedade, o que

⁴⁸ Do original *bottom-up* (1999).

⁴⁹ Do original *upside-down* (1999).

⁵⁰ Checkel. *Op. Cit.* 1999, p. 88.

⁵¹ *Ibid.*

sugere que, nesta região, a difusão de normas internacionais ocorra no sentido “de baixo para cima”. Relativamente às normas de direitos humanos, parte significativa dos Estados membros da OTAN pode ser considerada “criadora de normas”⁵².

O Ciclo de Vida das Normas

Para responder à segunda questão aqui proposta, o conceito de “ciclo de vida” da norma, desenvolvido por Martha Finnemore e Kathryn Sikinki, é de grande utilidade. Após definirem o conceito de norma como “um padrão de comportamento apropriado para atores com uma dada identidade”⁵³ as autoras dividem-nas em duas categorias: normas reguladoras e normas constitutivas⁵⁴. As primeiras constroem o comportamento dos atores. As segundas criam novos atores, interesses ou categorias de ação⁵⁵. Estas autoras reconhecem que normas podem ser compartilhadas por um grupo limitado de atores, possuindo amplitude apenas regional, não sendo obrigatoriamente de alcance global. Mas as normas não variam somente em função de seu escopo geográfico. Elas possuem diferentes graus de aceitação pelos atores do sistema, o que também pode ser diferente, conforme regiões específicas do planeta⁵⁶.

Dentro do “ciclo de vida” da norma, há três níveis de incorporação pelos atores internacionais, o que não significa existência de elemento teleológico. O “estágio da emergência de normas”, onde estas ainda se encontram em período bastante incipiente, é o primeiro. Neste, a persuasão exercida pelos empreendedores de normas exerce papel relevante. Quando esses empreendedores convencem um número significativo de estados, o que Finnemore e Sikinki pensam ocorrer ao redor de um terço (1/3) dos estados do sistema (ou subsistema)⁵⁷, atinge-se um “limiar” onde as normas podem ser consideradas de “ampla aceitação social”. Trata-se do segundo estágio. As autoras ressaltam, contudo, que o aspecto quantitativo não é o único

⁵² Ibid. p. 109.

⁵³ FINNEMORE; SIKINKI. *Op. Cit.*, p. 891.

⁵⁴ Nicholas Onuf denomina de “funcional” essa classificação dicotômica da norma. Para uma discussão mais aprofundada ver ONUF, Nicholas. *World of our Making: rules and rule in social theory and international relations*. Routledge, Taylor and Francis Group, London and New York, 1989.

⁵⁵ FINNEMORE; SIKINKI. *Op. Cit.*

⁵⁶ Ibid. p. 892.

⁵⁷ Ibid..

relevante, pois há Estados de maior “peso normativo”. Estes são chamados de “Estados-chave”, atores sem os quais a adoção da norma tornar-se-ia comprometida⁵⁸. A última etapa do “ciclo de vida” da norma é aquela em que a aceitação se tornou tão ampla que as normas são “tidas como dadas”. Este estágio é chamado de “internalização” e se caracteriza pela ausência de questionamentos sobre a legitimidade das normas⁵⁹.

Interessa saber, portanto, quantos estados-membros da OTAN aderiram ao mais importante tratado internacional sobre genocídio: a Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, de 1948. Praticamente todos os Estados que compõem a organização os adotaram. De fato, este é um tratado de ampla aceitação global, tendo 147 Estados-signatários (de 193 membros das Nações Unidas), incluindo todos os membros da aliança do Atlântico Norte⁶⁰. Isto significa que as normas de prevenção e punição ao crime de genocídio se encontram em um estágio de ampla aceitação no Ocidente, próximo da internalização. Porque a adesão a estas normas é de amplitude significativa, surge uma outra questão: as normas humanitárias, no espaço da OTAN, são permissivas ou imperativas?

Martha Finnemore argumenta num outro artigo chamado *Constructing Norms of Humanitarian Intervention*⁶¹, que as atuais normas favoráveis à intervenção humanitária possuem três condições: elas são simplesmente permissivas, o que significa não haver obrigação de intervir sempre que ocorram genocídios em um dado país; qualquer intervenção humanitária deve ser realizada de forma multilateral; e, por fim, caso ocorram intervenções unilaterais, elas careceriam de legitimidade política. A última limitação, que se demonstra problemática com a falta de consenso humanitário na ONU e com o retorno do princípio da neutralidade dentro do Secretariado desta organização, após a crise da Somália, requer que a intervenção humanitária seja realizada

⁵⁸ No caso da OTAN, EUA, Reino Unido e França podem ser tidos como “Estados-chave”.

⁵⁹ FINNEMORE & SIKINKI. *Op. Cit.*

⁶⁰ Cf.: site da Cruz Vermelha: https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/States.xsp?xp_viewStates=XPages_NORMStatesParties&xp_treatySelected=357

⁶¹ FINNEMORE, Martha. “*Constructing Norms of Humanitarian intervention*”; In: KATZENSTEIN, Peter (org.). *The Culture of National Security: norms and identity in world politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996, pp. 153-185.

necessariamente mediante o CSNU⁶².

Se considerarmos, porém, o grau de internalização das normas humanitárias entre Estados-membros da OTAN, é possível discordar da primeira condição sugerida por Finnemore. Estados podem ou não intervir em crises humanitárias, como essa própria autora admite. Dependendo, porém, da gravidade do conflito, da região onde ocorram e do nível de empatia com as vítimas da intervenção humanitária, a norma pode ser imperativa e não apenas permissiva, como aparentemente ocorreu no caso da ação militar da OTAN frente à crise do Kosovo. Esta crise humanitária foi percebida como inadmissível pelos países desta organização. O principal indicador disso confirma as duas últimas condições propostas por Finnemore: o fato de que a intervenção foi realizada pela OTAN à revelia do CSNU confirma sua imperatividade, em vez de simples permissividade e as justificativas apresentadas por esta organização no sentido de que já haveria uma suposta autorização do CSNU apontam para a preferência pelo consentimento deste órgão⁶³.

Em seu livro *The Purpose of Intervention*, Martha Finnemore também defende que os propósitos da intervenção se modificam por intermédio de uma combinação entre mudanças no nível dos agentes e da estrutura⁶⁴. Entre esses mecanismos apontados por Finnemore, alguns ocorrem em nível coletivo e outros em nível individual. Neste último, são de especial relevância para esta hipótese sentimentos intersubjetivos como empatia e afinidade. A primeira ocorre quando se atribui condição humana a grupos de indivíduos que não eram percebidos desta forma. A segunda se refere a um especial interesse social por grupos de pessoas relativamente próximos, seja esta proximidade “geográfica” ou “funcional”, como explicado anteriormente. Ambas alteram as percepções dos atores sobre os demais. Finnemore ressalta, contudo, que a proximidade funcional, que ocorre quando, à despeito de distâncias físicas, indivíduos possuem significativa afinidade histórica e cultural, pode ser ocasionalmente mais intensa que a proximidade geográfica⁶⁵.

Os dois casos deste artigo oferecem a oportunidade de se submeter à prova esta

⁶² Finnemore. *Op. Cit.* 2003.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ *Ibid.*, p. 142.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 155.

teoria. Os países da OTAN não negligenciaram a crise do Kosovo, da mesma forma que em Ruanda, porque o modo particular de genocídio praticado pelos sérvios (limpeza étnica envolvendo), naquela região específica (sudeste da Europa), contra aquele povo em especial (albaneses que, embora muçulmanos, possuem um lugar na história europeia) não pôde ser tolerada pelos membros dessa organização. A partir deste ponto, será visto, então, como esses casos podem ser explicados pela teoria construtivista.

Entendendo os Casos de Ruanda e do Kosovo

Em 1992, o então secretário-geral da ONU, Boutros-Boutros Ghali, acusou as nações ocidentais⁶⁶ de conferirem maior atenção ao genocídio praticado contra os bósnios-muçulmanos na Europa do que às vítimas humanitárias somalianas. À primeira vista, o preconceito pode ser visto como causa principal do maior envolvimento dessas nações na crise balcânica do que em regiões africanas como o Chifre da África, ou mesmo a região dos Grandes Lagos da África Subsaariana. Seria verdade que a discriminação, ou o “favoritismo moral”, na consagrada expressão de Andrew Linklater⁶⁷ (2002), foi a causa de reações diferenciadas a crises humanitárias como as da Somália, da Bósnia-Herzegovina, assim como de Ruanda e do Kosovo? Defende-se, neste artigo, que não é simplesmente isso. Há outros fatores ligados aos diferentes elementos relacionados ao espaço/tempo, no contexto de uma estrutura internacional ideacional, que também devem ser tomados em consideração, como mostrado neste artigo por diferentes abordagens construtivistas. A crise de Ruanda, que se iniciou em abril de 1994, é imediatamente posterior à crise da Somália e seus traumas. Já o Kosovo beneficiou-se exatamente do fato de que a inação em Ruanda gerou um enorme constrangimento entre os principais atores internacionais, como a ONU e os EUA, pressionando-os mais intensamente a agir em casos de crises humanitárias.

⁶⁶ A expressão é utilizada, principalmente, por Samuel Huntington em seu livro *O Choque de Civilizações*. Embora controversa, ela pode ser útil para atribuir unidade aos países de tradição liberal que, inclusive, excedem ao escopo da OTAN, como a Austrália. Veja HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

⁶⁷ LINKLATER. *Op. Cit.* 2002.

O Caso de Ruanda

O Genocídio de Ruanda de 1994 é uma consequência da Guerra Civil ruandesa de 1991 a 1993 e do colapso do acordo de paz de Arusha que lhe seguiu. Inicialmente tendo sido colônia alemã, Ruanda tornou-se responsabilidade da Bélgica após a derrota do Segundo *Reich* na Primeira Guerra Mundial. Os belgas intensificaram a cisão étnica entre tutsis e hutus existentes na Ruanda pré-colonial e promovida pelo antigo colonizador, perpetuando os privilégios do grupo minoritário tutsi, considerado superior, com base em teses pseudocientíficas por supostamente terem um fenótipo mais próximo do caucasiano. Os hutus, ainda que amplamente majoritários, foram marginalizados da estrutura de poder de Ruanda desde o período colonial⁶⁸. Quando Ruanda se tornou independente, em 1962, as eleições naturalmente alçaram o grupo majoritário hutu ao poder. No começo dos anos 1970, o político hutu Juvenal Habyarimana estabeleceu uma ditadura em favor de seu grupo étnico, garantindo respeito aos tutsis desde que eles se mantivessem de fora da política. Estes últimos, no entanto, não se contentariam em ser marginalizados do poder privilegiado do qual gozaram por tanto tempo. Já no final dos anos 1980, os tutsis, refugiados em nações vizinhas a Ruanda, fundaram a Força Democrática de Ruanda (FDR), com o objetivo de lutar a partir do exílio pelo poder em sua pátria natal.

Ao final dos anos 1980, com o declínio da Guerra Fria, do comunismo e consequente ascensão das democracias liberais, a ditadura de Ruanda encontrou-se sob pressão interna e externa⁶⁹, o que incluiu invasões da FDR ao governo hutu⁷⁰. Uma espécie de disputa pelo poder configurando uma guerra civil se deu entre as duas etnias, de 1991 a 1993, mas ela foi inicialmente solucionada pelo mencionado Acordo de Arusha deste último ano. O pacto entre a FDR com o governo hutu de Kigali teve como objetivo um poder compartilhado de forma proporcional entre os dois grupos, de modo que o CSNU se viu em condições de estabelecer uma operação de manutenção da paz nos moldes clássicos da Guerra Fria para zelar por uma paz já estabelecida,

⁶⁸ Calcula-se que as proporções entre Hutus e Tutsis, antes do genocídio de 1994, era de 85% dos primeiros, contra 15% dos segundos, FINNEMORE, *Op. Cit.* 2004: p. 135-6.

⁶⁹ HUNTINGTON, Samuel P.; "Democracy's Third Wave"; *Journal of Democracy*, Spring 1991.

⁷⁰ BARNET & FINNEMORE, *Op. Cit.*

bem como dar eficácia a uma zona desmilitarizada. Contudo, essa missão não teve autorização com base no capítulo VII da carta das Nações Unidas. Esta operação, a mencionada UNAMIR, foi criada como uma típica operação de paz do capítulo VI e 1/2, possuindo uma quantidade de tropas de 2500 homens, e poucos meios militares necessários para uma imposição da paz, visto que a ONU considerava que as duas partes do conflito demonstram empenho em cumprir o acordo. Apesar de Roméo Dallaire, o coronel canadense responsável pelo braço militar da operação, começar a receber informações de que os hutus estavam se organizando para exterminar a etnia rival, o caráter preventivo de uma ação para evitar esse massacre e os riscos de uma nova crise como a somaliana deixaram os funcionários do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DOPNU) cautelosos. Referindo-se aos pedidos de ajuda preventiva de Dallaire para impedir o genocídio de Ruanda, Iqbal Riza argumentou que:

We were cautious in interpreting our mandate and in giving guidance because we did not want a repetition of Somalia... We could not risk another Somalia as it led to the collapse of the Somalian operation. We did not want a mission to collapse⁷¹.

Em 6 de abril de 1994, porém, tudo mudou radicalmente. A derrubada do avião que transportava o presidente hutu de Ruanda Juvenal Habyarimana foi interpretada pelos hutus radicais como um ato de agressão da parte dos tutsis e uma tentativa de buscar o poder a todo custo, algo que estes últimos tradicionalmente detiveram. Os líderes hutus iniciaram um verdadeiro massacre contra os tutsis promovido basicamente via rádio e utilizando, com frequência, apenas facões e machados. No dia seguinte à derrubada do avião presidencial, dez capacetes-azuis belgas, responsáveis pela proteção da primeira-ministra de Ruanda, foram mortos com requintes de crueldade, após o extermínio daquela política, uma hutu moderada. Os detalhes bárbaros de suas execuções tiveram consequências políticas para as operações de paz da ONU, ainda sob imediato efeito da síndrome da Somália. A crueldade deste crime teve como consequências não o aumento dos efetivos da UNAMIR e de seu poder de intervenção. Ao contrário. A reação da ONU foi de esforço para a redução acentuada de suas tropas, aparentemente visando evitar os traumas de Mogadíscio.

⁷¹ *Apud* Finnemore, *Op. Cit.* 2004: p. 142.

Em 21 de setembro de 1994, o CSNU aprovou por unanimidade a resolução 912, que reduziu a UNAMIR a 10% de suas tropas (250 militares), em vez de aumentá-la para fortalecer seu contingente. Tampouco avançou-se no uso do capítulo VII para fazer cessar o início da matança. A ONU e as principais potências mundiais fixaram-se tão-somente no objetivo de se estabelecer um acordo entre o governo hutu de Ruanda e a FDR⁷². Apenas três meses após a queda do avião presidencial, cerca de 800 mil tutsis e hutus moderados haviam sido assassinados pelos hutus extremistas. Além de já ter iniciado com uma cultura do consentimento, a atuação da UNAMIR foi fortemente influenciada por operações da ONU que lhe foram imediatamente anteriores ou simultâneas. Os percalços da organização na Somália foram particularmente decisivos para a retração da UNAMIR.

O Caso do Kosovo

O caso Kosovo se desdobra num período bastante distinto, já ao final da década de 1990. O conflito desta província da RFI, com 80% de albaneses étnicos e confessionalmente muçulmanos sunitas guarda suas raízes na desintegração da RSFI. A antiga Iugoslávia que recebera este nome por agrupar os “povos eslavos do Sul” teve sua origem no Reino das Três Imperadores, com a primazia da Sérvia, o qual surgira das cinzas do Império Habsburgo, no pós-Primeira Guerra Mundial. Depois de unificado sob o nome de Iugoslávia, o país emerge da Segunda Guerra Mundial com uma liderança carismática, responsável por guiá-lo na resistência antinazista, encarnada na figura de Joseph Broz Tito. Ainda que ideologicamente socialista, após a Segunda Guerra Mundial, Tito assume uma postura geopoliticamente independente de Stalin, então líder do bloco oriental. A figura de Tito passa assim a ser cultuada como a de um grande líder, cujo simbolismo paira acima das diferenças étnicas dos diferentes povos que compunham a antiga Iugoslávia: eslovenos, croatas, bósnios-herzegovinos, sérvios, macedônios e montenegrinos que tinham suas próprias repúblicas (unidades federadas) na antiga federação socialista iugoslava, somados a grupos minoritários, como húngaros e albaneses, reunidos majoritariamente em províncias da Sérvia. Esses

⁷² Ibid, p. 146.

dois últimos grupos étnicos possuíam as províncias de Vojvodina e do Kosovo, respectivamente.

Quando a então a RFSI começou a se desintegrar no início da década de 1990, este longo processo teria consequências sobre o Kosovo, composto por uma população de uma maioria expressiva de albaneses muçulmanos⁷³. A Eslovênia foi a primeira república a se separar da antiga Iugoslávia e com relativa facilidade, já que contava com cerca de 90% de eslovenos étnicos em seu próprio território. Ela não enfrentou grande resistência de Belgrado, apesar da breve Guerra dos Dez Dias⁷⁴, e obteve rápido reconhecimento internacional de Estados significativos, como a recém unificada Alemanha e também o Vaticano⁷⁵. A Croácia seguiu o caminho da Eslovênia, mas, por ser etnicamente menos homogênea, teve uma resistência um pouco maior pelo poder central de Belgrado.

A crise Balcânica, no entanto, verdadeiramente se acentuou quando a então república da Bósnia-Herzegovina, composta por croatas, bósnios e sérvios numa proporção mais ou menos equânime de 1/3 cada, decidiu emancipar-se. A resistência de Belgrado foi enorme, desencadeando uma guerra civil e acompanhada de um genocídio. Belgrado recorreu à criação de uma zona sérvia na Bósnia-Herzegovina, conhecida como República de *Sprska*. Essa região, onde Belgrado tentou estabelecer uma população somente de sérvios, ensejou a realização de práticas contrárias ao direito humanitário. A crise fez com que a ONU estabelecesse uma operação de paz em 1992 chamada de *United Nations Protection Force* (UNPROFOR), sob a égide do capítulo VII de sua carta, com o objetivo de criar e proteger bolsões de proteção humanitária (*safe havens*) e fornecer provimento de ajuda humanitária a essas zonas.

Uma operação de auxílio humanitário foi montada juntamente com a Cruz Vermelha e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para efetivar esse objetivo. Basicamente a OTAN colocou em prática o capítulo VII da carta das Nações Unidas, neste caso autorizada pelo CSNU, com base no capítulo VIII deste

⁷³ ROBERTS, *Op. Cit.* 1999.

⁷⁴ Pequeno conflito que se deu no contexto da declaração de independência da República da Eslovênia em relação a RSFI, em 1991.

⁷⁵ WEISS; COATE; FORSYTHE. *Op. Cit.*, 1994

documento⁷⁶. Esses ataques foram aéreos, sem que se enviasse tropas para o campo de batalha, uma consequência esperada da síndrome da Somália. Após a descoberta de uma cova coletiva no enclave de *Srebrenica*, em 1995, onde 8000 cadáveres do sexo masculino, inclusive crianças, foram encontrados neste local, a OTAN, com aval da ONU, intensificou seus ataques militares, o que levou ao retraimento das ofensivas por parte de Belgrado, de modo que se fosse possível chegar aos termos do mencionado acordo de Dayton de 1995, que pôs fim à Guerra da Bósnia-Herzegovina. Por este acordo, 51% da região da Bósnia ficou com os sérvios, ao passo que 49% ficou com os bósnios-croatas, o que, à exceção do vínculo entre esses últimos, totalizou uma confederação de Estados livres⁷⁷.

As aspirações emancipatórias das diferentes etnias, no entanto, não parariam por aí. Por um lado, os albaneses do Kosovo perceberam que o enfraquecimento da antiga Iugoslávia, agora não mais a RFSI, mas sim a menor RFI, oferecia as condições ideais para que eles buscassem sua própria independência; por outro lado, Belgrado, que já perdera grande parte de suas repúblicas, não estava disposta a perder ainda mais território. Isso criou a combinação perfeita para a segunda guerra balcânica do século XX, a Guerra do Kosovo. Em 1998, o *Contact Group*⁷⁸ tentou estabelecer as condições para uma ordem política na região mediante os acordos Rambouillet, em que se conferisse poder maior para os albaneses do Kosovo dentro da RFI.

Slobodan Milosovic rechaçou a proposta desse grupo, vendo-a como mais um passo no sentido da desintegração de seu país pelo incremento progressivo da autonomia da província kosovar. De certa forma, os Acordos de Rambouillet estão para a crise do Kosovo, assim como os Acordos de Arusha estão para o genocídio de Ruanda. Ambos antecederam o massacre, previam um governo que estabelecia uma ordem política entre os grupos étnicos rivais e seus respectivos insucessos levaram à intensificação dos conflitos. Belgrado passou a reprimir ainda mais os habitantes albaneses do Kosovo e, por sua vez, o Exército de Libertação Kosovar (ELK) passou a contra-atacar intensamente. Em torno de 700 mil indivíduos foram expulsos de seus

⁷⁶ O Capítulo VIII se refere à coordenação das cooperações entre a ONU e as organizações de segurança regional.

⁷⁷ ROBERTS, *Op. Cit.*

⁷⁸ Trata-se de um grupo diplomático responsável pelo gerenciamento da crise do Kosovo. Ele era composto por seis Estados: Reino Unido, França, Estados Unidos, Alemanha, Itália e Rússia.

lares, quedando-se interna ou internacionalmente deslocadas, além de 11.000 pessoas terem sido mortas em razão do conflito⁷⁹. A OTAN interveio com a *Operation Allied Force* sem uma aprovação explícita do CSNU para tanto. Isso não significa que a intervenção tenha sido desprovida de qualquer base no direito internacional, mas torna sua legitimação politicamente problemática. Outro fator relevante é que a força novamente foi usada pela OTAN somente mediante bombardeio aéreo, não havendo assim qualquer baixa por parte de militares dessa organização⁸⁰.

Segundo Adam Roberts, a OTAN pode justificar sua intervenção de duas formas: por resoluções pretéritas do CSNU, condenando a crise humanitária nos Balcãs e também com base em tratados internacionais, como a Convenção de Genocídios de 1948 e a Convenção de Genebra de 1949⁸¹. As resoluções chamavam a atenção da comunidade internacional para a violação de direitos humanos na região, conferindo responsabilidade especiais para a OTAN zelar por seu cumprimento. Já os tratados internacionais estabelecem o compromisso jurídico de proteger a integridade física e moral dos indivíduos, obrigando os Estados, como no caso da Convenção de Genocídio de 1948, a usarem dos meios necessários para cessar a violação. Neste sentido, os bombardeios iniciados na primavera de 1999 não são plenamente ilegais, embora lhes falte autorização explícita do CSNU⁸², com a atual exigência de uma intervenção hoje ter de ser de caráter multilateral global. Curiosamente, logo após o princípio dos bombardeios, a Rússia tentou, sem sucesso, aprovar uma resolução no CSNU que condenasse essa intervenção humanitária. O CSNU não se manifestou, assim, nem contra, nem a favor da guerra. Por que a OTAN entrou em Guerra num genocídio de menores proporções, sem autorização do CSNU, ao fim da década de 1990, ao passo que a ONU ou qualquer outro ator nada fizeram frente ao genocídio de Ruanda?

Considerações Finais

⁷⁹ Cf.: TWEEDIE, Neil; “Kosovo War: Thousand Killed as Serb Forces Tried to Keep Control of Province”, *The Telegraph*, 2016. Acessado em 26 de outubro de 2016: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/kosovo/5084374/Kosovo-War-Thousands-killed-as-Serb-forces-tried-to-keep-control-of-province.html>.

⁸⁰ ROBERTS, *Op. Cit.*,

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² A esse respeito, a Comissão Independente sobre o Kosovo, criada em 1998, e composta por especialistas em direitos humanos, considerou que a intervenção foi ilegal, porém legítima. Para isso, ver WEISS, Thomas G. FORSYTHE, David. & COATE, Roger. *Op. Cit.*, 1994.

Ao fim da Guerra Fria se seguiu uma euforia quanto aos valores liberais da potência vencedora, os Estados Unidos. O consenso sobre essas normas pode ser sintetizado na seguinte tríade normativa: democracia, economia de mercado e direitos humanos. A partir destes últimos, emergiu o conceito de segurança humana, resultante do vínculo entre segurança internacional e proteção humanitária. Porém, este clima de “fim da história”, como proposto por Francis Fukuyama⁸³, não duraria muito tempo. Uma série de forças centrífugas levou ao colapso de diversos Estados no centro e na periferia do sistema internacional, dentre os quais a antiga URSS e RFSI são os casos mais paradigmáticos. Em função da instabilidade e persistência dessas forças centrífugas, uma nova tese surgiu sobre o pós-Guerra Fria, marcada pela expectativa do dissenso, que consiste na perspectiva do “choque de civilizações” de Samuel Huntington⁸⁴. A ordem do pós-Guerra Fria se apresenta como mais volátil à medida em que aumenta a distância do período de otimismo liberal da imediata depolarização do sistema internacional. Coexistem com o choque de civilizações, novas ameaças do sistema internacional, como o tráfico transnacional de drogas, o crime organizado e os conflitos intraestatais⁸⁵, a exemplo dos casos de Ruanda e do Kosovo. Embora este último seja intercivilizatório, enquanto aquele, apenas interétnico, ambos são semelhantes sob o ponto de vista da mencionada segurança humana e os dilemas da intervenção humanitária.

A década de 1990 pode ser vista como o período em que esses dilemas se apresentaram de forma mais acentuada diante das Nações Unidas. Esta organização foi acusada de injustiças, visto que ela autorizou medidas coercitivas para lidar com algumas violações aos direitos humanos, enquanto que se manteve inativa frente a outras semelhantes ou até mesmo mais graves. O R2P foi criado para tentar sanar esses dilemas, mas ele não foi capaz de superar a falta de vontade política das grandes potências, tampouco o veto que essas possuem no CSNU. O que é mais problemático é entender o porquê de em alguns casos, mesmo sem a chancela da ONU, alguns

⁸³ FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

⁸⁴ O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

⁸⁵ Cf.: KALDOR, Marray. *New and Old Wars: Organized Violence in Global Era*. California: Stanford University Press, 2012.

Estados insistirem em intervir por razões humanitárias em determinadas regiões do planeta, por considerarem inadmissíveis as consequências de um conflito em termos de sofrimento humano. Defendeu-se neste artigo que não somente a injustiça e o preconceito ocasionaram diferentes reações da comunidade internacional a Ruanda e o Kosovo. Fatores materiais somados a importantes elementos sociais também contribuíram para que a inação da ONU fosse suprida pela OTAN, no caso do conflito balcânico, enquanto que Ruanda permaneceu desprotegida. Infelizmente, tal discrepância teve um resultado final injusto, mas o objetivo neste artigo não foi o de se fazer um julgamento estritamente moral sobre isso, mas tão-somente tentar explicar as diferentes reações quanto a essas duas crises humanitárias.

Bibliografia

- BAEHR, Peter R. GORDENKER Leon. *The United Nations In The 1990s*. Princeton: Princeton University, 1990.
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. *Rules for the World*. New York: Cornell University Press, 2004.
- CHECKEL, Jeffrey; “Norms Institutions and National Identity in Contemporary Europe”; *International Studies Quarterly*, Vol. 43, March/1999, pp. 83-114.
- CHOMSKY, Noam. *Uma Nova Geração Define o Limite: O verdadeiro critério das políticas ocidentais para as Intervenções Humanitárias*. São Paulo: Editora Record, 2003.
- DALLAIRE, Roméo. *Shaking Hands with the Devil: the failure of humanity in Rwanda*. New York: Caroll & Graff Publishers, 2004.
- DIEHL, Paul. *International Peacekeeping*. London: John Hopkins University Press, 1994.
- DONNELLY, Jack. *Universal Human Rights in Theory and Practice*. Ithaca; London: Cornell University Press, 2013.
- FINNEMORE, Martha; SIKINKI, Kathryn; “International Norm Dynamics Change”; *International Organization at Fiftity: Exploration Contestation in the Study of World Politics*, Vol. 52, NO. 4, Autumn/1998, pp. 887-917.

FINNEMORE, Martha; “Constructing Norms of Humanitarian intervention”; In: KATZENSTEIN, Peter (org.). *The Culture of National Security: norms and identity in world politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

_____. *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

_____. *Paradoxes in Humanitarian Intervention*. Irvine: University of California at Irvine, 2000.

_____. *The Purpose of Intervention: changing beliefs about the use of force*. S/l: Cornell University Press 2003.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. São Paulo: Record, 2003.

HUNTINGTON, SAMUEL P.; “Democracy’s Third Wave”; *Journal of Democracy*, Spring 1991.

_____. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HOBBSBAM, Eric. *A Era das Revoluções [1789 – 1848]*. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

JUNIOR, Inis Claude. *Swords into Plowshares – the problem and progress of international organization*. New York: Random House, 1983.

KALDOR, Marry. *New and Old Wars: organized violence in global era*. California: Stanford University Press, 2012.

KEYLOR, William R. *The Twentieth-century World: an international history*. New York: Oxford University Press, 1992.

KRASNER, Stephen; “Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes Como Variáveis Intervenientes”; *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Vol. 20, n. 42, jun de 2012, p 93-110.

LINKLATER, Andrew ; “*Cosmopolitan Political Communities in International Relations*”; *Sage Publications*, (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), Vol. 16 (1), 2002: 135 – 150.

MINGST, Karen. KARNIS, Margaret; “The United Nations in the Post-Cold War Era”, *WestView Press*, 2000.

MESSARI, Nizar; “Kosovo e o Ocidente: exercícios na construção da identidade ocidental”; *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, Vol. 22, No. 1, janeiro/julho de 2000, pp.193-225.

ONUF, Nicholas. *World of Our Making: rules and rule in social theory and international relations*. London; New York: Routledge, Taylor and Francis Group, 1989.

POWER, Samantha; “Bystanders to Genocide”; *The Atlantic*, September, 2001, issue I.

ROBERTS, Adam; “NATO’s, Humanitarian War in Kosovo”; *Survival*, Vol 41, No. 3, Autumn 1999, pp. 102-123.

TWEEDIE, Neil; “Kosovo War: thousand killed as serb forces tried to keep control of province”; *The Telegraph*. Acessado em 26 de outubro de 2016: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/kosovo/5084374/Kosovo-War-Thousands-killed-as-Serb-forces-tried-to-keep-control-of-province.html>

WEISS, Thomas G.; FORSYTHE; David; COATE, Roger. *The United Nations and Changing World Politics*. S/l: Westview Press, 1994.

WELSH, Jennifer M (Ed). *Humanitarian Intervention and International Relations*. New York: Oxford University Press, 2004.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____ ; “Driving with the Rearview Mirror: on the rational science of institutional design”; *International Organization*, 55, 4, Autumn/2001.

A política do corpo: entre a violência e exceção

Politics of the body: among violence and exception
La política del cuerpo: entre la violencia e excepción

João Victor Pinto Dutra*

91

Resumo: Este artigo pretende analisar o entrelaçamento entre a violência e a exceção e como elas estão contidas e inscritas nos corpos dos indivíduos, principalmente, na disciplina das Relações Internacionais e nas áreas dos estudos de segurança e teoria política. Seguindo este caminho, observaremos que parte da fundação da disciplina surge através de uma ontologia e epistemologia que desconsideram o papel central do corpo nas narrativas políticas e sociais. Com isso, deveremos elencar como a ideia de corpo se apresenta na modernidade, como objeto de controle, divisão e hierarquia entre os indivíduos e como essa ideia é levada a cabo na construção de corpos desejados e indesejados, aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer, os alvos da guerra e os alvos da paz.

Palavras-chave: violência, exceção, corporeidade.

Abstract: This article aims to analyze the relationship between violence and the exception, as they are contained and inscribed in the bodies of individuals, particularly in the discipline of International Relations and in the areas of security studies and political theory. Following this direction, we will observe that part of the discipline's foundation comes through an ontology and epistemology that disregard the central role of the body in social and political narratives. Thus, we must list how the body idea presents itself in modernity as an object of control, division and hierarchy between individuals and how this idea is carried out in the construction of desired and undesired bodies, those who should live and who should die, the targets of war and targets of peace.

Keywords: violence, exception, corporality.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre la violencia y la excepción, una vez que están contenidos e inscriptos en los cuerpos de los individuos, particularmente en la disciplina de las relaciones internacionales y en las áreas de estudios de seguridad y la teoría política. Siguiendo este camino, observaremos que la parte de la fundación de la disciplina llega a través de una ontología y epistemología que desconsidera el papel central del cuerpo en las narrativas sociales y políticas. Por lo tanto, debemos hacer una lista en cómo la idea del cuerpo se presenta en la modernidad como un objeto de control, división y jerarquía entre los individuos y cómo se lleva a cabo esta idea en la construcción de cuerpos deseados y no deseados, aquellos que deben vivir y quién debe morir, los objetos de la guerra y objetos de la paz.

Palabras-clave: violencia, excepción, corporalidad.

Antes de estabelecer o nexó moderno entre o corpo e a violência, e, em resumo, o nexó entre o corpo e sua preparação, inculcamento, e práticas de exceção, deveremos nos ater aos processos políticos que emergiram em determinada época e sentido históricos. Num primeiro momento, o corpo deve ser chamado e detalhado

* Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Coordenador de Monitoramento e Avaliação no Programa Caminho Melhor Jovem. E-mail: joaovp Dutra@gmail.com.

como uma construção específica de um tempo específico, para assim, ser atravessado, cortado e colonizado em função do aparato da violência e exceção.

Em Carl von Clausewitz podemos encontrar o que Michael Shapiro chamará de cartografia da violência. Nele, bem como para Hegel, o estado moderno é um ponto na curva da ascendência da História em que se culmina em forma política. Nesse sentido, Clausewitz admite uma história do estado baseada no combate e no exercício de uma cidadania guerreira como forma de garantir e perpetuar a máquina virtuosa do militarismo. E como uma das peças desse aparato burocrático-militar, o corpo do soldado é inserido em práticas, técnicas e estratégias que visam o seu adestramento e adequação ao modelo vigente. O corpo, então, se tornando o objetivo direto e circunstancial da política e da violência na modernidade:

A guerra é o reino do esforço e do sofrimento físicos. Estes nos destruirão, a menos que possamos tornar-nos indiferentes a eles, e para isto os atributos de nascença ou o adestramento deve fornecer-nos uma determinada força do corpo e da alma. Se possuímos estas qualidades, mesmo que não tenhamos nada além do bom senso para orientá-las, estaremos bem equipados para a guerra: são exatamente estas qualidades que os povos primitivos e semicivilizados normalmente possuem.¹

Obviamente, não será a primeira vez que o corpo é assunto ou objeto da análise: Hobbes, ao buscar o Leviatã como força centrífuga do estado de natureza, idealizava justamente a proteção às ameaças à vida, à capacidade dos outros indivíduos em causar danos ou ferimentos. Marx e Engels alertavam para a condição de vida do proletariado e a exaustão do corpo nas grandes jornadas de trabalho na indústria. Marcel Mauss – e obviamente grande parte da Antropologia – buscou nas interações simbólicas do sacrifício uma significação do corpo singular para o grupo social.

Nas Relações Internacionais, a ameaça à segurança, a ameaça à sobrevivência é ponto expressivo e fundacional tanto para aqueles que a constroem sob esse argumento, como para os críticos. Kenneth Waltz, em seu primeiro livro, o “Homem, o Estado e a Guerra” vai buscar na primeira imagem (o homem egoísta) uma explicação para a guerra no sistema internacional; já John Mearsheimer exporá a tragédia que leva a todas as grandes potências inevitavelmente para a guerra e resolve a questão através

¹ CLAUSEWITZ, C. V. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

do *hegemon* e da política do medo.

Com o advento da guerra total e a crescente “civilização” do conflito, como podemos observar a partir do século XIX e, principalmente, no período pós-Segunda Guerra, a própria população não-combatente passou a ser o alvo direto das ações militares de agentes estatais ou não, fazendo emergir a face escondida do monopólio estatal da violência². Com isso, a violência direcionada aos corpos e à consequente eliminação pode ser contrastada, por exemplo, com o desenvolvimento de armas cada vez mais destrutivas. No lançamento da bomba atômica *Little Boy* em Hiroshima, fazia um tempo bom sob os céus da cidade. Fatalmente, não havia coincidências climatológicas, o objetivo era observar os impactos da bomba diante da cidade. No entanto, além da destruição material visível, a “rosa de Hiroshima” deixaria uma marca profunda nas “crianças mudas telepáticas”, “nas meninas cegas inexatas”. Marcas de dor, sofrimento e morte que recaíram sobre a população civil japonesa. Mais que isso, “A rosa radioativa” deixou nada mais que um fragmento dos corpos daqueles que imediatamente desapareceram: suas sombras.

Hannah Arendt, alertava para a capacidade multiplicada das armas de destruição em massa, consistentemente ligadas com a anomia da violência em oposição à política. Walter Benjamin, por outro lado, alertava para a função da violência tanto como fundadora como mantenedora da lei, aquela cujo o soberano está repousado, e que, no final das contas, obedece a uma normalização do estado de exceção, um estado de exceção permanente. Nesse sentido, acreditamos buscar nos autores da disciplina as formas da razão que levam à centralidade do papel do domínio do corpo pela modernidade através da violência.

A distinção moderna, operada pelo iluminismo cartesiano, por exemplo, dá conta da separação entre a pessoa e o corpo, e deles de um cosmologia que integraria os grupos sociais. Com a individualização dos sujeitos, o corpo passa a ser alvo do controle e da busca constante por mudanças, treinamentos e inculcações. Assim, podemos falar de uma economia dos corpos que gere a relação política entre aqueles corpos que merecem viver e aqueles que devem morrer.

² KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. *Preface: Toward Critical Security Studies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

O corpo e a modernidade

Algum estranhamento entre o corpo e a modernidade existe na literatura, por exemplo, em Franz Kafka. A *Metamorfose* apresenta um corpo que tão diferente, deve ser escondido, guardado, não-dito. No *Veredito*, o corpo do pai retoma sua autoridade e superioridade física diante do filho, mesmo velho e fraco. No *Castelo*, o agrimensur K. se perde e se enfraquece num emaranhado confuso, múltiplo, de uma extensa burocracia, onde cada um dos indivíduos é controlado, contado e avaliado em arquivos, em dados infinitos e infinitamente guardados. Na pintura, Edvard Munch, com “O Grito” e outras obras relacionadas com a expressão (sendo redundante em relação à escola expressionista) como “A ansiedade” e “A melancolia” do corpo, sobretudo um corpo deformado, um corpo que comunica a emoção; Tarsila do Amaral, no modernismo brasileiro, em “Abaporu” e “Antropofagia” explora um corpo com pernas enormes e uma pequena cabeça desproporcional ao todo, ainda em “Operários” apresenta uma multidão de rostos, sem o restante dos seus corpos: uma nação de faces. Apresenta-se, então, desde o século XVIII e XIX a emergência para além de uma estética, novas abordagens e narrativas sobre o corpo.

David Le Breton, em *Antropología del Cuerpo y Modernidade*, defende que as representações do corpo dependem de um estado social, uma visão de mundo que passa pela definição da pessoa. Com o surgimento da anatomo-fisiologia, nas sociedades ocidentais, ocorreu um processo de apropriação do corpo como posse, permitindo, então, que cada sujeito pudesse dizer: “este é o meu corpo”. Esse processo fez parte dos acontecimentos filosóficos, políticos e sociais desde o Renascimento europeu, com o desenvolvimento do individualismo:

Las cuestiones que vamos a abordar en esta obra implican esta estructura individualista que convierte al cuerpo en el recinto del sujeto, el lugar de sus límites y de su libertad, el objeto privilegiado de una elaboración y de una voluntad de dominio.³

Então, é na modernidade que podemos identificar o processo individualizador

³ LE BRETON, D. *Antropología del cuerpo y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002, p. 14.

(para parafrasear Elias) que constituiu as representações desse corpo ocidental. O autor ressalta que, embora existam formas tradicionais de objetificação do corpo, mais ligadas a uma cosmologia coletivista das sociedades, o individualismo permanece uma forte tendência dominante em que o “*ego cogito*” cartesiano mais se sobressai sobre outras concepções do corpo⁴. As marcas dessa modernidade sobre as culturas tradicionais são observáveis quando são contrastadas essas concepções: enquanto em diversos vilarejos e tribos, por exemplo, a medicina natural atua na regularização de um equilíbrio cosmológico entre diferentes elementos, no individualismo, o corpo está isolado do homem – sobretudo quando descobre-se o rosto, parte definidora e marcante da identidade individual – e como tal, acaba definindo a fronteira entre um e outro: na pele está a distância de cada um de nós. O rosto, a partir do Renascimento, fará parte de todo um desenvolvimento estético nas artes que resultará na sua invenção e sua definição cada vez mais crescente (*idem*, p.43). Esta tendência seguirá até a “era da arte na reprodutibilidade técnica” (BENJAMIN, 1985), quando as fotos do rosto nos documentos de identidade oficiais farão cada vez mais parte do cotidiano.

Os anatomistas exerceram papel crucial para o processo de criação do corpo moderno. O corpo, antes visto como intocável, passou a ser alvo da investidura de uma ciência médica, que buscava nele os mecanismos e peças responsáveis pelo seu bom movimento. Para tocar no corpo, foi preciso, antes, deslocá-lo para longe do homem: “*el ascenso del individualismo occidental logrará, poco a poco, discernir, de manera dualista, entre el hombre y el cuerpo, no desde una perspectiva religiosa [que autorizava a sacralidade sobre o corpo] sino em um plano profano*” (LE BRETON, 2002, p. 39). Foi com Vesalio, com a obra “*De corporis humani fabrica*”, de 1543, que o corpo é associado à posse do indivíduo, e não à sua própria existência. Portanto, o corpo é finalmente, desde Galeno, aberto e mostrado, visto para uma platéia de especialistas⁵.

Com

El saber anatómico vuelve plano al cuerpo y lo toma a La letra de explicaciones

⁴ Ibid. p. 19.

⁵ Le Breton admite uma diferença clara entre as classes mais baixas, que continuam operando sob as formas mais tradicionais de representação do corpo, e as classes mais altas, ilustradas que passam a financiar e contribuir para este movimento. Claro, é um movimento centrífugo, uma tendência que vai se expandir para todo o espectro da sociedade.

que surgen del escabelo. Se rompe la correspondencia entre la carne del hombre y la carne del mundo. El cuerpo sólo remite a sí mismo. El hombre está ontológicamente separado del propio cuerpo que parece tener (por supuesto que clavado al hombre) su aventura singular.⁶

Desta maneira é que alcançamos René Descartes, fascinado pela anatomia, sobretudo quando se confronta às Meditações. Nelas, Descartes estabelece a distinção entre corpo e alma. O corpo é depreciado como a forma de embaçar a observação científica. O *cogito* é a realização individual do sujeito, não o *cogitamus*. “La separación que ordena entre El y su cuerpo es típica de un régimen social en el que el individuo prima por sobre el grupo. Típica también de la falta de valor del cuerpo, convertido en límite fronterizo entre un hombre y otro.”⁷

Já em outra obra mais recente, David Le Breton afirma que o corpo é o vetor semântico pelo qual se evidencia a relação entre o sujeito e o mundo: percepções, sentimentos, sofrimentos, dores, prazeres, enfim, técnicas do corpo. “Antes de tudo, a existência é corporal”⁸. Nesse sentido, o corpo, sendo receptor ou emissor de sentidos, é a extensão da experiência individual e coletiva que torna a realidade concreta e simbólica uma narrativa coerente, com ele, o sujeito, o agente pode se inserir num determinado espaço social, cultural e político. Define-se, então, a corporeidade: a relação entre o corpo biológico e a experiência do corpo.

Portanto, entende-se que a expressão corporal é socialmente construída e politicamente relacionada. A primeira é a condição de possibilidade da reflexividade entre os agentes, as formas de inteligibilidade e interação que produzem e reproduzem formas, gostos e representações acerca de nosso objeto; a segunda condição são as permanentes lutas e disputas que tem por objetivo a dominação e o estabelecimento de um discurso sobre essa representação oficial e oficiosa.

No interior de uma mesma comunidade social, todas as manifestações corporais do ator são virtualmente significantes aos olhos dos parceiros. Elas só tem sentido quando relacionadas ao conjunto de dados da simbologia própria do grupo social. Não há nada de natural no gesto ou na sensação.⁹

⁶ LE BRETON, D. Op. Cit., p. 60.

⁷ Ibid. p. 61.

⁸ LE BRETON, D. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 7.

⁹ Ibid. p. 9.

E preciso, aliás, reconhecer que o corpo, enquanto natureza, não existe. Sobre ele repousam representações e imaginários que o ligam ora à individualidade, ora à coletividade. Le Breton chama atenção para não reificarmos as relações implícitas entre o sujeito e o seu corpo, como entes iguais e inseparáveis. Por isso mesmo, clama por uma questão epistemológica imprescindível: “o corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural”¹⁰.

A modernidade do corpo atende ao conhecimento biomédico em que a anatomofisiologia torna indiferente a carne em relação ao sujeito. A individualização foi realizada com o mecanicismo como forma de saber-verdade separando o corpo do mundo e de sua concepção cosmológica (de toda sua relação com os outros objetos, com outras matérias e espíritos), por isso mesmo o corpo é a fronteira, a dimensão de diferenciação entre os indivíduos, e, por fim, separado de si mesmo (o corpo definido como diferente do sujeito).

Assim, temos que

No fundamento de qualquer prática social, como mediador privilegiado e pivô da presença humana, o corpo está no cruzamento de todas as instâncias da cultura, o ponto de atribuição por excelência do campo simbólico. Um observatório de alta fidelidade para os técnicos das ciências sociais. Mas, primeiramente, é importante saber de que corpo se trata. Uma das primeiras preocupações do sociólogo consiste em identificar a ‘natureza’ do corpo cujas lógicas sociais e culturais pretende questionar.¹¹

Buscando, assim, nas Relações Internacionais, quais os fundamentos de uma ciência social e política da corporeidade tal qual estamos aqui tratando? Nos estudos de segurança, com o fundamento na aplicação de uma linguagem de controle racional e gerenciadora de riscos apresenta uma visão descorporificada dos sujeitos como atores racionais. No entanto, ao considerar como objetos desse campo de estudos, as vítimas ou aqueles em que se buscam proteger são construídos somente como corpos, um conjunto de corpos: “they are ahistorical, biopolitical aggregations whose individual members breathe, suffer and die. In both cases, the politics and sociality of bodies are erased”¹².

¹⁰ Ibid. p. 26.

¹¹ Ibid. p. 31.

¹² WILCOX, L. *Bodies of Violence: theorizing embodied subjects in International Relations*. Tese de

Neste sentido, um paradoxo se apresentaria: enquanto a guerra, a violência, está inscrita nos corpos, a violência corporal e a vulnerabilidade são largamente ignoradas. Para Lauren Wilcox, é importante levar em conta o corpo na análise de RI por que é possível expandir a compreensão da natureza da violência nas RI e, além disso, teorizar sobre o corpo nas RI é admitir pensar o corpo como um espaço de atuação política e de resistência.

Quando a teoria de RI assume que os corpos são entidade biológicas individualizadas somente, o que se encerra aí é uma condição de possibilidade para a violência do conflito, por exemplo:

When bodies are explicitly mentioned in the literature on precision warfare, it is usually to describe this form of warfare as 'disembodied' in which the purveyors of violence operate at a great distance from the targets and the victims and targets are unseen and remain abstractions. Such distance between bomber and target, they claim, makes it psychologically easier to use lethal force and transforms civilian deaths from war crimes to accidents.¹³

A constituição da Guerra e do conflito faz entender como certos corpos podem ser alvos e mortos legitimamente. Então, a proposta de Wilcox é de apresentar o corpo desnaturalizado, decomposto na sua construção imaginária porque política. O papel do feminismo¹⁴, sobretudo, tem grande influência no envolvimento das normas sociais para reificar supostas desigualdades e diferenças inerentes ao corpo biológico. No entanto, no campo das Relações Internacionais, diz a autora, apesar de trabalharem com a questão do sexismo na construção identitária, a literatura feminista ainda não teria conseguido romper essa técnica específica da biologização do corpo, apesar de tentarem

...correct theories of violence and war that work to obscure the reality of bodily violence while focusing on political, strategic, and tactical maneuverings. Such theories have been criticized by feminists for their abstraction which allows theorists to distance themselves from the horrors of war.¹⁵

Doutorado defendida, na Minnesota University, em Novembro de 2011, p. 2.

¹³ Ibid. p. 6.

¹⁴ Papel do feminismo e da revolução sexual nas décadas de 60 e 70. Breton.

¹⁵ WILCOX, L. Op. cit. p. 9.

Para ela, muito da literatura permanece centrada na divisão entre cultura e natureza¹⁶. A questão para Wilcox é que o corpo também é produtor e não somente produto de uma ação normativa do discurso, da violência normativa, tal como Judith Butler entende. O corpo teria um modo de agência e isso fundamentalmente muda a relação entre violência, política, identidade e subjetividade.

Assim, seria possível observar como o corpo é categorizado a partir das teorias de Relações Internacionais¹⁷: o “corpo hobbesiano”, por exemplo, é construído no ambiente da anarquia, da violência constitutiva das relações entre indivíduos atomizados, cujas ambições e motivações de agência são eminentemente dadas pela necessidade de autopreservação – por isso mesmo um sistema de autoajuda, onde a cooperação permanece uma frágil -. Nesse sentido, é preciso autorizar formas de inclusão e exclusão que assegurem essa diferenciação entre as unidades; tornar o espaço doméstico um lugar da paz e da ordem e o espaço internacional das ameaças e confrontações pela ausência da autoridade.

A imagem do corpo é, portanto, o que faz do estado, daquela comunidade política projetada por Thomas Hobbes, um todo cognoscível, que altera a relação estética entre o súdito e o soberano, o agrupamento de indivíduos e os sujeitos. Ao estabelecer um corpo político, Hobbes anuncia as fronteiras da comunidade, nas fronteiras da pele, do corpo (*idem*). É desta maneira que as ameaças – e é das ameaças que o realismo na segurança internacional vai pensar – a essa estrutura é dada, nos discursos, como doenças, como sensações e percepções que ao afetar a “vida” do estado afeta toda a ordem cosmológica da representação do governo de si, da fronteira de cada um:

Security thus means establishing and protecting this self-governed body as an organism.[...] In naturalizing the state as a human body, Hobbes and other social contract theorists further naturalize the human body itself as a singular, indivisible entity whose freedom from violent death is paramount.¹⁸

Por outro lado, o Liberalismo desloca a questão da violência como uma potencial ameaça do estado. A preocupação de Arendt é quando a violência substitui a política,

¹⁶ Aliás divisão das próprias Ciências Sociais.

¹⁷ WILCOX, L. Op. cit. p. 22.

¹⁸ *Ibid.* p. 24.

quando, por exemplo, as revoluções buscam a felicidade – a igualdade social – e se distanciam da única igualdade possível, que seria a política, a igualdade alcançada pela revolução da liberdade. Por isso mesmo, a violência é anômica, pois ela cala, silencia o animal político aristotélico: o “homem” é um animal político pois tem a capacidade da fala. Ao contrário de Hobbes que defende a insurreição dos indivíduos em relação ao soberano tirano – fábula da Filosofia Política que a permeia desde Platão -, para o Liberalismo a autodefesa é a permissão do uso da violência. As normas dos Direitos Humanos justamente encerram o debate entre soberania do indivíduo e do estado, onde a proteção – e seu alcance e repercussão – dos cidadãos passa a ser alvo de debate e disputa.

Já Karin Fierke, ao buscar um projeto do sacrifício do corpo como significado na política internacional, chama a atenção para o pensamento tradicional na política que criou a metáfora da comunidade política como um corpo individual. Mais uma vez, Thomas Hobbes aparece em sua intenção de imaginar, em sua capa de livro, o monarca como a cabeça mandante e os súditos o corpo, em Rousseau essa lógica se inverteria, quando o corpo determinaria a cabeça¹⁹. Ainda, sob a lógica do sacrifício – o sacrifício dos corpos – a lógica inerente de corporificar o estado seria revertida no momento em que o autossacrifício de um indivíduo realizaria a morte da comunidade objetivando a sua regeneração.

Acima de tudo, uma analítica do corpo e de seu sacrifício como significado político deve apreender os desafios epistemológicos e ontológicos a que o próprio campo das Relações Internacionais e a subárea de Segurança passaram nos últimos 30 anos:

This inversion requires a rethinking of the theoretical and methodological assumptions by which ‘bodies’ have been understood in international relations. First, the focus is not on the security of states but on the political contestation arising from the insecurity produced for subordinate communities by the security practices of dominant states. Second, it thus highlights the central fear that marks the study and practice of international relations – that is, the fear of sovereignty lost. The focus is on a context in which sovereignty has already been lost, however, and a question of the different ways in which communities fight their way out of a position in which they play with a losing hand, which necessarily involves abandoning the fear of brutalization that is likely to arise

¹⁹ FIERKE, K. *Political Self-Sacrifice: Agency, Body and Emotion in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 80.

from the attempt to speak as self-determining agents. Third, the focus shifts from the fixed body of the state and state survival to the transformative potential of political self-sacrifice.²⁰

Assim, o que se coloca, na verdade, é a tentativa da teoria, a partir da questão dos níveis de análise, do “ser” como problema do sistema interestatal, em localizar a unidade – os estados – como pessoas, como indivíduos. Por isso mesmo, a alegoria que surge é a das bolas de bilhar no realismo. Com o construtivismo, a identidade corporativa (não por acaso a identidade do corpo, portanto) esse estado pode, e deve, ser antropomorfizado ao se buscar a legitimação das intenções, crenças e objetivos baseados, justamente no interesse nacional como prova do complexo estado-sociedade.

Portanto, o corpo aparece como um desafio às práticas da soberania, em última instância à prática heroica, como levantado por Richard Ashley. Antes, essas práticas não agem pelas normas e regras numa concepção individualista-racional, especialmente relativas ao foco das Relações Internacionais ao exercício do poder como capacidade, mas acima de tudo são ações performáticas, cujo objetivo é dramatizar um problema projetando e mobilizando determinadas imagens para uma audiência:

As such, it is as important to think not only about how and to what end bodies are constructed but also about how and to what end bodies are not constructed – and, further, to ask how the bodies that fail to materialize provide the necessary ‘outside’ and support for the bodies that, in materializing the norm, qualify as bodies that ‘matter’ (Butler 1993: 15). She asks (16): How does materialization of the norm in bodily formation produce a domain of abjected bodies, a field of deformation, which, in failing to qualify as the fully human, fortifies those regulatory norms? What challenge does that excluded and abjected realm produce to a symbolic hegemony that might force a radical rearticulation of what qualifies as bodies that matter, ways of living that count as ‘life’, lives worth protecting, lives worth saving, lives worth grieving?²¹

Para Fierke, o autossacrifício desafia, também, o mundo em globalização. A evidência dessa tensão pode ser observada, por exemplo, em relação ao Direito Internacional, à concepção cosmopolita dos Direitos Humanos e à soberania estatal; outro ponto levantado é consequência desses atos para a “mídiação” dos conflitos,

²⁰ Ibid. pp. 80 e 81.

²¹ Ibid. pp. 84 e 85.

no momento em que as imagens são disseminadas pela internet e televisão, apresentando a violência por excelência da violência contra o próprio corpo²².

Exceção, violência e política: sobre o político

Em certa medida, a literatura de Relações Internacionais que se baseia em Michel Foucault e, posteriormente, em Giorgio Agamben, estaria baseada no problema da disciplinarização e gerenciamento que as relações de poder exercem sobre o corpo. Assim, a soberania seria mais que o governo de um território sob determinadas leis²³. O fundamento desses argumentos obedecem a uma mudança ontológica e epistemológica do corpo como objeto fisiológico e anatômico – material – presente na versão cartesiana da ciência, assim, é necessário apreender as composições sociais e políticas que compõem esses corpos; é desta maneira que, na modernidade, o corpo passa a ser o alvo do controle político, delineando os caminhos pelos quais os corpos são produzidos, mas também produzem determinadas experiências da realidade.

No entanto, devemos considerar alguns autores relacionados ao curso. Sobre a relação entre política e violência, Walter Benjamin pretende analisar e distinguir a violência como meio e a violência como fim do direito positivo, entendendo-o como a ordenação entre fins e meios justos e injustos. O direito natural – que segundo o autor forneceu a fundamentação ao terror na Revolução Francesa – ignora as problemáticas do uso da violência para a aplicação de fins justos. A localização da crítica, então, só poderia ser esse: “em uma palavra: se o critério que o direito positivo estabelece para a conformidade ao direito da violência só pode ser analisado segundo seu sentido, então a esfera de sua aplicação deve ser criticada segundo seu valor”²⁴. Certamente, este debate se realiza num período quando, em Max Weber, é possível observar o consenso de que os estados nacionais modernos dependem da regulamentação e do monopólio do uso da violência no cotidiano ou contra outros estados, “...segue-se que o direito considera a violência nas mãos dos indivíduos um perigo capaz de solapar a ordenação

²² Ibid. p. 11.

²³ FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

²⁴ BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 125.

de direito”²⁵. A violência fora do direito em sua essência ameaça a própria existência do direito: a violência fora do monopólio.

Para Benjamin, a greve dos trabalhadores é perceptível como violência a partir do momento em que torna-se a abstenção de agir, de trabalhar, propriamente, embora a própria greve tenha sido “domesticada” para o terreno da lei e da linearidade. Aqui, a classe trabalhadora está diametralmente oposta ao estado, conforme a tradição marxista, e no caso da greve geral revolucionária – aquela que começará a revolução, rompendo com a propriedade dos meios de produção – será veementemente negada pelo segundo, com a promulgação dos decretos de emergência, justamente com o uso extensivo de controle policial. A contradição é que “nesta diferença de interpretação se expressa a contradição objetiva da situação de direito, na qual o estado reconhece uma violência cujos fins, enquanto fins naturais, ele às vezes considera com indiferença, mas em caso sério (de greve revolucionária) com hostilidade”²⁶. Essa violência que o estado teme está contida na violência pura, fundadora do direito e por que instaura da ordem política e social capitalista. A greve, então conseguiria demonstrar que a violência é a fonte instauradora do direito.

Na guerra também surgirá o momento instaurador do direito quando, nos tratados de paz, as novas relações entre os estados beligerantes constituem-se num “novo” direito: “O militarismo é a imposição do emprego universal da violência como meio para fins do estado”²⁷ - tal como nos é apresentada a versão clausewitziana da sociedade militarizada -. Portanto, a fonte do direito que é a violência, é uma violência que ameaça, que está na decisão sobre a vida e a morte, no caso da pena capital. O caso da polícia, ao contrário, é significativo ao se tratar de uma instituição onde a separação entre a violência que instaura o direito e a que o mantém é desfeita: “o direito da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência, seja devido às conexões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja alcançar a qualquer preço.”²⁸

Ao fim, surge a dúvida se existe alguma forma de violência fora daquelas

²⁵ Ibid. p. 127.

²⁶ Ibid. p. 129.

²⁷ Ibid. p. 131.

²⁸ Ibid. p. 135.

consideradas pela teoria do direito e se a máxima de que os fins justos poderiam ser alcançados por meios justificados ou meios justificados poderiam ser aplicados para fins justos. A resposta de Benjamin, inverte a materialidade de todo o percurso da crítica. A resposta está no divino, nos sentimentos, na cólera – violência explosiva – que, em si, é pura manifestação. Nos mitos, está localizada a violência mítica; nela, a violência é a manifestação da existência dos deuses. Se no direito da guerra a violência aparece apenas como meio, a violência da instauração do direito, aqui, é semelhante à violência mítica, a instauração do direito tem como fim aquilo que é instaurado como direito, usando a violência como meio, não deixando de lado o uso da violência. “A instauração do direito é instauração de poder e, enquanto tal, um ato de manifestação imediata da violência”²⁹. Em oposição à violência mítica, aparece Deus; a primeira é instauradora do direito, estabelece fronteiras e é sangrenta, já a divina aniquila o direito, sem limites, e é letal sem ser sangrenta. No sangue, localiza-se a mera vida – inocente e infeliz- do domínio do direito sobre o vivente e então, a sacralidade da vida. Assim, o que se propõe, como dever da crítica da violência é estabelecer uma nova era histórica na destituição da violência do direito que é, em última instância, a destituição da violência do estado.

Assim, temos, por um lado a construção de uma história baseada no constante estado de exceção, aquele declarado pelas emergências da classe dominante contra a classe dominada e, por outro, a aplicabilidade da violência divina, pura, para superar as contradições imanentes da sociedade. Hannah Arendt, pelo contrário, foge desse raciocínio ao ponderar a anomia da violência. O significante em disputa, na realidade, é o significado da política. Ao trazer o problema da polis grega com a democracia e a igualdade, Arendt parte do pressuposto aristotélico da universalidade do *nomos*: o ser humano é um animal político pois tem a capacidade de nomear coisas, de, propriamente, de falar. Desta maneira, a condicionalidade da política só é realizada através da comunicação, do direito à voz na comunidade política. Comprometida com a igualdade política é que a autora buscará se distanciar da violência comum a golpes de estado, terror de estado, guerra civil, das revoluções pela liberdade, e não de libertação somente:

²⁹ Ibid. p. 148.

Todos esses fenômenos têm em comum com a revolução o fato de que foram concretizados através da violência, e essa é a razão pela qual eles são, com tanta frequência, confundidos com ela. Mas a violência não é mais adequada para descrever o fenômeno das revoluções do que a mudança; somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução.³⁰

Ao negar o status “criador” da violência, Arendt estabelece que somente um fim é correto para a violência como meio, uma vez que o uso da violência silencia as vozes dos iguais na comunidade política. Portanto a violência é anômica, ela retira a identidade das coisas, aquilo que lhes atribui sentido político, a palavra do discurso. Neste sentido é que devemos buscar em Foucault uma solução para a realização do poder enquanto algo que produz, cria e desenvolve, mesmo exercendo o suplício, a tortura ou a guerra.

Da disciplina à biopolítica

Foucault abre a obra “Vigiar e Punir”³¹ questionando o desaparecimento do suplício público de condenados pela lei. Chama a atenção para a teatralização das torturas e penas: enforcamentos, degolamentos, estripação entre outros meios de atingir uma pena “justa” eram altamente frequentados e, na verdade, toda a população era induzida a ser plateia do evento público. O caráter ritualístico, no fundo, não tem nada a ver com um sadismo das classes populares ou com um gosto duvidoso da população. Ao contrário, é o papel do poder do soberano demonstrar, apresentar e inculcar em cada indivíduo o exercício do bom cidadão. Ao realizar a pena na praça da localidade o poder não só se realiza no corpo do julgado, mas serve de lição aos outros para que permaneçam dóceis. Essa será a tônica da estratégia da disciplina, realizar sob os exercícios meticulosos e práticas constantes o adestramento e domesticação do corpo rebelde, do corpo anormal.

No entanto, no período após a Revolução Francesa e com o advento do

³⁰ ARENDT, H. *Da Revolução*. Editora Ática: 1988, 1988, p. 28.

³¹ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

Iluminismo, as formas de condenação e aplicação das penas se modificaram. “O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos”³². Ou seja uma penalidade incorpórea. É por aqui que chegamos à necessidade da pena de morte ser, hoje, escondida, e, ainda, indolor. Esse deslocamento da pena do suplício para a suspensão do direito visa atingir à alma, à vontade, às disposições. Saem o corpo e o sangue, entram o aparato judicial e a burocracia como estamento – distante, inatingível, a burocracia do Castelo de Franz Kafka -. A prisão passa a servir de modo a buscar a modificação das disposições criminais do indivíduo. Para a justiça não é mais coisa de buscar a verdade do crime, mas antes buscar as origens, a causa geradora do fato.

De todo modo, a questão ainda passa pelo corpo. Ele está necessariamente mergulhado num campo político, as relações de poder investem, marcam, delimitam e supliciam nele e sob ele:

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vence-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo.[...]Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças.³³

É nesse sentido que aparece o homem-máquina e a série infinita de adestramento e treinamento que vão buscar na anatomia as funções sociais daquele corpo. Foucault fala diretamente do soldado como formação clássica: o controle das posições corporais, da estatura, do porte. Na verdade ocorre a descoberta do corpo

³² Ibid. p. 15.

³³ Ibid. p. 80.

como objeto e alvo do poder. O corpo é manipulado, modelado, treinado para obedecer, como cita a obsessão de Frederico II nos exaustivos exercícios do seu exército. O cuidado com o corpo não é nada novo. No entanto, o que aparecerá sob a disciplina são as técnicas relativas ao controle, ao detalhamento das atividades, da precisão sobre os atos, do exercício da coerção permanente. Foucault chama de disciplina os métodos que permitem o controle pormenorizado das operações do corpo com o objetivo de alcançar uma relação entre utilidade e docilidade; ao final, temos assim, a dominação como fórmula geral dessa história. Não é escravidão, pois não incorre em propriedade, não é vassalagem, pois a hierarquia não é codificada, não é ascetismo, pois a preocupação está na produção e não na fuga e expiação. A questão repousa no deslocamento e distanciamento da relação entre corpo e poder:

Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.³⁴

O nascimento do controle minucioso para o devido fim de docilizar-domesticar os corpos faz parte de uma racionalidade econômica dos corpos, uma técnica infinita e ínfima. Neste momento, dessa razão econômica é que surge a necessidade de separar, distribuir e colocar cada corpo em seu devido e necessário lugar. Nos quartéis, nas escolas, nas fábricas, essas técnicas puderam ser efetivadas. Além disso, a disciplina agiria sobre o acúmulo e aglomeração dos corpos. Necessidade de circulação, de movimento na esfera pública afim de evitar as manifestações e revoltas³⁵. Assim, a disciplina analisa os corpos. Ela também ocupa os espaços livres, tornando-os funcionais, sobretudo no caso dos hospitais.

Disciplina e série: os corpos ocupam um lugar, uma posição dentro da série, uma classificação dos corpos: “Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações.”³⁶ Essa técnica tem por objetivo regular, determinar e criar uma economia do aprendizado e do tempo, por

³⁴ Ibid. p. 103.

³⁵ FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

³⁶ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Op. Cit. p. 125.

exemplo, na escola. Assim, as fileiras de carteiras são espaços que vão garantir a obediência dos indivíduos. Afinal, a necessidade é encarar a constituição de quadros vivos, que transformam uma multidão confusa, de múltiplos interesses, em multiplicidades organizadas³⁷.

Neste momento, é que Foucault localiza a inversão do aforismo de Clausewitz, da Guerra como continuação da política, e então, localiza a política como a maneira pela qual as práticas estatais conseguiram pacificar a sociedade, militarizar o civil, na medida em que a tática militar e política exerce o controle dos corpos e das forças individuais. Muda-se, portanto, do fundamento do estado de natureza para o bom funcionamento das engrenagens de uma máquina³⁸. Estamos então, na realização da biopolítica, a política do fazer viver, mesmo que para isso tenha que matar, ou seja, o paradoxo da necessidade vital.

Na biopolítica, seguindo a formulação foucaultiana, o corpo é afetado pelas relações de poder através da sua individualização, separação e classificação como meio de produção daquilo que é o sujeito e que compõe a sua subjetividade. É no sentido em que o poder soberano é o capaz de admitir quem pode morrer e quem se fará viver que a violência atua na promoção da vida, mobilizando aquilo que constará a partir do século XIX de uma racionalidade histórica-política. Noutro sentido, a biopolítica age sobre populações, série de indivíduos, mas não diretamente no controle e conduta de um indivíduo, generalizando e universalizando o corpo³⁹. Seguindo a questão posta pelo “Segurança, Território e População”, o dispositivo de segurança (e deixando em segundo plano o território) atua na função estatística dos riscos, crises e perigos: ele normaliza as vulnerabilidades e, afinal, as mortes que podem permanecer incontadas, prementes para o “funcionamento normal” da sociedade.

Security, in its biopolitical constitution, means optimizing life by working to forestall risks, not just to individuals, but to the population as species—its continuation as a biological element that reproduces itself. Bodies, in this schema, are naturalized, constituted as biological entities whose functioning can be enhanced, and death postponed. Security, in liberal, biopolitical states is meant to actively intervene in order to promote these “natural functions”. Security is thus not confined to the territory of the nation-state, but of a possibly

³⁷ Ibid. p. 127.

³⁸ FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

³⁹ WILCOX, L. Op. cit. p. 31.

broader milieu.⁴⁰

A normalização faz parte de uma técnica de classificação entre corpos possíveis e corpos desviantes – por isso corpos abjetos – cujas anormalidades devem ser combatidas. Desta maneira, podemos destacar o papel dos técnicos, de uma tecnocracia em nome da segurança que garante essa divisão entre os corpos:

The political technologies of risk are an attempt to assert sovereignty and control, an effort that can never be entirely successful, as sovereignty itself is never absolute, but is a political practice that is always incomplete.

What this detour through Foucault and the evolution of risk allows us to see through these three modes of violence is the proliferation of technologies whose violence comes not through overt acts of aggression but through the perpetuation of the very vulnerabilities and instabilities they purport to suppress.⁴¹

109

Conclusão: Os corpos e a exceção

A análise de Zygmunt Bauman sobre a modernidade e o holocausto deixam claro essa perspectiva. Para o autor, a principal característica dos processos que resultaram no Holocausto foi justamente o fato de ser um fenômeno da modernidade. Parte da Sociologia entende o Holocausto como um erro da modernidade, ao invés de interpretá-lo como um produto. Um produto da condição de possibilidade do próprio monopólio da violência pelo estado, em classificar aqueles que vivem e os outros que morrem. Se não fosse o Holocausto, o que seria? A coisa se apresenta como uma o verso da outra. Sem o Holocausto, a modernidade mais “pacífica” não existiria. O Holocausto poderia ter acontecido em qualquer lugar do planeta. E seria uma condição do próprio estado territorial soberano.

É importante, também, levar em consideração a natureza econômica da gestão da vida e das escolhas “racional”. Bauman salienta a necessidade de interpretar o Holocausto como produto da sociedade industrial: toda a noção do extermínio passava pela burocracia da economia, da administração, eficiente. Mesmo tendo a possibilidade de simplesmente emigrar, a exclusão e confinamento dos judeus sempre passou pela esfera da escolha racional. A própria “solução final” do extermínio físico passou pelos

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ Ibid. p. 34.

trâmites burocráticos, pelo cálculo dos meios e fins. Por isso, era estritamente necessária a obediência, a sujeição, dos subordinados e a obediência das vítimas: elas entraram diretamente no arcabouço do processo burocrático da execução. Aos judeus sempre era apresentada uma opção racional sob seus desígnios. É assim, que é alcançada a necessidade vital, na política de raças, de sustentar a raça ariana sob a condição da eliminação “higiênica” dos judeus, de realizar a política pela sua condição biológica.

Então, nestes interstícios é por onde age o poder na sua formulação do soberano, também, fundado na noção do sacrifício, conforme já confrontado inicialmente com a obra de Karin Fierke. Paul Khan debate a relação do sacrifício – tanto individual como coletivo – iniciando sua tese como exemplo da tomada de decisão dos passageiros do avião caído na Pensilvânia, quando da série de ataques terroristas aconteceram contra os EUA. O elemento da escolha entre morrer e matar, e morrer para não matar fazem parte, na verdade de um mito de criação da comunidade política: o autossacrifício é a garantia política no sagrado para a própria existência do estado, “the modern nation-state has successfully linked law to violence not because overnment managed to monopolize the legitimate means of coercion but because it rests on the oldest form of realizing meaning in the West: sacrifice”⁴².

Assim, surge a questão espectral que liga a lei à violência. Por isso o caso de Sócrates: matar não parece justo, mas ir contra às leis de Atenas é, em última instância, lutar contra elas, ameaçar sua própria existência, a existência da polis. Morrer tem uma prioridade política em relação a matar. Desta maneira, a morte para a manutenção da soberania faz parte da criação de quem é amigo e quem é inimigo. A recusa ao sacrifício, ao fim, pode ser considerada uma declaração de guerra, sem o qual, o estado não sobrevive.

Para o autor, a morte de Sócrates tem a ver com o fundamento da lei na violência. O ato da lei, a força-de-lei, na verdade estabelece o domínio de atuação da cidade, na ação de matar e ser morto. Assim, passa a ser soberania na medida em que o sacrifício mantém o estado nesse espaço político. O discernimento entre a morte e a

⁴² KHAN, P. *Sacred Violence: torture, terror and sovereignty*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008, p. 98.

vida sobrepõe a questão contratualista em que a opção de agir de acordo com a vontade geral é um bem adquirido. Conforme vimos com Benjamin, a violência divina está presente na manifestação da existência dos Deuses, ou seja, na manifestação do sagrado da soberania que está muito além da explicação individualista mecanicista em que os valores do indivíduo determinam o valor da ação.

O político começa quando existe um compromisso em que o indivíduo aceita se sacrificar para manter a comunidade. E essa verdade do político pode ser observável quando não lutamos para morrer pelas organizações internacionais, humanitárias ou ONGs. Por mais que busquem a justiça, essas instituições carecem de soberania. E como todo regime de poder, existe um surgimento da verdade pelo sacrifício. Somente existe sacrifício pela fé, pela crença na comunidade, no nacionalismo, é capaz de dar sentido à morte e à perda da vida pelo Estado. Aí está o limite da política e a lei, na produção do sagrado, que em parte está mantido na constituição dos EUA.

Nesses espaços limiares, entre a lei e a soberania, é onde estariam localizadas as práticas violentas contra o outro. A tortura, por exemplo, é um espaço de custódia fora do espaço da lei, por isso a confusão entre combate e crime: a tortura contra terroristas, então, como poderia ser encarada nessa conceptualização. A distinção entre lei e sagrado passa, necessariamente, pela guerra. A guerra não deixa de existir por conta da lei. O que está em jogo na guerra, não é a vida e a morte, mas antes, a entidade soberana entendida como valor transcendente. A lei na guerra, aparece assim, como o direito humanitário na busca por controle do combate e das violências envolvidas no conflito: “We do know that, despite the international law making effort of the twentieth century, it was the most violently destructive period of human history”⁴³.

O problema entre soberania e lei, para os EUA, por exemplo, está em Guantánamo, onde é recusado veementemente a completude do estado de Direito. As fronteiras entre essas duas esferas da vida política são tênues. No cotidiano, existe uma linha que diferencia o criminoso do inimigo. Na guerra, por exemplo, esses conceitos se misturam. Em parte, isso se deve às percepções de ameaças e como elas são construídas. A lei na guerra, aparece portanto como o controle da morte em que o ato de sacrificar a vida sacra torna-se um ato soberano e não um delito comum.

⁴³ Ibid. p. 162.

Neste momento é que o sacrifício, o político e a exceção se sobrepõem sob o regime da vida, o regime dos corpos que são, inevitavelmente alvos do poder. É, também, o problema posto por Giorgio Agamben (2004) sobre o estado de exceção e sobre a vida nua: como realizar a inscrição do estado de exceção num contexto jurídico? Ele seria algo diferente da anarquia, existindo a ordem política, mas não a jurídica. Na verdade, Karl Schmitt realiza essa operação através da distinção entre a norma e a decisão; quando cabe a anulação da norma, o estado de exceção, o que resta àquele soberano é a decisão em realizá-lo. Então, ao mesmo tempo, o estado de exceção pertence e está fora do ordenamento jurídico. É o que compreende Agamben quando traz a noção do *iustitium* e sua genealogia ao luto público das cidades romanas:

Se o soberano é um *nomos* vivo, se, por isso, anomia e *nomos* coincidem inteiramente em sua pessoa, então a anarquia (que, a sua morte - quando, portanto, o nexos que a une a lei é cortado - ameaça libertar-se pela cidade) deve ser ritualizada e controlada, transformando o estado de exceção em luto público e o luto, em *iustitium*. A indiscernibilidade de *nomos* e anomia no corpo vivo do soberano corresponde a indiscernibilidade entre estado de exceção e luto público na cidade. Antes de assumir a forma moderna de uma decisão sobre a emergência, a relação entre soberania e estado de exceção apresenta-se sob a forma de uma identidade entre soberano e anomia. O soberano, enquanto uma lei viva, e intimamente *anomos*. Também aqui o estado de exceção é a vida - secreta e mais verdadeira - da lei.

O instituto do *Habeas corpus* é representante desse movimento da legitimação da vida e dos corpos. A “liberdade sobre seu corpo” é a reapropriação daquilo que uma vez estava sob o controle total do soberano na prisão. Por isso mesmo é a regra jurídica que primeiro cai sob o golpe de estado, sob a exceção do soberano.

Por fim, retornamos à condição expressa por Hannah Arendt sobre a anomia da violência. Na verdade, ela é incapaz de visualizar a situação do corpo vivo do soberano em dominação aos corpos que o mantém entrelaçados. Portanto é possível construir uma história da relação entre a exceção e a política a partir do corpo como produto do poder. O sacrifício que o estado-nação exige em virtude da sua própria integração é a luta pela manutenção da identidade da comunidade política em Hegel e Clausewitz. Sem o corpo que é cedido como parte do estado, sua função governamentalizada da condução das condutas ruiria revelando, evidentemente a estreita relação entre política e violência.

A evidente, mas nem sempre aparente, relação entre política e violência e exceção, passa necessariamente pela construção dos corpos e pela manutenção de uma corporeidade definida pelos seus usos, limites e concepções. E essa relação é extremamente estreita uma vez considerada a sua fundação na soberania, na extensão do poder soberano e conseqüentemente das restrições e da lei no próprio significado da vida. Viver, em última instância, na biopolítica, torna-se uma experiência definida pela fronteira individual contida na pele, naquilo que separa, conduz e classifica na condição de obedecer a uma determinada ordem política dada pelo poder, uma relação entre o sujeito, a nação e o soberano.

Bibliografia

- ARENDDT, H. *Da Revolução*. Editora Ática: 1988, 1988.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e História da Cultura*. Brasília: Brasiliense, v. I, 1985.
- BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- CLAUSEWITZ, C. V. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FIERKE, K. *Political Self-Sacrifice: Agency, Body and Emotion in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KHAN, P. *Sacred Violence: torture, terror and sovereignty*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008.
- KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. *Preface: Toward Critical Security Studies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- LE BRETON, D. *Antropología del cuerpo y modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.
- LE BRETON, D. *A Sociologia do Corpo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MEARSHEIMER, J. *The tragedy of Great Powers Politics*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.

SHAPIRO, M. *Violent Cartographies: mapping cultures of war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

WALTZ, K. *Man, the state, and war: a theoretical analysis*. Nova York: Columbia University Press, 1954.

WILCOX, L. *Bodies of Violence: theorizing embodied subjects in International Relations*. Tese de Doutorado defendida, na Minnesota University, em Novembro de 2011.

Violência e crise humanitária contra a população negra na Colômbia

Buenaventura: violence and humanitarian crisis against black people in Colombia
 Buenaventura: violencia y crisis humanitaria contra la población negra en Colombia

Guilherme Bertolino Nunes *

115

Resumo: O artigo exposto tem como objetivo refletir sobre a situação e modos de violências que afetam a população negra na cidade de Buenaventura, região da costa pacífica colombiana, causada por grupos armados ilegais, os paramilitares. Para cumprir-se tal objetivo fora analisada a produção bibliográfica existente sobre a conjuntura da cidade e do país, somando-se à utilização, como aporte documental, de dados estatísticos produzidos, pelos mais distintos órgãos, para a análise da violência nas mais diversas regiões da Colômbia e servindo-se de jornais de diferentes países. O resultado, além de contribuir para a historiografia do tema, propõe o entendimento do por que dessa brutalidade, as modalidades, gravidades, e como a população sofre tal violência.

Palavras-chave: violência, população negra.

Abstract: The paper has the intention of causa reflection about the situation and ways of violence which affect the black people at Buenaventura city, a Colombian pacific coast zone, caused by illegal armed groups (the paramilitaries groups). To achieve the goal it was analyzed the bibliography about the city and country, in addition to it, as sources of statistical documents, done by several organizations to analyze the violence situation of distinct places of Colombia and journals of different countries. The result of this paper also contributes to the subject's historiography, proposes to perceive why this brutality happens, ways of violence, severity, and it shows how people are affected by this violence.

Keywords: violence, black people.

Resumen: El artículo tiene como objetivo reflejar en la situación y modos de violencia que afecta la población negra en la ciudad de Buenaventura, región de la costa pacífica colombiana, hecha por grupos armados ilegales, las organizaciones paramilitares. A cumplirse el objetivo se analizó la producción de la bibliografía en coyuntura de la ciudad y del país, añadiendo el uso, como fuente, de documentos estadístico, de diferente organizaciones, la critica de la violencia en las varias regiones de Colombia y sirviendo de periódicos de diferente países. El resultado, además de contribuir a la historiografia del sujeto, propone la comprensión de las brutalidades, las formas de violencia, gravidades, y como la población sufre la violencia.

Palabras-clave: violencia, población negra.

Buenaventura é uma cidade pertencente ao Departamento (Estado) de Valle del Cauca, na região do Pacífico Sul da costa colombiana. Sua posição geográfica de saída para o mar, além de seu sistema hídrico, faz com que a cidade possua o principal porto marítimo do país no Oceano Pacífico – em razão de sua proximidade com o Canal do Panamá –, com tal porto funcionando como uma espécie de ponte entre o mercado

* Graduando em História pela PUC-SP. E-mail: guibertolanunes@hotmail.com.

nacional e internacional na economia portuária.

A população do município, no ano de 2010, era de 362.625, maior número de habitantes da região, dispondo de 88,5% da população reconhecendo-se, por autodeclaração, como negra/afro-colombiana, raizal e palenquera – ou seja, de origem afro¹ –, enquanto a porcentagem nacional, pelo Censo de 2005, segundo pesquisa feita pelo DANE, Departamento Administrativo Nacional de Estatística, é de 10,62%. No entanto, por causa da precariedade dos dados estatísticos oficiais – para que se tenha uma noção da precariedade: o Censo realizado em 1993 coloca a população de origem entre negros/afro-colombianos, raizal e palenquera como 1,5% da população, uma diferença de mais de 9% sobre o Censo de 2005, realizado 12 anos depois –, principalmente para com a população negra, há estudos que colocam que essa população possa variar de 10% a 22%².

Tal população, a de origem afro, pode ser descrita das seguintes maneiras no país: população raizal, povo que vive de forma tradicional no Arquipélago de San Andrés Providencia e Santa Catalina; população palenquera, oriunda dos escravos fugidos durante o período colonial, os quais criaram seus espaços de sobrevivência autônoma em San Basílio de Palenque, lugares estes conhecidos como quilombos; a população afro-colombiana/negra, cuja sobrevivência se dá nos grandes centros urbanos ou rurais, sendo pequenos ou grandes municípios; e a população afro-colombiana/negra, à qual vive, também podendo ser de forma autônoma, nas regiões litorâneas da costa pacífica colombiana. Apesar de estar presente em todo o território colombiano, a população de origem afro é concentrada em três Departamentos (Estados), no que diz respeito à quantidade, por estes Departamentos juntos concentrarem aproximadamente 50% da população: Antioquia, Bolívar e Valle de Cauca³. A região do Pacífico Sul, onde Buenaventura está localizada, obtém a maior presença de grupos étnicos do país, seja de origem afro, seja de origem indígena, concentrando em sua maioria a população negra, com aproximadamente 90%⁴.

¹Conferir boletim feito pelo DANE, em 2010, com base no Censo de 2005; Disponível em: <http://www.dane.gov.co/files/censo2005/PERFIL_PDF_CG2005/76109T7T000.PDF>.

²URREA-GIRALDO, Fernando. *La Población Afrodescendiente en Colombia*. Santiago de Chile: CEPAL, 2005.

³DANE; “Colombia: una Nación Multicultural”, 2007.

⁴ *Buenaventura: un puerto sin comunidad*. Bogotá: CNMH, 2015.

Mistura-se, na Colômbia, o étnico com o racial, na medida em que a população negra do país ainda pertença a grupos étnicos – o que, no caso do Brasil, por exemplo, não acontece, pois a população negra já não se considera como possuidora de uma etnia. Essa mistura reflete diretamente nas perspectivas que a sociedade e o Estado têm sobre esta população, o que pode causar desde discriminações recorrentes até possíveis erros na coleta de dados estatísticos.

... Históricamente, los grupos étnicos han sido víctimas de la marginalización y discriminación racial, social, política, económica y cultural. Las condiciones que enfrentan actualmente siguen siendo desfavorables en relación con el resto de la población colombiana [...] En comparación con el resto de la población, estos grupos registran mayores índices de pobreza, analfabetismo y mortalidad.⁵

Essa perspectiva pode ser fortalecida em razão dos investimentos feitos pelo governo federal, durante o período de 2000 a 2010, em educação, moradia, trabalho e diminuição da pobreza em relação à população negra do país, investimentos estes que tornam ainda mais visível a precariedade destes em seu cotidiano. Percebe-se aí, portanto, que até determinado momento esses personagens permaneceram invisíveis perante os olhos do Estado e colocados, forçosamente, em situação de marginalidade. A situação de extrema precariedade chamou a atenção de comunidades internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à qual recomendou ao governo, em 2009, uma série de investimentos para que essa população fosse incluída na sociedade, dentre as quais constam: erradicar a discriminação racial; proteger da violência que chega a suas comunidades (especialmente mulheres e crianças, pois estão entre os mais presentes nos deslocamentos forçados); adotar estratégias que previnam seu deslocamento forçado; implementar políticas de redução da pobreza, educação, saúde e moradia; entre outras⁶.

A marginalização pode ser explicada, em parte, por causa das leis vigentes nas Constituições do país, pois somente depois da Constituição de 1991 que boa parte dos direitos foi assegurada perante as leis. Por exemplo, a Carta anterior a esta, regida em

⁵ MARIE MOW, June; Población Afrocolombiana/Negra, Palenquera y Raizal y Derechos Humanos”; *Indepaz*, Bogotá D.C., 2010. Disponível em: <http://centromemoria.gov.co/wp-content/uploads/2013/11/MDULO_4_pdf.pdf>. Acesso em 20 nov. 2016, p. 10.

⁶MARIE MOW, June. Población Afrocolombiana/Negra, Palenquera y Raizal y Derechos Humanos. Bogotá: Indepaz, 2010.

1886, contendo mais de um século de vigência, não reconhecia o país como um Estado multicultural e multiétnico, assim como a Carta de 1991 o faz. Neste último ano citado, pela primeira vez na história do país, parte da população foi reconhecida como grupo étnico ou povo. Tal demanda, de busca de reconhecimento enquanto população, explica a vulnerabilidade por efeito do histórico de discriminação, exclusão social e política. Consequentemente, somente após os avanços conquistados que o governo federal deveria, em razão da Constituição, investir para equidade e reparação dessa população e, com isso, assegurar os direitos básicos para determinada parte da população – logo, há, historicamente, a ausência do Estado.

Soma-se a essa marginalização a violência, à qual, quando presente, é ainda mais letal aos grupos afro-colombianos/negros e indígenas do que a qualquer outra parcela da sociedade. Para esses grupos, por terem uma relação direta com a terra, em razão de sua autonomia estar ligada ao local, seja de subsistência, seja cultural, as perdas são ainda mais significativas. Além das violências convencionais (que serão abordadas mais à frente), que atingem toda a população do país – como deslocamento, desaparecimento forçado, assassinato etc. –, quando esses povos perdem sua terra, perdem totalmente sua cultura, o que resulta em um modo de extermínio em longo prazo, tanto das populações as quais sofrem essa violência como da riqueza multicultural do país. Portanto, a violência, para com esses grupos, se faz mais intensa por dispor um caráter de extermínio individual e coletivo, caminhando, assim, para uma crise humanitária no país⁷.

Em todo esse contingente populacional de Buenaventura, somente 7% alcançaram nível superior de estudo, enquanto a maioria, com 37,5%, só detém nível primário e 10% não têm nível educacional algum⁸, segundo pesquisa feita pelo DANE. Entretanto, outro levantamento, em números mais atualizados, mostra que o baixo nível de escolaridade atinge 69,41% da população; e o analfabetismo, 25,18%; além de 49,09% dos moradores do município não possuírem saúde assegurada, segundo dados do Centro Nacional de Memória Histórica⁹.

⁷ *Basta Ya! Colombia: Memórias de guerra e dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

⁸ Cf.: boletim feito pelo DANE, em 2010, com base no Censo de 2005: <http://www.dane.gov.co/files/censo2005/PERFIL_PDF_CG2005/76109T7T000.PDF>.

⁹ Cf.: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/buenaventura/>>.

As informações estatísticas acima demonstram a irrelevante presença do Estado no município, desde as questões mais básicas para a população até as de menor importância. Adiciona-se a isso a existência de grupos armados ilegais, seja a guerrilha, sejam os paramilitares, os primeiros atuantes nas áreas rurais e os outros nas urbanas, presentes no local a partir do ano de 1980 até os dias de hoje, sendo estes grupos responsáveis pela maior parte da violência existente no território – principalmente depois da segunda metade dos anos 1990, período em que os grupos paramilitares começam a ter maior influência na cidade. No entanto, para compreender as raízes do fenômeno da violência, tanto no país quanto na cidade, é preciso voltar cronologicamente.

Apesar de atualmente a Colômbia ter o título de país mais violento da América¹⁰, entender seus conflitos e as origens de sua violência não é tão fácil ou simples quanto parece. Ao contrário do que, normalmente, se pensa, a violência na Colômbia tem suas raízes ainda no século XIX, mais precisamente na segunda metade de 1800. É possível marcar seus traços iniciais no momento em que os grandes proprietários de terra, participantes dos partidos Liberal e Conservador, recebem armas, por meio de apoio estrangeiro, e controlam uma tentativa de revolução feita por artesãos. Mediante a conquista do poder bélico ficara ainda mais significativo o poder detido por esses proprietários, o que fez com que, mais tarde, estes se convertessem em senhores de guerra. Ou seja, portando o domínio bélico e econômico, seus poderes só aumentaram, de maneira que usavam as armas e dinheiro para controlar o que quisessem. A partir dessa ofensiva conquistaram cada vez mais poder local, havendo, inclusive, disputas armadas entre os próprios grandes proprietários; abriram espaço para o comércio exterior – tornando-se parceiros comerciais do suposto livre-comércio internacional –; sustentaram a base política federal elegendo seus próprios representantes no Senado e na Câmara; entre outras coisas, como estarem diretamente ligados à criação das Forças Armadas da nação, o Exército, e ter o controle sobre o mesmo e sobre as polícias locais¹¹.

¹⁰Segundo o GPI, Global Peace Index, a Colômbia é o país mais violento do continente americano. Disponível em: <<http://pacifista.co/colombia-es-el-pais-con-menos-paz-de-america-segun-el-ranking-de-paises-mas-violentos/>>.

¹¹ MONDRAGÓN, Héctor; “Los gamonales en armas (o el facismo croillo)”, 2007. Disponível em:

... Es imposible entender el fenómeno de la “parapolítica” que durante los últimos meses ha salido a la luz pública en Colombia, si no se le analiza como una evolución de las más profundas estructuras de poder de la sociedad colombiana [...] Las raíces del poder paramilitar se hunden en el régimen de los gamonales (grandes propietarios) característico de las diversas regiones del país ...¹²

Em boa parte da primeira metade do século XX, a consolidação e a estruturação de poder dos grandes possuidores de terra ficaram cada vez mais fortes. Apesar das aparentes dificuldades para executar a manutenção do *status quo*, como industrialização e modernização do país, tampouco as conquistas do movimento camponês e indígena, entre o intervalo de 1914 e 1946, foram suficientes para barrar o crescimento desse poderio. Tal avanço se faz por meios legais e ilegais, isto é, perante a lei e fora dela. Assim como as leis foram usadas para barrar conquistas de terras por parte daqueles que não são defensores da elite, nesses casos a violência também se mostra presente.

O período conhecido na historiografia como “La Violencia”, de 1946 a 1958, é o momento em que os grandes proprietários de terras saem da via institucional para reprimir quem ameaçava seus interesses, o que, conseqüentemente, acaba com qualquer tipo de esperança democrática naquele momento.

... La Violencia de 1946 en adelante significó el cierre de las esperanzas democratizadoras. El asesinato de principal líder popular de la historia de Colombia, Jorge Eliécer Gaitán, el 9 de abril de 1948, resumió la decisión del gamonalismo tradicional de mantener a sangre y fuego el *statu quo*. Dos millones de personas fueron desplazadas forzadamente, doscientos mil asesinadas, los campesinos desplazados o asesinados perdieron 350 mil fincas.¹³

Percebe-se aqui que os fenômenos de crise humanitária, em decorrência da violência, são presentes em boa parte da história da Colômbia. Assassínatos seletivos ou coletivos, deslocamentos forçados no interior do país e territórios tomados forçosamente revelam o passado de como a violência afeta, há muito tempo, a sociedade, de maneira geral, colombiana – havendo nesse período guerrilhas tanto

<<http://www.alainet.org/fr/node/120632>>. Acesso em 18 nov. 2016.

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

camponesas, as de autodefesa, quanto liberais, por esse partido discordar do Conservador, o qual estava no governo. O que derruba, diretamente, as hipóteses, em geral vindas das fontes midiáticas, de que a violência no país é resultado das ações do narcotráfico ou de grupos guerrilheiros. Ou seja, tanto as ações guerrilheiras quanto as do narcotráfico são oriundas do histórico de violência presente no território nacional ao longo dos anos. Por exemplo, o grupo guerrilheiro FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular) é, segundo a principal teoria existente sobre seu surgimento, desfecho de um ataque por parte das forças armadas do governo federal a uma espécie de República Independente, onde os habitantes viviam de forma autossuficiente, de grupos de ex-guerrilheiros camponeses, os quais foram hostilizados dentro das próprias terras, isto é, a violência vinda de fora causou o reerguimento de uma guerrilha e, em decorrência disso, aumentou-se a violência¹⁴. Logo, nota-se que a origem da violência no país segue uma linha vertical, vinda de cima para baixo, onde aqueles pertencentes às camadas mais altas da sociedade mostraram-se, desde o princípio, mais violentos para com o restante da sociedade.

O reflexo de tal violência vinda de cima, um dos quais pode ser parâmetro para exemplificação, é a revolta popular, à qual faz eclodir diversos grupos guerrilheiros em um curto período de tempo. Entre o começo dos anos 1960 e o final dos 1980 o país passou a ter ao menos cinco grupos guerrilheiros de grande relevância, sem mencionar os dissidentes, entre os quais estão: o já mencionado FARC-EP, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular; ELN, Exército de Libertação Nacional; EPL, Exército Popular de Libertação; M-19, Movimento 19 de Abril; e PRT, Partido Revolucionário dos Trabalhadores¹⁵.

Outro reflexo, passível de demonstração, também da década de 1960, sobre a violência vertical vinda de cima é o surgimento dos chamados grupos paramilitares, surgimento este em que o Estado tem completa responsabilidade e uma ligação direta. Em um contexto internacional geopolítico de guerra fria, onde o mundo se polarizava entre comunistas e capitalistas, e internamente com uma conjuntura política chamada de Frente Nacional, resumida a alternância de dois partidos no poder, Liberal e

¹⁴Tal informação encontra-se em: <<http://prensarural.org/spip/spip.php?article14346>>; Como se encontra, também, em: MONDRAGÓN, Héctor; “Los gamonales en armas (o el facismo croillo)”, 2007.

¹⁵ *Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra e dignidad*. Op. cit..

Conservador, os mesmos do século XIX, o governo federal realizou por meio de um decreto, que mais tarde viria a se tornar lei¹⁶, devido a pressões externas e internas, a abertura constitucional para a criação das chamadas “juntas de autodefesa” ou grupos paramilitares, que adquiriu como missão defender a pátria por meio do combate às guerrilhas – a luta contra o comunismo. Em vista disso, chega-se a conclusão de que o paramilitarismo desponta, nesse momento, como estratégia política do Estado¹⁷.

Daí em diante, depois de colocada a origem da violência no país, já se pode explicar, com maior eficiência, a conjuntura de violência relacionada aos grupos armados e, conseqüentemente, inserir Buenaventura nesse processo.

Depois da criação, durante a década de 1960, desses dois grupos armados, guerrilhas e paramilitares, percebe-se que, nas décadas seguintes, há um movimento de expansão e consolidação dos primeiros. A guerrilha tinha como objetivo passar à ofensiva, controlando, assim, várias cidades de diferentes regiões do país¹⁸. Buenaventura se encontra nessa situação, de maneira que na década de 1980 a cidade sofre, no início da presença dos grupos armados no município, uma dominação em sua área rural, à qual passa a ser nos anos seguintes também urbana, pelas FARC - EP – a cidade era inicialmente usada como local de descanso e abastecimento. A guerrilha controlava a cidade, em razão de sua posição estratégica geográfica, pois, além da saída para o Pacífico, tem uma ligação com Cali. Entretanto, seu modo de atuação – sequestros, extorsão de empresários e controle do narcotráfico local – fez com que os mais atingidos economicamente por sua presença, empresários e narcotraficantes, solicitassem, em 1998, aos grupos paramilitares, estes em expansão no país inteiro, em virtude da recém-criada organização AUC, Autodefesas Unidas da Colômbia, o estabelecimento desses bandos armados para a proteção de seus interesses e o combate às forças guerrilheiras. Marca-se aqui, após a criação da AUC, a ofensiva dos paramilitares ao sul do país, pois já detinham controle no norte, e, como consequência, define-se a origem da presença dos paramilitares no Departamento de Valle del Cauca e, posteriormente, no município de Buenaventura.

¹⁶ Lei 48 de 1968.

¹⁷ VELÁSQUEZ VIEIRA, Edgar de Jesús; “Historia del paramilitarismo en Colombia”; *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 134 – 153, 2007.

¹⁸ *Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra e dignidad*. Op cit.

No ano de 1999, os paramilitares, presentes no Departamento do Valle del Cauca desde 1998 pelo Bloco Calima, criam a Frente Pacífica, uma divisão do Bloco para estabelecer parte de sua luta na região do litoral pacífico. Essa frente se dirige e comparece ao município de Buenaventura em 2000. Daí em diante se desenrolam diversos conflitos entre guerrilheiros e paramilitares, acontecendo uma série de massacres feitos pelos paramilitares com a justificativa de combater as FARC-EP¹⁹. A violência deixara de impactar sobre determinados grupos da cidade, as elites econômicas, seja legal ou ilegal, empresários ou narcotraficantes, para atingir toda a sociedade. Massacres, assassinatos seletivos, violência sexual, deslocamento e desaparecimento forçado viram rotina.

Em dezembro de 2004, o Bloco Calima estabelece um acordo para sua desmobilização a partir do mês seguinte. Entretanto, na prática, essa desmobilização mostrou-se inexecutável para algumas regiões de influência do Bloco – onde se encontra Buenaventura –, pois aqueles que atuavam nesse contexto e, em consequência, em suas frentes, continuaram suas ações. Depois da suposta desmobilização, o porto de Buenaventura e sua área urbana sofrem uma violência de maior intensidade, devido às atividades das FARC-EP, que retomam áreas perdidas anteriormente, e aos grupos sucessores dos paramilitares – ainda que sejam as mesmas pessoas – disputarem novamente o controle portuário mais importante da costa litorânea do país. A estratégia de violência passa dos massacres para ser a matança seletiva²⁰.

Desmobilizada parte dos grupos paramilitares, há uma nova reorganização dos que não compreenderam o acordo. Os novos grupos surgidos nos anos seguintes ou realocados, por exemplo, “Los Urabeños” e “La Empresa”, tornam-se membros efetivos do narcotráfico, utilizando das mesmas táticas de controle dos paramilitares, o controle da cidade pelas armas – táticas estas no sentido de controle, não de modalidade de violência. Em razão dessa conjuntura, a violência aumenta ainda mais, assim como a pressão sofrida pela população²¹.

Assassinatos seletivos são constantes no país. Em Buenaventura as ações de

¹⁹ *Buenaventura: un puerto sin comunidad*. Bogotá: CNMH, 2015.

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Buenaventura: una crisis humanitaria sin respuesta*. S/l: Servicio Jesuita a Refugiados (SJR), 2013.

ambos os tipos, massacres e assassinatos seletos, somando-se a desmembramentos de corpos vivos ou mortos, são cometidas por grupos paramilitares para controlar e amedrontar a população, sendo usadas como estratégia de guerra. Por essa situação de a violência na cidade se encontrar tão extrema e frequente, o presidente do país, Juan Manuel Santos, anunciou, em março de 2014, uma intervenção para tentar barrar, por meio da melhoria da segurança pública – policiais e membros da Marinha, por exemplo –, tais abusos²². No país, especialmente após os anos 1960, período de surgimento das principais guerrilhas e grupos paramilitares, a violência mostrou-se caótica, em todas as classes sociais, atingindo tanto pessoas famosas quanto desconhecidas. O exemplo mais significativo sobre essa forma de violência foram os assassinatos de três candidatos à Presidência, de esquerda ou direita, mortos pelas mais diversas razões, entre 1989 e 1990²³. Assim como matam líderes políticos, também o fazem com chefes de comunidades, ou seja, eliminam aqueles cuja liderança possa oferecer algum tipo de perigo. Calcula-se que, de 1958 a 2012, aproximadamente 220 mil pessoas tenham sido mortas devido ao conflito armado no país, destas mortes, 81,5% são civis, segundo levantamento do GMH, Grupo de Memória Histórica. A mesma lógica vale para o desaparecimento forçado, exercício tão recorrente quanto o primeiro aqui mencionado, os assassinatos.

A violência sexual em Buenaventura pode ser notada em vários aspectos. A composição da cidade é de 48,2% de homens, e 51,8% de mulheres, segundo a pesquisa feita pelo DANE²⁴. As mulheres, maioria da população em Buenaventura, quando se tornam adolescentes são os maiores alvo no que se diz respeito à violência. A realidade do país mostra que os homens, de forma geral, são as maiores vítimas de sequestro, desaparecimento, tortura e homicídio, enquanto as mulheres sofrem mais de violência contra a integridade sexual, ameaça e deslocamento forçado²⁵.

No entanto, a situação específica de Buenaventura parece não seguir essas

²² *Colômbia: nuevos asesinatos y desapariciones en Buenaventura*. S/l: Human Rights Watch (HRW) 2015.

²³ Cf.: “Conozca los tres candidatos presidenciales colombianos que fueron asesinados en los ochentas”; Disponível em: <<https://www.publimetro.co/co/loultimo/2014/08/19/conozca-tres-candidatos-presidenciales-colombianos-que-asesinados-ochentas.html>>.

²⁴ DANE. Boletín Censo General 2005 - Perfil Buenaventura. 2010.

²⁵ CARILLO, Ángela; “Colômbia: Realidades Brutas”; *Conselho Norueguês para Refugiados*. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2014/9760.pdf>>.

demandas estatísticas e expõe o contrário, pois houve mais mortes de mulheres, de 2000 a 2014, do que de homens – estes sofreram 70.052 mortes e as mulheres 93.768 mortes²⁶. Tal demanda se explica pelo fato de os paramilitares terem percebido que a mulher é o principal componente dentro de casa, portanto, na medida em que se domina a principal pessoa de uma propriedade, automaticamente tudo o que diz respeito ao local passa à sua dominação – sejam as pessoas com quem ela convive, seja a administração (comércio ou não) daquela propriedade. Ou seja, para controlar um menino ou menina de determinada casa, basta ameaçar quem o criou²⁷. Une-se a esse tipo de agressão o controle do corpo das mulheres fazendo-as virar prostitutas, escravas sexuais – deixando-as grávidas e passando doenças sexualmente transmissíveis –, além de trabalhar como informantes e realizar serviços domésticos²⁸.

As violências características de gênero, já citadas, fazem com que as mulheres alcancem, junto com as crianças, 80% da taxa dos deslocados internos²⁹.

“... A partir del testimonio [...] puede concluirse claramente que las masacres ejecutadas por los paramilitares en Buenaventura no solo se caracterizaron por el alto grado de sevicia con que el cual fueron perpetradas, sino también por “combinarlas” con otras modalidades de violencia tales como violencia sexual, amenaza, tortura, desplazamiento forzado y tierra arrasada, pues tenían la intención de provocar desplazamientos forzados...”³⁰

Os delitos como perseguições, ameaças, torturas e violência sexual têm influência direta, pois promover o medo é uma tática de guerra, em um dos principais fenômenos do país, o deslocamento forçado interno. A população, ao se sentir amedrontada, não vê outra opção, senão deixar seu território. A crise de deslocamentos internos forçados coloca o país em uma disputa, para o primeiro lugar, com a Síria, um país que passa por uma guerra que envolve diversos países, tornando-se o país com o maior número de deslocados do mundo³¹. O número total, até 2015, chega a 6,270

²⁶ “Buenaventura, 14 años de violencia”; Disponível em: <<http://www.elespectador.com/noticias/nacional/buenaventura-14-anos-de-violencia-articulo-564875>>.

²⁷ *Buenaventura*: un puerto sin comunidad. Op. cit.

²⁸ CARILLO, Ángela. Op. cit.

²⁹ “El 80% de los desplazados en Colombia son mujeres y niños”. Disponível em: <<http://www.notimerica.com/sociedad/noticia-80-desplazados-colombia-son-mujeres-ninos-20110406113942.html>>.

³⁰ *Buenaventura*: un puerto sin comunidad. Op. Cit., p.177.

³¹ Consultar: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/adriana-carranca/colombia-tenha-a-maior->

milhões de pessoas deslocadas em razão do conflito interno, o que corresponde a 13% do total da população colombiana³². Nesse contexto, Buenaventura tornou-se, entre os anos de 2006 e 2013, o município com o maior número de pessoas deslocadas, liderando esse quesito em cinco oportunidades – pela contagem feita anualmente em 2006, 2008, 2011, 2012 e 2013, com, respectivamente, 13.537, 14.877, 22.208, 15.191 e 13.468³³. A cidade lidera com 153 mil pessoas, desde 1990, o índice de pessoas deslocadas por via interurbana na Colômbia, de acordo com o Centro Nacional de Memória Histórica³⁴.

Além de abandonar suas casas, boa parte dessa população deslocada se encontra em situação de extrema pobreza, por deixar seus pertences no local onde residia em razão da fuga³⁵.

A impunidade, uma das razões pelas quais a violência tem números tão assustadores, pode ser vista na Colômbia quando boa parte dos homicídios, por exemplo, não chega a ser julgada. Durante os anos 1970, a taxa dos homicídios que foram a julgamento era próxima de 35%, diminuindo mais nos anos 1990, com aproximadamente 6%. Ou seja, a impunidade é tamanha que o país, na década de 1990, chegou a ter 94% de seus homicídios não julgados. O que vem a ser refletido, diretamente, com os gastos públicos do governo federal com políticas de segurança pública, de maneira que, nesse momento, correspondia a 11,4% do PIB (Produto Interno Bruto) do país, tornando-se o país da América Latina com maior gasto – quase o dobro do segundo colocado, El Salvador, com 6,9%³⁶. Tal situação, a dos gastos com segurança pública, só vem a piorar com o passar dos anos, atingindo, no ano de 2015, quase 30% do Produto Interno Bruto colombiano, encontrando-se como o sétimo país

populacao-de-deslocados-do-mundo-por-causa-de-conflitos/> e
 <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/06/colombia-supera-siria-como-pais-com-mais-deslocamento-interno-6107879.html>>.

³² Internal Displacement Monitoring. Disponível em: <<http://internal-displacement.org/>>.

³³ “La Crisis en Buenaventura. Desapariciones, desmientramientos y desplazamientos en el principal Puerto de Colombia en el Pacífico”; *Human Rights Watch*, 2014.

³⁴ Cf.: Centro Nacional de Memória Histórica: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/buenaventura/>>.

³⁵ Cf.: <<http://www.contagioradio.com/en-colombia-la-poblacion-desplazada-es-mas-pobre-que-los-pobres-articulo-4946/>>.

³⁶ BRICEÑO-LEON, Roberto; “La nueva violencia urbana de América Latina”; *Sociologías*. n.8. Porto Alegre. jul/dez. 2002.

do mundo a investir contra a violência³⁷. Além disso, a impunidade na Colômbia tornou-se tema internacional, com o país sendo julgado por Cortes internacionais pela não punição sobre ataques à população civil. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, por exemplo, condenou o país, mais de uma vez, a pagar indenizações à população por ter ligação direta ou não evitar massacres ocorridos em seu território³⁸. Essa conjuntura de massacres acontece em todo o país, geralmente feitos por paramilitares, por sua estratégia de semear o medo para fazer com que a população não reaja. O mesmo tipo de julgamento poderia ocorrer para Buenaventura, por exemplo, na medida em que a cidade conviveu com 26 massacres entre o período de 2000 e 2013, sendo 20 destes entre 2000 e 2003, segundo o Centro Nacional de Memória Histórica³⁹ – período de domínio territorial paramilitar. A impunidade também é afetada em casos abusivos que não são denunciados, como a violência sexual e o desaparecimento forçado.

Considerações Finais

A crise humanitária decorrente da violência se dá em Buenaventura por causa das táticas de atuação dos paramilitares, em razão de sua localização geográfica e de sua importância portuária. Estes aderem a estratégias em que a população é, indubitavelmente, mais afetada. Entre 1980 e 1999, período em que a guerrilha detinha o poder local, a violência se dava a setores específicos da sociedade, pois a sociedade, de forma geral, tinha baixos níveis de violência registrados, embora existentes. Enquanto os primeiros, os paramilitares, massacravam, matam seletivamente, torturam, desaparecem com pessoas, violam a privacidade sexual e fazem com que a população seja deslocada; os outros, os guerrilheiros, efetuam mais sequestros, ações a bens civis, sabotam e realizam ações terroristas a camadas específicas da sociedade, geralmente políticos e elites econômicas.

³⁷ As informações, segundo pesquisa feita pelo GPI, Global Peace Index, podem ser conferidas aqui: <<http://www.telesurtv.net/news/Casi-30-del-PIB-es-el-gasto-de-la-violencia-en-Colombia-20160608-0086.html>>.

³⁸ Cf.: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,O11082746-EI294,00-OEA+condena+Colombia+por+massacre+de+camponeses.html>>; e <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1206200705.htm>>.

³⁹ Cf.: Centro Nacional de Memória Histórica. Disponível em: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/buenaventura/>>.

Por causa das modalidades de violência, Buenaventura aparece entre os municípios em situação crítica, segundo o levantamento do CNMH, Centro Nacional de Memoria Histórica, pelos seguintes quesitos: deslocamento forçado, com 153 mil pessoas, sendo a cidade de maior índice de deslocamentos interurbanos no país desde 1990; desaparecimento forçado, com 475 vítimas registradas entre 1990 e 2013; e massacres, com 26, de 1995 a 2012, sendo realizados com maior intensidade entre 2000 e 2003, 20 de 26, a partir do domínio paramilitar⁴⁰. É importante frisar que esses números provavelmente são ainda maiores, em razão da violência não registrada, isto é, por ações ocultadas ou não denunciadas.

A triste crise humanitária do local, portanto, tem suas raízes no ano 2000, simultaneamente à entrada dos paramilitares na região. Essa realidade continua na mesma proporção, senão maiores, no momento em que os sucessores do paramilitarismo da AUC, Autodefesas Unidas da Colômbia, embora também paramilitares, têm presença no território. As ações do governo federal, seja por meio de acordos para desmobilização de grupos armados, seja pela presença de suas forças armadas, mesmo que já praticadas, ainda não surtem grande efeito.

Bibliografia

“Boletín Censo General 2005 - Perfil Buenaventura”; *DANE*, 2010. Disponível em: <http://www.dane.gov.co/files/censo2005/PERFIL_PDF_CG2005/76109T7T000.PDF>. Acesso em 30 nov.2016.

“Buenaventura, 14 años de violencia”; *El Espectador*, 2015. Disponível em: <<http://www.elespectador.com/noticias/nacional/buenaventura-14-anos-de-violencia-articulo-564875>>. Acesso em 02 dez. 2016.

“Buenaventura: una crisis humanitaria sin respuesta”; Servicio Jesuita a Refugiados (SJR), 2013. Disponível em: <<http://www.oidhaco.org/uploaded/content/article/813217789.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2016.

“Buenaventura: un puerto sin comunidad”, *CNMH - Centro Nacional de Memoria*

⁴⁰ Ibid.

Histórica, Bogotá, 2015. Disponível em: <<http://www.centrodehistoriahistorica.gov.co/descargas/informes2015/buenaventuraPuebloSinComunidad/buenaventura-un-pueblo-sin-comunidad.pdf>> Acesso em 03 dez. 2016.

“Colômbia es el peor país de América, según el Índice de Paz Global”; *Pacifista*, 2016. Disponível em: <<http://pacifista.co/colombia-es-el-pais-con-menos-paz-de-america-segun-el-ranking-de-paises-mas-violentos/>>. Acesso em 27 nov. 2016.

“Colômbia supera Síria como país com mais deslocamento interno”; *ZH Notícias*, 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/06/colombia-supera-siria-como-pais-com-mais-deslocamento-interno-6107879.html>>. Acesso em 02 dez. 2016.

“Colômbia tem a maior população de deslocados do mundo, por causa dos conflitos”; *Estadão*, 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/adriana-carranca/colombia-tenha-a-maior-populacao-de-deslocados-do-mundo-por-cao-de-conflitos/>>. Acesso em 02 dez. 2016.

“Colombia: nuevos asesinatos y desapariciones en Buenaventura”; *Human Rights Watch*, 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/es/news/2015/03/04/colombia-nuevos-asesinatos-y-desapariciones-en-buenaventura>>. Acesso em 02 dez. 2016.

“Colombia: una Nación Multicultural”, *DANE*, 2007. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/censo2005/etnia/sys/colombia_nacion.pdf>. Acesso em 17 nov. 2016.

“Conozca los tres candidatos presidenciales colombianos que fueron asesinados en los ochentas”; *Publimetro Colombia*, 2014. Disponível em: <<https://www.publimetro.co/co/loultimo/2014/08/19/conozca-tres-candidatos-presidenciales-colombianos-que-asesinados-ochentas.html>>. Acesso em 02 nov. 2016.

“El 80% de los desplazados en Colombia son mujeres y niños”; *Notimérica*, 2011. Disponível em: <<http://www.notimerica.com/sociedad/noticia-80-desplazados-colombia-son-mujeres-ninos-20110406113942.html>>. Acesso em 30 nov. 2016.

“En Colombia la población desplazada ‘es más pobre que los pobres’”; *Contagio Radio* Disponível em: <<http://www.contagioradio.com/en-colombia-la-poblacion-desplazada-es-mas-pobre-que-los-pobres-articulo-4946/>>. Acesso em 02 dez. 2016.

“La Crisis en Buenaventura. Desapariciones, desmembramientos y desplazamientos en el principal Puerto de Colombia en el Pacífico”; *Human Rights Watch*, 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/es/report/2014/03/20/la-crisis-en-buenaventura/desapariciones-desmembramientos-y-desplazamiento-en-el>>. Acesso em 02 dez. 2016.

“OEA condena Colômbia por massacre de 19 camponeses”; *UOL*, 2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,O11082746-EI294,00-OEA+condena+Colombia+por+massacre+de+camponeses.html>>. Acesso em 02 dez. 2016.

“OEA condena Estado por ligação com paramilitares em massacre”; *Folha de S. Paulo*, 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1206200705.htm>>. Acesso em 02 dez. 2016.

Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra e dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2016.

BRICEÑO-LEON, Roberto; “La nueva violencia urbana de América Latina”; *Sociologias*, n.8. Porto Alegre. jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200003>. Acesso em 26 nov. 2016.

CARILLO, Ángela; “Buenaventura, Colombia: Realidades Brutales”, *Conselho Norueguês para Refugiados*, Bogotá, 2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2014/9760.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2016.

Centro de Memoria Histórica. Disponível em: <<http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/>>. Acesso em 03 nov. 2016.

Internal Displacement Monitoring. Disponível em: <<http://internal-displacement.org/>>. Acesso em 17 nov. 2016.

MARIE MOW, June; “Población Afrocolombiana/Negra, Palenquera y Raizal y Derechos Humanos”; *Indepaz*, Bogotá, 2010. Disponível em: <http://centromemoria.gov.co/wp-content/uploads/2013/11/MDULO_4_pdf.pdf>. Acesso em 20 nov. 2016.

MONDRAGÓN, Héctor; “Los gamonales en armas (o el facismo croillo)”, 2007. Disponível em: <<http://www.alainet.org/fr/node/120632>>. Acesso em 18 nov. 2016.

URREA-GIRALDO, Fernando. *La Población Afrodescendiente en Colombia*. Santiago de Chile: CEPAL, 2005. Disponível em: <<http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/7/21237/FUrrea.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2016.

VELÁSQUEZ VIEIRA, Edgar de Jesús; “Historia del paramilitarismo en Colombia”; *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 134 – 153, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n1/a11v26n1.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2016.

Guerras santas são guerras justas?

Saint wars are just wars?
¿Guerras santas son guerras justas?

Rebeka Leite Costa*

132

Resumo: A tradição cristã apresenta duas categorias clássicas para justificar as guerras, a primeira é a guerra santa e a segunda é a guerra justa. As conquistas das Américas foram justificadas baseada na expansão da fé – evangelização do novo mundo. Ocorre que durante a colonização a interpretação da filosofia cristã é reinterpretada e usada para justificar as independências.

Palavras-chave: Guerra Santa; Guerra Justa; Independência das Américas

Abstract: The Christian tradition presents two classic categories to justify wars, the first is the saint war and the second is the just war. The achievements of the Americas were justified based on the expansion of faith - evangelization of the New World. It happens that during colonization interpretation of Christian philosophy is reinterpreted and used to justify independence.

Keywords: Saint War; Just War; Independence of the Americas.

Resumen: La tradición cristiana presenta dos categorías clásicas para justificar guerras, la primera es la guerra santa y la segunda es la guerra justa. Los logros de las Américas estaban justificadas sobre la base de la expansión de la fe - la evangelización del Nuevo Mundo. Sucede que durante la colonización interpretación de la filosofía cristiana se reinterpreta y se utiliza para justificar la independencia.

Palabras-clave: Guerra Santa; Guerra justa; Independencia de las Américas.

As Américas foram fundadas sobre a mitologia de uma guerra justa. Especialmente, para Igreja Católica havia uma mentalidade baseada no paradigma belicista – ainda uma remanência da questão cruzadista.

A permanência da mentalidade das Cruzadas não era uma mera luta contra o infiel, como se poderia crê *a priori*, era sobretudo baseado em conceitos muito caros ao cristianismo – uma relação escatológica do mundo – uma verdadeira guerra metafísica “lutei o bom combate, guardei a fé”¹. A certeza da morte não se tratava meramente de uma questão utópica, antes de um pragmatismo extremo. Isto porque, independente do discurso que se poderá narrar, a realidade era que aquelas pessoas concretas que deixavam suas terras para “*ide, e fazei discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo fim do mundo*”² estavam cientes da imprevisibilidade que os aguardava e da certeza da morte no “*fim do mundo*”.

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília. E-mail: rebekalc@gmail.com.

¹ *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

² Idem

A narrativa do mito fundador da colonização aparentemente subverte a lógica que é exposta por Michael Walzer na qual a responsabilidade seria do agressor³, inspirado por Clausewitz e a sua teoria da guerra, na qual a defesa sempre teria uma vantagem na guerra. Isto porque se tratar da sobrevivência. Por conseguinte, a defesa prevalece num embate porque os combatentes estão imbuídos de proteger a si e aos seus. Ademais, tem a vantagem estratégica de conhecer o terreno do embate, está habituado ao clima e outras questões práticas que na guerra tradicional tem verdadeira relevância.

Deste modo se observa que as Américas não foram apenas fundadas sobre a égide de uma narrativa de guerra justa, mas de Guerra Santa. Porque, eles foram invasores e não estão defendendo o seu território. Ocorre, no entanto, que existe uma defesa – a defesa da fé – a mesma que imbuíu os cruzadistas. Afinal, aqueles que morriam na evangelização são considerados verdadeiros heróis – mártires.

Para a escolástica, especificamente para São Tomás (que inspirava as ordens religiosas que incursaram em missão ao Novo Mundo), a guerra justa está atrelada ao conceito de *bem comum*. O *bem comum* deve ser um condicionante à ação do homem, especialmente do homem público — o governante. Deste modo um bom governante deve tomar suas decisões visando o *bem comum*. Portanto, dentro deste raciocínio é razoável a lógica do sacrifício individual em prol da coletividade.

Neste sentido, pode-se depreender-se que a guerra justa é aquela que visa o *bem comum*. Aqui jaz uma visão moral muito rígida, na qual o bem comum deve estar baseado nos paradigmas de virtudes. Portanto, é razoável concluir que a guerra justa está intimamente relacionada com a defesa. A defesa deve ser da coletividade e não de interesses particulares dos governantes⁴.

Quando a defesa relacionada a fé, esta era um bem em si mesma, pois engrandeceria a coletividade bem como aquela persona que deixava-se matar. E matava em defesa daquilo que deveria ser o cerne, o tesouro mais precioso da sua coletividade [a fé].

A guerra santa, por conseguinte, tem esse caráter metafísico no qual se defende a fé. Consequentemente a guerra santa, para o crente é a defesa da essência que define quem ele é. De modo que ele estaria imbuído da mesma motivação de quem defende a pátria de um ataque, ainda que seja em uma posição de ataque.⁵

³ WALZER, Michael. *Guerras justas e injustas: un razonamiento moral con ejemplos históricos*. S/l, S/ed., 2001, p. 37 e 38.

⁴ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*, S/l, S/ed., 2007.

⁵ Observe-se aqui que é uma abstração teoria levando em consideração um crente e não um soldado que tem outras motivações ainda que se encontre em meio a uma “guerra santa”.

Nas independências nasce uma nova lógica de guerra. A sociedade que estava acostumada as regras, símbolos e sentidos de um mundo em que a obediência régia era a norma via seu mundo estilhaçado com os avanços napoleônicos.

Ao conquistar a Europa, Napoleão não apenas desestruturou o arranjo de poder aristocrático europeu, mas também desestabilizou a delicada arrumação de poder das colônias. Ora, sabe-se que o sistema colonial gerou uma complexa prática política polinuclear: várias elites, vários focos de poder, fortalecendo-se de tal forma que ocultavam a autoridade do Rei. No entanto, enquanto a figura régia ainda persistia no trono ele figurava como o fiel da balança nas disputas entre pares, residindo aí o seu poder.

Com a sua ausência, o sistema entra em colapso. Eis a tônica das guerras de independência. Em grande medida, ocorreram em decorrência da pluralidade de pretendentes ao poder, já que os conflitos se davam entre as elites locais que pretendiam a hegemonia em detrimento de outras.

As elites alegavam falar em nome do rei, em outro momento passam a evocar para si a personificação do progresso ou da liberdade por meio de discursos para fundamentar o novo jogo político de submissão das elites mais fracas à hegemonia — comumente por meios coercitivos.

Ocorre que, diante da realidade do esvaziamento do trono espanhol por causa das guerras napoleônicas, gerou-se um problema prático nas Américas: cada uma das elites locais queria evocar a si o direito sobre a maior quantidade de território, gerando assim diversas guerras civis. Nisso, recorriam-se aos documentos e registros cartográficos que conferiam jurisdição às antigas Audiências Reais ou ao Vice-reinado ou à Província para reivindicar o território e podia-se observar que havia sobreposição de pretensões jurisdicionais.

Quando Fernando VII retorna ao trono cessam-se, teoricamente, os motivos da disputa de poder entre as elites. No entanto, o motivo pelo qual foram iniciadas as guerras de independência era praticamente irrelevante; isto porque, os eventos ganharam uma dimensão inimaginada e uma dinâmica própria cuja intensidade distinta ia além do motivo puramente jurisdicional e ganham um novo (*meta*) motivo — A liberdade, a autonomia e a independência.

No entanto, a autonomia representava um sentimento de descaso do monarca para com as necessidades concretas de seus súditos, em uma sociedade onde prevaleciam construções mentais difusas que permitiam fazer uma elaboração crítica acerca da figura do monarca.

O *bom rei* era aquele que tinha presente as necessidades de seus súditos, em conformidade com uma interpretação tomista acerca do bem comum e do poder monárquico. O poder monárquico enfraquecia-se diante a distância da Coroa, e especificamente da ritualística

pela qual se apoiava, num contexto de ruptura, resignificava-se a sociedade de cortes⁶ e a presença simbólica do rei enfraquecia.

Dessa forma, acabou-se realçando a ausência real e conseqüentemente suscitou-se a discrepância entre os súditos peninsulares e americanos, ressaltando a natureza secundária de sua suserania hispano-americana. Diante da marcha de Napoleão sobre a Espanha e a conseqüente ocupação do trono por José Bonaparte, abriu-se um novo horizonte que relativizava a necessidade de obedecer a um rei distante, sobretudo a um rei que não era legítimo.

As revoltas contra o poder começaram, as elites regionais se dividiram em vários espectros políticos em defesa do rei Fernando, sugerindo uma união da América Espanhola, independência regional ou local. As divisões no poder, por sua vez, tinham uma lógica própria. Justificavam-se por afinidades ideológicas, sobretudo as divisões eram causadas por conta do jogo de poder onde as disputas coloniais se personificavam. Havia, ainda, a necessidade de legitimar o poder; por conseguinte, era necessário delimitar uma área para exercer o poder e uma bandeira para agregar apoio popular.

Nisso, o clero encontra-se destrozado, dividido entre *regalistas* e libertadores, além das baixas sofridas por excomunhão e mortes nas guerras civis. Se experimenta, portanto, um vazio e uma desorientação do poder eclesiástico nas colônias.

Neste contexto, o respiro de liberdade era ressentido como particularmente inspirador e capaz de atrair as multidões. Especialmente quando os contrastes são a lealdade a um rei derrotado e o respeito a um poder constituído, que na verdade fora usurpado. A liberdade tinha um apelo quando contrastada com o momento anterior de mera autonomia.

A comoção de liberdade política foi somada aos interesses locais das elites que ansiavam pelo poder e pelo domínio daquelas regiões que até então estavam apenas sob seu usufruto. Provavelmente, a maior marca dessa precária posse eram os impostos, tributos e as limitações comerciais, sem as quais dificilmente a motivação de independência teria perdurado com tamanho empenho pelas elites locais.

Diante da desorientação e da divisão que verificava no contexto latino americano, inclusive por parte do clero, ambos os lados procuraram o antigo fiel da balança para legitimar sua causa – o Papa. As guerras de independência ocorriam paralelamente aos conturbados tempos da Europa. Dificultando exponencialmente a mútua compreensão e comunicação entre o papo e as Américas.

⁶ A reflexão foi inspiração em ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Zahar, 2001, pp. 97-131.

Por esta razão, os independentistas enviaram uma expedição diplomática à Santa Sé para pedir ao Papa que reconhecesse as independências e escrevesse uma carta (encíclica) ao clero afim de orientá-los de acordo com o que deveria ser o bem comum — para eles seria apoiar a independência.⁷

A expedição tinha orientação de fazer uma petição extremamente ousada ao Papa: a dispensa dos que lutaram nas guerras de independência do jejum de carne nos dias santos.⁸ Uma honra comumente conferida aos vencedores das guerras, especialmente, quando esta era considerada uma guerra justa ou santa. Logo era um pedido para que a guerra fosse considerada como justa ou santa.

A questão é que a luta era em defesa da fé que estava sendo abalada pela ruptura da tradição e a dessacralização da política e da história, conceitos que eram materializados na Revolução Francesa. Concretamente, a petição dos independentistas era válida porque estavam se revoltando contra um rei ilegítimo – José. E o pior a sua “legitimidade” advinha sem a benção divina.

Isto porque, recebeu o poder de Napoleão que havia se auto coroado, que foi uma ofensa à natureza precípua do trono de Pedro à ligação entre as coisas terrenas e as divinas. Quando o bispo ou o papa coroava um monarca estava apoiado em duas premissas:

- 1- O poder não lhe era próprio, mas Outro (Deus) havia lhe escolhido para governar em favor de todos.
- 2- O poder para ser legítimo pressentia da intermediação da Igreja que era o elo entre mandatário e mandante.

A Filosofia, a Metafísica e a Política se unem

Faz-se essencial compreender as premissas que sustentam esse pensamento porque, não há como entender a ação da Igreja Católica se for desprezado a dimensão política, filosófica e teológica, afinal esse são o tripé que constitui a mentalidade clerical e religiosa. Justamente esta lógica une as três dimensões.

A lógica está sustentada nas seguintes premissas: somente Deus que é o detentor de todo o poder, logo apenas Ele pode conferir. A Igreja é este lugar aonde reside a autoridade de Deus na Terra, logo a legitimidade dEle necessariamente passa pela benção da Igreja. Como o rei católico têm a unção divina, logo paira sobre o usuário legítimo da coroa a dignidade

⁷ Segundo Letúria e Furlong. In: FURLONG, Guillermo S. J. *La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana*. Buenos Aires. Ediciones Tehoría, 1957.

⁸ Ibid.

semelhante àquela do clero – de ser o porta voz do poder de Deus na terra.

No entanto, a lógica da origem do poder pressupõe que se compreenda e aceite a verdadeira autoridade da Igreja: a de religar o tempo. Afinal, a base do cristianismo está em que a partir de um momento específico⁹ o tempo de Deus Káiros (καιρός) e o tempo dos homens Chronos (Χρόνος), são sincronizados¹⁰, obviamente quem faz esta intermediação é a Igreja.

As lógicas são o que estão fundamentando e inspirando os discursos e as práticas dos atores políticos. Certamente é uma influência de longíssima duração a qual orienta as decisões práticas de Roma. Obviamente há mudanças nesta permanência, por mais que a estrutura seja esta, a leitura, e principalmente, a práxis política se altera.

A questão é que nos territórios de domínio luso-espanhol as decisões do papa precisavam do endosso régio. Na prática pastoral ainda existia um agravante, porque os bispos, por vezes, estavam na órbita de influência do rei. Isto porque parte da discricção do padroado régio era pode definir aonde e quem seria responsável pelo trabalho pastoral também eram indicados pelos reis.

Na prática, grande parte dos bispos eram indicados ou escolhidos pelos reis em virtude do padroado régio de modo que os bispos faziam parte das redes de poder, conseqüentemente, participavam da lógica de serviços e benefícios. De modo que o poder e a fidelidade eram fluidos e se poderia preterir o rei ao papa ou o contrário sem que se incorresse em crime de lesa majestade.

As relações de poder a igreja e a cora constituía verdadeira teia de poder. A princípio existiam três focos de poder:

O primeiro: o poder do rei (vermelho) par dispor em questões a nomeação e locação de religiosos e seculares, bem como outras decisões de caráter estratégicos e práticos (como aceitar ou não uma ordem religiosa em seu território). Também tinha uma remanência de poder doutrinário, o qual não fazia uso comumente.

O segundo: o poder temporal do papa (amarelo) do seu rebanho de alocar e posicionar estrategicamente. Além da nomeação de bispos, padres, cardeais, abades, monges.

O terceiro: o poder doutrinário do papa (roxo) o qual consistia em orientar os fiéis em questões de fé e moral, além de dispor quanto a disciplina.

A rede de poder só é entendida ser for posto em perspectiva, a forma de exercer o poder no Antigo Regime, de outro modo tornava-se uma estrutura impraticável. Ocorre que a negociação de poder e a sobreposição de esfera era a regra. Tratava-se, de poderes fluidos e

⁹ A encarnação de Deus na terra – Jesus Cristo e posteriormente a eleição de Pedro “citar as chaves”.

¹⁰ KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O Conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

negociáveis, por conseguinte não era uma estrutura piramidal de comando.

Nestes tempos o padroado régio não era necessariamente exercido pelo rei na prática política as necessidades e negociações locais eram ouvidas e por vezes sobrepostas ao interesse da coroa.

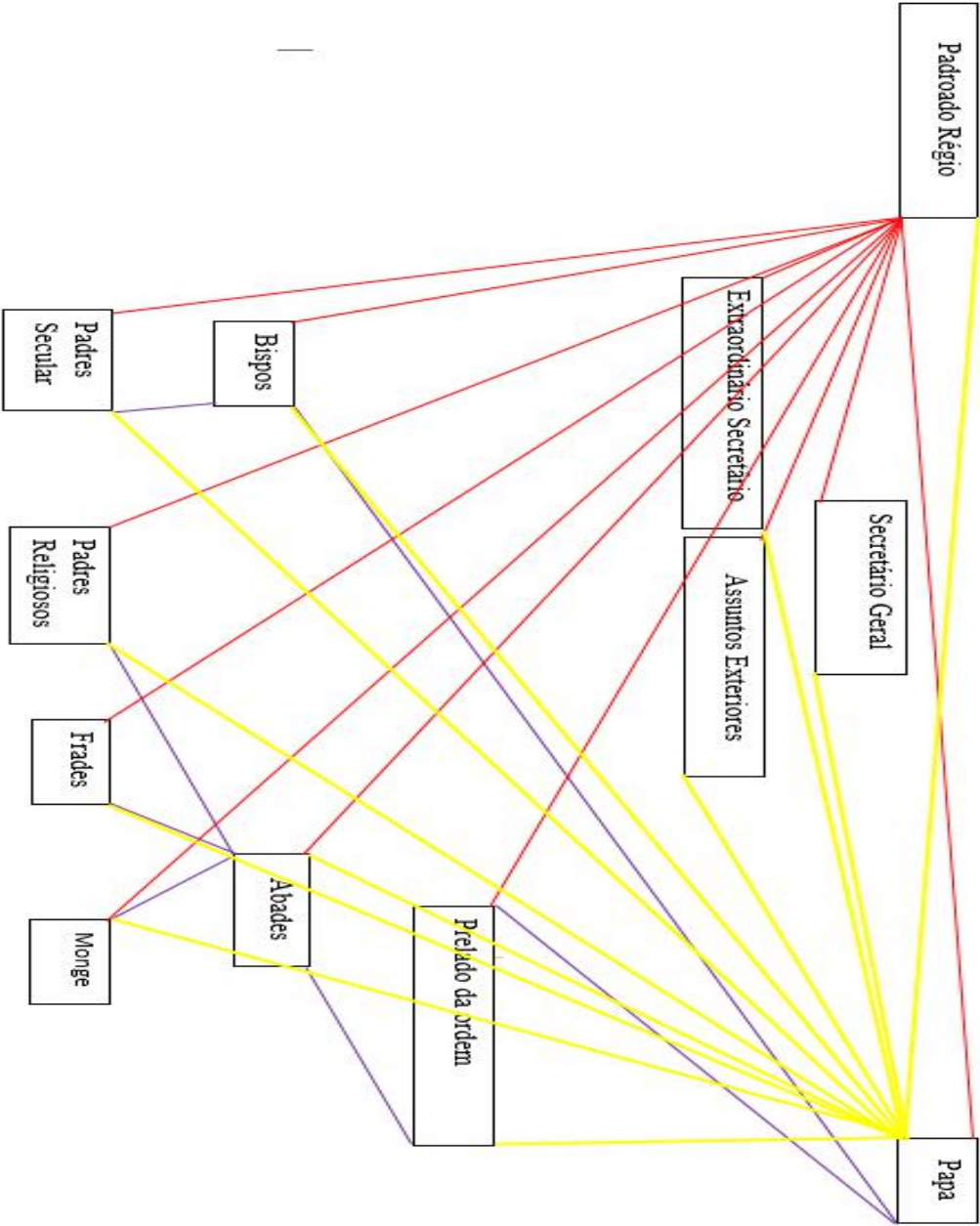


Figura 1 - Esquema de poder¹¹

Resultante dessa estrutura o ator político local tem verdadeiro poder, ao contrário do que se pensa em uma estrutura de poder clássica piramidal, no qual a base não tem opção – não tem poder. Nesta sociedade é possível negociar, inclusive negociar identidades.

Neste sentido, a identidade era uma moeda de troca corrente, pela qual se evocava ora a suserania da Espanha, ora da autoridade regional a depender da conveniência. Havia uma preocupação adicional com os membros das congregações religiosas, porque essa reconhecida fluidez era elevada exponencialmente, visto que por vezes os religiosos tinham uma nacionalidade adquirida no nascimento (por exemplo a Espanha), outra em virtude do trabalho missionário, e ainda uma (mais recente) relativa ao poder local. Além da identidade relativa à sua própria ordem (no caso dos professos), sem mencionar a identidade e a obediência a Roma. Ora, obviamente havia um jogo de poder no qual se preferia uma autoridade à outra.

A ilegitimidade de napoleão

Napoleão repulsa as duas premissas que fundamentam o rito de coração e toma das mãos do bispo de Roma a coroa, informando a todos que o seu poder como imperador é fruto da sua capacidade política e que não precisa de um intermediário para legitimar-se. De modo, que José também padecia do mesmo mal, tornando o improvável pedido possível.

No entanto, os independentistas não conseguiram ver deferida a sua petição, para compreender a cronologia é essencial. Porque no período em que foi apresentado o pedido, José Bonaparte ocupava o trono da Espanha e o papa encontrava-se preso por causa da guerra. No fundo a iniciativa se justificava, já que o rei que estava no poder não era considerado legítimo, mas um rei *tirano*¹². Assim, a guerra contra ele não era desobediência, antes uma luta em favor do *bem comum* e, em última análise, uma união contra o mal que afligia o próprio papado.

Em contraponto ao pedido hispanoamericano havia a atuação do embaixador espanhol Dom Pedro Gómez Labrador¹³ que estava acompanhando a dinâmica eclesiástica, pois havia

¹¹

Legenda	Cor
Poder temporal do papa	Amarelo
Poder do Rei	Vermelho
Poder doutrinário do papa	Roxo

¹² O termo é o usado no sentido da época.

¹³ Pedro Gómez Labrado – nascido em 1772 em Valencia de Alcántara. Aristocrata espanhol, tinha o

sido designado como plenipotenciário desde Pio VI (1798), foi mantido nos períodos de Fernando VII e de José Bonaparte e defendia o ponto de vista institucional independentemente de quem era o soberano a reinar.

No entanto, pouco tempos depois Napoleão perdeu a guerra e Fernando VII voltou ao trono espanhol restabelecendo o seu domínio, inclusive seu direito sobre as colônias. Tal situação derruba por terra a pretensão das Américas de ver sua petição de ver as guerras de independência declaradas justas. Por outro lado, não se abandonava a ideia de ver as independências ao menos reconhecidas, e ainda restava a pretensão de ver uma encíclica que aglutinasse o clero latino-americano.

Por outro lado, diante do panorama que não apenas o papado reconhecesse as independências ainda mais haver uma encíclica que apoiasse os independentistas, o embaixador Labrador não tardou em fazer também uma petição ao papado que se pronunciasse sobre as “guerras civis” que aconteciam nas colônias. Ressalta-se que o papa Pio VII havia acabado de sair do cativeiro imposto por Napoleão e o contato com as notícias que se tinha com as notícias da colônia era praticamente só por meio do embaixador Labrador¹⁴.

Quando as independências eclodiram, religiosos foram mortos, fugiram por causa das perseguições, foram excomungados. O resultado: várias dioceses experimentam um vazio de guia – “como ovelhas sem pastor”. Na sociedade essencialmente religiosa, a falta de um líder espiritual tem um grande peso, dada a representação daquele campo de significados doutrinários e bíblicos. Logo, aquelas pessoas experimentaram uma desorientação frente à autoridade – generalizando a crise de autoridade, tanto no político quanto no religioso, que se enfrentava nesse vazio.

Ademais os próprios clérigos experimentaram uma carência de sentido diante da realidade de as autoridades a que deveriam supostamente obedecer estarem em posições opostas. A elite local antiga sempre fora aliada dos religiosos nas Américas e até pouco tempo antes representava o poder monárquico espanhol, mas era ela que se havia revoltado. O papado, que estava enfraquecido e ausente do cenário internacional, parecia cada vez mais distante da realidade platina. O poder régio, ausente por certo tempo em virtude das guerras napoleônicas, tentava retomar o controle. Diante de tantas autoridades conflitantes e em parte ausentes criou-se um vácuo de poder no qual muitos religiosos hispano-americanos vieram a adotar posições igualmente divergentes.

título de marques. Além de ser importante diplomata, entre suas maiores participações foi representar a Espanha no Congresso de Viena.

¹⁴ Segundo Letúria e Furlong. In: FURLONG, Guillermo S. J. *La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana*. Buenos Aires. Ediciones Teoría, 1957.

A resposta papal mediante a encíclica consistiu em estabelecer uma diretriz para a “cabeça da igreja” nas Américas – o clero – subentendendo que, se estes seguissem numa direção, unidos e em comunhão com o papa, poderiam promover uma conduta pastoral mais adequada na região, de modo a atender aos leigos, que naquele momento também enfrentavam dificuldades diante da crise de identidade. Enfim, a encíclica intendia promover a afirmação da autoridade tradicional, de modo a restaurar a ordem colonial, como na Europa restaurara a ordem o Congresso de Viena.

Com a pluralidade e a desorientação gerada pela distância temporal, geográfica e mental entre o papado e a América, cada polo de poder resolver por decidir por si o que guerra santa significava em seu contexto. Usando os mesmos pressupostos filosóficos e religiosos existiam dois lados da batalha lutando a sua guerra santa esta é uma marca tão presente na América hispânica – notoriamente no Prata – que se tem heróis da pátria e mártires da independência.

Ora, não por acaso esse conceito – que é contemporâneo aos fatos – é usando, revela, na verdade, uma mentalidade que imbuí aquelas pessoas que ruptura de paradigmas e na desorientação que viveram procuraram significantes naquele universo que lhes era familiar.

Bibliografia

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- BANDEIRA, Moniz; “A Guerra do Chaco”; *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998.
- BETHELL, Leslie (Coord.). *História da América Latina*. São Paulo: Ed.USP, 2000.
- Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 2000.
- CERVEIRA, Luis Alexandre; “Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano. Conflitos Políticos e Disputas Econômicas – O Caso Da Revolução dos Comuneros (Paraguai 1721-1735)”; *Veredas da História*; ano IV. ED. 1- 2011.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*, s/l: s/ed., 2007.
- CRÉTINEAU-JOLY, Jacques Augustin Marie. *La Iglesia Romana y la Revolución II*. s/l: Sociedad Tipográfica Editorial La Maravilla, 1867.
- DE ARCO, Fernando *et al*; “Heráldica eclesiástica”; *Emblemata: Revista aragonesa de emblemática*, n. 18, p. 123-146, 2012.
- DELGADO, Paulino Castañeda; “Relaciones Iglesia - Estado en Hispanoamérica. Gregorio XVI”; *Homenaje a Alberto de la Hera*. Universidad Nacional Autónoma de México, 2008. p. 171-198.

- DOMINGUES, Beatriz Helena; “As Repercussões da Expulsão dos Jesuítas nos Movimentos Independentistas nas Américas Espanhola e Portuguesa”; *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*; Belo Horizonte, 2000.
- DOS SANTOS, Cândido; “Os jansenistas franceses e os estudos eclesiásticos na época de Pombal”; *Mathesis*, v. 13, p. 67-104, 2004.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FURLONG, Guillermo S. J. *La Santa Sede y la Emancipación Hispanoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Tehoría, 1957.
- GREVE, Aristides. *Subsídios para a história da Restauração da Companhia de Jesús no Brasil por ocasião do seu 1º. Centenário*. s/l: s/ed., 1942.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- HEREDIA, Edmundo A. *Planes Espanoles para Reconquistar Hispanoamérica: 1810-1818*. Buenos aires: Eudeba, s/d.
- HERRERO, Pedro Pérez; “Las Independências Americanas; Reflexiones Historiográficas com Motivo del Bicentenario”; *Cuadernos de Historia Contemporánea*, v. 32, p. 51-72, 2010.
- IRAZUSTA, Rodolfo; IRAZUSTA, Julio. *La Argentina y el Imperialismo Británico: los Eslabones de una Cadena, 1806-1933*. s/l: Editorial Independencia, 1982.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GUNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O Conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LUCENA SALMORAL, Manuel. *História de Iberoamérica*. Madrid: Cátedra, 2008.
- LYNCH, John. *Caudillos en Hispano-América: 1800-1850*. Madrid: Mapfre, 1993.
- MARIOTTI, Humberto. *A razão do coração e o coração da razão: Blaise Pascal e o Pensamento Complexo*. S/l: s/ed, 2007.
- MARTINA, G. *História da Igreja, de Lutero a Nossos dias*. III. A era do liberalismo. São Paulo: Loyola, 1996.
- MARTINS, William de Souza; “Igreja e Estado no Brasil Oitocentista: um diálogo com 'La Iglesia católica y la formación del Estado-nación en América Latina en el siglo XIX. El caso colombiano', de Luis Javier Ortiz Mesa”; *Almanack*, v. 1, n. 6, 2013.
- MEDEIROS, Wellington da Silva; “Concílio Vaticano I (1869–1870): Centralização do Catolicismo”; *Revista Eletrônica Discente História*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2013.
- NÁJERA, María Dolores Illescas. *Un Haz de Reflexiones en Torno Al Tiempo, la Historia la*

Modernidad. S/l: Universidad Iberoamericana, 1995.

NÚÑEZ, Jorge; “La Revolución Francesa y la Independencia de América Latina”; *Nueva Sociedad*, n. 103, p. 22-32, 1989.

Os Jesuítas: no Brasil, na história e o breve do papa Clemente XIV. Rio de Janeiro: Cent Bras Publ, 1941.

PIMENTA, João Paulo Garrido; “História dos Conceitos e História Comparada: Elementos para um Debate”; *Almanack Braziliense*, n. 7, p. 56-60, 2008.

PORTILHO, Ana Cláudia; “O Ator Santa Sé na Política Internacional Moderna”; *3º Encontro Nacional ABRI 2001*, 3. 2011, São Paulo.

RANKE, Leopold von. *Historia de los papas en la epoca moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

ROCHA, Carolina da Cunha. *Chama De Fé, Luz Da Razão: O Ideário De Frei Servando Teresa De Mier No Contexto Das Independências Hispano-Américas*. 2006. 365 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

ROCHA, Regina da Cunha. *Entre o trono e o altar: A Política Pendular Da Santa Se No Reconhecimento Das Independências Hispano-Americanas*. Brasília, 2002. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

ROJAS, Ricardo. *El Santo de la Espada*. S/l: Editorial G. Kraft, 1961.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: Teoria da história - Os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília: UNB, 2001.

SCHEIDT, Eduardo; “O processo de formação dos Estados nacionais na América Latina”; *História Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 148-150, 2005.

TOMÉ, Romina Alexandra Sim-Sim. *A diplomacia da Santa Sé: Evolução e Questões Actuais*. 2013. 202 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Évora.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977.

WALZER, Michael. *Guerras justas e injustas: un razonamiento moral con ejemplos históricos*. S/l: s/ed. 2001.

O silencioso drama da República Democrática do Congo: Narrativas de refúgio em São Paulo

The silent drama of the Democratic Republic of Congo: refuge narratives in São Paulo
El drama silencioso de la República Democrática del Congo: narrativas del refugio en São Paulo

Fernanda Gallo*

144

Resumo: O texto aborda o conflito vivenciado na República Democrática do Congo (RDC), derivado da disputa de territórios ricos em minerais e que já resultaram na morte de 6 milhões de pessoas. Embora visivelmente trágica, a situação da RDC parece não causar comoção nos meios midiáticos e o desconhecimento deste silencioso drama é perceptível. Contudo, no sentido de refletir sobre as estratégias de sobrevivência em meio a condição de refúgio, algumas narrativas de refugiados congolezes que construíram uma rede de entreatajuda em torno da Igreja da Boa Nova Mensagem em São Paulo, serão aqui apresentadas.

Palavras-chave: Refugiados Congolezes, São Paulo, estratégias

Abstract: The text addresses the conflict experienced in the Democratic Republic of Congo (DRC) as a result of the dispute over territories rich in minerals that have already resulted in the deaths of 6 million people. Although visibly tragic, the situation in the DRC does not seem to cause a commotion in the media, and the ignorance of this silent drama is perceptible. However, in order to reflect on survival strategies in the midst of refuge, some narratives of Congolese refugees who have built a network of mutual aid around the Church of the Good News Message in São Paulo will be presented here.

Keywords: Congolese Refugees, São Paulo, Strategies.

Resumen: El texto aborda el conflicto con experiencia en la República Democrática del Congo (RDC) derivado de la disputa de territorios ricos en minerales y ya ha dado como resultado la muerte de 6 millones de personas. Aunque visiblemente trágica, no parece que la situación de la RDC para causar conmoción en los medios de comunicación y la falta de este drama en silencio es notable. Sin embargo, para reflexionar sobre las estrategias de supervivencia en medio de condiciones de vivienda, algunos relatos de refugiados congoleños construyeron una red de apoyo mutuo en torno a la Iglesia de la Buena Nueva mensaje en Sao Paulo, se presentan aquí.

Palabras-clave: Refugiados congoleños, Sao Paulo, estrategias.

No momento em que a locutora anunciou o desfile da primeira delegação de refugiados nos recentes jogos olímpicos, o estádio inteiro se levantou para prestigiá-la, incluindo o então secretário geral da ONU, Ban Ki Moon. A iniciativa de representar este drama humanitário em um evento mundial é sem dúvida relevante, sobretudo porque o atual número de refugiados é o maior já registrado desde a segunda guerra

* Graduada em História (UDESC), mestre em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA) e doutoranda em Antropologia Social (UNICAMP). Email: fedoca_gallo@hotmail.com.

mundial, que motivou a própria criação da ONU, em 1945. Calcula-se que até o fim de 2015 cerca de 65.3 milhões de pessoas tiveram que deixar suas casas, sendo 21.3 milhões refugiados, 3.2 milhões solicitantes de refúgio e 40.8 milhões deslocados dentro de seus próprios países.¹

Embora a questão do refúgio não seja recente ela parece ter ganhado repercussão com a ida de milhares de pessoas, especialmente da Síria, para o continente Europeu. A chamada “crise dos refugiados” na Europa acendeu debates calorosos e impulsionou o apoio à extrema direita que, nas últimas eleições, vem galgando um perigoso espaço². Em linhas gerais, os refugiados foram encarados pelas grandes potências como um “problema” quando chegaram à Europa e, acompanhando os noticiários temos a sensação que a crise é do continente europeu e não da própria Síria, com seus 5 milhões de refugiados e bombardeios diários³.

No Brasil, o reconhecimento de refúgio é concedido pelo Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), que os entrevista e confirma *um fundado temor de perseguição*⁴. Até as últimas estimativas de 2015, foram acolhidos em solo brasileiro 8.863 refugiados reconhecidos, de 81 nacionalidades distintas, fora os quase 8.000 pedidos ainda em processo de avaliação. Os principais grupos são compostos por nacionais da Síria (2.298), Angola (1.420) Colômbia (1100), e República Democrática do Congo (968). Exceto os angolanos, as outras nacionalidades continuam a chegar no Brasil e, até 2014, os pedidos de refúgio foram apresentados sobretudo em São Paulo (26% do total de solicitações no período), Acre (22%), Rio Grande do Sul (17%) e Paraná (12%)⁵.

¹ UNHCR, 2016

² *Frente Nacional* francês; *Verdadeiros Finlandeses* na Finlândia; *Aurora Dourada* na Grécia; *Partido Nacional Democrático da Alemanha*, *Partido Popular da Dinamarca* e **Jobbik** da Hungria são alguns dos partidos que vem ganhando adeptos ao propagar um discurso xenófobo. Para se ter ideia do teor destes, o Partido Nacional Democrático da Alemanha é liderado por Udo Voigt, filho de um oficial nazista que defende Hitler. A bandeira do **Aurora Dourada é uma suástica estilizada e seus militantes são acusados de incendiar campos de refugiados. O Jobbik é assumidamente antissemita.**

³ Neste cenário o Brasil, desde setembro de 2013, passou a emitir um visto especial às pessoas afetadas pelo conflito na Síria. Também os haitianos recebem um *visto humanitário de residência*, criado explicitamente para eles, o que evidencia o papel do Brasil como líder da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah).

⁴ Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. O Brasil também é signatário da Convenção de 1951- Estatuto do Refugiado, Protocolo de 1967 e da Declaração de Cartagena sobre os Refugiados.

⁵ Existem ainda outras categorias como *apátridas*: indivíduos que não possuem o vínculo jurídico de nacionalidade com um Estado, a exemplo de crianças nascidas em campos de refugiado e *asilados*, cuja

A maior parte dos refugiados no Brasil vive em São Paulo e são recebidos por entidades religiosas como a Cáritas Arquidiocesana, Pastoral do Migrante e a Casa de Acolhida Nossa Senhora Aparecida e por órgãos públicos como o Centro de Referência de Acolhida para Imigrantes e a Casa de Passagem Terra Nova, criados em 2014. Instituições como o SESC-Carmo promovem cursos de português e também ONGs, como a Adus - Instituto de Reintegração do Refugiado, vem desenvolvendo um importante trabalho social e jurídico na cidade. A observação participante nestes locais foi o ponto de partida da minha pesquisa de mestrado e neles entrevistei alguns solicitantes de refúgio e refugiados por meio, sobretudo, de indicação de funcionários destas instituições. Contudo, na Pastoral do Migrante fui indicada a conversar com Omar⁶, que me levou até seu pequeno grupo de participantes da Igreja Nova Boa Mensagem trazida da República Democrática do Congo (RDC) e reconstruída em Artur Alvim, bairro periférico de São Paulo. Foi principalmente neste espaço, acompanhada de Omar, que pude analisar os conflitos que assolam a RDC, mas também refletir sobre a força mobilizadora das estratégias de sobrevivência criadas pelos membros da igreja.

Além do espaço da Igreja da Boa Nova Mensagem (EBNM, sigla em francês), fiz um trabalho voluntário na Cáritas durante o mês de junho de 2010, auxiliando na tradução do depoimento de solicitantes de refúgio a uma entrevistadora do CONARE. Portanto esse texto é composto por dados da pesquisa de campo realizado entre 2009 e 2010, fruto da vivência com os refugiados na EBNM e também da experiência de voluntariado na Cáritas.

O texto está dividido em duas principais partes. Em o *Histórico drama da RDC* serão apresentados o contexto sócio político da RDC, que devido ao teor complexo e silencioso, ocupará algumas páginas e tem como objetivo situar os motivos pelos quais os refugiados de São Paulo saíram de seu país de origem. A segunda parte, intitulada *Narrativas de refúgio*, apresento algumas narrativas e argumento que embora não estejamos efetivamente comprometidos com o drama da República Democrática do Congo, um singular grupo de refugiados em São Paulo reinventa a própria condição de

solicitação deve ser feita ainda no país de origem e o trâmite de acolha é um ato soberano do Estado, não submetido a órgãos ou legislações internacionais.

⁶ Esse artigo é embasado na pesquisa: GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. *Refugiados congolese em São Paulo: sentidos significados na Igreja Boa Nova Mensagem*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

refúgio através de redes de ajuda e laços de solidariedade construídos em torno da Boa Nova Mensagem.

O Histórico drama da RDC

Com seus 67 milhões de habitantes e mais de duzentos povos, a RDC é o terceiro maior país africano e está encravado no centro do continente, na região dos Grandes Lagos, onde faz divisa com nada menos que nove países: Uganda, Burundi, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia, Angola, República do Congo, República Centro Africana e Sudão. São 9.200 km de fronteiras e um rio, o Congo, que nasce no país e deságua no oceano Atlântico tornando o país alvo de interesse geopolítico desde sempre.

Antes da presença europeia, o famoso reino do Congo já havia estabelecido relações de troca com muitos outros povos a exemplo dos mercadores árabes sediados na costa índica. Contudo, após as expedições exploratórias do aventureiro inglês Henry Stanley, entre 1874 e 1878, o rei belga Leopoldo I organizou a Conferência Internacional de Bruxelas, para abrir a bacia do Congo à exploração ocidental. Pouco tempo depois o intitulado *Estado Independente do Congo* se tornou uma propriedade particular de Leopoldo lembrado por atos perversos como o decepamento de mãos dos que contrariavam as ordens reais ou morriam de exaustão nas colheitas de borracha, algodão e extração do marfim.⁷

Em 1908, o então *Congo Belga*, deixou de ser propriedade pessoal do rei para se tornar colônia da Bélgica e assim permaneceu até 1960. Nesta manobra política não foram alteradas as violentas práticas de coerção dos povos locais, ao contrário, o trabalho forçado foi legalmente instituído causando uma série de revoltas e greves como de 1941, que parou as atividades de cobre e estanho em Katanga e a rebelião de estivadores de Matadi, em 1945.⁸

No fim da década de 1950, o descontentamento e a resistência se tornaram ainda mais enfáticos, sobretudo após os “esforços de guerra” aumentar a produção de

⁷ TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; BARBOSA, Luciana Mendes; “Congo: no ‘coração’ da África o dilema entre independência e ditadura”; *Conjuntura Internacional*, PUC Minas Gerais, 2007.

⁸ ESTEVES, Raphael Rezende; “Os embates de março de 2007 na República Democrática do Congo em perspectiva histórica”; *Conjuntura Internacional*, PUC Minas Gerais, 2007;

cobre e algodão. A região Leste, palco de distúrbios atuais, foi seriamente afetada já que as minas de estanho lá se encontram. O pós-segunda guerra também ficou marcado por uma considerável expansão de movimentos religiosos proféticos ou messiânicos como *Kitawala*, o *Mvunguismo* e o *Kibanguismo*⁹ e por ventos de mudança inflados, sobretudo, pelos movimentos de libertação que cresciam no continente africano. Finalmente, no dia 30 de junho de 1960, uma mesa redonda decidiu que o Congo belga independente seria uma república parlamentar, com governo central e seis governos provinciais. As eleições nacionais e provinciais foram organizadas em maio de 1960 e Joseph Kasa-Vubu tornou-se o primeiro presidente da República e Patrice Lumumba o primeiro-ministro e chefe do governo.

Para simbolizar a liberdade o país foi renomeado como *República do Congo*, porém, os ideais de rompimento com os ex-colonizadores e o alinhamento de Lumumba com os comunistas da então União Soviética desafiaram os interesses da antiga metrópole e da potência norte americana, em plena guerra fria. Apoiada pela Bélgica, a rica província de Katanga e a de Kassai se declararam independentes encorajando outras forças centrífugas étnicas-partidárias, dando início a primeira grande crise pós-colonial (1960-1965). Foi neste contexto que Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) aterrissou pela primeira vez no país, permanecendo até 1963¹⁰.

Em 1961, Patrice Lumumba foi preso e assassinado em um crime orquestrado por oficiais de Bruxelas.¹¹ Aproveitando-se da desestabilização, nas vésperas das eleições presidenciais, em 1965, o chefe das forças armadas Joseph Désiré Mobutu assumiu o poder através de um golpe militar¹². Em nome de uma “reafricanização”, Mobutu rebatizou o país como *República do Zaire* e permaneceu por 32 anos no poder, em meio a um despotismo quase teatral, com direito a chapéu de pele de leopardo e

⁹ Os autores Willy de Caremer, Jan Vansina e Renée Fox (1976) argumentam que haveria uma cultura comum existente na África Central, e que essa cultura de longa duração permeou grande parte dos movimentos religiosos no Congo.

¹⁰ A Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), iniciadas em 1960, foi a primeira missão de grande escala, com aproximadamente 20 mil militares.

¹¹ No ano 2000, a Bélgica montou uma comissão parlamentar de inquérito que resultou no pedido de desculpas à família de Lumumba e ao povo congolês, pelo papel dos oficiais belgas no assassinato.

¹² Para tanto os americanos enviaram aviões e uma patrulha naval operada pela CIA, os belgas 500 paraquedistas e 450 oficiais. A “ajuda”, que também contou com cerca de 1000 mercenários sul-africanos, foi fundamental para preparar o terreno que resultou na tomada de poder de Mobuto. (Blum, 2004)

bengala de marfim. Seus notórios favorecimentos étnicos e enriquecimentos ilícitos ilustram bem o despotismo pós-colonial descrito por Achille Mbembe.¹³

Convencidos de que Mobuto era um homem forte, muitas potências ocidentais o apoiaram. Porém, entre os anos de 1973-1975, a situação econômica do país se deteriorou e não demorou a que expressões de insatisfação, como a resistência armada no Baixo Congo e Kisangani, se tornassem cada vez mais evidentes. Na década de 1990 a credencial anticomunista de Mobuto já não tinha efeito e seus aliados ocidentais começaram a pressioná-lo. Sem muitas opções, entre os anos de 1991-1993, Mobutu estabeleceu uma nova legislação autorizando a existência de partidos políticos e quando se retirou do poder para cuidar da saúde em 1996, seu primeiro-ministro não conteve a situação explosiva que foi agravada pela invasão do exército de Ruanda à procura de milícias *Hutus* instalados nos campos de refugiados do Zaire.

Estando mais uma vez o país vulnerável, fortificaram-se os grupos de oposição como a Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo (ADFDL) conduzida por Laurent-Désiré Kabila e seus aliados de Ruanda, Burundi, Uganda e também Angola, interessada em acabar com militantes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) do país vizinho¹⁴. Apoiado militarmente pelos países citados e munido com dinheiro das grandes mineradoras mundiais, Kabila pai, como ficou conhecido, destituiu Mobuto e se autoproclamou presidente, em meio a 200.000 mortos¹⁵. A articulação internacional do novo golpe ficou conhecido como a “Primeira guerra do Congo” (1996-1997).

Kabila também renomeou o país como *República Democrática do Congo* e não

¹³ Mobuto também proibiu referências ao Ocidente como nomes cristãos. Contudo, não negou o dinheiro ocidental através de gordos empréstimos do FMI, Banco Central e de licenças para exploração de minérios. Dez anos depois de sua morte a fortuna de Mobuto, escondida nos bancos suíços, foi motivo de disputa, mas em 2009, o tribunal penal federal suíço decidiu pela entrega de 5.5 milhões de euros à sua família e não aos cofres do país. Ver: La bonne fortune des Mobutu. (Jeune Afrique 21/07/2009) <http://www.jeuneafrique.com/202241/societe/la-bonne-fortune-des-mobutu/>. Acesso em: 25/10/2016

¹⁴ A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) combateu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no poder desde a independência, em 1975. As disputas entre os dois resultou na guerra civil angolana que durou até 2002.

¹⁵ Em março de 1997, a empresa canadense Tenke Mining garantiu 50 milhões de dólares para os rebeldes de Kabila. Em 16 de abril do mesmo ano, Kabila assinou um contrato de 1 bilhão de dólares com a Companhia America Mineral Fields. Em maio representantes do Bank of Boston, Goldman Sachs e outros foram a RDC para garantir apoio financeiro a Kabila, incluindo transporte para suas tropas. [SILVA, Igor Castellano da. *Guerra e construção do Estado Democrático do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011, pp. 101-102].

demorou para que se desentendesse com seus aliados a quem teve que ceder cargos em troca do apoio que recebera¹⁶. Descontentes, parte dos vizinhos deflagraram uma rebelião anti-Kabila dividindo a região dos Grandes Lagos. Entre os contrários a Kabila atuaram no conflito tanto os contingentes dos exércitos de Ruanda, Burundi e Uganda atrás dos *hutus* e do domínio da rica região, quanto diferentes milícias apoiadas por estes como a União Congoleza pela Democracia e Liberação do Congo e o Movimento de Liberação Congolês (MLC) liderado por Jean Pierre Bemba¹⁷. Ao lado das tropas do governo da RDC estavam os exércitos do Zimbábue, Angola, Chade e Namíbia.

Outras tantas milícias também atuaram/atuam na região, especialmente nos Kivus norte e sul, ora em consonância com Kabila, ora por conta própria a exemplo dos *Hutu Interahamwe* do Exército pela Liberação de Ruanda, um dos principais executores do genocídio, assim como as já citadas Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR); os ex-integrantes das Forças Armadas de Ruanda, grupos rebeldes ugandenses, como as Forças Aliadas Democráticas (FDA)¹⁸ e burundianas (Força para a Defesa da Democracia) e também as diferentes milícias dos Mai Mai como o Nduma Defesa do Congo (NDC). Nada menos que sete países e dezenas de milícias se enfrentaram dentro do território congolês na então intitulada “Segunda guerra do Congo” ou “Guerra mundial africana” (1998-2003). Embora nitidamente desconhecida, a “Guerra mundial africana” computou cerca de quatro milhões de mortos.¹⁹

O que move esse complexo número de atores, através de milícias ou exércitos nacionais, é a disputa pelos territórios onde estão concentradas as inúmeras riquezas minerais encontradas no solo congolês. Entre eles destaca-se o *Colton*, um minério extremamente raro composto por colômbio e tantalite de onde se extrai o tântalo, um ótimo condutor de eletricidade usado nos eletrônicos. Além do *Colton*, a RDC é rica em

¹⁶ Como a nomeação do Chefe das Forças Armadas, o general ruandês James Kaperebe.

¹⁷ A milícia de Bemba também matou, pilhou e violou o direito de milhares de pessoas na República Centro-Africana em apoio ao Presidente Ange-Félix Patassé face a uma tentativa de golpe de Estado.

¹⁸ Em janeiro de 2013 o governo lançou uma operação militar chamada de Sokola 1 (Limpeza na língua Lingala) as Forças Aliadas Democráticas (FAD) no território Beni na província de Kivu-Norte. No que se refere as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) alguns de seus combatentes participaram do programa de Desmobilização, Desarmamento, Repatriação, Reassentamento e Reintegração da MONUSCO. Outros seguiram atuando no leste do país. (Anistia Internacional – Informe 2014/15)

¹⁹ BIZAWU, Kiwonghi. *O sistema de Segurança Coletiva da ONU e os conflitos nos Grandes Lagos: análise das soluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a República Democrática do Congo.. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.*

cobalto, necessário para a indústria de aviação, ouro, diamante, prata, urânio e outros.

Diante deste panorama calamitoso, e sem que o acordo de Paz de Lusaka (1999) refreasse a situação de pilhagem, foi instaurada a Missão de Organização da Nações Unidas no Congo (MONUC) renomeada, em 2010, como Missão de Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO)²⁰. A então MONUC não impediu que, em de janeiro de 2001, o presidente Laurent-Désiré Kabila fosse assassinado e substituído pelo filho através de uma articulação entre Zimbábue e Angola.

Finalmente, em 2006, aconteceram as primeiras eleições democráticas no país, que levaram Kabila filho e Jean Pierre Bemba ao segundo turno com posterior vitória de Kabila, o que deflagrou mais conflitos entre milícias dos dois lados. Bemba exilou-se com sua família sendo preso em 2008 e recentemente sentenciado por crimes contra a humanidade. Kabila filho foi reeleito em 2011 e se nega a sair do poder ainda que seu mandato tenha acabado em dezembro de 2016, gerando grande revolta na população²¹.

Novas milícias surgem a cada dia estimulados por empresas de exploração de minérios que alimentam os inúmeros conflitos em que atores domésticos, regionais e externos continuam pilhando o território congolês. Depois de armadas pelas mineradoras essas milícias se voltam para suas próprias demandas particulares como fez o FLN ao massacrar seus inimigos *Hema* em um verdadeiro círculo de violência e violação de direitos humanos.²² Também o meio ambiente, devido ao grande número de deslocados, se torna alvo de disputas. O próprio retorno gera conflitos, uma vez que a terra dos que regressam muitas vezes passa para a mão de outros²³. Ao serem deslocados de sua terra, toda a cadeia social se desestrutura: a autoridade dos antepassados vai se enfraquecendo, a agricultura perde seus trabalhadores para as minas e as formas tradicionais de solidariedade são paulatinamente substituídas por

²⁰ A principal característica da mudança foi a aprovação do uso de força militar.

²¹ Um ano após a eleição de 2011 o Congresso Nacional para Defesa do Povo (CNDP) uma milícia formada por soldados *tutsis* do exército congolês desertou e formou o M23 que chegou a dominar a província do Kivu Norte e a cidade de Goma. O M23 foi desmantelado pela MONUSCO, então comandada pelo general brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz, em 2013.

²² HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2005, events of 2004. HRW, 2005. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/wr2k5/wr2005.pdf>>. Acesso em: 13/mar/2017.

²³ SYLLA, Oumar; "Land and property disputes impeding return and reintegration"; *Revue Forced Migration*, n. 36, nov. 2010.

uma luta individual pela sobrevivência.

A chamada “maldição da riqueza” que se vê na atual RDC reflete a combinação de um suporte militar externo, conflitos regionais e forte financiamento vindo de empresas que atuam na exploração de recursos. É importante repetir que a situação resultou em inomináveis seis milhões de pessoas mortas e essas vidas findas parecem não causar comoção, campanhas e *hashtags* nas redes sociais como nos recentes atentados de Paris, por exemplo. A falta de comoção vem, em grande parte, do desconhecimento da situação que envolve até o pescoço as grandes potências mundiais, interessadas no silêncio de suas atividades escusas. As diferentes denominações que o país já teve: Estado Independente do Congo, Congo Belga, República do Congo, República do Zaire e finalmente República Democrática do Congo não alteraram a constante condição de deslocamento forçado e sistemática exploração aos quais grande parte da sua população é historicamente submetida, uma pequeníssima parcela dessa população encontra-se no Brasil.

Narrativas de Refúgio

Pode-se afirmar que a grande maioria dos solicitantes ou refugiados congolezes que estão no Brasil, saíram da RDC devido as perseguições fruto dos inúmeros conflitos, explicitados na sessão anterior. Contudo, há experiências diversas dentro da categoria perseguições e entre tais experiências dois grupos se sobressaem. O primeiro deles concentra pessoas que tiveram algum envolvimento político direta ou indiretamente, eram parentes ou amigos de políticos, participavam de ONGs, grupos religiosos e partidos políticos ou deixaram transparecer sua oposição ao governo. Essas pessoas, em geral, possuem um bom nível de escolaridade e na grande maioria das vezes provém da capital Kinshasa.

Esse é o caso de Ygor²⁴, rapaz de 23 anos, que conheci na sala de espera da Cáritas Arquidiocesana em 2009. Enquanto ele ajudava um camaronês a preencher o formulário de solicitação de refúgio me intrometi na conversa e assim iniciamos um diálogo em francês, o que o deixou confortável para falar. Depois de encontrá-lo outras

²⁴ Nome fictício, conversas realizadas durante o mês de julho de 2009 e fevereiro de 2010.

vezes me dispus a mostrar um pouco do centro de São Paulo ao jovem rapaz e, durante essas caminhadas, ele me contou sobre sua vida estável em Kinshasa, onde trabalhava em uma sociedade de transporte. No Congo, ele compartilhava uma casa com seu amigo e sócio e tinha como hábito sair para se divertir. O amigo em questão era familiar de Jean Pierre Bemba e apesar de não se envolver diretamente na política, Ygor afirmou que não escondia seu posicionamento em favor de Bemba. Depois que o próprio Bemba se exilou na Europa todos aqueles que o apoiavam passaram a ser perseguidos. Ou seja, a proximidade com um familiar de um antigo governante, foi o motivo que desencadeou uma série de perseguições a Ygor. As ameaças chegaram ao extremo em uma noite, de maio de 2009, quando Ygor e seu sócio foram vítimas de um tiroteio, por volta da meia noite, enquanto voltavam de uma festa. Fugindo pela casa do vizinho, cujo arame farpado lhe rendeu uma cicatriz no braço, Ygor decidiu deixar o país. Um padre lhe ajudou a conseguir a documentação para o Brasil e a família pagou a passagem. Sem falar português e sem alguma perspectiva, Ygor chegou a São Paulo e foi acolhido por uma família de conhecidos congolezes. Fato que mostra a existência de redes sociais de apoio entre os que estão no Brasil e os que se encontram no Congo. Para ele, que na altura em que o conheci frequentava o curso de português no SESC, a cidade de São Paulo é boa para os brasileiros já que as reais possibilidades dele, então solicitante de refúgio, para com ela, a megalópole, são muito difíceis.

O outro grupo de solicitantes ou refugiados é composto por pessoas que foram convocados forçadamente a combater nas fileiras do exército do governo e das milícias, ou ainda, tiveram suas casas e famílias destruídas durante o fogo cruzado. Essas pessoas são pequenos agricultores de regiões afetadas no interior do país, como a região do Baixo Kongo e Kivus. Esse é o caso dos irmãos Fabiano e Leandro cuja história tive acesso ao ajudar na tradução do pedido de refúgio deles feito a uma funcionária do CONARE em 2010²⁵. Leandro o irmão mais velho, trabalhava como ambulante nas ruas e Fabiano, 16 anos, estudava. Um dia, os militares do governo invadiram sua casa e os obrigaram a seguir com eles. Depois de ficarem alguns dias em um quartel, eles realizaram uma viagem em caminhões, rumo a Goma, onde as

²⁵ Nome fictício. Informações relatadas pelo solicitante de refúgio para o oficial do ACNUR no dia 5/02/2010.

milícias de Laurent Nkunda, um *Tutsi* congolês, agiam. O que se passou depois foram muitos meses de uma experiência traumática. Sem qualquer aprendizado de táticas de guerra, ou mesmo sem saber como manejar armas ou lidar com explosivos, eles passavam dias após dias caminhando pela floresta em busca dos rebeldes de Nkunda. Fabiano, por ser mais novo, foi designado para carregar mantimentos e munição, enquanto Leandro foi obrigado a combater. Um combate que não era aberto e sim uma guerra de emboscada.

No período em que estiveram no mato, o pequeno Fabiano logo apresentou sérios problemas de saúde, situação que preocupou o irmão mais velho. Certo dia, ao chegarem a uma vila para descansar e se restabelecer, enquanto os soldados se dispersaram em busca de comida e mulheres, os irmãos relataram ao oficial do CONARE que conheceram um pastor que resolveu ajudá-los. Ao entardecer, o pastor chegou com sua caminhonete e os atravessou para a fronteira de Uganda, onde ficaram por cerca de um mês. Porém nem tudo estava resolvido, já que os militares do presidente Kabila poderiam entrar no país vizinho em busca dos desertores. Assim, o pastor começou a reunir dinheiro entre os fiéis afim de providenciar passaporte e visto para os irmãos e foi assim que chegaram ao Brasil, em maio de 2009. Desembarcaram no aeroporto internacional de Guarulhos, sem saber direito em que país aterrissavam. Impossibilitados de se comunicar em português contaram com a ajuda de estranhos que os encaminharam até um ônibus que seguia para o centro da cidade e de lá policiais os encaminharam à Cáritas.

Ainda mais sensível é o caso das mulheres congolezas, muitas vezes vítimas de violência sexual, como o caso de Amália uma estudante de medicina que morava com a tia e trabalhava como recepcionista para um senhor cujas atividades políticas se opunham ao presidente Kabila, posição partilhada também por sua tia²⁶. Assim como no caso dos irmãos Fabiano e Leandro, conheci Amália durante seu depoimento cedido

²⁶ Segundo relatório da Anistia Internacional: “O estupro e outras formas de violência sexual contra mulheres e meninas continuaram endêmicas, não só em áreas de conflito, mas também em algumas partes do país não afetadas por confrontos armados. Atos de violência sexual foram cometidos por grupos armados, por membros das forças de segurança e por civis desarmados. Os autores de estupro e outras formas de violência sexual desfrutaram praticamente de total impunidade. (Relatório Anistia Internacional 2014/2015 p.202)

a um oficial do CONARE em 2010 que ajudei a traduzir²⁷. Amália contou que certo dia, enquanto se dirigia ao trabalho, dois homens a seguiram e logo a nocautearam. Ela desmaiou e acordou algumas horas depois em um quarto desconhecido cercada por homens fardados. Naquele quarto, Amália foi mantida durante 10 meses, sendo constantemente violentada o que lhe resultou uma gravidez indesejada. Porém, o fruto da violência foi também sua “salvação” do cativo já que a partir de um aborto espontâneo ela foi levada a um hospital e com o auxílio de uma enfermeira que contactou a família, sua fuga foi articulada através do porto de Boma.

Apesar das duras histórias de vida, como as citadas acima, o contato com o refugiado Omar através da Pastoral Casa do Migrante me conduziu a outra face do refúgio, aquele tecido pela rede social em torno da *Eglise Bon Nouveau Message (EBNM)* ou Igreja da Boa Nova Mensagem, da qual ele faz parte. Por ter sido meu interlocutor privilegiado e uma pessoa que considero representar a ideia de reinvenção da condição do refúgio me deterei em sua narrativa.

Omar: mediador entre imigrantes e brasileiros

Sentado na biblioteca da Casa do Migrante, Omar foi logo avisando que não falaria de sua vida pessoal, pois já havia feito isso diversas vezes e até então não conseguia ver resultado algum em se expor. Segundo ele todas as pessoas que chegam na Cáritas, Acnur, Casa do Mirante, interessadas nos refugiados, são encaminhadas para ele: *tudo é falar com Omar, vai falar com Omar*, resmungou.²⁸ Durante uma hora ele impôs seu próprio ritmo, de maneira que as perguntas por mim elaboradas caíram por terra e pude apenas indicar, na medida do possível, alguns temas de meu interesse.

Natural da província de Kasai Oriental, Omar chegou ao Brasil em 2006 e se denomina pertencente ao grupo *Tetela*. Atualmente trabalha como agente de saúde em uma empresa terceirizada pela prefeitura e lá realiza atividades de prevenção e encaminhamento ao posto de saúde de moradores da Casa da Acolhida, Casa do

²⁷ Nome fictício. Informações relatadas pela solicitante de refúgio para o oficial do ACNUR no dia 5/02/2010.

²⁸ Entrevista em 20/01/2010.

Migrante e também com moradores em situação de rua das adjacências. Sua posição de mediador entre migrantes e sociedade local o coloca em uma posição interessante, uma vez que ele dialoga, negocia e escreve uma gramática diaspórica especial, já que na Casa do Migrante também há brasileiros que ele examina e auxilia.

Antes de trabalhar com saúde, Omar trabalhou em frigoríficos no sul do país, mas voltou para São Paulo pois se sentiu discriminado pela cor da sua pele. Também trabalhou na limpeza do metrô e passou por um conhecido museu, até chegar ao trabalho que ilustra da seguinte forma: *Eu sou agente comunitário da saúde. Tem que dar moral, tem que ajudar a psicologia deles, eu dou a saúde, mas na saúde tem tudo*²⁹. Omar é secretário da EBNM e começou a frequentar a igreja estimulado por Danilo e relata a experiência informando que: *A gente achou bom começar a cantar, só cantar pra ter pão... Aí fomos se reunindo pra dar louvor. Ele (Danilo) começou a nos mostrar o caminho e a gente passou a ficar unido. E ele fez com que a gente entrasse em contato com o profeta dele lá no Congo*³⁰.

No Brasil, Omar vem reconstruindo sua vida, passo a passo. Depois de morar na Casa do Migrante por algum tempo, decidiu, com outros sete colegas, alugar um quarto em uma pensão no centro da cidade. Além de moradia para oito pessoas, o espaço servia de ponto de encontro já que, segundo informou “ *Outros africanos frequentavam a pensão para comer, tomar banho. Aí Deus é grande e as oportunidades de trabalho começou a aparecer. E procuramos esta casa, mudamos para Artur Alvim*³¹. Em Artur Alvim, primeiramente dividiu a casa com Danilo e outros congolezes e, assim que a esposa de Danilo chegou, cada um começou a formar sua própria casa.

Na nossa segunda conversa, Omar já tinha se tornado meu interlocutor. Além das perguntas sempre feitas por mim, ele buscou em nossos encontros saber qual era o meu verdadeiro interesse na pesquisa e estabelecer vínculos no lugar onde eu queria chegar. Seis dias antes do seu casamento, no qual fui convidada, almoçamos na casa do migrante e confesso ser mesmo admirável o carisma e o respeito que ele exerce tanto entre os migrantes como entre os funcionários da casa. Durante o almoço ele me mostrou um delicado cartão de casamento, presenteado por uma holandesa moradora

²⁹ Entrevista em 20/01/2010.

³⁰ Ibid.

³¹ Entrevistas em 20/01/2010.

da Casa da Acolhida que foi condenada por tráfico de drogas e aguarda seu processo de extradição.

Meu interlocutor sem dúvida exerce um importante papel igualmente de interlocutor com os imigrantes que visita e acompanha ao posto médico, com os brasileiros com quem trabalha e, sobretudo com a comunidade congoleza frequentadora da EBNM, onde exerce a função de secretário, além do grupo cultural que ajudou a fundar. Inúmeras foram as vezes que voltei a encontrar com Omar e a cada conversa, sempre no ritmo imposto por ele, pude pouco a pouco adentrar no universo do refúgio e, sobretudo, da pequena comunidade do qual ele faz parte. Lembro um dia quando o padre da Casa do Migrante ofereceu a Igreja para que ele realizasse seu casamento, Omar agradeceu, mas recusou, afirmando que preferia se casar em Artur Alvim, porque lá ele era respeitado e conhecido. Ou seja, sua influência naquele bairro, com sua comunidade, é certamente seu espaço de acolhimento.

Deslocamento e religião

A EBNM faz parte da categoria de igrejas independentes que podem ser messiânicas, protestantes, cristãs ou não, e que tiveram um papel fundamental durante a história africana, sobretudo na passagem do colonialismo para as independências. Terence Ranger argumenta que os movimentos messiânicos não foram apenas respostas ao colonialismo, pois expressaram uma forma de reorganização social, espiritual e política frente os elementos coloniais (administração, biomedicina, entre outros). Ruy Blanes e Sarró complementam que se os movimentos fossem apenas uma reação ao colonialismo não persistiriam depois de seu fim e, ao contrário, o profetismo continua se expandindo, inclusive de maneira transnacional e transcontinental. Wyatt MacGaffey afirma que diversas organizações que se autodenominam cristãs mostram resultados de séculos de difusão. Ao se referir ao grupo dos *Bakongos* o autor pontua que eles teriam adotado certas prescrições morais, rituais e escrituras dos missionários cristãos pois perceberam no cristianismo, valores que já respeitavam. Também Luena Pereira enfatiza que os movimentos messiânicos não eram apenas uma “escapatória simbólica” e sim uma: “tentativa de retomada da iniciativa política e de empreender uma

resposta coletiva à ameaça de marginalização e submissão”³²

Neste contexto, a EBNM teria surgido a partir de 1955, momento em que seu criador, Dizolele-Mpungu Wafidusua, da província de Baixo Congo, teve visões e aparições proféticas. Dizolele, então com 28 anos, olhou para o céu e viu três sinais dourados que representavam as siglas KCC que significava *Nkanda Wambote Wampa*, ou seja, Boa Nova Mensagem, nome dado ao coral de congoleses em São Paulo. Além de 200 paróquias na RDC ela também está presente na França, Canadá, Bélgica, Inglaterra, Suíça, Alemanha, Irlanda, Finlândia, Estados Unidos e agora no Brasil, no bairro Artur Alvim. A EBNM acompanhou os diferentes fatos sócio-políticos da RDC e assim como o país, trocou várias vezes de nome. Em 1959 chamou-se *Eglise Universelle de Douze Apotres* (Igreja Universal dos Doze Apóstolos) e em 1971, na era do ditador Mobuto, se transformou em *Communaute de Douze Apotres au Zaire*, (Comunidade dos Doze Apóstolos no Zaire). Em 1994, com o esfacelamento da era Mobuto, a Igreja voltou ao nome original, *Eglise Universelle de douze Apotres*³³, até que em 2003 deixou de ser cristã, no mesmo ano de intensas negociações entorno do cessar fogo e da organização das primeiras eleições democráticas. O mesmo ocorreu com a igreja angolana Mpadista que começou sendo cristã e depois se constituiu como uma igreja africana não cristã. (Blanes, 2009). Finalmente, em 2005, a denominação adotada foi *Eglise Bon Nouveau Message* (EBNM - KCC).

As atividades administrativas e técnicas da EBNM estão centradas em Kinshasa, mas sua sede espiritual situa-se no monte Matangi no Baixo Congo, local de nascimento do profeta. E sua atual linha da doutrina é o monoteísmo, sendo Deus o mesmo que se revelou a Israel pelos seus profetas. Portanto a bíblia judaica, ou o antigo testamento, é lida e discutida nos cultos dominicais na EBNM de São Paulo. Paul Gilroy já havia notado que a história judaica, especialmente os temas de fuga e sofrimento, ou seja, da diáspora, fornecem respostas a modernidade e parte desta retórica é compartilhada pelo nacionalismo africano.

³² PEREIRA, Luena Nascimento Nunes; “Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e Estado no pós-guerra angolano”; *Religião e Sociedade*, vol.28, n.2, p.30-55, 2008, p. 46.

³³ Um ano após a queda de Mobuto a EBNM: “Abandona certas exigências protestantes. Ela se sente livre e soberana. E desde então, o Senhor Deus irá inspirar muitas canções novas em seu nome e apresenta muitos sinais reveladores de uma nova era” Disponível em: http://www.ebnmkcc.org/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=9 Acessado em 12/12/2010

Em São Paulo, como já mencionado acima, um de seus antigos frequentadores no Congo, o refugiado Danilo, considerou que criar um espaço para que seus conterrâneos pudessem cantar e louvar a Deus, seria um acalento na situação do refúgio. Um acalento cuja referência ao Congo serviria tanto nas questões práticas (língua, adaptação, emprego) como nas questões espirituais.

A relação existente entre o deslocamento e a religião é algo interessante para se pensar a própria condição de refúgio. Ao migrar nota-se que rapidamente novos projetos identitários são disponibilizados. Entre eles a possibilidade de relacionar-se com o espiritual, se apresenta como uma estratégia de construção de exemplaridades (Bastos, 2008). A identidade do sujeito que migra, imigra, se desloca, transita, é composta por um conjunto de fatores que mesclam continuidades com redefinições. E nesta seara, o campo religioso, como um dos campos da expressão humana, no sentido tangível e intangível, também se transforma ao longo deste processo.

Ou seja, o agenciamento através da religião pode ser interpretado, e este parece ser o caso da comunidade de Artur Alvim, como fonte de transformação amparada em uma ética religiosa. O mesmo parece ocorrer com os refugiados angolanos frequentadores da igreja Kimbanguista no Rio de Janeiro. Ana Paula Pool afirma que os angolanos kimbanguistas se auto percebem como trabalhadores e responsáveis já os angolanos não frequentadores da igreja são identificados por seus conterrâneos como irresponsáveis, devido a constante presença em bares. Ou seja, parece haver mais do que uma dupla inscrição, comentada por Stuart Hall, em relação à sociedade que acolhe e a sociedade de origem. Coexistem dentro da própria ideia de “comunidade angolana” ou de “comunidade congoleza” diferentes referenciais identitários e, no caso aqui tratado, a religião é preponderante.

Apesar de pequena, a Igreja EBNM de São Paulo possui uma estrutura hierárquica rígida e cada um dos seus 50 frequentadores desempenha o papel destinado a seu cargo. A primeira divisão é geográfica e no lado direito do metrô de Artur Alvim, fica a seção 1 e todos os membros da EBNM que lá moram devem se remeter ao responsável daquela seção. A seção 2 fica do lado esquerdo do metrô, e a seção 3, se localiza em Osasco, bairro que tem apresentado boas ofertas de trabalho, sobretudo na área de construção civil. Há também a divisão hierárquica por

administração, presidenta das mães dos jovens e dos pais e, por fim, o Conselho da Igreja. Também há dias determinados para a oração e para o convívio entre o grupo. Nas sextas-feiras os membros de cada seção devem se reunir para orar, nas terças-feiras as seções se visitam e no domingo todas oram juntas.

O culto é uma atividade central na vida dos frequentadores da EBNM pois é o momento que os aproxima enquanto comunidade e os aproxima da doutrina que seguem. No culto, os frequentadores oram, cantam, tocam instrumentos, tem a oportunidade de ouvir e falar em sua própria língua, o lingala, e ainda tem a possibilidade de aprender o português, já que quase tudo é traduzido. Algo interessante é que no culto, ao menos nos que tive a oportunidade de acompanhar, não se fala na condição do refúgio, embora a maioria dos frequentadores seja composta de refugiados. No espaço de tempo que dura o culto, se o refúgio não é superado, parece ser, ao menos adiado.

No final dos cultos as mensagens vindas de Kinshasa ou de outras paróquias da EBNM são lidas o que aponta para a participação transnacional dos refugiados congolese em São Paulo, através da rede da igreja. Embora a EBNM esteja, a priori, aberta para qualquer pessoa, à pessoa em questão, deve seguir regras de comportamento para pertencer ao grupo e a vida cotidiana é, ao mesmo tempo, amparada e vigiada pelos membros da Igreja. Acompanhando o cotidiano da EBNM, pude perceber que os frequentadores, sobretudo os que estão por mais tempo em São Paulo, se interessam e se preocupam com as condições de sobrevivência dos frequentadores (alimentação, hospedagem, procura de emprego etc).

Regina Petrus lembra que nem sempre os imigrantes respondem a informações sobre oportunidades de trabalho baseado nas demandas existentes. Muitas vezes orientam-se por informações específicas que recebem do grupo ou subgrupo. Além de um conjunto de possibilidades oferecido aos recém-chegados, dentro da comunidade religiosa, a memória se partilha agindo como recurso de pertença. Ao se encontrarem, os conterrâneos se identificam nos gestos, cantos, orações entre outros elementos referenciais. Assim, os vínculos ditos transitórios, daqueles que migram geram um sentimento de acolha, de “sentir-se em casa” compondo novos fluxos dentro da grande cidade paulistana.

Entre os cultos que frequentei, certamente o mais representativo foi o casamento de três casais congolezes que se conheceram em São Paulo, um deles foi Omar. A união ocorreu em fevereiro de 2010 e estavam presentes 60 pessoas, entre elas cerca de 20 brasileiros. A cerimônia contou com a presença do apóstolo Marcos, vindo do Canadá especialmente para a ocasião. Algo relevante já que aquela era a primeira vez que um elemento da mais alta hierarquia da EBNM visitava o grupo em questão.

Durante o ritual do matrimônio, alguns fatos foram bastante significativos e merecem ser interpretados. O primeiro deles foi a presença de padrinhos brasileiros de um dos casais. O padrinho em questão é chefe de obras de uma grande empreiteira e os congolezes, os pedreiros da obra. O fato demonstra que, além de afinidade, uma estratégia de apoio e inserção, parece envolver as relações ali estabelecidas. O segundo momento foi quando o apóstolo Marcos proferiu a clássica pergunta se os noivos aceitavam e prometiam lealdade uns com os outros. Enquanto os outros dois casais disseram *oui*, na língua em que o culto estava sendo feito, Omar respondeu em português. Ele escolheu o português e com isso mostrou a todos voluntária ou involuntariamente que, de certa maneira, aderiu aos novos costumes ao mesmo tempo em que reforçou seus laços com o Congo, casando-se com uma conterrânea. Ou seja, as duas coisas caminham juntas e essa parece ser uma das características principais do refúgio e da vida migrante. O terceiro elemento foi o jantar oferecido após o culto. Composto o referencial africano e preparado pelos próprios, havia o feijão branco, folha de mandioca, um guizado com molho de amendoim, *fou-fou* e banana da terra. Como referencial brasileiro, havia salada de maionese, palmito e churrasco.

Sabemos que na situação da diáspora, se leva o que se pode servir de contraste, ou seja, os sinais diacríticos são constantemente reelaborados, como no exemplo do prato “transnacional”. Não há dúvida que em se tratando de migrações, os grupos formam-se e transformam-se, se diferenciando de acordo com os tecidos interpessoais organizados ao seu redor. Neste caso o prato de comida misto, no casamento dos casais de refugiados congolezes com seus padrinhos brasileiros, aponta para o fato de que se reinventar em São Paulo para estes sujeitos, é ocupar um espaço na sociedade brasileira, sem deixar de lado os referenciais congolezes.

De fato, na prática religiosa da EBNM o que Geertz chamou de *ethos* do grupo,

se torna aceitável e exemplar. Ou seja, um padrão de significados construídos em torno da religião, expressa uma atitude em relação à vida, uma vida que, apesar de abalada pela condição do refúgio, é reestabelecida dentro da comunidade religiosa. Efetivamente não basta frequentar os cultos, é necessários integrar-se e cumprir normas de conduta que ordenem a própria existência, sintetizada na comunidade. Até mesmo a noção de cidadania é transmutada pela comunidade religiosa. Consegue-se trabalho, aprende-se a língua, forma-se família através das relações que se estabelece no espaço religioso.

A motivação para uma espiritualidade é dada pela disposição do refúgio. Lembrando que os motivos por vezes não são comportamentos intencionais e sim inclinações para determinados atos ou sentimentos e, no caso concreto do refúgio, as motivações se tornaram significativas. Neste processo tanto atributos psicológicos como pragmáticos se fundem na prática religiosa. Além disso, a congregação religiosa possibilita uma nova forma de existir ou coexistir em solo estrangeiro.

Diante disso é possível afirmar que no espaço de troca promovido na EBNM/Brasil, se a problemática dos conflitos, detalhados na primeira parte deste texto, e a própria condição de refúgio, não são esquecidos por completo, eles passam a ser sentidos e partilhados de uma outra forma.

Considerações finais

O drama dos conflitos que assolam a República Democrática do Congo, especialmente nas regiões de Kivu-Norte, Kivu-Sul e distritos de Ituri, envolvem atores regionais e internacionais fortemente centrados na disputa de territórios ricos em minérios, aos quais o mundo se tornou absolutamente dependente, a exemplo do Colton usada nas baterias dos eletrônicos. O Estado de constante violência entre as diferentes milícias financiadas por grandes empresas, mercenários e governos como o de Ruanda e Uganda, pilham, violam e desestruturam os laços existentes entre as populações e a terra a qual dependem para sobreviver. O silêncio internacional do que se passa na RDC e região, o crescente número de deslocados e refugiados, o feminicídio latente, a tentativa de Kabila se perpetuar no poder, assim como fizera

Mobuto, formam um horizonte nebuloso em termos de possíveis soluções para esta longa crise.

Contudo, pensar nos congolese em situação de refúgio, buscando perceber como essas pessoas reinventam suas existências é uma forma de posicioná-los como agentes de sua própria vida. Lisa Makki chamou atenção para o fato de que as agências humanitárias insistem em “falar pelos refugiados” alimentando um círculo vicioso nomeado por Michel Agier de “*care, cure, e control*”. Nesse sentido, a experiência etnográfica na EBNM possibilitou que histórias múltiplas fossem contadas. Como bem pontuou Edward Said: “O exílio, a imigração e o cruzamento de fronteiras são experiências que podem, portanto, nos proporcionar novas formas narrativas ou, na expressão de John Berger, *outras maneiras de contar*”³⁴.

Diante deste cenário, a EBNM se apresenta enquanto uma “fonte de resistência simbólica”. Ou seja, o que motiva a participação dos congolese nos cultos religiosos, bem como nas outras atividades da Igreja é um sentimento de conforto e segurança, de sentir-se acolhido frente às fracas políticas públicas brasileiras destinadas aos refugiados. Assim, no convívio com os conterrâneos a terra de origem é reconstruída e compartilhada. E esse ritual simbólico de reconstrução da RDC ocorre através de uma série de elementos como o casamento, o coral, a língua, a comida e o próprio culto. Argumento que dentro do universo do refúgio no Brasil, para os que fazem parte da comunidade de Artur Alvim, a vida não é propriamente mais fácil, porém os recursos (espirituais, econômicos, sociais) podem ser adquiridos ou conquistados através de uma pequena rede de apoio construída pelos próprios refugiados. A sociabilidade existente entre os frequentadores da EBNM preenche, sem qualquer intervenção do poder público, estes “espaços de exceção”. Diante do estado de limbo social em que se encontram estes “quase cidadãos”, ao invés de recuar para os espaços que lhes foram programados e para os silêncios mantidos em torno do drama da RDC, estes sujeitos criam outros caminhos.

Bibliografia

³⁴ SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 136.

AGIER, Michel; “Refugiados diante da nova ordem mundial”; *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. “Tendências globais 2009: Refugiados, solicitantes de refúgio, repatriados, pessoas deslocadas”, ACNUR, 2010. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Tendencias_Globais_2009.pdf>. Acesso em: 13/mar/2017.

ANISTIA INTERNACIONAL. “O Estado dos Direitos Humanos no Mundo – Informe 2014/15”. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Informe-2014-2015-O-Estado-dos-Direitos-Humanos-no-Mundo.pdf>>. Acesso em: 13/mar/2017.

BASTOS, Susana Pereira; “Mobilização religiosa e participação cívica: novas perspectivas sobre a cidadania entre descendentes de imigrantes”; *Revista Migrações*, Lisboa: ACIDI, n. 4, p. 59-80, 2009.

BLANES, Ruy; SARRÓ, Ramon; “Apresentação”; *Revista Análise Social*, Portugal, vol. XLIV (1º), p.5-1, 2009.

_____. “Prophetic diasporas moving religion across the lusophone Atlantic”; *African Diáspora*, n. 2, p.52-72, 2009.

BIZAWU, Kiwonghi. *O sistema de Segurança Coletiva da ONU e os conflitos nos Grandes Lagos: análise das soluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a República Democrática do Congo*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BLANES, Ruy; “Que é que se passa no Tabernáculo? Oração e espacialização na Igreja Tokoista Angolana”; *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 29(2), p.116-133, 2009.

BUSCH, Gary K.; “A dimensão internacional do conflito no Congo oriental”; *Pambazuka News*, 2012. Disponível em: <<http://www.pambazuka.org/pt/node/81044>>. Acesso em: 13/mar/2017.

CAREMER, Willy de; VANSINA, Jan; FOX, Renée; “Religious movements in Central Africa: a theoretical study”; *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 18, Issue 04, p. 458–475, 1976.

CUNHA, Manuela Carneiro de; “Etnicidade: da cultura residual mais irreductível”; In: *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DOUGUELI, Georges; “La bonne fortune des Mobuto”; *Jeune Afrique*, 21/jul/2009.

Disponível em: <<http://www.jeuneafrique.com/202241/societe/la-bonne-fortune-des-mobutu/>>. Acesso em: 13/mar/2017.

ESTEVES, Raphael Rezende; “Os embates de março de 2007 na República Democrática do Congo em perspectiva histórica”; *Conjuntura Internacional*, PUC Minas Gerais, 2007.

GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. *Refugiados congolezes em São Paulo: sentidos significados na Igreja Boa Nova Mensagem*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

GEERTZ, Cliford; “A Religião como sistema Cultural”; In: _____. *A interpretação das culturas*. [S.l.]: LTC, 1989.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2005, events of 2004*. HRW, 2005. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/wr2k5/wr2005.pdf>>. Acesso em: 13/mar/2017.

JACQUEMONT, Pierre; “The dynamics of instability in eastern DRC”; *Revue Forced Migration*, n. 36, nov. 2010

MACGAFFEY, Wyatt; “Kimbanguismo and Syncretism in Zaire”; In: *Religion and society in Central Africa: the Bakongo of Lower Zaire*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

MALKKI, Lisa; “Refugees and Asiles”; In: “Refugees Studies” *On the Nation Order of Things*. *Annual Review of Anthropology*, n. 24, p. 495-593, 1995.

MBEMBE, Achille; “Provisional Notes on the Postcolony”; *Journal of the International African Institute*, Vol. 62, °. 1, 1992, pp. 3-37

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Tomo I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MUNANGA, Kabenguele; “A República Democrática do Congo”; *Casa das Áfricas*, 2011. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>>. Acesso em

13/mar/2017.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes; “Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e Estado no pós-guerra angolano”; *Religião e Sociedade*, vol.28, n.2, p.30-55, 2008.

PETRUS, Maria Regina; FRANCALINO, João Henrique; “Dinâmicas de afirmação e ressignificação de identidades: um projeto cultural em construção com refugiados e imigrantes congolezes e angolanos”; *REMHU*, ano XVI, n. 31, 2008.

POLL, Ana Paula; “Antigas e novas facetas de uma imigração recente”. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr13.htm>>. Acesso em: 13/mar/2017.

RANGER, Terence O.; “Religious movements and politics in Sub-Saharan Africa”; *African Studies Review*, 1986, 29 (2): 1-69.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALEH, Mwanamilongo; ROCHA, Antônio; “Jean Pierre Bemba condenado a 18 anos de prisão”; *Deutsche Welle*, 21/jun/2016. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/jean-pierre-bemba-condenado-a-18-anos-de-pris%C3%A3o-pelo-tribunal-penal-internacional/a-19346194>>. Acesso em: 13/mar/2017.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHLINDWEIN, Simone; KRIPPPAHL, Cristina; “Guerra sem fim no leste da República Democrática do Congo”; *Deutsche Welle*, 07/abr/2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/a-guerra-sem-fim-no-leste-da-rep%C3%ABlica-democr%C3%A1tica-do-congo/a-17548768>>. Acesso em: 13/mar/2017.

SILVA, Igor Castellano da. *Guerra e construção do Estado Democrático do Congo: A definição militar do conflito como pré-condição para a paz*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

SYLLA, Oumar; “Land and property disputes impeding return and reintegration”; *Revue Forced Migration*, n. 36, nov. 2010.

TEDESCO, João Carlos; “Os (neo)pentecostais no cenário da imigração brasileira para

a Itália”; ANPOCS. [S.l.], 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; BARBOSA, Luciana Mendes; “Congo: no “coração” da África o dilema entre independência e ditadura”; *Conjuntura Internacional*, PUC Minas Gerais, 2007.

THE UN REFUGEE AGENCY. “Global Trends Forced Displacement in 2015”, UNHCR, 2016. Disponível em:

<http://www.unhcr.org/576408cd7#_ga=1.94587487.218365369.1461381686>. Acesso em: 13/mar/2017.

VAIFAS, Ronaldo; SOUZA Marina de Mello; “Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII”; *Revista Tempo*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf>. Acesso em: 13/mar/2017.

WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. São Paulo: Ícone, 2010.

É o renascimento de uma identidade nacional! A relevância da Guerra e do Genocídio no nacionalismo armênio

It's the rebirth of a national identity! Relevance of the War and of the Genocide on Armenian nationalism
Es el renacimiento de una identidad nacional! La pertinencia de la Guerra y del Genocidio en el nacionalismo armenio

Pedro Bogossian-Porto*

168

Resumo: Desde 1988, a Armênia e o Azerbaijão travam um conflito em torno do Nagorno-Karabakh, região reivindicada pelas duas ex-repúblicas soviéticas. O conflito havia sido interrompido por um cessar-fogo em 1994, mas foi retomado durante quatro dias em abril de 2016, levando a mais de uma centena de mortes em ambos os lados. Neste trabalho eu pretendo analisar o papel desempenhado pela Guerra do Karabakh na construção de uma identidade nacional na Armênia. A análise se baseia em pesquisas etnográficas realizada na Armênia em dois períodos, em abril e em setembro de 2016, de modo a delinear observações preliminares sobre as quais caberá, futuramente, aprofundar a reflexão.

Palavras-chave: Genocídio Armênio; Guerra do Karabakh; Identidade.

Abstract: Since 1988, Armenia and Azerbaijan have been struggling for the Nagorno-Karabakh, a region that is claimed by both the ex-soviet republics. The conflict had been interrupted by a cease-fire in 1994, but it has resumed for four days in April 2016, which caused more than one hundred deaths on both sides. In this paper I aim to analyze the role played by the Karabakh War on the construction of a national identity in Armenia. For this purpose I will be based on ethnographic researches undertaken in Armenia in two different occasions, in April and in September 2016, in order to frame some preliminary observations, which shall be deepened in the future.

Keywords: Armenian Genocide; Karabakh War; Identity.

Resumen: Desde 1988, Armenia y Azerbaiyán han estado luchando por Nagorno-Karabakh, una región reclamada por ambas ex repúblicas soviéticas. El conflicto se había interrumpido por un alto el fuego en 1994, pero reanudó por cuatro días en abril de 2016, lo que llevó a más de cien muertes en ambos lados. En este artículo intento analizar el papel desempeñado por la Guerra de Karabakh en la construcción de una identidad nacional en Armenia. Para ello, me basaré en investigaciones etnográficas realizadas en Armenia en dos ocasiones diferentes, en abril y en septiembre de 2016, con el fin de formular algunas observaciones preliminares, que se profundizarán en el futuro.

Palabras-clave: Genocidio armenio; Guerra de Karabakh; Identidad.

A história recente da disputa entre a Armênia e o Azerbaijão pelo controle da região do Nagorno-Karabakh (“Alto Karabakh”¹ ou “Karabakh montanhoso”; entre os armênios a área é

* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense e doutorando em Sociologia e Antropologia pela Université Paris 7 – Paris Diderot. Bolsista da CAPES. Contato: pedro_bogo@yahoo.com.br.

¹ Em oposição ao “Baixo Karabakh”, que faz parte do território azeri. Uma vez que não há qualquer litígio a respeito do Baixo Karabakh, eu eventualmente me referirei ao Nagorno-Karabakh apenas como “Karabakh”, como forma de simplificar a redação e a leitura.

referida como *Artsakh*) iniciou-se em 1988, quando a crise do regime soviético entrava em seu período mais crítico. Independentemente a partir de 1991, as duas repúblicas assinaram em 1994, graças à mediação da Rússia e de potências ocidentais, um cessar-fogo que duraria mais de 20 anos, antes de ser rompido em abril de 2016. Embora a região já fosse considerada como uma zona de tensão permanente, a retomada do enfrentamento direto entre as tropas provocou na sociedade armênia um impacto extremamente significativo: jovens se apresentaram ao exército como voluntários e a população, com a memória das outras batalhas enfrentadas, mobilizou-se para mais uma guerra. Neste trabalho, eu pretendo lançar luz sobre o papel desempenhado por esse conflito na construção de uma identidade nacional armênia hoje em dia.

A análise apresentada aqui apoia-se em uma pesquisa etnográfica realizada na Armênia ao longo de dois períodos: o primeiro em abril, semanas após o reinício das hostilidades, e o segundo em setembro, quando o país celebrou os 25 anos de sua independência em relação à União Soviética. Trata-se, portanto, de observações preliminares, sobre as quais caberá, futuramente, aprofundar a reflexão; desde já é nítido, porém, o poder traumático desses acontecimentos e a associação que se lhes faz ao genocídio dos armênios ocorrido a partir de 1915, para o qual a Guerra do Karabakh serviria como uma espécie de substituto.

O ponto de partida desta investigação é a hipótese de que a vinculação entre a Guerra e o Genocídio confere unidade à narrativa nacional armênia: unidade em relação ao tempo, pois situa em um mesmo contínuo as vítimas de 1915 e as de hoje; unidade em relação ao espaço, pois reafirma o pertencimento dos indivíduos a uma coletividade abstrata chamada “Armênia”. Nesse sentido – e este é um aspecto de primeira relevância, conforme será demonstrado – os armênios da diáspora são convidados a manifestar a sua solidariedade e, assim, a reafirmar o pertencimento a essa coletividade abstrata.

Considerando que a associação entre a Guerra e o Genocídio se estrutura em cima do pressuposto de uma unidade entre os armênios, o texto se divide nas duas dimensões dessa unidade: a dimensão temporal e a dimensão espacial. Assim, em um primeiro momento eu pretendo apontar os elementos que aproximam o conflito atual daquele vivido pelos armênios há cerca de um século e interpretar as bases da vinculação que se faz atualmente entre essas duas realidades. Em um segundo momento, intento identificar os recursos empregados para reforçar a identidade nacional armênia e apresentar possíveis explicações para a utilização dessas estratégias.

É importante frisar que não há aqui qualquer pretensão de analisar as causas do conflito ou de avaliar a responsabilidade que cada uma das partes envolvidas possui na sua perpetuação – assim como não cabe discutir os interesses desses atores internacionais (não

apenas os Estados da Armênia e do Azerbaijão, mas também da Rússia, que vem mediando as negociações) e as suas relações, questões de extrema complexidade e que fogem do escopo deste trabalho. O meu interesse reside sobretudo na relação que os armênios estabelecem com a Guerra do Karabakh e nas consequências, sobre a sociedade, da retomada das hostilidades: as representações da Guerra e a sua força potencial na organização do sentimento nacional são os verdadeiros temas desta investigação. Essa empreitada faz parte de um esforço mais amplo de dar voz, fora da Armênia, às preocupações que inquietam a população local.

A Guerra e o Genocídio

O entendimento de que a Guerra do Karabakh viria a substituir, no imaginário coletivo armênio, o genocídio do qual essa população foi vítima pressupõe duas ideias opostas: por um lado, a suposição de que a Guerra e o Genocídio são semelhantes o suficiente para ocuparem posições equivalentes na cosmologia nacional; por outro, a de que essas experiências diferem o bastante para que, em determinado momento, considere-se mais adequado valorizar uma delas em detrimento da outra. É preciso compreender, portanto, qual é a relação entre essas duas ideias.

Genocídio e diáspora dos armênios

Em abril de 1915 o Império Otomano deu início a uma política de perseguição e extermínio dos armênios que habitavam em seus territórios, em um massacre que Winston Churchill definiu como um “crime sem nome”². Apenas décadas depois, durante a Segunda Guerra Mundial, o jurista Raphael Lemkin cunhou e conseguiu que o termo para nomeá-lo fosse adotado pela comunidade internacional: genocídio. Quando as Nações Unidas empregaram pela primeira vez o termo “genocídio”, porém, os armênios que haviam sobrevivido às perseguições otomanas já estavam instalados em outras regiões do mundo: Oriente Médio, União Soviética, Europa, América... O Genocídio dos Armênios se encontra, portanto, na gênese da dispersão dessa população pelo mundo.

À época em que o conceito de genocídio foi cunhado, esses imigrantes formavam, nas regiões onde haviam se instalado, coletividades extremamente heterogêneas, geralmente sem traços culturais que os delimitassem com clareza: em função da região de onde haviam emigrado, as famílias podiam falar diversas línguas, pertencer a grupos religiosos distintos e

² JONES, A. *Genocide: a comprehensive introduction*. Nova Iorque: Routledge, 2011, p. 8.

manter hábitos extremamente diferentes. Não obstante tamanha heterogeneidade, todos compartilhavam uma identidade étnica: eram armênios.

Com o passar do tempo e a progressiva integração desses sujeitos à sociedade que os acolhera, os elementos que os diferenciavam da população ao seu redor se tornavam cada vez mais sutis, porquanto os aspectos culturais que haviam trazido de sua terra de origem eram substituídos em maior ou menor medida pela cultura local. Se a identidade étnica se preservou, isso se deve em larga medida – fica bastante claro ao estudar a população armênia no Brasil – à memória que essa população conservava a respeito do genocídio de que os seus antepassados haviam sido vítimas. Diante dessa constatação, pode-se afirmar que o genocídio está na origem dessa coletividade não apenas em termos materiais mas também em termos simbólicos, uma vez que é ele quem garante a preservação da sua identidade coletiva.

Ao desempenhar um papel de tamanha importância na organização das narrativas familiares e na definição do sentimento de pertença dos indivíduos, o Genocídio atua como verdadeiro mito de origem da comunidade armênia. Todavia, identificar no Genocídio uma dimensão mítica não significa, em absoluto, negar a sua materialidade – o conceito de mito é entendido aqui não como uma explicação que se opõe à realidade, mas como uma organização narrativa que serve para neutralizar as diferenças das trajetórias individuais que poderiam ameaçar a própria ideia de comunidade. Essa compreensão se apoia na definição apresentada por Roland Barthes, segundo a qual

o mito não nega as coisas: a sua função, pelo contrário, é falar delas; simplesmente, ele as purifica, torna-as inocentes, funda-as na natureza e na eternidade (...) Passando da história para a natureza, o mito faz uma economia: ele abole a complexidade dos atos humanos, concede-lhes a simplicidade das essências, suprime toda dialética³.

Assim, o processo de formação de um grupo – neste estudo, a comunidade armênia – e as suas diferenças internas não são colocados em questão, pois a sua existência é naturalizada pela narrativa mítica: não apenas a comunidade sempre existiu mas também ela sempre foi homogênea, uma vez que todos os seus membros estavam presentes ao mesmo evento fundador.

De acordo com a narrativa mítica acerca dos armênios no Brasil, todos se assemelham pois todos descendem de famílias perseguidas pelo Império Otomano; é precisamente essa memória que se transmite às sucessivas gerações. A constatação a respeito dessa população se aplica também à sua congênere em Issy-les-Moulineaux, situada na periferia de Paris e que

³ BARTHES, R. *Mythologies*. Paris: Seuil, 1957, p. 21.

foi estudada por Martine Hovanesian. De acordo com a autora, “o genocídio, como apagamento dos rastros de um povo, constituiu-se como mito fundador das comunidades diaspóricas. É, portanto, ao redor desse buraco aberto, momento desintegrador da história, que a consciência ‘comunitária’ reencontra as suas raízes”⁴.

O Genocídio é, portanto, o terreno comum que torna possível a populações tão heterogêneas como os armênios de São Paulo ou de Issy-les-Moulineaux se considerarem como uma comunidade, ainda que, objetivamente, eles não tenham hábitos semelhantes ou compartilhem qualquer vivência cotidiana. Nesse sentido, cada uma dessas coletividades armênias constitui aquilo que Benedict Anderson definiu como uma “comunidade imaginada”⁵, isto é: um grupo que prescindiu do contato entre os seus membros para que eles se percebam em igual medida como integrantes desse mesmo todo. Entendida como uma entidade imaterial, não necessariamente provida de elementos concretos que justifiquem a sua existência, a comunidade imaginada se organiza em torno de ideias abstratas e, notadamente, do sentimento de pertencimento que é compartilhado pelos membros do grupo; seu caso típico, a partir do qual Anderson constrói a sua teoria, é a nação.

Compreender os armênios a partir da noção de uma comunidade imaginada ajuda também a justificar o uso do conceito de diáspora para analisar a dispersão dessa população ao redor do mundo. Definida, *grosso modo*, como a conexão de múltiplas comunidades de uma população dispersa⁶, a ideia de diáspora traz como principal desafio justificar adoção de uma mesma categoria para reunir grupos que, por definição, não compartilham de um mesmo espaço. Acrescente-se que mesmo as características mais frequentemente evocadas para definir as diásporas, como a existência de um território que sirva como referência para toda a população, não se aplica facilmente aos armênios, visto que não existe consenso a respeito do que de fato seria a Armênia: se o território da atual República da Armênia, se a área que o Reino da Armênia ocupou em seu apogeu (no século III), se as fronteiras propostas pelo presidente Woodrow Wilson em 1919... Portanto, se é possível falar em uma diáspora armênia, cumpre frisar, é porque os seus membros compartilham a memória do genocídio. É essa memória de violência que unifica trajetórias tão distintas quanto as de famílias que se instalaram no Brasil, nos Estados Unidos ou na França: são todas semelhantes precisamente

⁴ HOVANESSIAN, M. *Le lien communautaire: trois générations d'Arméniens*. Paris: Armand Colin, 1992, p. 97.

⁵ ANDERSON, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1991.

⁶ CLIFFORD, J. Diasporas; *Cultural Anthropology*, Washington, v. 9, n. 3, p. 302-338, 1994, p. 304.

porque todas foram perseguidas pelo governo otomano, perderam seus amigos ou parentes e foram obrigadas a fugir para uma terra estrangeira.

Representações da Guerra do Nagorno-Karabakh

Antes de iniciar a sua análise propriamente dita, contudo, é necessário situar historicamente o conflito do Nagorno-Karabakh. Com cerca de 4 400 km², a região começou a ser disputada entre a Armênia e o Azerbaijão logo que as duas repúblicas se formaram, a partir do desmembramento do Estado russo, em 1918. Naquele momento, de acordo com Anahide Ter Minassian, a população do Nagorno-Karabakh estava assim apresentada: cerca de 215 000 habitantes, dos quais 70% armênios, 27% tártaros (etnia dominante no Azerbaijão) e 3% russos⁷.

O fim do Império Russo e o surgimento de novas Repúblicas na região trouxe, porém, o imperativo de estabelecer as fronteiras dos novos países. O exército otomano havia sido então rechaçado pelas forças da Entente, por um lado devido ao avanço de tropas armênias, que garantiram a independência da região, e por outro em função da ocupação inglesa do Azerbaijão. A disputa pelo Nagorno-Karabakh, por sua vez, ficara a cargo do Alto Comando das forças britânicas no Cáucaso, que deliberou, em dezembro de 1918, em favor dos interesses de Baku e determinou a anexação da região ao território azeri.

Entre os armênios, a decisão dos ingleses é considerada até hoje como uma traição, pois os representantes de Londres teriam sido movidos meramente por seus interesses imperialistas na região – especialmente com vistas às amplas reservas de petróleo do Azerbaijão – e ignorado não apenas a história do local mas também a população que ali habitava.

Com a expansão soviética, no entanto, toda a área do Cáucaso foi conquistada em 1921; conseqüentemente, Armênia e Azerbaijão passaram a estar submetidos à autoridade de Moscou e todo o conflito em relação a esse território assumiu um caráter federal dentro da URSS. Assim, a despeito da preponderância de uma população etnicamente armênia no Nagorno-Karabakh, as autoridades de Moscou confirmaram a sua vinculação à República do Azerbaijão, conferindo-lhe o status de “região autônoma”: tornava-se, a partir de julho de 1921, “Região Autônoma do Alto Karabakh” e estava submetida à autoridade de Baku.

Resultado de intensas movimentações políticas, o episódio da transferência do Karabakh para a República do Azerbaijão ocupa um lugar de destaque na memória coletiva armênia. Ocorre que o Kavburo, órgão do Partido Comunista responsável pelo Cáucaso e que estava

⁷ TERMINASSIAN, A. *La République d'Arménie: 1918-1920*. Bruxelas: Editions Complexe, 2006, p. 130.

encarregado de decidir a questão, já havia deliberado em favor da Armênia quando uma nova reunião foi convocada para o dia seguinte. Na segunda convenção sobre o tema, os seus membros reformaram a sua própria decisão para atender às demandas do Azerbaijão, fato que os armênios atribuem a uma pressão extraoficial exercida por Josef Stalin.

Não seria de forma alguma surpreendente que Stalin tivesse de fato realizado uma intervenção no assunto, sobre o qual, como Comissário do Povo para as Nacionalidades (uma espécie de ministro do interior), tinha total competência: o que merece destaque é que na narrativa dos armênios esse foi um gesto pessoal do futuro líder soviético, e não uma decisão do governo Lenin, do qual o ministro fazia parte. Assim, essa narrativa explora certa memória coletiva a respeito do governo de Stalin, sobre o qual existe relativo consenso de ter sido um período de perseguições e autoritarismo – portanto, um período de injustiças. Ao ressaltar a atuação do ministro nessa decisão, tenta-se demonstrar, de forma subliminar, a justeza das reivindicações dos armênios, aos quais apenas governantes injustos poderiam se opor – um tema recorrente na narrativa dessa coletividade, conforme pretendo demonstrar.

Apesar da tensão do início dos anos 1920, as décadas que se seguiram foram de relativa paz – mesmo porque o poder central não demonstrava qualquer tolerância com a escalada de movimentos nacionalistas no seio da URSS: era a *pax soviética*. Isso não impedia, no entanto, que o governo do Azerbaijão promovesse uma política de estrangulamento do Nagorno-Karabakh: os investimentos tanto em infraestrutura quanto em serviços essenciais eram ínfimos e a integração econômica da região com o restante da URSS era dificultada ao máximo. O resultado foi um êxodo maciço, notadamente da população de origem armênia, o que levou a uma queda acentuada da proporção dessa etnia na composição demográfica do Karabakh: segundo Claire Mouradian, a participação dos armênios passou de 95% em 1923 para 75,9% em 1979⁸. As poucas e tímidas reivindicações para que o território fosse transferido para a República da Armênia eram suprimidas e os seus líderes, frequentemente executados.

A partir dos anos 1960, porém, a repressão a certas manifestações de cunho nacionalista se tornou menos intensa. Assim, sob a égide da homenagem às vítimas do Genocídio, que completava então 50 anos, os armênios foram autorizados, em 1965, a erguer um monumento em memória a seus mártires e a realizar uma manifestação em Yerevan, que assumiu, mesmo que de forma não-declarada, um caráter nacional. Contudo, as sucessivas petições redigidas nos anos 1960 e 1970 para que Moscou transferisse para a Armênia o Nagorno-Karabakh não foram recebidas com a mesma tolerância, em especial quando elas partiam da própria região autônoma: seus autores foram novamente perseguidos e muitos foram executados.

⁸ MOURADIAN, C.; “Le problème du Haut-Karabagh”; *Slovo*, Paris, n. 7, 1986, p. 64.

As tensões entre Armênia e Azerbaijão retomaram a forma de um enfrentamento direto a partir dos anos 1980, quando a União Soviética começou a entrar em crise e os conflitos de caráter nacionalista, que até então não eram tolerados por Moscou, passaram a eclodir. Em 1988, diante da dissolução eminente da União Soviética e do enfraquecimento do poder central, exacerbaram-se os protestos para que o controle da região do Alto Karabakh fosse transferido para a República da Armênia. Iniciava-se, assim, uma guerrilha entre as duas repúblicas.

Longe de constituírem um caso isolado, os protestos em defesa da autonomia do Karabakh fizeram parte de um movimento mais geral de questionamento do regime soviético e de reivindicação de uma maior liberdade para as administrações locais. Conforme demonstra Hélène d'Encausse, os anos 1980 foram marcados pelo fortalecimento de uma ideologia nacionalista que se materializou de maneira diferente nas diversas repúblicas, mas que tinha como objetivo comum que cada nação fosse dotada de seu próprio Estado⁹. Isso significava, certamente, rechaçar a tutela russa à qual estava submetida a burocracia local, mas significava também libertar determinadas populações de um jugo considerado estrangeiro, como era o caso da Ossétia em relação à Geórgia ou da Iacútia em relação à própria Rússia.

Após as independências da Armênia e do Azerbaijão, a guerrilha evoluiu para uma verdadeira guerra opondo os dois Estados, levando à morte de cerca de 30 000 pessoas – considerando-se as vítimas de ambos os lados. Em 1992 foi criada uma comissão de países para tentar por fim ao conflito¹⁰, mas foi a mediação paralela da Rússia que obteve, em 1994, a assinatura do cessar-fogo que o interrompeu. A avaliação que se faz da Guerra é que a sua interrupção se deu com uma vitória total dos armênios, que lograram obter o controle da região do Nagorno-Karabakh e declararam a independência dessa área em relação ao Azerbaijão¹¹. Todavia, é importante ressaltar que esse acordo não estabeleceu o fim do conflito, mas apenas a sua interrupção: enquanto os armênios reivindicavam o reconhecimento do Karabakh como um Estado autônomo, os azeris exigiam que a região fosse devolvida ao seu controle – esse é, ainda hoje, o cerne da discordância.

A análise se complexifica em grande medida se observarmos mais de perto as configurações de poder que se estabeleceram então. Em primeiro lugar, a independência da República do Karabakh foi declarada em 1994, mas a classe política que controlaria a região desenvolvera a sua trajetória precisamente na República da Armênia – o exemplo mais claro

⁹ D'ENCAUSSE, H. C.; “La décomposition de l'Empire Soviétique”; *Pouvoirs: Revue Française d'Études Constitutionnelles et Politiques*, Paris, n. 57, pp 19-31, 1991.

¹⁰ O chamado “Grupo de Minsk”, formado originalmente por onze países: Estados Unidos, França, Itália, Alemanha, Suécia, República Tcheca, Rússia, Bielorrússia, Turquia, Armênia e Azerbaijão.

¹¹ MINASSIAN, G. *Arméniens: le temps de la délivrance*. Paris: CNRS Éditions, 2015, p. 290.

disso é o caso do primeiro presidente do Karabakh, Robert Khocharyan, que, imediatamente após o seu mandato, seria eleito para a presidência da Armênia. Esse tipo de trânsito dos homens políticos entre Estados independentes produz uma situação um tanto anômala e serve de fundamento para a argumentação de que os armênios não estariam sendo sinceros em sua luta por um Karabakh autônomo.

Outro elemento que torna esse quadro mais rico em termos de material para análise é o papel da Turquia na defesa dos interesses do Azerbaijão. De fato, a afinidade dos turcos em relação aos azeris antecede a Guerra do Karabakh e se explica em certa medida pelo seu pertencimento religioso, uma vez que esse grupo é a única população muçulmana do sul do Cáucaso. Em virtude disso, a Turquia impõe, como uma das condições para que seja reaberta a fronteira com a Armênia, que o Karabakh seja devolvido aos seus aliados. A sua atuação no conflito, no entanto, não se restringe a uma intervenção diplomática: durante a Guerra, o exército turco prestou suporte estratégico às forças azeris, enquanto que, na sociedade civil, voluntários se apresentaram para lutar contra os armênios¹².

De acordo com a representação construída pelos armênios, o apoio oferecido pela Turquia aos seus adversários nesse conflito revela que turcos e azeris são, na realidade, partes de uma mesma coletividade: são todos muçulmanos, agressivos e interessados na destruição da população armênia; nada mais lógico, portanto, que as responsabilidades de uns sejam estendidas aos outros. Assim, além da evidente comparação entre os dois casos em função da violência envolvida, começa a se delinear, igualmente, a aproximação de ambos à medida que os responsáveis por tal violência vão sendo mesclados em um mesmo amálgama. A respeito dessa aproximação entre turcos e azeris, é bastante representativa a declaração de um oficial do exército armênio, que participou da Guerra do Karabakh durante os anos 1990:

essa guerra, de abril [de 2016], não foram os azeris que fizeram isso, foi a Turquia. A guerra de abril foi provocada pelos turcos. Porque depois do centésimo aniversário do genocídio eles viram que os armênios têm um bom projeto, todo mundo começa a acreditar nos armênios (...) Hoje, o ministro da defesa do Azerbaijão é um ex-policial, mas ele tem muitas ligações com o [presidente turco Recep Tayyip] Erdogan. (...) No mês de abril, o primeiro ataque que eles fizeram, não eram azeris: eram islamistas, vestidos com trajes azeris – nós derrubamos alguns desses combatentes.¹³

Aproximações e afastamentos entre a Guerra e o Genocídio

¹² SEFERIAN, N. *Armenian and Turkish relations between 1991 and 2010: the failure to achieve a breakthrough in the aftermath of the cold war*. Vienna, 2013. Dissertação (mestrado em International Studies) International Studies Department, Vienna School of International Studies, Vienna, 2013. p. 21.

¹³ Oficial do exército armênio, 54 anos. Entrevista realizada em 5 de out. de 2016.

A percepção da Guerra do Karabakh como uma espécie de reedição do Genocídio traz, além da associação entre turcos e azeris, outro aspecto central para a imagem que essa população constrói de si: a noção de violência e, em especial, a categoria de vítima. Conforme foi demonstrado anteriormente¹⁴, a narrativa mais recorrente a respeito da trajetória histórica dos armênios representa-os, desde a Antiguidade até pelo menos o século XX, como uma coletividade frequentemente sujeita à dominação e à violência estrangeiras. Longe de ser um motivo de constrangimento para essa população, porém, a ênfase na violência que ela vem sofrendo serve para reafirmar como o seu desejo de pertencimento resistiu a todas essas agressões: trata-se de um grupo acostumado a vencer as adversidades. A categoria de “resistente” e a de “vítima” caminham lado a lado.

Portanto, a representação dos armênios como resistentes é outro elemento que aproxima a Guerra do Karabakh e o Genocídio, não apenas porque eles seriam uma das partes envolvidas nessa violência – a parte agredida, evidentemente – mas também porque, em ambos os casos, eles estariam lutando contra adversários que lhes seriam superiores. Se em 1915 o agente da agressão foi o poderoso Império Otomano (decadente, mas ainda respeitável), em 2016, ela ficou a cargo do rico Azerbaijão, financiado pelos dólares do petróleo e armado por um grupo de aliados internacionais de caráter bastante duvidoso – dentre os quais, a Turquia. O episódio da transferência do Karabakh para o Azerbaijão, concretizada pelo poderoso Stalin, seria mais um capítulo dessa extensa trama de agressões aos armênios.

A construção da imagem de vítima, bem como do binômio agressores-agredidos, serve para dar força ao discurso de que é preciso unir a coletividade, como forma de fortalecê-la, pois apenas unidos os armênios seriam capazes de enfrentar com sucesso a violência imposta por esse estrangeiro. Dessa forma, ainda que seja percebida como uma fraqueza, esse tipo de autorrepresentação pode servir ao propósito de atrair mais defensores para a causa armênia.

Se é possível afirmar, por um lado, que a memória do Genocídio é o principal articulador da identidade coletiva dos armênios da diáspora, por outro, é preciso ressaltar que, para os habitantes da atual Armênia, ela ocupa uma posição não mais destacada do que outros acontecimentos e processos históricos importantes, como o terremoto de 1988 ou as dificuldades materiais do período soviético. Uma psicóloga e professora universitária resumiu de forma bastante clara essa questão:

¹⁴ BOGOSSIAN-PORTO, P.; “Os primeiros cristãos do mundo: pertencimento religioso e identidade coletiva na diáspora armênia”; *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 43., jan.-jun/2015.

sabe... a questão do Genocídio é algo que está presente nos nossos corações, é algo que não se pode esquecer; é isso. Esquecer o genocídio é imoral; essa é a concepção, aqui [na Armênia], do genocídio. Mas a Guerra de Artsakh, do Karabakh, é a nossa realidade, é a questão da pátria atualmente. Nós não temos o direito de perder, como temos dito, um centímetro do nosso país.¹⁵

Fica nítido a partir dessa fala que o Genocídio, embora ainda esteja presente “nos nossos corações”, diferencia-se da Guerra do Karabakh justamente pelo caráter atual deste, ao passo que aquele estaria circunscrito ao passado; o Genocídio ocuparia, portanto, uma espécie de tribuna de honra da memória nacional. Essa percepção se assemelha à opinião manifestada por um engenheiro quando eu lhe revelei meu interesse no estudo do genocídio: “Por que o genocídio? Isso não é importante, isso é passado. Você deveria se concentrar nos assuntos que realmente importam”¹⁶. A discussão avançou um pouco e ele teve a oportunidade de enunciar o tema que a seu ver mereceria o estudo: a Guerra do Karabakh. Essa é possivelmente a diferença mais importante na forma como tema do genocídio é percebido na Armênia e na diáspora, pois fora dos limites da República esse tema não é apenas uma questão do presente: ele é o principal tema do presente.

Sem dúvida alguma, ambas declarações foram marcadas pelo fato de que o conflito havia sido retomado cerca de vinte dias antes, de modo que ainda pairava sobre a sociedade a preocupação com os seus impactos e o receio de que a paz não fosse duradoura. Esse sentimento de insegurança em relação à estabilização do conflito se intensificava em virtude dos frequentes rumores de que, ao contrário do que afirmavam as declarações oficiais, as agressões continuavam e que a cada dia o número de vítimas se ampliava, tanto de um lado quanto do outro.

De todo modo, ainda que se trate de um momento de maior apreensão, em que a Guerra estava especialmente em evidência, é preciso ressaltar que o sentimento de constante receio de uma retomada das hostilidades não é exatamente algo excepcional: pelo contrário, considera-se que Armênia e Azerbaijão vivem uma paz armada, em que os períodos de tensão são mais a regra do que a exceção. Na realidade, as notícias que chegam da fronteira do Karabakh com o Azerbaijão são de que, mesmo durante os períodos de trégua, os disparos feitos pelos dois beligerantes são quase diários, o que gera uma sensação de constante insegurança. Isso explica que o conflito seja considerado por alguns intelectuais, como a

¹⁵ Psicóloga e professora universitária, 62 anos. Entrevista realizada em 20 de abr. de 2016.

¹⁶ Engenheiro, 56 anos. Entrevista realizada em 28 de abr. de 2016.

professora de psicologia do depoimento anterior, como sendo o componente mais importante da identidade armênia atualmente:

Eu acredito que estes dias são dias históricos. Você está aqui em um momento histórico. Você talvez adivinhe o que eu vou lhe dizer. Essa guerra de quatro dias, como a chamamos... são dias de renascimento de uma identidade, porque todos os armênios – na Armênia, em Artsakh, no mundo inteiro – transformaram-se em soldados. Todo mundo estava pronto a lutar contra o inimigo. Todo mundo. (...) Você sabe que a situação econômica é bastante dura para as pessoas... a pobreza, a polarização [política], tudo isso é a nossa realidade. E mesmo assim, quando a pátria se vê em perigo, todo mundo esquece os problemas cotidianos (o preço do pão, as necessidades diárias, etc)... em primeiro lugar, o mais importante, é a pátria. É fenomenal!¹⁷

Declarações como essa revelam o potencial criativo da situação destrutiva provocada pela Guerra, pois ela poderia servir para aproximar os armênios e fazer reviver o sentimento nacional, integrando inclusive a população da diáspora em torno dessa luta: conforme as suas palavras, “todos os armênios – na Armênia, em Artsakh, no mundo inteiro – transformaram-se em soldados”. A identidade coletiva, que de acordo com esse diagnóstico estaria se perdendo, é assim revivificada. Essa percepção é corroborada pelas declarações de outro entrevistado:

Essa Guerra reaproximou as pessoas, a diáspora... agora isso está mais sólido do que... sabe, os armênios são assim, eles têm uma mentalidade muito particular; não há nenhum outro país que tenha a mesma mentalidade. Nos dias de paz todo mundo está no exílio, para trabalhar e... mas quando começa a Guerra, todo mundo volta para o país. Nós somos assim. Eu tenho muitos companheiros que estavam na Rússia, na França; eles deixaram o trabalho e vieram. Eles ficaram um mês ou dois e depois voltaram – eu falo de oficiais do exército.¹⁸

Ao reforçar o sentimento nacional, a Guerra do Karabakh retorna a um ponto que foi primordial durante as manifestações pela autonomia da região e que ocorreram a partir de 1988. Em sua pesquisa sobre esse movimento, o antropólogo Harutyun Marutyan sublinha que “os quinze últimos anos do século XX, e em particular o Movimento do Karabakh, provocaram mudanças radicais na vida sociopolítica da Armênia e nas formulações da identidade nacional”¹⁹, que, portanto, não pode ser compreendida sem que se observe a eclosão daquelas manifestações. A partir dessa constatação, fica claro que relação entre o conflito no Karabakh e

¹⁷ Psicóloga e professora universitária, 62 anos. Entrevista realizada em 20 de abr. de 2016.

¹⁸ Oficial do exército armênio, 54 anos. Entrevista realizada em 5 de out. de 2016.

¹⁹ MARUTYAN, H. *Iconography of Armenian identity: the memory of genocide and the Karabakh Movement*. Yerevan: Gitutyun Publishing House, 2009.

a identidade nacional não é uma novidade introduzida pela retomada dos ataques em abril de 2016 e sim um elemento que está nas origens da própria República da Armênia pós-soviética.

Outro aspecto que chama a atenção nas análises dos dois últimos entrevistados são os problemas cotidianos que elas enumeram: a busca por emprego, o preço do pão, as necessidades diárias... Esse tipo de problema faz com que a Armênia seja hoje um espaço de repulsão de trabalhadores e apresente altos níveis de abandono pela população economicamente ativa, que parte em busca de melhores condições de vida. Essa é outra fonte de preocupação dos moradores locais, que percebem o declínio populacional como uma ameaça ao futuro do país.

Em um recente trabalho sobre a população da Armênia, Martine Hovanesian corrobora a preocupação dos moradores locais e demonstra a pressão demográfica provocada por essa emigração: “os movimentos migratórios constituem uma preocupação central das autoridades políticas, mas não suscitam medidas públicas de auxílio, apesar da desertificação dos campos e dos imóveis, que se 'esvaziam' de seus ocupantes”²⁰. A autora ressalta ainda que os números do último recenseamento não captam a intensificação desses movimentos migratórios: de acordo com a sua análise, existe um abismo entre os dados oficiais e os dados “extra-oficiais”, que indicariam uma redução populacional ainda mais significativa do que aquela reconhecida nas estatísticas do governo.

Em tal cenário social, marcado pelas dificuldades econômicas e pela diminuição demográfica, não surpreende que a Guerra do Karabakh seja percebida como o “renascimento de uma identidade nacional”. O conflito teria, aos olhos da população local, potência suficiente para mobilizar os habitantes da Armênia e até mesmo para proporcionar o retorno dos jovens que deixaram o país – tudo isso em nome da defesa da unidade nacional –, configurando-se como uma oportunidade singular para o almejado fortalecimento da pátria.

Potencial construtivo do conflito

A Guerra do Karabakh é indubitavelmente um dos episódios de maior importância na história recente da Armênia, pois mesmo os indivíduos que não se engajaram diretamente no conflito consideram-se atingidos por ele. Sendo assim, é oportuno aprofundar a análise sobre a forma como essa guerra foi recebida pelos armênios e compreender de maneira mais precisa os seus impactos sobre o país.

²⁰ HOVANESSIAN, M.; “Les reconfigurations migratoires dans un contexte de transition politique inachevé (le cas de l'Arménie)”; Paris, 2016. (*mimeo*), p. 8.

Entretanto, não foi apenas a forma como a população vivencia a sua identidade nacional que foi posta em evidência pela eclosão da Guerra do Karabakh: também ao governo pareceu oportuno participar da reflexão a respeito dessa identidade coletiva. Assim, o que se observa desde abril é uma referência ao conflito que é frequente inclusive em momentos de discussão de questões de caráter interno – o exemplo mais representativo dessa incorporação do conflito na agenda oficial talvez seja a comemoração do 25º aniversário da Independência da Armênia, em 21 de setembro, e a partir de sua análise tentarei lançar luz sobre alguns aspectos relevantes desse discurso oficial.

Construção de uma narrativa oficial

Duas possibilidades parecem especialmente plausíveis para explicar a relevância que a Guerra do Karabakh tem adquirido nas preocupações do governo: a primeira é que ela teria se tornado, efetivamente, uma questão maior para o Estado e por isso é absolutamente normal que ela seja uma variável a considerar em qualquer discussão importante a respeito dos rumos da nação; a segunda é que o governo estaria tentando capitalizar o conflito como forma de obter apoio para determinadas medidas, aproveitando-se da legitimidade quase natural que a população confere ao seu Estado em uma situação de guerra. Essas duas possibilidades não se excluem mutuamente; de todo modo, qualquer que seja a razão preponderante, parece pertinente analisar com cuidado o discurso oficial.

A observação das comemorações do aniversário da independência da Armênia ajuda a delinear o discurso oficial a respeito da Guerra do Karabakh, pois, através de uma linguagem simbólica, essas cerimônias trazem à tona elementos considerados importantes pelos seus organizadores. O próprio governo já havia declarado que o 25º aniversário da Terceira República da Armênia seria marcado pela utilização de recursos raramente empregados – de acordo com diversos entrevistados, a mensagem era que a tradicional parada militar seria a ocasião de uma demonstração de força, uma ocasião propícia para exibir os instrumentos bélicos de que o país dispõe e, em especial, o armamento recentemente adquirido da Rússia, seu principal aliado estratégico.

O desfile, no dia 21 de setembro, obedeceu rigorosamente o planejamento: realizadas na Praça da República, as cerimônias se dividiram entre uma fase de discursos do presidente e de outras lideranças civis e religiosas e outra fase dedicada à passagem das tropas. A primeira parte durou cerca de uma hora e foi marcada por uma grande quantidade de oradores, que se alternavam no púlpito. A segunda parte, com uma duração superior a quarenta minutos, foi

reservada à exposição do poderio bélico propriamente dito: inicialmente, sucessivos batalhões de infantaria; em seguida, grupamentos da cavalaria mecanizada, de veículos para o transporte de tropas e viaturas blindadas; por fim, armas de artilharia e de artilharia pesada. A cerimônia foi concluída com a passagem de tropas aéreas, que fizeram acrobacias no céu e o coloriram com os tons da bandeira armênia.

A passagem das tropas e a apresentação das armas é algo extremamente emblemático à medida que traz à cena, sem mencioná-la e ainda assim de forma explícita, a questão do conflito e da violência. O texto que estava sendo comunicado era que, diferentemente do que ocorrera em abril, quando o país teria sido surpreendido pelos ataques estrangeiros, agora o Estado estava pronto e armado para responder às agressões que eventualmente sofresse.

Essa referência à violência é melhor compreendida se incorporarmos as reflexões de Thomas Hansen²¹ a respeito do papel do conflito na construção das identidades coletivas: de acordo com o autor, para delimitar as suas fronteiras, os grupos frequentemente necessitam não apenas excluir o outro – conforme já era comumente aceito na teoria antropológica – mas precisam tornar-se a sua antítese; em outras palavras, o conflito não seria uma consequência da existência de fronteiras étnicas, mas a própria condição de existência dessas fronteiras. Para fundamentar as suas ideias, Hansen utiliza elementos importados da psicanálise, segundo a qual os indivíduos se tornam sujeitos de uma relação apenas quando são capazes de posicionar o Outro na condição de objeto; a forma extrema dessa operação seria a violência, em que o agressor ocupa o lugar de sujeito e o agredido, de objeto.

Contudo, a obra de Hansen demonstra que a criação de uma identidade coletiva a partir da violência traz o risco de se transformar em um círculo vicioso, pois a vítima da violência necessita inverter os polos da relação para poder restabelecer a sua condição de sujeito. Isso significa que é somente ao assumir o papel de agente da violência, colocando o Outro na condição de objeto, que é restaurada a almejada condição de sujeito. De acordo com essa formulação teórica, o Azerbaijão, que teria sido derrotado em 1994, haveria se tornado vencedor em 2016 e logrou então impor à Armênia a posição de objeto; assim, através do discurso de defesa da coletividade, a autoridade nacional estaria atendendo às expectativas de uma população que necessita reafirmar o seu direito à existência enquanto sujeitos.

Ao investir na ideia de defesa de coletividade, o governo reforça os liames entre os membros do grupo, em uma ação que não se restringe às fronteiras do seu território. O alcance internacional dessa medida justifica que na Praça da República houvesse, além dos moradores

²¹ HANSEN, T. B. *Wages of violence: naming and identity in postcolonial Bombay*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

locais, de armênios da diáspora – conforme podia ser percebido pelas línguas faladas nas ruas. De fato, conforme haviam apontado alguns entrevistados em abril, a Guerra mobilizara os armênios em um nível transnacional, fazendo com que muitos viessem homenagear e prestar solidariedade à República.

É precisamente o apoio à Guerra a razão da grande quantidade de presentes à parada militar do dia 21 de setembro, muitos dos quais, tanto adultos quanto crianças, portava com orgulho trajes inspirados no uniforme do exército. Além disso, em não raras vezes foi possível presenciar transeuntes que pediam para tirar fotos junto com os soldados que faziam o patrulhamento da região, ao mesmo tempo em que militares mais velhos, provavelmente já na reserva, apresentavam-se em seus trajes oficiais e exibiam suas insígnias e condecorações.

A presença em massa da população civil e a forma como ela se relaciona com os soldados revela a imagem que se produz a respeito desses homens, que são vistos como heróis a serem imitados ou celebridades a serem fotografadas. Dessa maneira, a Guerra é representada como algo essencialmente positivo, que inspira as famílias a, além de comparecerem com as suas crianças a uma cerimônia militar, apresentá-las como se fossem jovens combatentes. Uma constatação semelhante foi feita por uma entrevistada, que narrou a sua surpresa com um episódio que ela presenciou em abril, durante o conflito de quatro dias:

eu estava passando com a minha mãe pelo parque Mashtots [região central de Yerevan, onde a população tem se concentrado para realizar protestos] e havia um grupo de voluntários recebendo as doações que seriam enviadas para os soldados, como roupas, alimentos e outras coisas que pudessem ser úteis. O parque estava realmente cheio, mas nós notamos dois meninos, de sete ou oito anos, que estavam montando caixas de papelão para colocar os alimentos. A gente chegou perto das crianças e elogiou o trabalho delas: 'muito bem!'. Conforme nós conversávamos com eles, um deles falou 'o que eu queria era ser mais velho para ser soldado e poder ir para a Guerra' e o outro concordou.²²

De acordo com essa entrevistada, o que lhe impressionou foi que crianças tão jovens tenham assimilado o discurso em apoio à Guerra, a ponto manifestarem o desejo de se sacrificarem pelo país. Se, por um lado, esse episódio pode ser impressionante mesmo para a população local, por outro ele revela o grau de difusão e de enraizamento que esse discurso possui na sociedade.

Ao término das comemorações da Independência, houve outro episódio que revela certa apropriação do discurso da violência e sua reprodução, especialmente por parte das crianças. Após o desfile das tropas e a retirada das autoridades que haviam participado da cerimônia, a

²² Estudante de ciência política, 25 anos. Entrevista realizada em 25 de set. de 2016.

população começou a se dispersar, mas muitos meninos e meninas passaram a desenhar no chão da praça. Os desenhos, feitos com giz colorido, misturavam as imagens que haviam sido apresentadas pouco antes com símbolos importantes para a identidade nacional armênia: assim, soldados armados, tanques de guerra e aviões dividiam o espaço no chão com imagens de igrejas, do Monte Ararat e com inscrições feitas em caracteres armênios (especialmente a palavra *Hayastan*). Mesmo para as crianças estava claro que todos aqueles símbolos estavam relacionados a um mesmo constructo nacional.

Recepção e reconstrução do discurso

A necessidade de defesa do Karabakh é explicada pelos armênios de forma ambígua: por um lado, ela é percebida como uma questão de soberania nacional, visto que o Estado armênio estaria sendo diretamente atacado e se faria necessário, portanto, responder à altura; por outro, ressalta-se a independência do Karabakh como um Estado autônomo, ao qual a Armênia viria apenas prestar solidariedade. De fato, a definição clara do posicionamento armênio é dificultada pela própria imprecisão do estatuto político e jurídico da região, pois, conforme explica o cientista político Gaïdz Minassian, nem mesmo a Armênia reconhece a República do Nagorno-Karabakh²³. Consensual, no entanto, é que a região deve ser protegida das investidas militares do Azerbaijão.

A argumentação sustentada pelos armênios para rechaçar a ideia de uma dominação azeri no Nagorno-Karabakh é que a sua população é composta quase que integralmente por famílias também armênias, portanto não haveria razão que justificasse a dominação azeri dessa área. Nesse sentido, a Armênia resgata o mesmo posicionamento que ela havia defendido ao término da Primeira Guerra Mundial, mas lhe acrescenta como fundamentação o direito à autodeterminação dos povos: segundo Claire Mouradian, a Armênia reiterou em 1994 que “ela não teria qualquer reivindicação territorial; que não se trata nem de um conflito interétnico nem de uma guerra de religião, mas do direito dos povos, e que ela se satisfaria com qualquer solução aprovada pela população armênia local”²⁴.

Todavia, se a composição demográfica do Karabakh pode ser utilizada hoje como um argumento para condenar as pretensões do Azerbaijão na região, é importante ressaltar que, desde 1994, a proporção de armênios aumentou significativamente na região em virtude não

²³ MINASSIAN, G.; “Le Haut-Karabakh peut-il devenir indépendant ?”; *Le Monde*, 5 de maio de 2016. Disponível em http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/05/05/le-haut-karabakh-peut-il-devenir-independent_4914373_3232.html. Acessado em 30 de outubro de 2016.

²⁴ MOURADIAN, C. *L'Arménie*. Paris: PUF, 2009, p. 101.

apenas à instalação de novas famílias mas, notadamente, da emigração de azeris que ali habitavam – assim como se observara o movimento inverso durante o período soviético, quando toda a área era subordinada ao controle de Baku. Sendo assim, as justificativas fundadas na composição populacional devem ser recebidas com extrema cautela, visto que essas flutuações frequentemente sofrem a influência do contexto político, social e econômico, podendo inclusive ser objeto de uma ação deliberada das autoridades para enfraquecer determinadas coletividades.

Em complementação ao argumento demográfico, os armênios insistem também na ancestralidade da sua ocupação do Nagorno-Karabakh:

os azeris dizem que o Artsakh é deles, que eles chegaram lá antes dos armênios. Mas se você andar perto de Stepanakert [capital do Karabakh], você vai encontrar vários mosteiros, várias khachkars [cruzes talhadas na pedra, típicas da cultura armênia] do século XV, XVI... O que tem ali de tradicional do Azerbaijão? Absolutamente nada!²⁵

Essa referência está ligada a outra característica muito forte da autoimagem construída pelos armênios, a qual, ao localizar as suas origens no século IX a.C., faz deles um dos grupos mais antigos de toda a região. De fato, os estudos a respeito dos armênios costumam situar o seu surgimento na Antiguidade, aceitando como sua primeira estrutura política o reino de Urartu, fundado por volta do século VII a.C.²⁶. Trata-se de uma estratégia especialmente conveniente no sentido de diferenciar os armênios tanto dos tártaros do Azerbaijão quanto do turcos, uma vez que os primeiros registros dessas duas etnias são encontrados apenas a partir da Idade Média; a partir desse critério, os armênios teriam uma “vantagem” de pelo menos mil anos em relação aos seus principais adversários. Ao argumento do surgimento tardio dessas etnias acrescenta-se ainda a referência ao período em que elas criaram as suas primeiras estruturas políticas, especificamente no caso dos tártaros, que até a independência do Azerbaijão, em 1918, jamais haviam tido um Estado. Coloca-se, assim, em xeque a legitimidade de suas reivindicações territoriais, ao se apresentar implicitamente a questão “se eles nunca tiveram um território, como podem dizer que essas terras eram deles?”.

Entretanto, embora a população em grande medida apoie a defesa do Karabakh, uma parcela significativa se mantém cética em relação ao discurso oficial – notadamente, à mensagem de que agora a Armênia estaria preparada a defender o seu território:

²⁵ Administrador de empresa, 38 anos. Entrevista realizada em 26 de abr. de 2016.

²⁶ MOURADIAN, C. *L'Arménie, op. cit.*, p. 9.

foi escrito nos jornais armênios que o Azerbaijão reagiu após a parada [militar], que eles estariam impressionados com a forma como ela estava organizada e que eles estariam com medo das armas que os armênios têm. Eu não acho que o Azerbaijão esteja com medo, porque eu tenho certeza de que eles estão muito mais bem-equipados, eles têm armas melhores: eles compram armas de Israel e da Rússia, talvez da China. Em outras palavras: enquanto a Armênia compra armas apenas da Rússia, o Azerbaijão recebe armas de diversos países.²⁷

O ceticismo dessa entrevistada sinaliza na realidade uma descrença, significativamente difundida na sociedade, que se estende a todo o governo armênio: à exceção de sujeitos diretamente ligados a partidos políticos, todas as pessoas que pude entrevistar manifestaram grande desconfiança em relação ao governo e ao sistema político em sua totalidade, que elas consideram extremamente corrompido. O entendimento comum é que os grupos que ocupam o poder desde, pelo menos, a independência do país estariam mais preocupados em manter as suas posições do que em informar efetivamente a população, razão pela qual existe uma descrença *a priori* em relação a toda mensagem transmitida pelos órgãos oficiais.

Diante dessa falta de credibilidade, torna-se compreensível a insistência na Guerra como estratégia empregada pelas autoridades como forma de obter apoio. De fato, nos últimos anos o governo tem sido alvo de diversos questionamentos por parte da sociedade civil, dentre os quais se destacam as demandas por maior liberdade e participação popular, em 2016, e a resistência ao aumento das tarifas de energia e à privatização do serviço, em 2015. Contudo, ao empregar a conhecida estratégia de criação de um inimigo em comum, as autoridades conseguem ao mesmo tempo desviar o foco dos problemas internos e unificar a população em torno de uma bandeira praticamente consensual, uma vez que criticar um governo que defende a sua população de um inimigo estrangeiro seria considerado uma deslealdade à toda a pátria.

Além do ceticismo em relação ao governo, no entanto, esse depoimento levanta outra questão que é uma preocupação permanente entre os armênios, em especial no que se refere à Guerra do Karabakh: a participação da Rússia. Durante os quatro dias de conflito, tornou-se claro para a população que parte do armamento utilizado pelos azeris lhes fora vendido pela Rússia, em um claro gesto de traição em relação ao seu mais fiel parceiro na região:

é correta a expectativa de que a Rússia corrija [o seu posicionamento], já que a Armênia é o seu principal aliado no Cáucaso. (...) Mas agora os russos entenderam que nós estamos fortes: com os islamistas [azeris], um monte de problemas; com os geórgicos, várias histórias; com os chechenos, outras histórias; mas com a Armênia...²⁸

²⁷ Funcionária de ONG, 39 anos. Entrevista realizada em 23 de set. de 2016.

²⁸ Dirigente de partido político, 28 anos. Entrevista realizada em 30 de set. de 2016.

A expectativa de um suporte mais efetivo da Rússia é justificada pelos próprios acordos internacionais assinados pelo país, os quais determinam uma relação de parceria com o Azerbaijão, ao passo que com a Armênia a relação estabelecida é de aliança. O governo armênio foi, portanto, pressionado a cobrar de Moscou o cumprimento das cláusulas dessa aliança; as armas exibidas no aniversário da independência demonstrariam a força das autoridades locais, que teriam conseguido fazer os russos cederem às reivindicações de Yerevan.

Conclusão

Manter coeso o sentimento de unidade é um desafio para qualquer coletividade. Entre os armênios, tanto os da diáspora quanto os da República, essa tarefa vem sendo realizada já há bastante tempo pela memória do Genocídio, que junto com a língua e com a identidade religiosa tem contribuído para a união do grupo. Contudo, diante de um distanciamento temporal cada vez mais significativo em relação ao massacre promovido pelo Império Otomano, torna-se necessário para a população da Armênia fundar a sua identidade nacional também sobre bases que estejam ligadas às suas próprias experiências cotidianas. A posição de destaque atribuída pelos Armênios à guerra pela região do Karabakh deve, portanto, ser compreendida à luz dessa preocupação com a identidade coletiva.

Em primeiro lugar, não há dúvidas de que a Guerra está diretamente ligada à defesa de um território e da população, etnicamente armênia, que ali habita. A união dos armênios em sua defesa significa defender uma população cuja história e produção em termos de cultura não são pensadas de maneira desvinculada da história e da cultura do restante da Armênia, portanto, trata-se da defesa de um bem que é coletivo. É inquestionável a especificidade da música, da dança, do artesanato e de outras manifestações artísticas originárias do Karabakh, mas elas são percebidas como parte do mosaico cultural armênio, no qual há também espaço para a produção da diáspora e da Armênia ocidental (isto é, da região da Turquia que é considerada como parte da Armênia histórica).

Além disso, ao engendrar a convocação de uma grande quantidade de jovens para combater as tropas azeris, a Guerra atinge diretamente todas as famílias que tiveram algum de seus membros convocados pelo exército, mas também toda a rede de relações desses soldados. Assim, amigos e parentes por um lado são motivo de orgulho para as pessoas próximas, mas por outro se tornam uma fonte de inquietação em relação ao desenrolar do

conflito. Seria um exagero considerar que a população de Yerevan temesse ataques ou uma invasão por parte do país vizinho, visto que a reivindicação se restringe à região do Nagorno-Karabakh; isso não significa, porém, que ela não seja diretamente impactada pela retomada das hostilidades.

Entretanto, ao observar mais de perto a Guerra do Karabakh, percebe-se que ela não tem como motivação apenas a proteção de um território, da população civil que ali habita ou dos militares que o defendem. Para além da sua dimensão material – a saber: a mobilização dos indivíduos para enviar alimentos, tropas, armas, vestimentas e, em última instância, efetivamente vencer as batalhas – a Guerra tem uma relevância primordial em virtude da sua força de coesão da coletividade, que faz com que os sujeitos reafirmem o seu pertencimento a essa nação armênia. A mobilização dos indivíduos para auxiliar o exército provoca um resultado inegável no curto prazo; todavia, o resultado simbólico do resgate da identidade armênia tem efeitos muito mais profundos, pois provoca um engajamento a longo prazo em defesa da nação.

Esse tipo de convocação é capaz, por exemplo, de “reverter” a desconexão de indivíduos que tenham deixado a Armênia há muito tempo ou mesmo de famílias que há gerações estejam instaladas em outros países, fazendo com que eles respondam ao chamado da coletividade. Em situações como essa, estabelece-se um novo vínculo entre o indivíduo e a nação, o que torna improvável que o seu engajamento em relação a ela retorne à posição em que se encontrava anteriormente.

Em um contexto como o que se apresenta na Armênia atualmente, com um cenário econômico de repulsão de população e um sistema político cuja legitimidade é constantemente questionada, essa talvez fosse uma oportunidade única de fortalecer o país. Em uma situação ideal, a sensibilização dos armênios de todo o mundo poderia trazer mais investimentos e levar ao retorno de populações, o que inauguraria um círculo virtuoso na economia; em termos políticos, ela poderia provocar o engajamento dos cidadãos na realização das reformas reivindicadas pela sociedade, dando início a uma nova fase na relação entre governo e população – nem as mentes mais otimistas, porém, aventuram-se a manifestar tal expectativa.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1991.

BARTHES, Roland. *Mythologies*. Paris: Seuil, 1957.

BOGOSSIAN-PORTO, Pedro; “Os primeiros cristãos do mundo: pertencimento religioso e identidade coletiva na diáspora armênia”; *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, jan-jun/2015, pp. 157-182.

CLIFFORD, James; “Diasporas”; *Cultural Anthropology*, Washington, v. 9, n. 3, 1994, p. 302-338.

D'ENCAUSSE, Hélène C.; “La décomposition de l'Empire Soviétique »; *Pouvoirs: Revue Française d'Études Constitutionnelles et Politiques*, Paris, n. 57, 1991, pp 19-31.

HANSEN, Thomas B. *Wages of violence: naming and identity in postcolonial Bombay*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HOVANESSIAN, Martine. *Le lien communautaire: trois générations d'Arméniens*. Paris: Armand Colin, 1992.

_____; “Les reconfigurations migratoires dans un contexte de transition politique inachevé (le cas de l'Arménie)”, Paris, 2016. (mimeo)

JONES, A. *Genocide: a comprehensive introduction*. Nova Iorque: Routledge, 2011.

MAROUTYAN, Harutyun. *Iconography of Armenian identity: the memory of genocide and the Karabakh Movement*. Yerevan: Gitutyun Publishing House, 2009.

MOURADIAN, Claire; “Le problème du Haut-Karabagh”; *Slovo*, Paris, n. 7, 1986, pp. 53-82.

_____. *L'Arménie*. Paris: PUF, 2009.

MINASSIAN, Gaïdz. *Arméniens: le temps de la délivrance*. Paris: CNRS Éditions, 2015.

_____. “Le Haut-Karabakh peut-il devenir indépendant? ”; *Le Monde*, 05 de maio de 2016. Disponível em http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/05/05/le-haut-karabakh-peut-il-devenir-independant_4914373_3232.html. Acessado em 30 de outubro de 2016.

SEFERIAN, N. *Armenian and Turkish relations between 1991 and 2010: the failure to achieve a breakthrough in the aftermath of the cold war*. Vienna, 2013. Dissertação (mestrado em International Studies) International Studies Department, Vienna School of International Studies, Vienna, 2013.

TERMINASSIAN, A. *La République d'Arménie: 1918-1920*. Bruxelas: Éditions Complexe, 2006.

Os massacres das praças Tahrir e Rabaa e seus desdobramentos para a nova revolução egípcia

Blood spring: the massacres of the Tahrir and Rabaa squares and their consequences for the new Egyptian revolution
Primavera de sangre: las masacres de las plazas Tahrir y Rabaa y sus desdoblamientos para la nueva revolución egipcia

Rodrigo Medina Zagni*

190

Resumo: O trabalho enfoca a violência, no limite dos massacres, desencadeada contra as manifestações de rua que tiveram curso durante o que podemos considerar uma “nova revolução egípcia” e que tiveram centralidade na Praça Tahrir, ocorrendo também na Praça Rabaa, forçando a construção de uma outra gramática política quando, a partir de 2011, a população egípcia entendeu que, para ser ouvida, seria necessário ocupar as ruas e demais espaços públicos, enfrentando-se com um dos maiores exércitos de todo o mundo árabe.

Palavras-chave: nova revolução egípcia; primavera árabe; massacres; Praça Tahrir; Praça Rabaa.

Abstract: The work focuses on violence, at the edge of the massacres, unleashed against the street demonstrations that took place during what may be considered a "new Egyptian revolution" and which had a centrality in Tahrir Square, also occurring in Rabaa Square, forcing the construction of another political grammar when, from 2011, the Egyptian population understood that, in order to be heard, it would be necessary to occupy the streets and other public spaces, facing one of the largest armies in the Arab world.

Keywords: new Egyptian revolution; Arab Spring; Massacres; Tahrir Square; Rabaa Square.

Resumen: El trabajo enfoca la violencia, en el límite de las masacres, desencadenada contra las manifestaciones callejeras que tuvieron curso durante lo que podemos considerar una "nueva revolución egipcia" y que tuvieron centralidad en la Plaza Tahrir, ocurriendo también en la Plaza Rabaa, forzando la construcción de otra gramática política cuando, a partir de 2011, la población egipcia entendió que, para ser oída, sería necesario ocupar las calles y demás espacios públicos, enfrentándose con uno de los mayores ejércitos de todo el mundo árabe.

Palabras-clave: nueva revolución egipcia; Primavera árabe; Masacres; Plaza Tahrir; Plaza Rabaa.

No dia 22 de novembro de 2011, Mohamed ElBaradei, ex-chefe da *Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)*, *Prêmio Nobel da Paz* em 2005 e então candidato à presidência do Egito, era o primeiro a vir a público para utilizar o termo *massacre* a fim de referir a repressão movida pelas forças policiais egípcias, sob ordens do *Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA)*, contra dezenas de milhares de manifestantes que ocupavam a *Praça Tahrir*, acusando o Exército de tentar manter-se, à força, no poder. No mesmo dia, a *Agence France-Presse*

* Doutor em Práticas Políticas e Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP); docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), coordenador do grupo de pesquisa “Conflitos armados, massacres e genocídios na era contemporânea” (UNIFESP) e do curso de pós-graduação em “Conflitos internacionais e globalização” (UNIFESP).

(AFP), a partir de suas declarações, difundia na imprensa internacional as denúncias de que gás lacrimogêneo contendo agentes enervantes e armas de fogo com munição real estariam sendo usados contra a população civil¹ concentrada na maior praça pública do Cairo, palco tantas vezes de protestos que redefiniram os rumos políticos daquela nação.

Desde o dia 19 de novembro, um sábado, quando os confrontos entre manifestantes e militares tiveram início, até as primeiras declarações de ElBaradei, já teriam sido 36 mortos², número que nos dias posteriores se elevaria para mais de 300. No decurso do massacre, já na segunda-feira, dia 21, Esam Sahraf, então Primeiro-Ministro chefe do governo provisório, abdicou em favor do CSFA que, enquanto dispensava o mais brutal da truculência policial contra os manifestantes, no dia 22 declarava-se publicamente dotado de um espírito democrático e apaziguador prometendo realizar, até o mês de junho de 2012, eleições diretas para presidente.

O lugar do massacre denunciado por ElBaradei é um dos mais importantes lugares da memória política do povo egípcio. Desde a sua construção, a *Praça Tahrir* fora convertida em *locus* dos principais movimentos políticos que agregaram os mais distintos segmentos da sociedade egípcia, como é o caso das *Revoltas do Pão*, de 1977; dos protestos contra a *Guerra do Iraque*, em 2003; e dos protestos que no dia 25 de janeiro de 2011 levaram 50 mil pessoas à praça³, número elevado a 100 mil em apenas 5 dias⁴ e, segundo a *Al Jazeera*, a pelo menos 250 mil pessoas no dia 31 de janeiro, oitavo dia de protestos⁵, a exigirem a renúncia do presidente Hosni Mubarak e culminando, no dia 1º de fevereiro, na *Marcha de um milhão* que levou um mar de manifestantes⁶ a se aglomerar naquele que se convertera o centro vivo da política egípcia; mais do que isso, do Oriente Médio e chamando para si as atenções de todo o

¹ Cf.: “Elbaradei denuncia ‘massacre’ na Praça Tahrir”; *TDF Rádio Notícias*, Lisboa, 23 Nov. 2011 (disponível no link: www.tsf.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content_id=2142504).

² Cf.: “Candidato no Egito, ElBaradei denuncia ‘massacre’ na Praça Tahrir”; *G1*, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília *et al*, 22 Nov. 2011 (disponível no link: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/11/candidato-no-egito-elbaradei-denuncia-massacre-na-praca-tahrir.html>).

³ “Egyptians report poor communication services on Day of Anger”; *Egypt Independent*, 25 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://www.egyptindependent.com/news/egyptians-report-poor-communication-services-day-anger>)

⁴ “Egypt protesters step up pressure on Hosni Mubarak”; *BBC News*; 31 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12320959>).

⁵ “Live blog 31/1 – Egypt protests”; *Al Jazeera News*; 31 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://blogs.aljazeera.com/blog/middle-east/live-blog-311-egypt-protests>).

⁶ Não há consenso sobre o número de manifestantes que compareceram às manifestações do dia 1º de fevereiro; enquanto a rede *Al Jazeera* noticiava a presença de mais de um milhão de pessoas [Cf.: “Protesters flood Egypt streets”; *Al Jazeera News*; 1º Fev. 2011 (disponível no sítio: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/02/2011215827193882.html>)], analistas da *Stratfor Global Intelligence* desacreditavam as cifras, dizendo de não mais que 300 mil manifestantes [Cf.: “Update on the size of the Egyptian Protests”; *Stratfor*; 1º fev. 2011 (disponível no sítio: <https://www.stratfor.com/sample/analysis/gauging-size-egyptian-protests>)].

mundo.

As forças sociais ali mobilizadas, no dia 11 de fevereiro, por fim derrubaram o governo de Mubarak depois de três décadas consecutivas no poder – de 1981 a 2011, o governo mais longo de toda a história moderna do Egito -, apontado como responsável pela implementação de políticas neoliberais alinhadas aos interesses norte-americanos e que, desastrosamente, culminaram na estagnação econômica, na pobreza, na desigualdade, na corrupção e no desemprego que corroíam o sistema político e flagelavam a classe trabalhadora egípcia. A vitória, por sua vez, fez do lugar o centro das comemorações do que se celebrava como uma paz duradoura e que levaria, inevitavelmente, à democratização da política e da sociedade egípcia: o que, sabemos, jamais ocorreu.

Dois anos depois, em 2013, as ruas e praças do Cairo voltariam a ser ocupadas por setores que, inicialmente, manifestaram-se pela destituição do governo de Mohamed Morsi, desde 2011 – no decurso da revolução - presidente do partido político fundado pela *Irmadade Muçulmana*⁷ – o *Partido da Liberdade e da Justiça* - e eleito, em 2012, o 5º presidente da história egípcia, após a queda do regime de Mubarak. As manifestações serviram de argumento para que, em julho, a coalizão liderada pelo general Abdel Fattah el-Sisi desfechasse o Golpe de Estado que suspenderia a constituição e instalaria um governo que se autoproclamara *de transição*. Daí por diante, ruas e praças foram o ambiente de concentração daqueles que se opunham ao governo militar instituído e reivindicavam eleições presidenciais diretas.

De centro das mais importantes manifestações políticas a *Praça Tahrir*, que em novembro de 2011 fora o palco de massacres de civis quando Mubarak tentava ainda agarrar-se ao poder, foi novamente banhada de sangue dois anos depois, no dia 14 de agosto de 2013, em proporções muito mais alarmantes, junto ainda da *Praça al-Nahda*⁸ e da *Praça Rabaa al-Adawiya*⁹ onde, de acordo com a *Human Rights Watch*, houve a mais grave ocorrência de assassinatos em massa da história egípcia moderna, somando em torno de mil mortos¹⁰. Tratava-se da mais brutal escalada de violência levada a termo pelos agentes do Estado egípcio a fim de conter as forças liberadas pela revolução, chacinando sobretudo os membros da *Irmadade Muçulmana* e demais partidários de Morsi.

De que maneira os massacres de *Tahrir* e *Rabaa* estão inseridos no processo

⁷ المجلس لمدون الأخوان جمعوية, *Jamiat al-Ikhwan al-Muslimun*, organização religiosa fundada em 1928.

⁸ النهضة/ *an-Nahdah*.

⁹ العنوية رابعة مسجد, *Rabi'a Al-Adawiya*, *Rabaa El-Adawia* ou *Rabaa El-Adaweya*.

¹⁰ O número é contestado pelo Ministério da Saúde do Egito, que divulgou como números oficiais os de 638 mortos, dentre os quais 595 civis e 43 policiais, além de 3.994 feridos; enquanto a *Irmadade Muçulmana* e a *Aliança Anti-Golpista* afirmam ter havido 2.600 mortos.

revolucionário que teve curso, no Egito, de 2011 a 2013? Quem foram suas vítimas e seus perpetradores? Que mudanças, a partir de sua ocorrência, se processaram na conjuntura interna à revolução?

Com essas questões em mente é que revisitaremos ambos os massacres, recentíssimos no tempo e num momento em que a parte da sociedade egípcia que se convulsionara ainda chora seus mortos.

Os lugares da memória e um necessário recuo histórico

A *Praça Tahrir*, lugar primordial dos massacres interpostos no complexo processo histórico do que podemos considerar uma *Nova Revolução Egípcia* (que se estendeu de 2011 a 2013), não nos importa apenas em razão de sua centralidade urbana na cosmopolita cidade do Cairo¹¹; interessa-nos, sobretudo, porque guarda em si uma significativa história de lutas políticas como lugar de agitações sociais que inscrevem, na *longa duração*, as forças profundas que se movem rumo à determinação dos destinos daquela sociedade.

Carrega em seu nome os sentidos e significados que explicam muitas de suas representações no tempo presente. Construída na década de 1860 por iniciativa de Ismail Paxá¹² - vice-rei do Egito –, sua designação original como *Midan al-Ismailia*¹³ – do árabe: *Praça de Ismail* - seria preterida pelo povo com a revolução egípcia de 1919, movida contra a ocupação britânica do Egito e do Sudão e que fizera com que a praça, centro da agitação revolucionária havida no Cairo, passasse a ser chamada de *Praça da Libertação*, apesar de não ter tido sua designação formal alterada, o que só aconteceria com a explosão de uma outra revolução egípcia, dessa vez em julho de 1952, liderada pelo *Movimento de Oficiais Livres* que tinha à frente o general Muhammad Naguib e a figura, que se tornaria icônica, de Gamal Abdel Nasser. A revolução derrubou o rei Farouk, pôs abaixo o regime monárquico constitucional vigente e proclamou, em junho de 1953, uma república autocrática (com a abolição da organização partidária), momento em que a praça passou a se chamar, oficialmente, *Midan Al-Tahrir*¹⁴ – *Praça da Libertação*, do árabe¹⁵.

¹¹ Onde se encontra cercada pelos prédios que abrigam, por exemplo, o *Partido Democrático Nacional* (الديمقراطي الوطنى الحزب *Al-Hizb Al-Waṭanī Ad-Dīmūqrāṭī*), o prédio governamental do *Mogamma* (مجمع التحرير *Mugamma*), a sede da Liga Árabe, o campus da *American University in Cairo* (AUC) e a ponte *Qasr al-Nil*, que atravessa o Rio Nilo.

¹² باشا إسماعيل *Ismā'īl Bāshā*.

¹³ الأسماعية ميدان *Midān al-Ismā'īliyyah*.

¹⁴ التحرير ميدان *Midān at-Tahrīr*.

¹⁵ Também é referida como *Praça do Mártir* por abrigar, em sua porção Noroeste, uma estátua de Omar Makram, herói nacional da resistência à invasão napoleônica do Egito.

A revolução deu lugar ao regime nacionalista nasserista que, no decurso ainda inicial da Guerra Fria, alinhara-se à União Soviética. O Egito fora tragado para o epicentro das políticas de poder das potências ocidentais para o Oriente Médio já em 1956, com a nacionalização do Canal de Suez, do que resultou o ataque militar desfechado por França, Inglaterra e Israel na guerra que se estendeu de outubro a novembro daquele mesmo ano e que sagrou vitorioso o regime de Nasser (ainda que o Egito tenha perdido, para Israel, o Sinai e a Faixa de Gaza).

O furor nacionalista, suscitado pela guerra, deu condições para que com a promulgação da Constituição de 1956 o Egito fosse convertido em uma República Presidencialista que dava ao Executivo, ou seja, a Nasser, plenos poderes para impor sua vontade sobre o Parlamento, chancelando ainda o modelo unipartidário que dera forma ao partido *União Nacional*.

A perda de influência que Inglaterra e França sofreram no Oriente Médio, com as campanhas militares de 1956, além de se estender às demais potências ocidentais, permitiu ao regime de Nasser nacionalizar praticamente toda a economia egípcia, difundindo no mundo médio-oriental e dentre os países *não-alinhadas* o *nasserismo* como uma alternativa anti-imperialista ao avanço das potências ocidentais. Tendo como resultado político o notável aumento da influência egípcia na região, o *nasserismo* carreou, em larga medida, as realizações do pan-arabismo que deu forma ao nacionalismo árabe contemporâneo. A guisa de exemplo, de 1958 a 1961, o Egito esteve à frente, junto da Síria, da criação da *República Árabe Unida* cujo presidente era Nasser; havendo capital político suficiente para que ainda, da aliança com o Iêmen, o resultado político fosse a criação dos *Estados Árabes Unidos*.

O declínio do *nasserismo* e o conseqüente redimensionamento da influência egípcia no Oriente Médio decorrem, em grande medida, da derrota militar havida na *Guerra dos Seis Dias*, travada em 1967 pela frente de países árabes composta por Egito, Jordânia e Síria, contra Israel e da qual resultou o alijamento de parte do território egípcio, provocando um estreitamento ainda maior das relações entre Síria e Egito com a URSS. O fim do *nasserismo*, com a morte de Nasser, em 1970, é que reverteria este alinhamento e mudaria drasticamente o equilíbrio de poder no Oriente Médio, com a aproximação cada vez maior com o imperialismo norte-americano.

O empreendimento esteve sob os auspícios de Anuar Sadat, sucessor de Nasser e a quem coube o processo de privatizações e do alinhamento da economia egípcia com o capital internacional. O desmonte dos serviços públicos e a formação de exércitos de reserva de mão-de-obra - aquilo que no ideário neoliberal elaborado por Friedrich Hayek e a *Sociedade de Mont*

Pèlerin consistiria numa *taxa saudável de desemprego*¹⁶, termo cuja melhor interpretação é a da manutenção de índices salariais garantidores de altas taxas de lucro -, compuseram-se com um estado de repressão permanente que ao longo dos anos 1970 rechaçou, em todo o Egito, mobilizações da classe trabalhadora e estudantil na luta por direitos.

O quadro se agravou após a derrota egípcia na *Guerra do Yom Kippur*, a quarta guerra Árabe-Israelense, deflagrada em outubro de 1973 e envolvendo uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria contra Israel, na tentativa de reaver os territórios perdidos em 1967. Seu desastroso desfecho levou o exército israelense a 100 km do Cairo e, entre outros fatores, o mundo à crise internacional do petróleo, cujos efeitos para a economia egípcia, já combatida pelos primeiros experimentos neoliberais, foram devastadores. E frente à crise econômico-social, o povo egípcio respondeu indo às ruas.

Durante praticamente toda a década de 1970, a *Praça Tahrir* foi o espaço das manifestações de trabalhadores e movimentos organizados que se levantaram contra a crise econômica, a destruição dos serviços públicos e o alinhamento da política egípcia com o imperialismo norte-americano, chegando ao ponto culminante das *Revoltas do Pão*, em 1977, que sangraram em torno de 800 mortos em apenas dois dias e quase puseram abaixo o regime de Sadat. No plano interno, o governo costurou alianças com grupos islâmicos enquanto nas ruas recrudesciu a repressão às manifestações populares, a perseguição a opositores da esquerda política e de grupos nacionalistas, criminalizando protestos populares e convertendo em legais detenções arbitrárias.

O alinhamento político internacional, na busca de apoio para a manutenção de seu regime, levou o Egito, em setembro de 1978, a uma inusitada estratégia, fomentada tanto pelos EUA quanto pela Comunidade Europeia e oficializada nos *Acordos de Paz de Camp David*: a aliança com o Estado de Israel, firmada entre Sadat e Menachem Begin, primeiro-ministro israelense. Com isso, o Egito de Sadat tornava-se o primeiro país árabe a reconhecer a existência do Estado de Israel e provocando, com isso, a rápida deterioração das relações históricas que mantivera com a *Organização para a Libertação da Palestina* e, por extensão, com parte significativa de grupos políticos e de parte considerável da própria sociedade egípcia, apoiadores da causa palestina.

A façanha rendeu a Sadat, responsável em 1977 pelo massacre de mais de 800 manifestantes durante as *Revoltas do Pão*, o *Prêmio Nobel da Paz* de 1978.

Em 1981, durante um desfile militar, as contradições do regime de Sadat materializaram-se nos 37 projéteis que lhe tiraram a vida, em atentado realizado por um grupo de soldados que

¹⁶ HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, passim.

saiu do alinhamento militar e abriu fogo contra o palanque onde estava o presidente.

Assumindo o poder naquele mesmo ano e convertendo-se no quarto presidente egípcio, Mubarak teve como primeiro desafio a contenção dos grupos nacionalistas, inclusive ligados (de dentro do governo) à morte de Sadat, bem como os setores que se manifestavam nas ruas. Viu-se, para isso, assistido por um conjunto de legislações proibitivas que convenientemente manteve, junto da recém-instituída submissão de criminosos civis a tribunais militares. Trata-se das *Leis de Emergência* – Lei nº 162, de 1958 – reinstituídas a propósito do assassinato de Sadat e que suspendiam direitos constitucionais – inclusive o *habeas corpus* -, estendiam os poderes policiais e legalizavam a censura. Ficavam limitadas também organizações políticas, manifestações e, por iniciativa de Mubarak, fora inserido nesse *corpus* legislativo uma lei antiterrorismo que tipificava como criminosas quaisquer ações atentatórias contra a *ordem institucional* estabelecida. A esse conjunto de leis some-se a intensificação da repressão à dissidência política após o atentado realizado por militantes islâmicos sudaneses em 1995, bem como as execuções em massa perpetradas após o atentado de Luxor, em novembro de 1997.

O *corpus legal* ilegítimo e o *animus* assassino explicam-se também pelo maior alinhamento da política externa egípcia com as estratégias norte-americanas, convertido o Egito, depois de Israel, no maior aliado do Ocidente no Oriente Médio, o que ficara demonstrado com seu apoio incondicional à coalisão liderada pelos EUA que atacou, invadiu e ocupou o Iraque, em 2003.

Com graus crescentes de organização e resistindo à violência desmedida da repressão policial, a classe trabalhadora egípcia protagonizou importantes mobilizações e paralizações que culminaram, em alguns casos, na deflagração de greves gerais, ao longo da primeira década do novo milênio. É o caso da greve dos trabalhadores da indústria têxtil de Ghazl al-Mahala, em 2006; de Mahalla, no final do mesmo ano e em setembro de 2007; de Kafr al-Dawwar e de Abu-Makaram (cidade natal de Sadat), também em 2007, e al-Mahalla al-Kubra, em 2008. O ascenso da classe trabalhadora egípcia pode ser medido pelo número de greves realizadas nesse período: 227 greves no ano de 2006; 580 no ano de 2007; e 389 greves apenas no três primeiros meses de 2008, incluindo uma greve geral, de acordo com o levantamento feito por Osvaldo Coggiola¹⁷. Segundo Gabriel Huland, de 1998 a 2010, foram registradas entre 3.400 e 4.000 greves em todo o país, envolvendo em torno de 4 milhões de trabalhadores mobilizados contra as privatizações e a precarização das condições laboriosas¹⁸.

¹⁷ “Egipto y la Revolución Árabe”; *Aurora*, ano V, nº 7, Jan. 2011, p. 191.

¹⁸ HULAND, Gabriel; “Egito: greves operárias se expandem pelo país”; *LIT-CI*, 18 dez. 2015 (disponível no sítio: <http://litci.org/pt/mundo/oriente-medio-mundo/egito/egito-greves-operarias-se-expandem-pelo-pais/>)

Em 2007, cedendo às pressões norte-americanas e da União Europeia, o governo de Mubarak sancionou leis que proibiram a propaganda política de fundamentação religiosa, a fim de limitar as possibilidades eleitorais de grupos islâmicos - principalmente aqueles ligados à *Irmandade Muçulmana* -, judicializando demandas políticas (não sem antes garantir para si o controle do Poder Judiciário) enquanto nas ruas a ampliação dos poderes policiais levava a níveis crescentes de violência e repressão contra quaisquer grupos mobilizados.

A oposição política ao regime de Mubarak só lograria organizar-se em março de 2010 com a fundação do *Kifay*¹⁹, coalisão de forças políticas muitíssimo distintas – muçulmanos, nacionalistas e socialistas -, identificadas tão somente pela partilha do inimigo comum. Desta maneira, a *Irmandade Muçulmana* compôs forças com os nasseristas do partido *Karama* (na clandestinidade) e os socialistas do *Tagammu*, dentre outros grupos, mas não para a cooptação e direcionamento do ascenso revolucionário manifesto nas ruas a fim de obliterar as relações de poder e de pôr fim à exploração da classe trabalhadora, senão para cobrar do presidente ações para uma *transição pacífica*, que não modificassem os elementos da infraestrutura econômica e, com isso, das insuperáveis contradições de classe vigentes.

Nada pacífico, o *Estado de Emergência* que dera forma ao estado de repressão permanente mantido e aperfeiçoado pelo regime de Mubarak teria generalizado, no âmbito de suas forças de segurança, o uso de prisões arbitrárias e da tortura contra opositores do governo. De 1993 a 2007, teriam sido documentados, pela *Organização Egípcia pelos Direitos Humanos*, 567 casos de tortura perpetrados por agentes policiais egípcios, incluindo 167 mortes²⁰. Organizações como a *Amnesty International* calculam que, apenas em 2010, entre 5 a 10 mil pessoas estariam presas, no Egito, sem terem sido submetidas a processo judicial.²¹ O mesmo aparato de violência institucional foi utilizado para a perseguição dos trabalhadores e estudantes mobilizados na *Praça Tahrir*, em 2011, quando a revolução social que condensara as contradições de mais de meio século já era irrefreável e sua fórmula já estava dada: a agudização das contradições de classe e o aprofundamento das distâncias que apartavam trabalhadores e a classe proprietária, a política externa pró-imperialista, o desacordo do governo com grupos nacionalistas, a repressão policial interna, a tomada de consciência de classe e o crescimento da oposição de trabalhadores e estudantes organizados, a deflagração de greves gerais e manifestações e sua repressão com uso desmedido de violência por parte

¹⁹ “Basta!”.

²⁰ “Egyptian Police sued for boy’s death”; *BBC News*; 13 Ago. 2007 (disponível no link: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6943704.stm>).

²¹ “Egypt: Keep promise to free detainees by end of June: Join Statement”; *Amnesty International*; 29 jun. 2010 (disponível no sítio: <https://www.hrw.org/news/2010/06/29/egypt-keep-promise-free-detainees-end-june>).

do Estado.

A Nova Revolução Egípcia e os massacres de 2011

Nossa primeira tarefa é a de dimensionar o papel da *Nova Revolução Egípcia* no quadro mais amplo do ciclo de levantes que convulsionaram o mundo árabe no mesmo período e, mais do que isso, no espectro internacional, como centro nevrálgico das transformações que alterariam décadas de relações políticas e econômicas internacionais e o próprio equilíbrio de poder que conecta o Oriente Médio às políticas do Velho Mundo e dos EUA, ambiente nuclear do sistema-mundo capitalista.

As transformações em curso no Egito, como já dissemos, estão inseridas no processo de transformações que varreu países árabes e produziu profundas modificações na configuração política de realidades como a Argélia, Iêmen, Jordânia, Sudão e Tunísia, com notáveis partilhas de elementos constitutivos comuns. Em forma de manifestações de massa, o vagalhão se estendeu até a Líbia, Síria e Bahrein; enquanto a China, temendo o *contágio*, chegou a censurar a palavra *Egito* em sítios buscadores de *internet*. Ainda assim, o epicentro deste processo foi, indubitavelmente, o Egito, tanto em função de sua importância no Oriente Médio quanto pelo histórico alinhamento do governo de Mubarak com interesses ocidentais, em especial, sua aliança com EUA e Israel (o principal interlocutor dos interesses ocidentais no mundo médio-oriental).

O Egito se converteu, durante a era Mubarak, no segundo maior receptor da ajuda econômica e militar norte-americana em todo o mundo, totalizando em torno de 1,5 milhões de dólares anuais e estando abaixo apenas de Israel. Isso porque, valendo-se do fantasma do *islamismo político*, os EUA passaram a apoiar, no Oriente Médio, regimes autocráticos ditatoriais praticamente dinásticos e movidos, com isso, tanto contra grupos nacionalistas quanto religiosos. Para que se tenha ideia do valor estratégico que tem o Egito nas políticas de poder norte-americanas, a ajuda econômica dispendida é superior à somatória da ajuda destinada a todos os demais países, excetuando-se, como já fora dito, Israel.

Com isso, já demos início a outra tarefa imprescindível: identificar seus protagonistas. Dentre tudo aquilo que as sociedades da chamada *Primavera Árabe* têm em comum, os movimentos que sediaram contam com a atuação de uma massa de jovens estudantes, universitários em sua maioria, somando-se nas ruas a muitos outros estratos sociais, perfis étnicos e faixas etárias distintas. Identidades diversas e não raras vezes apartadas, como cristãos e muçulmanos, solidarizaram-se frente ao inimigo comum da crise econômica aguda,

da violência dos agentes do Estado, da restrição de direitos e da corrupção; também é o que se pode dizer da participação das mulheres árabes, historicamente alijadas da vida política na vigência de costumes e tradições machistas em suas sociedades. Mas dizê-los jovens não é apenas uma forma de qualifica-los: trata-se de uma expressão demográfica e econômica de suma importância, isso porque no Egito a população com menos de 30 anos de idade constitui 63% do total, com horizontes econômicos bastante restritos num quadro em que 20 milhões de habitantes, cerca de um quarto da população egípcia, subsistem com menos de 2 dólares diários²².

O próprio estopim que desencadeou os primeiros protestos foi o assassinato de um jovem diplomado (em condições de subemprego), Khaled Said, espancado por policiais em Sidi Gaber, em Alexandria, e cujas imagens da face e corpo desfigurados causaram comoção em todo o Egito a ponto de ter inspirado o nome da página *El Mártir*, na rede social *Facebook*, por meio da qual foram feitas as primeiras convocatórias para o levante.

Por sua vez, a condição da juventude egípcia que ocupou as ruas reivindicando o fim da era Mubarak espelha as agruras da classe trabalhadora submetida a décadas de experimentos neoliberais, privatizações e o desmonte dos serviços públicos, culminando na catástrofe social que moveu um contingente bastante heterogêneo, mas identificado pelo recalçamento das restrições sociais, à revolução.

Enquanto a imprensa internacional, reproduzindo as matrizes de menos de uma dezena de agências de notícias, explicava a *Primavera Árabe* como um *castelo de cartas* que desmoronava, como se fosse plausível ruir um regime em função de outro e como se pudesse ter havido ali algum tipo de contágio político, os trabalhadores egípcios, sem pedir licença a teóricos e articulistas de qualquer natureza, eram movidos pelas mais brutais contradições de classe experimentadas na dureza de seu cotidiano, enquanto as contradições políticas também lhes eram há muito tempo sabidas, a começar pela fortuna de 50 a 70 bilhões de libras egípcias, equivalentes a cerca de 6,3 a 8,9 bilhões de dólares, acumulada pela família Mubarak²³ enquanto esteve a frente de três décadas de repressão, de supressão de direitos e de submissão aos interesses do capitalismo internacional, em especial às demandas das megacorporações que passaram a controlar sua economia. Na cúpula de seu governo e nos quadros dirigentes do *Partido Nacional Democrático*, os bilhões também se avolumam, contrastando nas ruas com a miséria e o desemprego: Ahmed Ezz, secretário do partido e

²² Cf.: COGGIOLA, Osvaldo; “Egipto y la Revolución Árabe”; *Aurora*, ano V, nº 7, Jan. 2011, p. 183.

²³ ELAASAR, Aladdin; “Egyptian rise against their pharaoh”; *Huffington Post (USA)*; 28 jan. 2011 (disponível no link: http://www.huffingtonpost.com/aladdin-elaasar/egyptians-rise-against-th_b_815520.html).

detentor de 60% do monopólio da indústria de aço, no Egito, soma a quantia de 18 bilhões de libras egípcias; já o ex-Ministro da Habitação, Ahmed Al-Maghraby, é dono de uma fortuna estimada em 11 bilhões; Zuhair Garrana, ex-Ministro do Turismo, ostenta 13 bilhões; seguido por Rashid Mohamed Rashid, ex-Ministro do Comércio e da Indústria, com 12 bilhões; e Habib al-Adly, ex-Ministro do Interior, com 8 bilhões²⁴.

Mas as contradições são ainda mais antigas. Desde a derrubada da monarquia egípcia, há 60 anos, os três presidentes subsequentes haviam sido paridos pelo Exército: Gamam Abdel Nasser, Anuar Sadat e Hosni Mubarak, resultando naquilo que Coggiola identificou como uma composição entre *nacionalismo burguês* e *militarismo* que, nas eras Sadat e Mubarak, estiveram dispostos às reformas neoliberais e, com isso, a serviço do imperialismo.²⁵ Enquanto empresas multinacionais como a *General Motors*, *IBM*, *Shell* e *McDonalds* - ocidentais por excelência -, contribuía para que o trabalhador mediano egípcio ganhasse míseros 100 dólares por mês (em linhas gerais, cerca de 40% dos egípcios estão abaixo da linha da pobreza), enfim a hiperexploração, o desemprego (que nas últimas duas décadas flutuou de 8% a 12%²⁶) e a miséria a que estava submetida a classe trabalhadora chegou à juventude universitária, recém-titulada e, em grande número, pós-graduada, percebendo-se estudantes, bacharéis, mestres e doutores com quase nula perspectiva de inserção profissional. De acordo com o *Peterson Institute for International Economics*, o risco de ficar desempregado, no Egito, é 10 vezes maior para aqueles que completaram o ensino superior do que para aqueles que cursaram apenas a educação básica²⁷. O próprio governo egípcio, por meio da *Agência Central Egípcia para a Mobilização Pública e Estatística*, chegou à conclusão de que 43% dos egípcios desempregados eram portadores de diploma universitário²⁸, evidenciando o fracasso das políticas neoliberais e a flagrante decadência do capitalismo internacional, em crise pelo menos desde 2008; mesmo ano em que no Egito, aos 6 de abril, foi deflagrada a *Revolta do Pão*. O 6 de abril tornou-se, por este motivo, nome do mais ativo grupo de manifestantes que ocuparam as praças *Tahrir* e *Rabaa*, em 2011 e em 2013.

E se as manifestações espelham a condição de penúria da classe trabalhadora egípcia, a crise egípcia espelha o abismo da crise do capitalismo mundial, com o barril de petróleo

²⁴ "How did Egypt become so corrupt? - Inside Story"; *Al Jazeera*; 9 fev. 2011 (disponível no sítio: <http://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2011/02/201128111236245847.html>).

²⁵ COGGIOLA, Osvaldo; Op. Cit. p. 184.

²⁶ KOROTAYEV, Andrey V.; ZINKINA, V. Julia; "Egyptian Revolution: a demographic structural analysis"; *Entelequia* - Revista Interdisciplinar, nº 13, Málaga, Primavera de 2011, p. 144.

²⁷ "The long-term economic challenges Egypt must overcome"; *Marketplace*; 1º fev. 2011 (disponível no sítio: <http://www.marketplace.org/2011/02/01/world/new-egypt/long-term-economic-challenges-egypt-must-overcome>).

²⁸ *Ibid.* P. 168.

superando, em 2011, os 100 dólares (abrindo, com isso, uma nova etapa de especulações), e a repercussão imediata da queda de 10% da Bolsa de Valores do Cairo sobre os títulos negociados nas bolsas de Nova Iorque, Londres, Paris e Tóquio.

A resposta dada pelo governo de Mubarak às primeiras grandes manifestações de 2011, no Cairo, Alexandria, Mahalla, Suez e outras cidades, incluso o toque de recolher das 18 às 7 horas; a prisão domiciliar de Mohamed ElBaradei; o bloqueio ao acesso, em todo o país, à rede mundial de computadores; a expulsão da rede de TV *Al Jazeera* das instalações retransmissoras controladas pelo Estado; e a truculência dos agentes anti-distúrbios da polícia egípcia; não foi apenas inócua segundo os interesses do governo, senão adicionou mais combustível à fórmula que já era explosiva.

Em seguida, vieram as ordens que produziram o massacre da *Sexta-feira sangrenta*, no dia 28 de janeiro de 2011. Totalizando mais de 150 mortos, mais de mil prisões e incontáveis feridos pela selvageria policial, a repressão produziu tamanha comoção que contingentes cada vez maiores se juntaram às manifestações e à ocupação das principais praças das cidades egípcias, com centralidade na *Praça Tahrir*, para onde se voltaram os olhos de analistas políticos, manifestantes egípcios e de outros países em convulsão política e social e jornalistas de todo o mundo.

A visibilidade ganha produziu como contra resposta, por parte das forças policiais, a intimidação, o espancamento e a destruição de equipamentos de jornalistas, no intuito de impedir que os registros da violência ultimada pelos agentes do Estado chegassem às agências de notícias, o que dera ainda maior notoriedade à carniceira do já insustentável regime.

No entanto, entre os massacres de 2011 e de 2013 registra-se uma notável diferença na composição dos contingentes que ocuparam as ruas e praças das principais cidades egípcias, com isso, daqueles que foram massacrados pelas forças do Estado e seus apoiadores: quando o reclame era pela destituição do regime de Mubarak, a *Irmandade Muçulmana*, por meio de seu líder, Mohamed Badía, orientou seus fiéis a não apoiar atos que, para ele, atentavam contra a ordem pública, atribuindo as manifestações a *radicais islâmicos* desejosos por tomar o poder e que não poderiam ser confundidos com a *Irmandade*. Em 2013, seus membros é que seriam, maiormente, perseguidos e chacinados nas praças e ruas do Cairo e de outras cidades egípcias.

Isso porque, como vimos, desde 2011 a *Irmandade Muçulmana*, junto de ElBaradei, compôs o comitê de dez líderes que constituiu a oposição política que reivindicava, de Mubarak, uma transição pacífica que dependeria de sua aquiescência em deixar o poder e exilar-se, sem pagar pelos crimes que cometeu, em algum recôndito do planeta. Logo, nos massacres de

2011, o que identificava as vítimas era sua condição de trabalhadores em luta, para além de quaisquer outros referenciais, étnicos ou religiosos.

De igual forma, não se pode confundir a liderança oposicionista de ElBaradei com os reclames da classe trabalhadora, é o que afirma Coggiola ao recuperar as declarações de Naguid Sawiris, membro de uma das famílias mais ricas de todo o Egito e executivo de uma das maiores multinacionais em atividade na região, vocalizando o entendimento de boa parte de seus pares: “*con El Baradei, el mundo de los negocios tendría un verdadero interlocutor*”²⁹.

Após a *Sexta-feira sangrenta*, o regime de Mubarak arrefeceu a repressão tentando minimizar o desgaste político produzido pela difusão das notícias sobre o morticínio, reproduzidas nas páginas dos principais jornais e sítios de *internet* europeus e norte-americanos, bem como de telejornais no Ocidente.

As tentativas para manter-se no poder incluíram, no dia seguinte, uma reforma que conduziu ao cargo de Primeiro-Ministro Ahmed Mohamed Shaqif, general de aviação, à pasta do *Ministério do Interior* um diretor de instituições prisionais e, por fim, a inédita nomeação de um vice-presidente – inédita porque Mubarak havia governado, sozinho, desde que assumiu o poder em 1981. O agraciado foi Omar Suleimán, agente secreto que desde 1993 vinha dirigindo o *Serviço de Inteligência Egípcio* e que, segundo a revista *Foreign Policy*, era naquele momento o mais poderoso coordenador de agências de inteligência de todo o Oriente Médio.

Nas ruas, o sangue dos massacrados da *Praça Tahrir* foi um dos componentes mais importantes para a deflagração da rebelião que, por fim, derrubou o regime de Mubarak. Senão, vejamos: o massacre ocorrera na sexta-feira, dia 28; no sábado, dia 29, Mubarak tentou a reorganização de todo o seu gabinete de governo, enquanto a agência *Reuters* confirmava mais 2 mil feridos³⁰; no domingo, dia 30, enquanto a rede *Al Jazeera* reportava a morte de 150 manifestantes³¹ e eram realizados os funerais dos mortos durante a *Sexta-feira sangrenta*, a resposta dos insurgentes foi a destruição da sede do *Partido Nacional Democrático*, de onde provinha a maior parte do antigo e do novo gabinete (incluindo Mubarak); na segunda-feira, dia 31, as ocupações nas praças e ruas das principais cidades do país foram ainda mais adensadas e, por fim, no dia 1º de fevereiro, terça-feira, atingiu-se o ponto mais alto da rebelião, com a chamada para a *Marcha de um milhão* que pode ter reunido, estima-se, o dobro deste contingente, com faixas em punho e palavras de ordem que exigiam o fim do regime,

²⁹ COGGIOLA, Osvaldo; Op. Cit. p. 186.

³⁰ “Update 1 – Death toll in Egypt’s protests tops 100 – Sources”; *Reuters*; 29 jan. 2009 (disponível no sítio: <http://www.reuters.com/article/egypt-dead-idAFLDE70S0LX20110129>).

³¹ TOMASEVIC, Goran; “Curfew hours extended in Egypt as turmoil continues”; *Sputnik News*; 31 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://sputniknews.com/world/20110130/162383449.html>).

espalhando-se as manifestações da *Praça Tahrir* até o centro do Cairo. Ao mesmo tempo, cerca de 200 mil manifestantes somaram suas vozes, àquelas bradadas desde o Cairo, a partir de Alexandria e Suez, que tiveram também praças e ruas tomadas. Apenas no dia 1º, foram registrados oficialmente de 125³² mortos, número que pode ter chegado a mais de 300 de acordo com a *Human Rights Watch*³³, contabilizando-se ainda em torno de 3 mil feridos.

Tentando conter a multidão, na mesma noite e em pronunciamento oficial, Mubarak comprometeu-se a não apresentar candidatura para o pleito presidencial previsto para setembro, enquanto no dia seguinte, com a praça ocupada por um contingente de manifestantes muitas vezes menor, forças policiais contra-atacaram deixando centenas de feridos, um número impreciso de mortos e, por fim, logrando o Exército desocupá-la sob a (falsa) justificativa de que as demandas dos manifestantes teriam sido contempladas com as declarações de Mubarak. Era o que ElBaradei denunciara, de imediato, como a *tática do terror*.

Ocorre que o aprendizado político alcançado durante 9 dias de ocupação e com os enfrentamentos contra o mais brutal da selvageria policial culminaram na abertura de uma nova etapa do processo revolucionário egípcio. E o que se esperava, aconteceu: a *Praça Tahrir* foi reocupada enquanto o regime de Mubarak parecia cada vez mais encaminhar-se para o fim.

No dia 11 de fevereiro, o 18º dia de manifestações, as forças sociais mobilizadas na *Praça Tahrir* já haviam criado condições para que a CSFA demovesse Mubarak do poder. O anúncio, feito em cadeia nacional de rádio e televisão às 18h, coube ao recém-empossado vice-presidente, Omar Suleimán, e a revolução egípcia chegou mesmo a parecer ter cumprido sua primeira etapa e que, para a multidão que festejava na *Praça Tahrir* e ruas de todo o Egito, as Forças Armadas se limitariam a promover uma transição democrática e pacífica, cumprindo um papel que, historicamente, jamais teve.

O cômputo final desta fase é de 846 mortos, na sua avassaladora maioria chacinados durante as manifestações na *Praça Tahrir* e ruas das principais cidades egípcias pelas forças de segurança do governo, além de mais de 6 mil feridos³⁴. O grau de identificação da violência policial com o massacre dos jovens manifestantes fica também demonstrado pela contra resposta dos insurgentes, que fizeram arder em chamas mais de 90 estações policiais em todo

³² Cf.: “Egypt Crisis: country braced for ‘March of a Million’”; *The Daily Telegraph (UK)*; 31 jan. 2011 (disponível no [sítio: http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/egypt/8293442/Egypt-crisis-country-braced-for-march-of-a-million.html](http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/egypt/8293442/Egypt-crisis-country-braced-for-march-of-a-million.html)).

³³ WILLIAMS, Carol J.; “Egypt: Rights Advocates report protest death toll as high as 300”; *Los Angeles Times*; 1 fev. 2011 (disponível no [sítio: http://latimesblogs.latimes.com/babylonbeyond/2011/02/egypt-rights-advocates-report-protest-death-toll-as-high-as-300.html](http://latimesblogs.latimes.com/babylonbeyond/2011/02/egypt-rights-advocates-report-protest-death-toll-as-high-as-300.html)).

³⁴ “Egypt: Cairo’s Tahrir Square fills with protesters”; *BBC*; 8 jul. 2011 (disponível no [sítio: http://www.bbc.com/news/world-middle-east-14075493](http://www.bbc.com/news/world-middle-east-14075493)).

o país³⁵.

Estão dados, com isso, os atores no palco dos massacres de 2011 e que se reapresentariam nos morticínios de 2013; para Coggiola, em texto de 2011, *“los EEUU (con su aliado Israel), la variopinta ‘oposición’ egípcia, el Ejército, las masas en rebelión: esos son los protagonistas de la crisis revolucionaria actual, los demás son cadáveres en grados variados de descomposición, Unión Europea incluida.”*³⁶

Depois de abortada a revolução e o massacre da Irmandade Muçulmana

Até as eleições presidenciais de maio e junho de 2012, a cidade do Cairo e, mais especificamente, a *Praça Tahrir* tornaram-se destino turístico obrigatório de dignidades políticas do mundo livre interessados em *abençoar a nova democracia egípcia* e, como que numa vitrine exposta para a mídia internacional, ganhar para si parte do capital político ali imantado. O desfile de celebridades incluiu, entre outros: Catherine Ashton, representando a União Europeia; David Cameron, Primeiro-Ministro britânico; Hillary Clinton, Secretária de Estado dos EUA; John Kerry, Senador norte-americano; Kevin Rudd, Ministro de Relações Exteriores da Austrália; e... Sean Penn!³⁷

Mas o momento que muitos caracterizaram como *pós-revolucionário* fez soprar ventos muito distintos daqueles anunciados desde o Ocidente. A começar pelo anúncio feito por Mohamed Hussein - a frente do CSFA -, aos 13 de fevereiro, que suspendia a constituição e fechava as duas casas do congresso egípcio. No pacote de medidas, ficava ainda estabelecido que a junta militar governaria o Egito por 6 meses ou até que novas eleições pudessem ser realizadas. E enquanto o CSFA se acomodava às mais altas estruturas de poder no Egito, os manifestantes que outrora ocupavam a *Praça Tahrir* limpavam e restauravam seus canteiros e monumentos.

Quanto ao gabinete presidencial anterior, sob os auspícios do Primeiro-Ministro Ahmed Shafiq, seria mantido provisoriamente até que outro pudesse ser constituído; e o gabinete provisório só durou mesmo até o dia 3 março, quando Shafiq anunciou sua renúncia formal em favor do CSFA. Em seu lugar, a junta militar apontou o então Ministro dos Transportes, Essam Sharaf.

O clamor por justiça e a certeza de que os crimes de Mubarak e sua cúpula seguiriam impunes, levou grupos que tiveram participação decisiva nos protestos da *Praça Tahrir* a invadirem

³⁵ “Was the Egyptian revolution really non-violent?”; *Egypt Independent*, 24 jan. 2012 (disponível no link: <http://www.egyptindependent.com/news/was-egyptian-revolution-really-non-violent>).

³⁶ Op. Cit. p. 189.

³⁷ “David Cameron meets locals around Cairo’s Tahrir Square”; *BBC News*, 21 fev. 2011 (disponível no sítio: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12525310>).

quartéis do *Serviço de Inteligência Egípcio*, no dia 5 de março, em Alexandria e em Nasr City, distrito do Cairo. As ações possibilitaram a captura de documentos que comprovavam os crimes do governo Mubarak e de seu serviço de inteligência como prisões arbitrárias, torturas e assassinatos contra o povo egípcio³⁸.

Com a memória dos massacres vívida na enlutada sociedade egípcia, no dia 24 de maio de 2011, Mubarak foi oficialmente acusado pelo assassinato premeditado de manifestantes durante protestos pacíficos, num processo judicial que se estenderia por todo o ano e que acabou ocupando o debate político egípcio até as eleições.

E como o governo militar, empossado graças às mobilizações de massa envolvendo, sobretudo, a classe trabalhadora e estudantil, conduziu o Estado egípcio até as eleições? Revelando ter montado a revolução como se monta um cavalo a galope: começou por promulgar nova lei, no dia 23 de março, criminalizando protestos, greves e paralizações, tanto no setor público quanto privado, sob pena de multa e até mesmo prisão, e isto *em defesa da revolução*.

A manutenção de aspectos graves do regime anterior por parte do conselho que passara a governar o Egito, fez com que novamente manifestantes ocupassem a *Praça Tahrir*, chegando a 4 mil pessoas no dia 1º de abril e que clamavam para que fossem levados à Justiça, a fim de pagarem por seus crimes, o ex-Presidente Hosni Mubarak, seu filho, Gamal Mubarak (que se preparava para suceder o pai), Ahmed Fathi Sorour (ex-Presidente do Parlamento Egípcio), Safwat El-Sherif (ex-Secretário Geral do *Partido Nacional Democrático*) e Zakaria Azmi (ex-Deputado e Chefe de Gabinete).

Durante toda a semana, mais manifestantes se concentraram na *Praça Tahrir* passando a exigir a renúncia de figuras remanescentes do governo deposto, em especial do Procurador Geral do Estado. Do dia 8 de abril (o dia da *Sexta-feira da Faxina*) até o dia 27 (a *Segunda Sexta-feira sangrenta*), não apenas a *Praça Tahrir* concentrava as manifestações, essas já haviam se alastrado pelas praças e ruas de Alexandria, Suez, Ismailia e Gharbeya. Às reivindicações foram adicionados a suspensão dos julgamentos militares de civis, presos nas manifestações; a restauração da Constituição egípcia antes de realizadas eleições parlamentares e o julgamento imediato de todos os assassinos e torturadores do regime de Mubarak, envolvidos nos massacres de 2011. Os protestos adentraram os meses de junho a setembro, com centenas de militantes presos e graus crescentes de violência por parte das forças policiais.

No dia 9 de outubro ocorreu o primeiro morticínio desta nova fase, durante protestos pacíficos sediados às margens do Rio Nilo e defronte ao suntuoso edifício *Maspero*, sede da

³⁸ LEITHEAD, Alastair; “Egyptians demand secret police give up torture secrets”; *BBC News*; 9 mar. 2011 (disponível no link: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-12674714>).

Rádio Egípcia e da *União Televisiva*. Ali, manifestantes que exigiam a dissolução do CSFA foram brutalmente atacados por forças policiais que mataram 25 pessoas e feriram mais de 200³⁹.

A onda de violência retornou à *Praça Tahrir* no dia 19 de novembro, quando sob ordens do CSFA a polícia utilizou gás enervante contra a população civil, espancando manifestantes e realizando centenas de detenções arbitrárias. No dia seguinte, após lograr desocupar a praça, o dobro de manifestantes retornou demonstrando que sua formação política, conseguida intensivamente nos dias de luta em 2011, estava muitíssimo vívida em sua memória.

Neste contexto extremamente conturbado é que ocorreram, de 28 de novembro de 2011 a 11 de janeiro de 2012, eleições parlamentares; empossada a deputação eleita, pelo CSFA, no dia 23 de janeiro.

Quanto ao pleito presidencial, este fora realizado em dois turnos (23 e 24 de maio e 16 e 17 de junho) e dotado de um importantíssimo significado histórico para o povo egípcio: tratava-se da primeira eleição livre do país uma vez que os sufrágios anteriores teriam sido, todos, manipulados, *mise-en-scène* para a permanência de Mubarak no poder⁴⁰. Numa disputa muitíssimo acirrada, sagrou-se vitorioso no segundo turno o candidato dos islamitas, Mohamed Morsi, do *Partido da Liberdade e da Justiça*, com 51,73% dos votos válidos; contra 48,27% dos votos depositados na candidatura independente de Ahmed Shafiq⁴¹.

E foi entre o primeiro e o segundo turno que o tribunal que julgava os crimes praticados por Mubarak pronunciou sua sentença. Apesar de poder ter sido sentenciado com a pena capital, acabou condenado, junto de Habib al-Adli – ex-Ministro do Interior - à prisão perpétua no dia 2 de junho de 2012, por cumplicidade no assassinato de mais de 800 manifestantes em 2011, durante os 6 primeiros dias da revolução, sentença que em março de 2017, em fase de apelação, fora reformada, absolvendo-o definitivamente de responsabilidades pela morte de manifestantes no ano de 2011. Ao passo da condenação, em primeira instância, do ex-Presidente e de um de seus ministros, 6 oficiais da polícia egípcia, sob os quais pesavam graves evidências de participação nos massacres, foram absolvidos.

³⁹ "Death toll rises in Egypt Christian clashes as tension continues"; *CNN*; 11 out. 2011 (disponível no link: <http://religion.blogs.cnn.com/2011/10/10/death-toll-rises-in-egypt-christian-clashes-as-tension-continues/>).

⁴⁰ Durante os 30 anos de governo, Mubarak venceu 5 eleições presidenciais consecutivas, com expressiva maioria. Em apenas uma delas houve candidato opositor inscrito, trata-se de Ayman Nour, preso antes mesmo das eleições de 2005, Cf.: "Final Report: Assessment of the electoral framework in the Arab Republic of Egypt"; *Democracy Reporting International and Egyptian Organization for Human Rights*, 2007 (disponível no link: http://www.democracy-reporting.org/files/dri_egypt.pdf).

⁴¹ "Candidato da Irmandade Muçulmana vence eleição presidencial no Egito"; *G1*; 24 jun. 2012 (disponível no sítio: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/06/candidato-da-irmandade-muculmana-vence-eleicao-presidencial-no-egito.html>).

Da vitória do primeiro candidato islamista em um Estado árabe, até o anúncio formal do resultado das eleições e sua posse, nos dias 13 e 14 de junho o CSFA agiu a fim de preparar sua participação no novo governo: enquanto o *Ministério da Justiça* delegou autoridade para que militares prendessem civis e submetessem-nos a tribunais militares, a *Suprema Corte Constitucional Egípcia* dissolvia o parlamento e delegava ao CSFA, mais uma vez, a autoridade legislativa.

No dia 24 de junho, a *Comissão Eleitoral* anunciou a vitória do candidato da *Irmandade Muçulmana* e, 6 dias depois, Morsi assumia o poder contando com a oposição de muitos dos setores que, anteriormente, apoiavam o regime de Mubarak, sem apoio das Forças Armadas, tendo o CSFA como inimigo e para o desgosto de EUA e Israel, para quem a supressão da militância islâmica na política egípcia era uma pré-condição para a cooperação. Desta maneira, Morsi tentou equilibrar-se numa estrutura altamente instável e sem condições mínimas de governabilidade.

Empossada uma nova assembleia constituinte, no dia 22 de novembro Morsi divulgou uma declaração em que fazia defesa dos trabalhos parlamentares que erigiriam uma nova constituição egípcia, estendendo-os por mais 2 meses enquanto seus opositores denunciavam seu caráter autocrático. Na polêmica declaração, Morsi determinava ainda a realização de novos julgamentos para os torturadores e assassinos que teriam participado dos massacres de 2011 e, por fim, o documento o autorizava a *tomar quaisquer medidas em defesa da revolução*⁴².

O primeiro a abrir fogo contra a declaração foi ElBaradei, líder então do *Partido Constitucional* e cuja defesa pela dissolução da assembleia constituinte foi ecoada pela multidão que, no dia 27 de novembro, mais uma vez se aglomerava na *Praça Tahrir* e sobre os quais o novo regime ordenou a já costumeira repressão policial.

Um ano depois de sua posse, no dia 29 de junho de 2013, opositores do governo de Morsi desencadearam novas manifestações e, no dia seguinte, espalhavam-se da *Praça Tahrir* para outras 17 localidades na cidade do Cairo. As condições estavam dadas para que, mais uma vez, as Forças Armadas se valessem do clamor produzido nas ruas e, no dia 3 de julho, o General Abdul Fatah al-Sisi, a frente do CSFA, depusesse o presidente democraticamente eleito, empossando como presidente interino o jurista aposentado Adly Mansour. Como sabemos, em março de 2014, el-Sisi pediria sua reserva do Exército e, em maio, seria eleito presidente do Egito – forma institucional e *democrática* para a manutenção da cúpula do CSFA

⁴² “Rallies for, against Egypt president’s new powers”; *The Seattle Times*; 23 nov. 2012 (disponível no sítio: <http://www.seattletimes.com/nation-world/rallies-for-against-egypt-presidents-new-powers/>).

no poder.

Não apenas a sociedade egípcia estaria dividida, dali por diante; a imprensa internacional reproduziu o mesmo impasse na disputa semântica que se deu sobre a interpretação do que ocorrera naqueles dias. Enquanto a *CNN* denunciava pelo menos 26 mortes e em torno de 850 feridos, durante e depois do que chamara de *golpe de estado* dado pelas Forças Armadas⁴³, e a *Al Ahrām* divulgava a nota condenatória do governo turco sobre os assassinatos que se seguiram à tomada, pela força, do poder no Egito⁴⁴; a agência *Deutsche Welle* e o renomado jornal *The Guardian* diziam de uma *nova revolução egípcia*⁴⁵.

Enquanto a imprensa discutia se teria ocorrido golpe ou revolução, as forças golpistas e anti-islâmicas dispensavam, nas ruas, violência brutal aos apoiadores do presidente deposto, sobretudo os membros da *Irmandade Muçulmana* que se aglomeravam nas ruas exigindo a recondução de Morsi à presidência e sobre os quais a violência se converteria em massacre. Muitos dos manifestantes e dos quadros da *Irmandade Muçulmana* ocupavam os arredores da mesquita de Rabaa al-Adawiya, bem como a praça al-Nahda, para onde foram deslocados destacamentos policiais, sob ordens de Hazem al-Beblawy, então Primeiro-Ministro, no intuito de reprimir qualquer tentativa de manifestação.

A nova onda de violência teria irrompido no dia 5 de julho, com protestos de massa eclodindo por todo o Egito e degradingolando para o conflito entre aqueles que apoiavam o golpe, junto das forças militares, contra islamitas que carregavam bandeiras, faixas e fotos de Morsi, exigindo sua recondução à presidência. Nesse quadro é que foram produzidas as 26 mortes e feridos mais de 850 manifestantes, segundo noticiado pela *CNN* no dia seguinte⁴⁶. A notícia ainda dava conta do assassinato de 5 manifestantes, mortos a tiros defronte ao quartel da *Guarda Republicana*, onde estaria detido o presidente deposto.

No dia 9 a contagem dos mortos defronte ao quartel da *Guarda Nacional* já era de 51 partidários de Morsi, na ação que a *Irmandade Muçulmana* já caracterizara como um massacre; enquanto as Forças Armadas justificavam as mortes dizendo terem reagido a tentativas de invasão da fortificação onde estava encarcerado o ex-presidente.

De acordo com a *Irmandade*, até o dia 27 de julho já teriam sido 176 mortos

⁴³ “26 dead, more than 850 wounded as post-coup violence hits Egypt”; *CNN*; 5 jul. 2013 (disponível no sítio: <http://edition.cnn.com/2013/07/05/world/meast/egypt-coup/>).

⁴⁴ “Turkey ‘strongly condemns’ Egypt killings”; *Al Ahrām*; 7 jul. 2013 (disponível no sítio: <http://www.yjc.ir/en/news/1588/turkey-strongly-condemns-egypt-killings>).

⁴⁵ “Revolution in Egypt again”; *Deutsche Welle*; 4 jul. 2013 (disponível no link: <http://www.dw.com/en/revolution-in-egypt-again/a-16928333>); “Mohamed Morsi ousted in Egypt’s second revolution in two years”; *The Guardian*; 3 jul. 2013 (disponível no link: <http://www.theguardian.com/world/2013/jul/03/mohamed-morsi-egypt-second-revolution>).

⁴⁶ “26 dead, more than 850 wounded as post-coup violence hits Egypt”; *Op. cit.*

pertencentes à organização religiosa, em assassinatos cometidos por forças policiais do governo interino que estariam utilizando munições letais contra manifestantes pró-Morsi, número contestado pelo *Ministério da Saúde* que reconheceu apenas o número de 21 pessoas mortas. Desmentindo os dados oficiais, a *France Press* atestou a existência de 37 cadáveres, alvejados por disparos de armas de fogo, em apenas um dos hospitais de campanha da *Irmadade Muçulmana*.

Claramente, as Forças Armadas, laicas, assumiam uma campanha aberta contra a *Irmadade Muçulmana* que classificavam como uma *organização terrorista*, provocando com isso a perda de apoio de inúmeros grupos muçulmanos que, até então, ainda apoiavam os militares. Uma das mais expressivas forças políticas do Egito, durante os mais de 80 anos de sua existência, a *Irmadade* jamais funcionou como uma organização armada.

No dia 14 de agosto, quarta-feira, o terror foi de fato liberado pelas forças de segurança do governo militar interino do Egito, quando tropas do Exército e da polícia atacaram premeditadamente dois acampamentos de membros da *Irmadade Muçulmana* e de apoiadores do presidente deposto, no Cairo, assassinando em poucas horas, com disparos de pistolas e fuzis, mais de 600 civis indefesos. No dia 16 de agosto, o massacre apareceu estampado na capa dos principais jornais e sites de agências de notícia, bem como noticiários televisivos, em todo o mundo. A manchete do jornal *Liberación* era *Massacre de Estado*, condenando o banho de sangue que permitiria comparar o regime, que contava com o apoio das principais potências do Ocidente, com a ditadura militarista da era Mubarak⁴⁷. Só não frisou o periódico que, durante 30 anos de igual brutalidade, o regime de Mubarak foi apoiado sem nenhum constrangimento por países ocidentais.

Os primeiros números informados pelo próprio governo egípcio davam conta de 525 mortos e 3.171 feridos, dados atualizados pelo *Ministério da Saúde* para 638 mortos e 3.994 feridos. Já a *Irmadade Muçulmana* declarou que o número de mortos poderia chegar a mil. Indubitavelmente, trata-se do dia mais sangrento de toda a história egípcia recente.

Entre o massacre e a repercussão que tivera na mídia internacional, no dia 15 de agosto o governo interino autorizou o uso de armas letais, pelas Forças Armadas, contra manifestantes, impôs toque de recolher e restabeleceu o *estado de emergência*; enquanto a *Irmadade Muçulmana* convocava o povo para mais uma *Sexta-feira sangrenta*. Os apoiadores do governo, anti-islamitas organizados na *Frente de Salvação Nacional* (que reunia a coligação de partidos que conspirou pela deposição de Morsi) também convocou seus membros para

⁴⁷ “Editorial: Un massacre est un massacre et l’indignation ne doit pas être sélective”; *Libération*; 16 ago. 2013 (disponível no sítio: <http://journal.liberation.fr/abonnes/publication/liberation/articles-list/2013-08-16/>).

ocuparem as ruas e enfrentarem os quadros da *Irmandade*. A nova onda de violência fomentada pelos militares fez reacender no Egito antigas hostilidades entre muçulmanos e cristãos ortodoxos (coptas), rerepresentando ao mundo conflitos políticos confundindo-se com conflitos religiosos.

A violência, após o massacre, tomou as ruas do Egito. Em represália, grupos *jihadistas* que não tinham o apoio formal da *Irmandade Muçulmana* incendiaram igrejas e postos policiais, tendo sido ainda acusados de terem invadido e depredado casas de famílias cristãs e de apoiadores do regime militar, em alguns casos incendiando-as, violentando e matando seus moradores. Os números divulgados pelo CSFA são de 500 policiais e militares do Exército mortos; dados que foram utilizados para que o governo declarasse a *Irmandade Muçulmana* uma organização terrorista e colocassem-na na clandestinidade, perseguindo à morte seus quadros.

De acordo com as denúncias feitas pela *Irmandade*, foram mais de mil manifestantes mortos e um número incalculável de feridos nesta fase, seguida por detenções e julgamentos em massa, calculando-se em torno de 15 mil encarceramentos e julgamentos sumários que culminaram em centenas de condenações à morte.

No dia 20, o líder supremo da *Irmandade Muçulmana*, Mohamed Badie, acompanhando o destino de dezenas de quadros da frátria, foi preso pela polícia egípcia em Nasr City, próximo ao acampamento que há poucos dias sediara um dos mais brutais massacres da história egípcia moderna. Dezenas foram os julgamentos realizados contra os quadros dirigentes da *Irmandade* e 10 deles, junto de Badie, foram condenados à morte⁴⁸ sob a acusação de terem incitado manifestações violentas, em julho de 2013, por todo o Egito, somando-se ainda a pena de prisão perpétua junto de outros 36 islamitas, por acusações semelhantes. Dentre os condenados estão ainda Mohamed al-Beltagui, diretor da *Irmandade Muçulmana*, e Safwat Hegazy, importante liderança religiosa.

A perseguição assumiu também a forma judicial e, no dia 23 de setembro de 2013, todas as atividades organizadas pela *Irmandade* foram banidas do Egito, bem como seus bens congelados, com a cassação da autorização que lhe permitia funcionar como *organização não-governamental*.

El-Sisi empenhou-se até onde pôde para cumprir o que prometera desde que o CSFA tomou o poder, à força, em 2013: pôr fim à *Irmandade Muçulmana* no Egito. As identidades, nos massacres daquele ano, teriam um componente fundamentalmente distinto daqueles perpetrados em 2011: o religioso; mas não em razão de contendas que possam ser explicadas

⁴⁸ Contra Mohamed Badie pesaram duas condenações à morte pela Suprema Corte Egípcia.

apenas nesta chave, dado que a *Irmandade Muçulmana* era, sobretudo, uma força política das mais expressivas naquele cenário, inscrevendo conteúdos claramente anti-imperialistas que carregavam traços ainda de um nacionalismo que, até ali, supusera-se superado, visto pelas elites militares comprometidas com os interesses do imperialismo como um elemento gravemente nocivo.

Considerações finais

E para os trabalhadores e estudantes egípcios, o que teria mudado entre 2011 e 2013? Se sua situação espelha a crise econômica egípcia, sobredeterminada pela crise do capitalismo mundial, a transição política não levou a nenhum tipo de ruptura com a agenda neoliberal aprofundada por Mubarak, tanto que o novo governo não fora apenas ovacionado por homens de negócio, jornalistas econômicos e saudado pela classe política ocidental, senão qualificado como continuador das *boas políticas* (para quem?) de seu antecessor: *“Notably, new Egyptian government that came to power as a result of the revolution [sic] promised that it ‘would not retreat from economic reform or change the basic economic philosophy it has followed since it adopted a liberal reform programme in 2004, thus admitting that the economic policy of Mubarak’s administration was essentially correct [sic]”*⁴⁹.

Por que e pelo que morreram então os jovens da *Praça Tahrir* e *Rabaa*? O sentido de revolução não pode restringir-se pura e simplesmente aos elementos da superestrutura política, sem que afete o plano da cultura e das mentalidades e, sobretudo, as relações de exploração que habitam a infraestrutura econômica onde a força social que moveu as principais realizações entre 2011 e 2013 segue distante de sua emancipação. Não que as realizações, no plano político e mesmo ideológico (com o aprendizado político feito e a consciência ganha) tenham sido poucas, mas a revolução social, que só se realiza com a mudança brusca da totalidade da vida social – como um salto para outra dimensão -, no Egito, fora abortada pelas Forças Armadas e as mudanças, por quão significativas tenham sido, uma vez operadas do alto dos mais altos edifícios políticos da institucionalidade egípcia, serviram para que na infraestrutura econômica tudo seguisse como antes estava.

Bibliografia

⁴⁹ KOROTAYEV, Andrey V.; ZINKINA, V. Julia; Op. cit., p. 142.

“26 dead, more than 850 wounded as post-coup violence hits Egypt”; *CNN*; 5 jul. 2013 (disponível no sítio: <http://edition.cnn.com/2013/07/05/world/meast/egypt-coup/>).

AL-ANANI, Khalil; MALIK, Maszlee; "Pious way to politics: the rise of political Salafism in Post-Mubarak Egypt"; *Digest of Middle East Studies*, Vol. 22, nº 1, Washington, Primavera 2013, p. 57–73.

ALI, Amir; "The power of social media in developing nations: new tools for closing the global digital divide and beyond"; *Harvard Human Rights Journal*, Vol. 24, nº 1, Cambridge, 2011, p. 185–189, 208–210.

"Arab protests unconcerned with ideology"; *The New York Times*; 31 jan. 2011.

BRADLEY, John R. *The land of the pharaohs on the brink of a revolution*. Londres: Verso, 2008.

_____. *Inside Egypt: the Land of the Pharaohs on the brink of a revolution*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

"Candidato da Irmandade Muçulmana vence eleição presidencial no Egito"; G1; 24 jun. 2012 (disponível no sítio: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/06/candidato-da-irmandade-muculmana-vence-eleicao-presidencial-no-egito.html>).

"Candidato no Egito, ElBaradei denuncia 'massacre' na Praça Tahrir"; G1, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília *et al*, 22 Nov. 2011 (disponível no link: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/11/candidato-no-egito-elbaradei-denuncia-massacre-na-praca-tahrir.html>).

CAÑO, Antonio; "La Casa Blanca exige al régimen una transición ordenada hacia la democracia"; *El País*, Madrid, 31 jan. 2011.

CHRÉTIEN, Maxime. *Historia del Egipto moderno*. Barcelona: Vergara, 1985.

COGGIOLA, Osvaldo; "Egipto y la Revolución Árabe"; *Aurora*, ano V, nº 7, Jan. 2011.

"David Cameron meets locals around Cairo's Tahrir Square"; *BBC News*, 21 fev. 2011 (disponível no sítio: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12525310>).

"Death toll rises in Egypt Christian clashes as tension continues"; *CNN*; 11 out. 2011 (disponível no link: <http://religion.blogs.cnn.com/2011/10/10/death-toll-rises-in-egypt-christian-clashes-as-tension-continues/>).

"Editorial: Un massacre est un massacre et l'indignation ne doit pas être sélective"; *Libération*; 16 ago. 2013 (disponível no sítio: <http://journal.liberation.fr/abonnes/publication/liberation/articles-list/2013-08-16/>).

"Egipto, contagio explosivo"; *La jornada*; México, 27 jan. 2011.

"Egypt: Cairo's Tahrir Square fills with protesters"; *BBC*; 8 jul. 2011 (disponível no sítio: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-14075493>).

“Egypt: Keep promise to free detainees by end of June: Joint Statement”; *Amnesty International*; 29 jun. 2010 (disponível no sítio: <https://www.hrw.org/news/2010/06/29/egypt-keep-promise-free-detainees-end-june>).

“Egypt Crisis: country braced for ‘March of a Million’”; *The Daily Telegraph (UK)*; 31 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/egypt/8293442/Egypt-crisis-country-braced-for-march-of-a-million.html>).

“Egypt protesters step up pressure on Hosni Mubarak”; *BBC News*; 31 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12320959>).

“Egyptian Police sued for boy’s death”; *BBC News*; 13 Ago. 2007 (disponível no link: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6943704.stm>).

“Egyptians report poor communication services on Day of Anger”; *Egypt Independent*; 25 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://www.egyptindependent.com/news/egyptians-report-poor-communication-services-day-anger>).

ELAASAR, Aladdin; “Egyptian rise against their pharaoh”; *Huffington Post (USA)*; 28 jan. 2011 (disponível no link: http://www.huffingtonpost.com/aladdin-elaasar/egyptians-rise-against-th_b_815520.html).

“Elbaradei denuncia ‘massacre’ na Praça Tahrir”; *TDF Rádio Notícias*, Lisboa, 23 Nov. 2011 (disponível no link: www.tsf.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content_id=2142504).

EL-MAHDI, Rabab; MARFLEET, Philip (eds). *Egypt: the moment of change*. London: Zed, 2009. FAHMY, Ziad. *Ordinary Egyptians: creating the modern nation through popular culture*. Stanford: Stanford University Press, 2011.

“Final Report: Assessment of the electoral framework in the Arab Republic of Egypt”; *Democracy Reporting International and Egyptian Organization for Human Rights*, 2007 (disponível no link: http://www.democracy-reporting.org/files/dri_egypt.pdf).

FISK, Robert; “A people defies its dictator, and a nation’s future is in the balance”; *The Independent*, Londres, 29 jan. 2011.

GARCÍA, Bernabé López. *El mundo árabo-islámico contemporáneo*. Madrid: Síntesis, 1997.

HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

“How did Egypt become so corrupt? - Inside Story”; *Al Jazeera*; 9 fev. 2011 (disponível no link: <http://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2011/02/201128111236245847.html>).

HULAND, Gabriel; “Egito: greves operárias se expandem pelo país”; *LIT-CI*, 18 dez. 2015 (disponível no sítio: <http://litci.org/pt/mundo/oriente-medio-mundo/egito/egito-greves-operarias-se-expandem-pelo-pais/>)

JANKOWSKI, James. *Egypt: a short history*. Oxford: Oneworld Publications, 2000.

KOROTAYEV, Andrey V.; ZINKINA, V. Julia; “Egyptian Revolution: a demographic structural analysis”; *Entelequia - Revista Interdisciplinar*, nº 13, Málaga, Primavera de 2011, p. 139–169.

LEITHEAD, Alastair; “Egyptians demand secret police give up torture secrets”; *BBC News*; 9 mar. 2011 (disponível no link: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-12674714>).

“Live blog 31/1 – Egypt protests”; *Al Jazeera News*; 31 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://blogs.aljazeera.com/blog/middle-east/live-blog-311-egypt-protests>).

“Mohamed Morsi ousted in Egypt’s second revolution in two years”; *The Guardian*; 3 jul. 2013 (disponível no link: <http://www.theguardian.com/world/2013/jul/03/mohamed-morsi-egypt-second-revolution>).

“Protesters flood Egypt streets”; *Al Jazeera News*; 1º Fev. 2011 (disponível no sítio: <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/02/2011215827193882.html>).

“Rallies for, against Egypt president’s new powers”; *The Seattle Times*; 23 nov. 2012 (disponível no sítio: <http://www.seattletimes.com/nation-world/rallies-for-against-egypt-presidents-new-powers/>).

“Revolution in Egypt again”; *Deutsche Welle*; 4 jul. 2013 (disponível no link: <http://www.dw.com/en/revolution-in-egypt-again/a-16928333>).

RUTHERFORD, Bruce. *Egypt after Mubarak: Liberalism, Islam, and Democracy in the Arab World*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

SAFIEDDINE, Hicham; “Tomorrow’s Tunis and Egypt: reform or revolution?” *The Bullet*, nº 457, 1º fev. 2011.

TADROS, Mariz. *The Muslim Brotherhood in Contemporary Egypt: democracy defined or confined?* London: Routledge, 2012.

“The long-term economic challenges Egypt must overcome”; *Marketplace*; 1º fev. 2011 (disponível no link: <http://www.marketplace.org/2011/02/01/world/new-egypt/long-term-economic-challenges-egypt-must-overcome>).

TOMASEVIC, Goran; “Curfew hours extended in Egypt as turmoil continues”; *Sputnik News*; 31 jan. 2011 (disponível no sítio: <http://sputniknews.com/world/20110130/162383449.html>).

“Turkey ‘strongly condemns’ Egypt killings”; *Al Ahram*; 7 jul. 2013 (disponível no sítio: <http://www.yjc.ir/en/news/1588/turkey-strongly-condemns-egypt-killings>).

“Update 1 – Death toll in Egypt’s protests tops 100 – Sources”; *Reuters*; 29 jan. 2009 (disponível no sítio: <http://www.reuters.com/article/egypt-dead-idAFLDE70S0LX20110129>).

“Update on the size of the Egyptian Protests”; *Stratfor*; 1º fev. 2011 (disponível no sítio: <https://www.stratfor.com/sample/analysis/gauging-size-egyptian-protests>).

VALENZUELA, Joaquim; “Enterrar a la momia”; *El País*; Madrid, 1º fev. 2011.

VATIKIOTIS, Panayiotis J. *The History of Modern Egypt*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1992.

_____. *The Middle East: From the End of Empire to the End of the Cold War*. London ; New York : Routledge, 1997.

“Was the Egyptian revolution really non-violent?”; *Egypt Independent*, 24 jan. 2012 (disponível no link: <http://www.egyptindependent.com/news/was-egyptian-revolution-really-non-violent>).

WILLIAMS, Carol J.; “Egypt: Rights Advocates report protest death toll as high as 300”; *Los Angeles Times*; 1 fev. 2011 (disponível no sítio: <http://latimesblogs.latimes.com/babylonbeyond/2011/02/egypt-rights-advocates-report-protest-death-toll-as-high-as-300.html>).